



Relatório do Reitor 2022/2023

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL

Índice

Introdução.....	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação.....	5
1.1. Atividades Pedagógicas	5
1.1.1. Caraterização do corpo discente	9
1.1.1.1. Licenciaturas.....	9
1.1.1.2. Mestrado Integrado de Arquitetura	25
1.1.1.3. Mestrados.....	28
1.1.1.4. Doutoramentos.....	34
1.1.2. Caraterização do corpo docente	37
1.1.2.1. Composição do corpo docente.....	37
1.1.2.2. Avaliação dos docentes	47
1.1.2.3. Atividades de investigação e outras não docentes	68
1.1.3. Eficiência Formativa.....	81
1.1.3.1. Licenciaturas.....	83
1.1.3.2. Mestrado Integrado de Arquitetura	87
1.1.3.3. Mestrados.....	88
1.1.3.4. Doutoramentos.....	91
1.2. Atividades Científicas e de Investigação.....	92
2. Cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e Entidade Instituidora.....	101
2.1. Conselho Científico	101
2.2. Conselho Pedagógico.....	107
2.3. Entidade Instituidora.....	112
2.3.1. Qualidade e Acreditação	112
2.3.2. Internacionalização.....	126
3. Representação da UAL	132
4. Unidades de Apoio à UAL.....	143
4.1. Biblioteca e Camões – Repositório Institucional.....	143
4.2. Autónoma Edições	147

Relatório do Reitor 2022/2023

4.3.	Núcleo de Apoio aos Recursos Digitais (NARD)	151
4.4.	Gabinete para a Inclusão e Resiliência Universitária (GIRU)	154
4.5.	Gabinete de Relações Internacionais Institucionais (GRII)	157
4.6.	Gabinete de Inserção Profissional/Alumni (GIP).....	159
5.	Autónoma Academy.....	163
6.	Considerações Finais	167
	Anexo 1 – Cursos que conferem grau.....	A-1
	Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída	A-17
	Anexo 3 - Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações	A-27
	Anexo 4 – Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Investigação	A-95
	Anexo 5 – Relatório de Atividades do Conselho Científico	A-107
	Anexo 6 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico.....	A-115
	Anexo 7 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2022/2023.....	A-123
	Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2022/2023.....	A-133
	Anexo 9 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais	A-145
	Anexo 10 – Protocolos, convénios e parcerias	A-153
	Anexo 11 – Representações do Reitor	A-157
	Anexo 12 – Doutoramentos na UAL (2022/2023)	A-161

Introdução

O ano letivo de 2022/2023 marcou um quase integral regresso ao funcionamento normal da Universidade, sem embargo de se ter de reconhecer que a pandemia COVID19 deixou os seus efeitos, alguns positivos, na estruturação e funcionamento das universidades, nomeadamente no que toca a digitalização e à possibilidade de novas metodologias de ensino.

No caso da UAL há mesmo uma dupla novidade que é a Acreditação de um Doutoramento em Ensino a Distância em conjunto com um Instituto Politécnico, uma associação que deve ser relevada e rompe “fronteiras” que têm limitado um desenvolvimento diversificado do Ensino Superior em Portugal.

Com este Doutoramento, a par do recente funcionamento do Doutoramento em Arquitetura, atinge-se uma estabilização da condição de Universidade por parte da UAL. Só que, convém não esquecer desde já, e essa é uma preocupação que enforma este relatório, essa estabilidade pode estar ameaçada a médio prazo, se se mantiverem as condições legais e regulamentares que incidirão sobre a reaccreditação dos doutoramentos existentes que, nalguns casos, não está longe. Ao mesmo tempo, o campo de atuação da Entidade Instituidora alargou-se substancialmente, criando-se mesmo o Grupo Autónoma que incorpora não só a UAL e a Autónoma Academy, mas também uma instituição de natureza politécnica, a Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM), para além do desenvolvimento de outras áreas de ligação ao exterior.

Nesse contexto, como é natural, os serviços de apoio à UAL serão, em parte, também partilhados com as outras instituições, em perfeita sintonia com os Estatutos da UAL em vigor, designadamente o que estabelece o nº 1 do Artigo 12º que refere a competência da gestão da UAL à Entidade Instituidora, designadamente nos domínios administrativos, económico, financeiro, patrimonial e de recursos humanos.

Daí que este relatório situando a UAL neste novo enquadramento, altere, em parte, o formato dos anteriores relatórios, procurando responder aos desafios que ora o Grupo Autónoma, e não só a UAL isoladamente, vai defrontar no futuro, designadamente desenhando formas de articulação dentro do Grupo que continuem a garantir, como tem acontecido, uma cooperação da Reitoria com o Conselho de Administração da Entidade Instituidora que nunca esteve em causa.

Nesse sentido, o Relatório tem, obviamente, uma parte substancial que vem na linha dos relatórios anteriores, enquanto outras recebem um enquadramento diferente, acompanhado, passo a passo, de reflexões estratégicas e de modos de articulação, na busca da concretização dos objetivos atrás enunciados.

Assim, o maior capítulo é constituído pela descrição e análise das atividades pedagógicas, científicas e de investigação, núcleo central de toda a atividade da UAL.

Esse capítulo é separado, naturalmente, em dois subcapítulos, um dedicado às Atividades Pedagógicas e o outro às Atividades Científicas e de Investigação.

O primeiro subcapítulo tem, como habitualmente, três partes diferenciadas: Caracterização do corpo discente, caracterização do corpo docente e eficiência formativa.

A caracterização do corpo discente reparte-se pelos 3 ciclos a que acrescenta o Mestrado Integrado de Arquitetura pelas suas características específicas.

Na caracterização do corpo docente inclui-se também a importante componente da sua avaliação, bem como todas as atividades realizadas antecipando parte das atividades de investigação no segundo subcapítulo já referido.

O terceiro ponto, da eficiência formativa, procura, como habitualmente, com as métricas possíveis, avaliar os resultados pedagógicos definidos pelas classificações obtidas e pelos tempos de concretização de cada um dos diplomas obtidos para cada um dos 3 ciclos de estudos.

Depois deste núcleo central do relatório, o Capítulo 2 é dedicado à descrição e análise não só das atividades dos Conselhos Científicos e Pedagógico, mas também

ao modo como decorrem a cooperação com a Reitoria, já que, tal como estabelece o Artigo 14º, o Reitor, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, são órgãos independentes. Por outro lado, o Artigo 15º estabelece que “os órgãos da UAL exercem as suas atribuições em estrita colaboração com a Entidade Instituidora” e daí esse capítulo integrar dois pontos de cooperação direta entre a Reitoria e a Entidade Instituidora, como é o caso dos processos da Qualidade, Avaliação e Acreditação e a Internacionalização da UAL.

O Capítulo 3 retoma um ponto obrigatório e habitual do relatório que sob a epígrafe “Representação do Reitor”, em que são descritas as ações específicas do Reitor com relevo para a Presidência dos Júris de Doutoramento, para além de todas as representações externas. Importa, neste ponto, salientar que essas representações foram partilhadas com o Prof. Doutor José Victorino, sempre disponível e a quem o Reitor agradece não só essa partilha, mas toda a disponibilidade para discutir situações e decisões mais críticas, bem como o seu avisado conselho nessas situações, bem como todo o apoio à revisão deste relatório.

O Capítulo 4, em obediência ao enquadramento descrito, descreve os vários apoios dos diversos serviços do Grupo Autónoma e que asseguram o regular funcionamento da UAL. A todos os agradecimentos do Reitor pelos inestimáveis serviços e pelos relatórios enviados e que serviram de base aos textos deste relatório.

O Capítulo 5 isola a Autónoma Academy pelo papel relevante que assume na relação da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões com a Sociedade e com a possibilidade de formações extrauniversitárias. O Reitor exprime o seu apreço pelo trabalho desenvolvido e pelo relatório que lhe foi enviado.

Finalmente, um capítulo final de Considerações Finais que não é um capítulo dedicado a uma visão estratégica de futuro, mas antes uma retoma consolidada das reflexões feitas ao longo dos capítulos precedentes, procurando concretizar o objetivo referido na Introdução.

Como sempre, para além dos agradecimentos já apresentados e dos que constam dos diversos capítulos do relatório, a produção dele não seria possível sem o constante empenho da Anabela Cunha, que vai bem para além da compilação e formatação do relatório, pois grande parte dos indicadores que se apresentam foram por si calculados. Daí o meu grande obrigado.

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

Este capítulo é o núcleo central do relatório no que toca à apresentação do funcionamento das atividades académicas, quer pedagógicas, quer científicas.

Na área pedagógica apresenta a caracterização do atual corpo docente nos diversos ciclos de estudos, situando-o na evolução face aos anos precedentes, bem como a do corpo docente, incluindo aqui todas as atividades que lhe são inerentes.

Ainda nesta área não podia faltar uma abordagem do problema da eficiência formativa, com a caracterização possível e evolução recente.

As atividades científicas e de investigação, sem repetir as participações individuais que já figuram na caracterização e atividades do corpo docente, visam fundamentalmente abordar a situação atual do funcionamento das Unidades de Investigação e as dificuldades que defrontam face a exigências crescentes com reflexos no funcionamento dos cursos e na definição estratégica da UAL.

1.1. Atividades Pedagógicas

Como habitualmente, não se pode desligar a comparação com o ano precedente das condições económicas e sociais dos dois anos em causa. Os problemas económicos e sociais resultantes da guerra na Ucrânia não se extinguiram no ano letivo de 2022/2023, ante se agudizaram, sendo acompanhados por um problema agravado de inflação, em boa parte do ano, que colocou sérias dificuldades a muitas famílias portuguesas.

Neste contexto, não pode deixar de se reafirmar a razoável estabilização da frequência da UAL, incluindo a repartição ente os turnos diurno e pós-laboral, com o primeiro a duplicar a frequência do segundo, situação simétrica do que acontecia há anos atrás.

O número total de estudantes (Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2022/2023) do Anexo 1 – Cursos que conferem grau) em todos os

ciclos de estudo foi de 3539, um ligeiro acréscimo de 2% em relação ao ano letivo precedente.

Por ciclos de estudo, os primeiros ciclos subiram cerca de 2,4%, os segundos ciclos mantiveram praticamente o mesmo número (menos cinco estudantes em 2022/2023) e os terceiros ciclos subiram 4,2%.

Neste contexto de comparação importa também verificar o que se passa em cada curso. Para além da óbvia quebra do número de estudantes em Administração de Unidades de Saúde, em que já não houve novas entradas, devido à descontinuação do curso e, pelas mesmas razões, a queda do número de estudantes do Doutoramento em Direito, há, nos cursos do primeiro ciclo, um aumento percentual em 5 dos cursos e 5 com variações negativas. Os valores percentuais não são comparáveis, obviamente, quando se tem em conta as muito diferentes dimensões dos diversos cursos, pois, nos menores, uma pequena variação absoluta no número de estudantes conduz a uma variação percentual não despreciable. É nesse sentido que a maior variação percentual (14,8%) cai em Engenharia Eletrónica e de Comunicações que corresponde a apenas 4 estudantes menos, mas que encerra em si uma preocupação que não pode ser escondida: a redução de um curso já de si muito pequeno e que continua com grande dificuldade em se impor, como seria desejável, no contexto da busca de uma e desejável diversificação na UAL. Também Economia, com menos 8 estudantes e uma quebra relativa de (-8,5%) deixa algumas preocupações, enquanto a outra quebra, em Direito (-3,4%) tem alguma expressão numérica (menos 28 estudantes) mas não põe em causa a estabilidade do curso, embora não deixe de se salientar uma quebra na inscrição de inscritos pela primeira vez (menos 12 equivalendo a 7,8%). Também Informática de Gestão caiu significativamente (-6,4%) correspondendo à perda de 10 estudantes, bem como Gestão do Desporto (-6,0%).

No conjunto dos que subiram, o maior e significativo valor percentual (25,8%) ocorre em Psicologia, correspondendo a mais 63 estudantes, que parecem configurar um novo dimensionamento do curso, também em resultado do crescimento nos anos

precedentes, já que o número de novo inscritos em 2022/2023 até foi ligeiramente inferior ao do ano letivo precedente.

Gestão também teve um crescimento apreciável (7,8%, correspondendo a mais 30 estudantes).

Crescimento positivo (+6,4%) também para Ciências da Comunicação e História (7,9%).

Nos cursos do segundo ciclo, graças a uma entrada de 13 mestrandos, História e Património mais que duplicou o número de estudantes (de 5 para 17), com o Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais ainda com maior crescimento, quadruplicando o seu número (de 4 para 16) graças a uma entrada de 12 novos estudantes.

É esta subida que permite manter o número global de estudantes em Mestrado, já que, com exceção de Psicologia Clínica e Aconselhamento, com uma subida de 7,9%, mas com um perfil de entrada estranho, já que tendo havido o mesmo número de novas inscrições em ambos os anos letivos, em 2021/2022 as entradas foram normalmente para o primeiro ano, enquanto em 2022/2023 foram quase todas para o segundo ano. Também Direito cresceu, embora menos (4,3%). Todos os outros decresceram, particularmente Gestão de Empresas (30,3%!) sem que tal resulte de menores entradas (até cresceram em 6 estudantes), mas sim a uma quebra para quase metade dos inscritos na dissertação (de 63 para 36). Comunicação Aplicada e Engenharia Informática e de Telecomunicações caíram num pequeno número de estudantes, mas isso é um sinal preocupante, já que o número total continua sem atingir sequer os 30 estudantes em cada um deles. Estes valores são ligeiramente ultrapassados em Relações Internacionais, mas também com uma queda do número de estudantes, tal como o Mestrado Integrado em Arquitetura.

Esta descrição evidencia uma alteração não despicienda da composição global dos mestrados da UAL, mantendo-se contudo o maior peso do conjunto Direito e Gestão de Empresas (com muito maior relevância em Direito) com 57,2%, ainda assim com uma queda relativamente ao ano precedente (60,5%).

No que toca aos cursos do terceiro ciclo há, globalmente, um acréscimo de 165 para 172 doutorandos, muito em consequência do novo Doutoramento em Património, Tecnologia e Território, em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar, com 11 doutorandos no primeiro ano, bem como o de Arquitetura, só da UAL, com 8 doutorandos no primeiro ano. Compensando a normal queda de Direito, dada a sua descontinuação e a consequente concretização de alguns doutoramentos, sem novas entradas. De qualquer modo, os doutorandos em tese no final do ano 2022/2023 ainda eram cerca de 60, ou seja cerca de um terço dos total dos doutorandos da UAL.

Nos doutoramentos que evidenciaram subida há a salientar Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, com quase 50 doutorandos, embora com um número ainda reduzido na produção da tese. O Doutoramento em História recebeu 6 novos doutorandos, atingindo 23 (eram 21) no doutoramento em 2021/2022, enquanto o Doutoramento em Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa caiu de um total de 21 para 17 com uma muito pequena entrada para o primeiro ano em 2022/2023 (2 estudantes), em contraste com 6 no ano precedente.

É certo que dois doutoramentos só agora se iniciaram e outro ainda tem poucos anos, pelo que o número de doutoramentos, sem contar com Direito que já não faz parte do conjunto acreditado, é ainda muito reduzido. Aliás, se não se contar o número de doutorandos em Direito, o total de Doutorandos na UAL era em 2022/2023 apenas 110, distribuídos por 5 doutoramentos. Importa, pois, que estes doutoramentos se desenvolvam com gradualidade para que seja possível criar uma área multidisciplinar nos terceiros ciclos que possam dar uma mais clara estruturação da UAL implicando, obviamente, o necessário crescimento da sua atividade de investigação.

Finalmente, um último dado de caracterização global dos ciclos de estudo atualmente na UAL, evidencia que 72,9% dos estudantes estão nos cursos do primeiro ciclo, 14,1% nos mestrados e 4,9% nos doutoramentos. Se se fizer a

correção para a situação transitória de Direito, essas percentagens passam a 74,2% no primeiro ciclo, 14,3% nos mestrados e apenas 3,2% nos doutoramentos.

Sem deixar de ter em conta a natural intensidade da frequência em cada ciclo, não pode deixar de se analisar a imediata situação da UAL no que toca à frequência dos cursos acreditados. Aí é claro que a relação de estudantes entre primeiro ciclo e segundo ciclo é de 5 para 1 e para o doutoramento é de praticamente 25 para 1 com o dos mestrado para o doutoramento a ser um pouco inferior a 5.

Comparando estes resultados com o que se passa globalmente em Portugal, há que reconhecer o ainda insuficiente número de doutorandos.

1.1.1. Caraterização do corpo discente

O Anexo 1 – Cursos que conferem grau permite uma caraterização do corpo discente em vários planos, optando-se neste relatório, à semelhança dos precedentes, por uma separação entre os 3 ciclos de estudos, que se apresentam naturalmente diversificados, para além do Mestrado Integrado em Arquitetura, apesar da sua colocação nos quadros do Anexo 1.

1.1.1.1. Licenciaturas

Apesar da continuação de um funcionamento parcial do curso de Administração de Unidades de Saúde ainda com 21 estudantes (3 no segundo ano e 18 no terceiro ano), correspondente a cerca de 0,8% dos alunos das licenciaturas da UAL, a atenção centrar-se-á nos 11 cursos que continuam a ser integralmente lecionados, pondo em evidência, sempre que tal se justifique, alguns pontos que individualmente os caracterize, para além de algumas notas que já foram dadas na introdução deste capítulo. Salienta-se, como em anos precedentes, que a unidade de avaliação deste ponto é o Curso, não o Departamento, já que há uma relação unívoca entre curso e estudante, não sendo isso necessariamente verdadeiro para os docentes, cuja descrição se centra no departamento a que estão afetados.

Neste contexto, a repartição dos estudantes pelas onze licenciaturas evidencia uma enorme assimetria entre elas, assumindo Direito grande preponderância, como já

é tradicional, com 32,3% (quase um terço) dos estudantes, não só em consequência de ser o curso com mais um ano de duração que todos os outros, mas também por assumir posição dominante em todos os outros anos.

Em segundo lugar, distante, aparece a licenciatura em Gestão, com 17,2%, pouco mais de metade de Direito. Contudo se, como “exercício”, compararmos o número de alunos dos dois cursos que frequentam os primeiros, segundos e terceiros anos, esta grande diferença atenua-se muito significativamente, com o número de estudantes de Direito a excederem em “apenas” 30% os de Gestão. A referência, propositada, a tratar-se de um “exercício”, resulta de algum vício nesta comparação. Com efeito, o número de estudantes inscritos no quarto ano de Direito, 243, é maior do que em qualquer dos outros anos de todas as licenciaturas e representa quase metade (44,8%) do total de estudantes dessa licenciatura. Este maior peso do último ano do ciclo (terceiro ano nos outros cursos) é visível em todos os outros cursos, com exceção, natural, de cursos que tenham tido nos anos recentes uma clara subida relativa do número de entradas, como é o caso de História e, sobretudo, de Psicologia.

A grande assimetria já assinalada é muito evidente quando se verifica que há 4 dos 11 cursos, cada um com um número total de estudantes inscritos inferior a 100. São eles Economia (86 estudantes, 3,5% do total), História (68 e 2,8%), Informática de Gestão (52 e 2,1%) e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (23 e 1%). Isto significa que mais de um terço dos cursos (36,4%) é responsável por apenas 9,4% do total de estudantes, ou seja, menos de um décimo. Aliás, o número total de estudantes destes quatro cursos (229) é claramente inferior ao número total de estudantes de cada um dos quatro outros cursos: Para além de Direito (785) e Gestão (417), Ciências da Comunicação (317 e 13,1% do total) e Psicologia (307 e 12,7% do total), este último entrando neste grupo, graças a um claro crescimento nos últimos anos.

Entre estes dois grupos de quatro estão os outros três cursos, com um número de estudantes entre 100 e 200, não havendo, curiosamente, em 2022/2023, nenhum curso com um número global de estudantes entre as duas e as três centenas.

Assim, o maior desses três é Engenharia Informática (194 estudantes e 8% do total), Relações Internacionais (186 e 7,7%) e Gestão do Desporto (125 e 5,1%).

Se procurarmos colocar em confronto o número total de estudantes das 11 licenciaturas, teremos, então, um enorme intervalo de variação de [23, 785] com uma média de 234 por curso, ou seja só 4 cursos acima dessa média e os outros 7 claramente abaixo dessa média, com a extrema preocupação, também já devidamente assinalada, da licenciatura em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, que tem de ser cuidadosamente avaliada, não perdendo de vista o seu interesse no contexto das áreas disciplinares da UAL.

Esta grande assimetria entre os cursos gera naturais dificuldades na gestão interna da UAL e dos respetivos departamentos, sendo ainda interessante retomar o problema dos anos terminais dos cursos (terceiro ano e quatro ano para Direito).

É que eles traduzem a natural acumulação de estudantes nesses anos, em resultado de, em anos precedentes, alguns estudantes não terem concluído parte das unidades curriculares dos dois primeiros anos (3 em Direito), inscrevendo-se nos terceiros anos (quarto em Direito), concentrando-se aí não só os estudantes que concluirão os seus cursos nos anos normais (e ou 4 para Direito), com aqueles que, por falta de aproveitamento, acabam os seus cursos em mais anos. De algum modo, o peso dessa concentração face aos anos precedentes seria, numa situação de estabilidade interanual de frequência dos estudantes, o que não sucede em muitos casos, um indicador interessante da eficiência formativa de cada curso.

Noutra perspetiva, importa também verificar o que se passa com a inscrição de novos estudantes nesses cursos em 2022/2023.

A este propósito e numa lógica prospetiva, valerá a pena ter em atenção que, em termos formais, o que caracteriza a concretização de um curso de licenciatura não é o número de anos, nem o número de unidades curriculares, mas o número total de créditos (European Credit Transfer System). É certo que o número de créditos de uma unidade curricular está associado ao esperado tempo de trabalho a efetuar pelo estudante em cada área científica em, dentro desta, em cada unidade curricular.

Deste modo, sem base científica relevante, estima-se que a 1 crédito europeu correspondem cerca de 25 a 28 horas de trabalho do estudante, quer em presença nas aulas quer em trabalhos autónomos no contexto de cada unidade curricular.

Tendo em atenção a tendência crescente para que o ensino seja centrado no estudante e que, dentro de certas restrições, o estudante possa escolher o seu próprio currículo, sendo disso já exemplo a expressão em cada currículo do número de opções, a caracterização da evolução de um estudante pelo ano em que se considera inscrito tenda a perder peso face ao número de ECTS que o estudante já concretizou.

Essa avaliação explicará em boa parte a assimetria entre os estudantes inscritos no último ano de cada curso.

Esse número foi de 656, ou seja, 25,4% do total de estudantes das licenciaturas, o que parece indicar um défice de reposição potencial do número de estudantes inscritos nesse ano. Contudo, há algumas condições a ter em conta. Em primeiro lugar, essa perceção imediata resulta de pensarmos em ciclos de 3 anos e que, em condição estacionária, exigiria um terço (33,3%) dos estudantes, mas há que corrigir essa perceção por dois motivos. Em primeiro lugar, há que não esquecer o quarto ano de Direito. Fazendo essa correção e situando-nos nos 3, anos essa percentagem de manutenção passaria a ser de 28%. A esta percentagem há que adicional o nível de retenção de estudantes que não acabam os seus cursos nos anos regulares e que constituem um número não irrelevante, posto que não muito elevado como se verá na avaliação da eficiência formativa, pelo que não se estará, em princípio, em situação de preocupação neste campo.

Aliás, as percentagens de estudantes inscritos pela primeira vez em cada curso na UAL relativamente ao total de alunos neles inscritos, com duas exceções, variam entre 26,4% (Gestão do Desporto) e 33% (Engenharia Informática) revelando uma certa homogeneidade entre eles. As duas exceções verificam-se em Psicologia, não porque o número total de entradas diminuiu sensivelmente (70, menos 4 que nos anos anteriores), mas porque a acumulação de estudantes em anos precedentes

aumentou muito, como já se salientou, o denominador, ou seja, o número total de alunos desse curso.

Já Direito (18,0%) tem uma explicação óbvia: os 4 anos do curso fazem com que o denominador, ou seja, o número total de estudantes, seja muito maior, o que determina, naturalmente, um peso das entradas relativamente menor.

Isto é evidente, pois, se retirarmos os estudantes do quarto ano, a percentagem das novas inscrições subirá para 25,5%, quase dentro do intervalo de variação atrás assinalado.

Como nota ainda relevante, há que referir que nem todas as novas matrículas ocorreram no ano inicial dos cursos, já que 71 (10,8%) (cerca de um em cada 10 dos novos inscritos) ocorreram em anos diferentes, com grande peso (cerca de 90%) nos segundos anos. Em termos absolutos, Gestão (18) Engenharia Informática (11) e Relações Internacionais (10) foram os que apresentaram maiores valores, em termos relativos, Economia (10, ou seja 40% dos novos inscritos) e Engenharia Eletrónica e Telecomunicações 4, ou seja mais de metade dos novos inscritos, são casos a salientar, dado serem cursos pequenos, em particular o último, valendo a pena, por isso, procurar explicações para essas novas entradas, podendo eventualmente ser uma “porta de entrada”, em termos relativos, não despreciando.

Aliás, tendo em atenção a repartição relativa dos estudantes por ano de inscrição em cada curso, as percentagens variam muito pouco entre eles, com a natural exceção de Direito, por causa dos 4 anos em vez de 3 e, preocupantemente, Engenharia Eletrónica e Telecomunicações, sendo o intervalo de [23,1; 31,2], correspondendo o limite inferior a Informática de Gestão e o superior a Gestão, limites esses claramente consistentes com os diferentes níveis de entrada em 2022/2023. Direito apresenta, naturalmente, uma taxa menor (19%) mas, mesmo assim, bem maior que Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (13,0%) que, em conjunto, com uma elevada taxa de concentração no terceiro ano (43,3%) evidencia bem a preocupante situação com esse curso.

Para dar maior expressão à diferença entre o ano inicial e o ano final de cada ciclo, não considerando, para já, Direito nem Economia (50%), basta ver que o intervalo

das percentagens dos estudantes nos terceiros anos é de [33,6%; 44,2], correspondendo o limite inferior a Psicologia (consistentemente com a dinâmica de entrada nos últimos anos), tal como o limite superior que é de Informática de Gestão.

Em termos gerais basta verificar que o extremo inferior deste intervalo é maior que o extremo superior das percentagens relativas ao ano de entrada, não podendo ainda deixar de assinalar que, porventura, terão mais a ver com a quebra, que a houve, de entradas do que com a retenção por eventual deficiência de aproveitamento.

Estas diferenças entre os primeiros e os últimos anos dos cursos acabam por se traduzir numa maior diferenciação nos anos intermédios, os segundos anos, em que o intervalo de variação tem, claramente, uma maior amplitude que os das “pontas”, sendo de [26,7%, 44,2%].

No que respeita à distribuição por género, o feminino com 53,5% continua a prevalecer, embora com a tradicional assimetria entre os diversos cursos. Uma nota maior, no entanto, é que o número de entradas para os primeiros anos do género masculino (322) excedeu ligeiramente o do feminino (312, mais 3,2%) em claro contraste com a relação em todos os outros anos, pois nos segundos anos o feminino excede o masculino em 5,9%, nos terceiros anos em 11,6% e no quarto ano de Direito, uma situação extraordinária, em que esse excesso é de 107,6%, ou seja, o número de alunos do género feminino é mais do dobro dos do masculino. Efetivamente, esse resultado só é surpreendente pela enorme diferença observada entre os dois géneros, porque em Direito a prevalência do género feminino é evidente, pois, no conjunto, 65% pertencem ao género feminino e só 35% ao masculino, sendo essa prevalência claríssima em todos os anos do curso.

Em termos globais, o número de estudantes do género feminino em Direito tem uma forte contribuição pra a prevalência feminina no conjunto das licenciaturas. Mas, em termos relativos, as maiores divergências verificam-se em Ciências da Comunicação (73,8% feminino e 26,2% masculino e, sobretudo, Psicologia (80,1% feminino e 19,9% masculino).

A maioria dos cursos (6) tem maior representação do género masculino, 4 deles com diferenças percentuais entre os dois géneros que ultrapassa todas as diferenças verificadas no caso da predominância feminina.

O de maior expressão é o de Gestão do Desporto (89,6% masculino e 10,4%), quase em paralelo com o de Engenharia Informática (89,3% e 10,7%), mas ainda bem acima dos 86% de presença masculina estão Informática de Gestão (86,8% e 13,5%) e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (82,6% e 17,4%).

Ainda com diferenças substanciais do masculino aparecem História (69,1% e 30,8%) e Gestão (61,6% e 39,4%).

Já nos outros 2 cursos de predominância feminina a diferença esbate-se bastante. Assim, em Relações Internacionais há 56,5% de estudantes do género feminino e 43,5% masculino, enquanto em Economia há apenas uma ligeira diferença (51,1% feminino e 48,9% masculino). Acresce, neste último caso, que a diferença resulta de um maior peso do feminino no terceiro ano, já que nos dois primeiros anos a prevalência é masculina. Outra nota a registar é a ausência de estudantes do género feminino no primeiro ano de Informática de Gestão (12 estudantes inscritos, todos os género masculino).

Confirma-se a tendência geral para que as áreas mais técnicas ainda sejam bem mais procuradas por estudantes do género masculino do que as outras áreas científicas, sendo interessante, no entanto, olhar para o grande peso de estudantes do sexo feminino nas áreas de Ciências da Comunicação.

Finalmente, reforçar o peso da dimensão do curso de Direito na UAL, sendo, também neste campo, o principal responsável pela maior percentagem do género feminino no contexto das licenciaturas da UAL.

Se não contarmos os estudantes de Direito, a presença masculina, embora sem grande margem passa a ser maioritária (51,4% de masculino e 48,6% de feminino). De facto, o peso feminino reside na sua forte presença nos 4 cursos de maior dimensão da UAL, com exceção do curso de Gestão.

No que toca ao nível etário, 589 estudantes Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2022-2023) do Anexo 1, 89 estudantes (22,8% do total) tinha menos de 20 anos, uma percentagem muito próxima da do ano precedente (22,4%), sendo a faixa etária entre nos 20 e os 23 anos prevalecente com 1234 estudantes (47,8%), que representavam quase metade do total, aumentando relativamente ao ano letivo precedente (45,3%). A faixa etária dos 24 a 27 anos, com 349 estudantes vê a sua percentagem (13,5%) cair face ao ano precedente (14,1%), tal como a dos maiores de 28 anos que com 409 estudantes representa 15,8% do total face a 19,4% no ano precedente.

Confirma-se, assim, a tendência, aparentemente já com certa estabilização, para um decréscimo da idade média dos estudantes da UAL, já que 70,6% dos estudantes tem menos de 24 anos, contrastando, claramente, com a situação existente já poucos anos. Para isso concorre claramente a entrada de estudantes para os primeiros anos através do concurso institucional e, ao mesmo tempo, uma quebra dos estudantes do pós-laboral, em que, por norma, têm idades superiores aos estudantes que transitam diretamente do ensino secundário e que frequentam, quase todos, o turno diurno.

Tal como salientado no relatório relativo ao ano letivo precedente, esta situação não é homogénea entre os vários cursos, para além do facto de Direito ter mais um ano de licenciatura que os outros cursos o que, naturalmente, aumenta, em termos relativos, o peso das faixas etárias menos jovens. Claro que a própria distribuição assimétrica dos estudantes pelos dois turnos também tem um peso decisivo nestas diferenças.

Assim, apesar de o número de estudantes em Direito com menos de 20 anos (141) ser claramente o maior (23,9%) do total dos estudantes com essa idade, ele representa apenas 18% dos estudantes dessa idade do próprio curso de Direito (bem abaixo da média geral de 22,8%) em resultado do maior número de anos e da relevância relativa do curso pós-laboral.

Não admira, por isso, que o peso dos estudantes dessa idade seja inclusivamente inferior ao dos maiores de 28 anos (20%), esta uma percentagem claramente superior à média da UAL (15,8%).

Tendo agora em atenção as outras 10 licenciaturas que continuam em funcionamento normal na UAL, há a salientar que, para além de Direito, também Engenharia Informática (18% na faixa etária mais baixa e 19,1% na mais elevada), Informática de Gestão (23,1% e 26,9%) e, sobretudo Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (0%! e 30,4%), não havendo nesta última nenhum estudante com menos de 20 anos, têm a faixa etária mais elevada com maior peso que a de menos de 20 anos. Esta situação dos 3 cursos, embora não se possa ignorar o potencial para que a maior ou menor eficiência formativa, que será analisada mais adiante, possa apresentar, não se pode alienar a preocupação que há a ter com as áreas de Ciências e Tecnologia, que tem de ser importante na UAL e cuja fragilidade é também patente na própria estrutura etária dos cursos, com particular acuidade na fraca presença de estudantes mais jovens.

Aliás, neste campo, para além da ausência de estudantes com menos de 20 anos no curso já apontado, também o de Engenharia Informática representa apenas 6,3% do total dos estudantes dessa idade nas licenciaturas da UAL e Informática de Gestão apenas 2,3%. Apesar de serem cursos de menor dimensão, essa presença é claramente inferior ao seu peso no conjunto total dos estudantes das licenciaturas.

Entre este grupo e aquele em que os estudantes de menos de 20 anos têm uma presença relativamente maior que a faixa dos maiores de 28 anos, está Economia, em que ambas as percentagens são iguais (17,4%).

Neste grupo o maior desequilíbrio verifica-se, claramente, em Ciências da Comunicação (35,3% para 4,4%), de tal modo que 83,6%, ou seja, mais do que 4 estudantes em cada 5, têm idades iguais ou inferiores a 23 anos, evidenciando ser o curso com estudantes mais jovens.

Num plano ainda mais relevante surge Gestão (28,3% e 14,4%), em que os menores de 20 anos representam cerca de 1 em cada 5 alunos do total dos estudantes da

UAL dessa idade, bem como Relações Internacionais (22,6% e 12,9%), embora, dada a dimensão do curso, represente apenas 7,6% dos estudantes da UAL de menos de 20 anos. Em situação simétrica está Psicologia que, tendo embora uma menor diferença, ainda assim significativa, entre os pesos das duas faixas etárias extremas em consideração (24,4% para 18,9%) tem um significativo peso de 13,6% do total de estudantes das licenciaturas da UAL com menos de 20 anos. Isto faz com que 4 cursos de licenciatura (Ciências da Comunicação, Direito, Gestão e Psicologia), ou seja, os maiores da UAL, sejam naturalmente, responsáveis pela grande maioria dos estudantes com menos de 20 anos (80,7%) ou seja 4 em cada 5 dos estudantes dessa faixa etária. Só que essa percentagem é claramente superior ao peso desses cursos no total dos estudantes de licenciatura (74,2%).

Estes resultados parecem refletir uma situação em que a generalidade dos cursos de licenciatura de menor dimensão na UAL tem estudantes menos jovens em termos relativos que os de maior dimensão. No entanto, um curso relativamente recente, Gestão do Desporto, apresenta, também, uma diferença entre os 2 extremos assinalável (17,6% para 6,4%), em que o número de estudantes com menos de 20 anos (22) é quase triplo dos de mais de 28 anos (8), o que, no entanto, parece ser resultado do ainda reduzido número de anos de funcionamento.

De facto, nota-se que a maior percentagem de estudantes deste curso cai na faixa etária dos 20 a 23 anos (64% do total dos seus estudantes, quase dois terços), bem longe da média global dessa faixa e de qualquer dos outros cursos, o que pode evidenciar a natural falta de estabilização de um curso recente.

Noutro plano, História tem também uma significativa diferença entre as duas faixas etárias extremas (25% para 14,7%). Sendo um dos cursos mais tradicionais da UAL, a sua evolução dá ideia de um quase renascimento apresentado, em termos relativos, uma distribuição etária muito próxima daquela que o recente curso de Gestão do Desporto também apresenta, de tal modo que também a faixa claramente prevaiente é a dos 20 a 23 anos (54,4%), bem acima da média da UAL e de qualquer dos outros cursos com exceção, é claro, de Gestão do Desporto.

A clara evidência da “idade” e da evolução dos dois cursos está em que, enquanto, naturalmente, a faixa etária de acima de 28 anos tem um peso de cerca de metade da faixa etária dos 24 a 27 anos, em História dá-se o inverso: a dos maiores de 28 anos tem um peso 2,5 vezes maior que a dos 24 a 27 anos. Será interessante seguir, no futuro, a evolução relativa destes dois cursos, embora Gestão do Desporto tenha uma dimensão quase dupla do de História.

Os resultados apresentados até aqui não põem em causa, antes dão maior peso, à legitimação da hipótese, embora não a sua verificação efetiva por desadequada desagregação de dados, apresentada no relatório precedente, de que o rejuvenescimento da UAL pode ter uma correlação significativa com o aumento do peso do género feminino. A observação de que os cursos de maior peso feminino são, em geral, os de mais baixos níveis etários é um sinal que legitima a hipótese.

Naturalmente, o nível etário global também depende, em boa parte, da idade dos que entram de novo na UAL que, por sua vez, depende do ano para que se entra e do modo de entrada, sendo aqui determinante o concurso institucional.

Quando se comparam os resultados das novas entradas expressos no Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2022-2023) do Anexo 1, com as do ano precedente, verifica-se uma quase estabilidade. Contudo, apesar do número de vagas ter sido ligeiramente superior (0,6%) todos os outros indicadores relativos a candidatos e, sobretudo, a inscrições, são desfavoráveis quando comparados com 2021/2022, embora em percentagens pequenas e em números absolutos, também não muito relevantes. Em valor absoluto inscreveram-se, no total, 679 dos candidatos globalmente, caindo a 656 (queda de 3,5%) em 2022/2023, quedas também no número de candidatos (1,2%), no número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez (3,8%) e no número de alunos inscritos nos restantes anos (menos 7%).

Ainda considerando apenas os estudantes inscritos no primeiro ano pela primeira vez, há a registar uma taxa de 68,4% face ao número vagas e de 69,5% face ao número de candidatos, contra, respetivamente, 71,4% e 70,8%. Esta inversão relativa, porque em termos absolutos há sempre uma posição ligeiramente inferior

em 2022/2023, decorre de em 2021/2022, ao contrário de 2022/2023, o número de candidatos ter, globalmente, excedido ligeiramente o número de vagas.

Uma vez mais, quando se entra nos diversos cursos, aparece uma não surpreendente assimetria, se se tiver em conta tudo o que foi referido até aqui.

Assim, 2022/2023 excedeu o número de vagas em 7 cursos (foram 8 no ano precedente), com grande relevo para Psicologia (mais 77,1%) e Direito (mais 30%) e 4 negativos, com a reiterada situação de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações com apenas 20% (!) de candidatos ao número de vagas (60) e ainda Engenharia Informática (63% de candidatos) e mesmo Gestão (78,9% de candidatos).

Quando se passa ao número de inscritos no primeiro ano pela primeira vez, naturalmente as taxas são inferiores a 100%, mas relativamente à média global de 68,4%, apenas 4 foram superiores, ainda que, muito claramente, a essa média (Direito (99,3%), Psicologia (97,1%), Ciências da Comunicação (88%) e História (85%). Todos os outros foram inferiores, embora Gestão (65%), Relações Internacionais (62,7%) e Gestão do Desporto (62,2%) tenham ficado próximos dessa média. Bastante abaixo dessa média há Engenharia Informática (53%), Informática de Gestão (40%), Economia (37,5%) e, em extremos insustentáveis, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (5%!!).

Esta visão global dos estudantes matriculados pela primeira vez vem mais descodificada no Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2022/2023 do Anexo 1, em que se distinguem os que entraram pelo concurso institucional (487, uma subida de 6,2% face ao ano precedente), estudantes estrangeiros¹ (26, uma queda de 35% face ao ano precedente), concursos especiais (117, uma queda de 29,9% face ao ano precedente) e reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso (38, uma queda de 139,5% (!) face ao ano precedente).

¹ Este número não traduz a situação global dos estudantes não nacionais, que será descrita mais adiante.

Esta análise mais pormenorizada acaba por evidenciar que a tal quase estabilização acontece com algumas alterações no modo de entrada relativamente significativas e que não podem estrategicamente ser ignoradas. É que enquanto em 2022/2023 o concurso institucional foi responsável por 82,4% dos inscritos pela primeira vez no primeiro ano, no ano precedente o concurso institucional foi responsável por apenas 72,1%. Em termos relativos, este concurso teve um acréscimo de 10% relativamente ao concurso do ano anterior (mais de 47 estudantes). As quedas relativamente ao ano precedente dão-se, fundamentalmente, nos maiores de 23 (de 124 em 2021/2022 para 77 em 2022/2023, exatamente o mesmo número de aumento dos estudantes do concurso institucional).

Estes resultados são, aliás, consistentes com a ideia de rejuvenescimento do conjunto dos estudantes da UAL.

Contudo, não se pode esquecer o outro lado da questão, ou seja, a queda “dos maiores de 23”, com grande peso sobre o funcionamento do turno pós-laboral e do papel da Universidade na valorização dos que não tiveram oportunidade de frequentar o ensino superior na altura própria.

De facto, quando se tem em conta o Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2022/2023, do Anexo 1, relativo às candidaturas aprovadas e inscrições dos “maiores de 23 anos” a situação deteriora-se claramente face ao ano precedente.

O número de candidatos inscritos nas provas caiu de 192 para 141 (menos 26,5%), o número dos que realizaram todas as componentes de avaliação caiu de 172 para 118 (menos 31,4%) e o número de aprovados colocados de 133 para 86 (menos 35,3%). Estes números também mostram que para além da queda do número de candidatos, também o seu “aproveitamento” caiu de 77,3% em 2021/2022 para 72,8% em 2022/023. De notar que o “aproveitamento” referido se refere ao quociente entre o número de matriculados e o número dos que realizaram todas as componentes da avaliação. Este número em 2021/2022 coincidiu com o número de matriculados, o que não aconteceu em 2022/2023, em que 6 dos 94 “aprovados” não se matricularam, o que significa que o “aproveitamento académico” (78,3%) não

diminuiu². O que aconteceu é que nem todos se matricularam, não sendo a situação social porventura alheia à não concretização da matrícula.

A assimetria entre cursos também aqui se verifica, sendo de salientar o peso relativo dos “maiores de 23 anos” nos cursos de menor frequência, com exceção de História, que não teve qualquer acesso por esta via ou Informática de Gestão (apenas 1), embora Direito (20) e Gestão (19) mantivessem os maiores números, sendo Relações Internacionais o terceiro (11).

Em contrapartida, há que assinalar uma subida significativa no número de estudantes com o Estatuto de Trabalhador Estudante (Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2022/2023, do Anexo 1), que passou de 243 em 2021/2022 para 342 em 2022/2023, uma subida de 40,7% (!). Esta subida é, de algum modo, surpreendente, pois não se verificou uma alteração significativa no número de estudantes a frequentar o pós-laboral, sendo que nos primeiros ciclos, até caiu um pouco face ao ano precedente.

Contudo, uma análise integrada dos ciclos mostra que, embora também não havendo uma variação significativa nos terceiros ciclos, nos segundos ciclos há um claro aumento no pós-laboral, muito particularmente nos estudantes “em dissertação” que passaram de 58 em 2021/2022 para 252 (!) (Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2022/2023, do Anexo 1) quase quadruplicando.

Estará aí a razão? Porventura valerá a pena analisar em maior pormenor estas situações, uma vez que, como é bem conhecido, a situação de trabalhador-estudante dá especiais oportunidades de avaliação, não sendo isso questão sensível na produção de dissertações. Esta sugestão radica no facto de que, como bem evidencia o Quadro 12, os 343 trabalhadores estudantes referem-se ao primeiro ciclo e nos segundos ciclos apenas estão registados 19 (!), o que invalida a explicação de que a presença no turno pós-laboral é responsável por este anormal aumento.

² Admitindo continuidade das condições de avaliação, as classificações baixaram algo, pois, embora a moda (14) se mantivesse, a média caiu de 14,0 para 13,5.

Uma caracterização completa dos estudantes das licenciaturas da UAL não fica completa sem uma aprofundada análise da nacionalidade dos estudantes já que a presença de “não portugueses” vai, como já foi referido, bem para além das registadas no Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2022/2023 do Anexo 1.

O quadro refere a distribuição dos alunos por nacionalidade, apresentando um total de “não portugueses” de 331 estudantes, ou seja, 12,8% do total dos estudantes de licenciatura.

Antecipando já uma visão mais integrada dos estudantes não nacionais no conjunto de todos os estudantes da UAL, há que referir que no conjunto dos 3 ciclos esse número sobe, claramente, para 23%, ou seja, quase um em cada quatro dos estudantes da UAL em 2022/2023.

Voltando aos primeiros ciclos, verifica-se aqui uma natural assimetria entre os diversos cursos, ainda mais agravada nos outros ciclos, a par de uma concentração em dois países, embora haja forte diferença entre eles que, em conjunto, representam 11,2% de todos os estudantes das licenciaturas da UAL não portugueses. A maior fatia é, claramente, angolana (8,7% de todos os estudantes e 70% do total de não portugueses), seguido, embora de longe, pelo Brasil (2,5% do total dos estudantes e 17,5% dos não portugueses).

Estão representadas mais 18 nacionalidades, metade das quais com apenas 1 estudante (Chile, Finlândia, Croácia, Hungria, Cazaquistão, Moldávia, Países Baixos, Noruega e Estados Unidos) 4 dos quais em Relações Internacionais.

Outros países da CPLP somam 19 estudantes (Cabo Verde (6), Guiné-Bissau (6), Moçambique (4) e S. Tomé e Príncipe (3)).

Dentro da Europa, há a salientar a pequena presença de Espanha (5), com a Itália com igual número, tal como a Roménia, com a ausência, que já é tradicional, da França, havendo ainda o registo de 4 estudantes da Ucrânia.

Os estudantes angolanos representam em quase todos os cursos a maioria dos estudantes não portugueses, sendo muito relevante a sua presença em Direito

(34,8%), Economia (14,7%), Gestão (12,5%) e Relações Internacionais (11,2%). A exceção de Ciências da Comunicação em que o Brasil tem uma pequena vantagem, tendo 10,9% dos seus estudantes neste curso que, contudo, não é a maior presença. Esta verifica-se em Direito (39,1%), sendo também de salientar Relações Internacionais (12,5%) e Engenharia Informática (9,4%), bem como a presença de estudantes em todos os cursos de licenciatura.

Deste modo, o peso dos estudantes angolanos em Direito atinge globalmente 11%, uma percentagem assinalável embora, em termos relativos (dada a diferença de dimensão dos dois cursos), o maior e muito significativo peso seja em Economia (38,4%), isto é, mais do que um em cada 3 estudantes do curso.

Não contando os estudantes brasileiros e angolanos, os cursos mais procurados pelos restantes nacionalidades, embora por um número de estudantes reduzido, são, em curiosa consonância com a dimensão absoluta dos cursos na UAL, os de Direito (10), Gestão (9) e Ciências da Comunicação (5), com a natural exceção de Relações Internacionais (9).

Comparando, globalmente, com o ano precedente, há uma quebra de 7% do número de estudantes não portugueses nas licenciaturas da UAL, fundamentalmente devido a uma queda de 9,5% no conjunto dos estudantes angolanos e brasileiros, cuja presença domina, afinal, o contingente de não portugueses. Esta concentração torna a presença de estudantes não portugueses muito sensível às circunstâncias que determinam a presença do estudantes destes dois países, sendo fundamental procurar maior diversificação.

Uma palavra final para o conteúdo do Quadro 9- Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos em 2022/2023, do Anexo 1, que diz respeito aos alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos que, sendo no total 304 em todos os ciclos, se concentram, como é de esperar, nos primeiros ciclos, em número de 281 (92,4% do total), sendo de relevar, também com naturalidade, dado tratar-se de um mestrado integrado, os 10 no Mestrado Integrado de Arquitetura e 5 no Mestrado de Psicologia Clínica e Aconselhamento.

Os maiores números são apresentados pelos dois maiores cursos, com Gestão (58) a superar Direito (55). Contudo, outros cursos menores têm uma expressão absoluta e, sobretudo, relativa bem maior do que a dos referidos cursos. É o caso de Economia (32), Engenharia Informática (35) e, tendo em atenção a sua reduzida dimensão, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (10) e mesmo Informática de Gestão (10).

Se tivermos em atenção que os valores relativos a estes três últimos cursos representam 20,4% do número total de estudantes dos 3 cursos e 70,5% dos estudantes inscritos nos primeiros anos, há que, de novo, ter muita atenção nos acessos a estes cursos. O mesmo se dirá para Economia, pois o número de estudantes neste programa representa 37,2% do total de estudantes do curso e 150% (!) dos inscritos no primeiro ano. Estão aqui muito provavelmente deficiências dos estudantes em áreas muito sensíveis, designadamente em Matemática que há que cuidar com atenção.

De mencionar ainda três cursos em que este número excede as duas dezenas: Relações Internacionais (27), Psicologia (22) e Ciências da Comunicação (21), em que há que procurar outras razões bem diferentes.

A comparação com os valores deste programa no ano precedente revela resultados surpreendentes. Assim, o valor do ano precedente (377) é superior em 19,4% ao de 2022/2023, mas o número de inscritos nos primeiros ciclos neste programa aumentou em 20,1%. A razão está no anormal número (141) apresentado pelo segundo ciclo de Direito no ano precedente que se reduziu em 2022/2023 a 1 (!).

Aliás, a subida em 2022/2023 é generalizada dando lugar ao valores já atrás apresentados, muito significativos nalguns cursos preocupantes e que aumentaram bastante, razão acrescida para se olhar com atenção este programa.

1.1.2.2. Mestrado Integrado de Arquitetura

No seguimento do relatório do ano letivo precedente, continua a apresentar-se neste ano separado dos outros mestrados este Mestrado Integrado de Arquitetura,

mantendo-se as razões invocadas para esta separação, já que não há uma clara linha de separação entre os dois ciclos integrados.

Mantém-se, aliás, a presença muito significativa de estudantes não portugueses neste mestrado integrado que, contudo, não é razão suficiente para assumir a separação referida pois, como se verá adiante, o número de estudantes não portugueses até é maior noutros mestrados. Entretanto, a relação entre a percentagem de estudantes não portugueses dos 3 anos do primeiro ciclo é, em termos relativos face ao número de estudantes portugueses é claramente diferente do que se passa na generalidade dos outros 3 ou 4 anos das licenciaturas, de tal modo que, no conjunto do mestrado integrado, os estudantes não portugueses são 41,1% dos portugueses e 29,1% do conjunto dos estudantes desse curso integrado.

Só que, face ao ano precedente, e na linha do que já nesse ano aconteceu, esta percentagem global caiu claramente, pois no ano precedente era de 34,7% e 41,4% em 2020/2021, em resultado da queda do número de estudantes não portugueses. O contingente italiano, que era prevacente, vem decaindo de tal modo que, de 10 em 2020/2021, passou a 4 em 2021/2022, e em 2022/2023 apenas 1 dos estudantes é italiano.

Tal como no ano precedente a maioria dos estudantes não portugueses, o que, aliás, acontece em todos os terceiros ciclos, é muito maioritariamente angolana e brasileira, sendo 20 (51,7% do total de não portugueses) angolanos e 13 (33,3%) brasileiros, o que limita 5 a presença de outras nacionalidades para além da italiana, já referida. É interessante notar que esses 5 se distribuem por apenas 3 nacionalidades, sendo 2 de França (os únicos estudantes franceses que frequentam a UAL), 2 da Ucrânia e 1 de Espanha.

Este peso dos estudantes não portugueses teria caído ainda um pouco mais se o número total de estudantes face ao ano precedente não tivesse caído um pouco (de 138 para 134), em resultado da queda do número de estudantes entrados no primeiro ano (de 34 para 29), que, de qualquer modo, estabiliza num nível bem acima daquele que, preocupantemente, se verificava há 2 anos atrás.

No que toca à distribuição pela frequência dos 5 anos do mestrado integrado, há uma apreciável uniformidade de distribuição, com exceção do terceiro ano (35,5%) e do quarto ano (7,5%), um sinal de acumulação no final do que seria o primeiro ciclo (Estudos de Arquitetura, que equivale a uma não conclusão dessa fase por provável falha nalgumas unidade curriculares), determinando, por sua vez, uma queda na participação nos quartos anos, esta também como possível consequência de uma quebra de estudantes verificada em anos precedentes, designadamente de italianos que entravam diretamente para esse ano.

No que respeita à distribuição por género, há 64 estudantes do género feminino (47,8%), quase em paridade com o masculino, uma subida de 8 em relação ao ano precedente, em que a quota foi apenas de 40,6%. Este resultado é consequência de uma significativa alteração nas entradas (22 do género feminino e 7 do masculino) quase simétrica em relação ao ano precedente (22 masculinos e 14 femininos) sendo que a diferença da percentagem final é atenuada pela maior presença relativa do género feminino no quinto ano (15) contra 13 do masculino, quando no ano precedente era de 15 masculino e 9 feminino.

No que respeita aos níveis etários, uma vez que se está em presença de curso de 5 anos, é natural a diferença em termos percentuais face ao verificado nas licenciaturas.

Mesmo assim, há que assinalar numa notável percentagem de estudantes (29,1%) com idade inferior a 20 anos, bem acima da média das licenciaturas (22,8%) com menos anos de curso. Também aqui a presença, nos anos iniciais, do género feminino pode ser responsável por este resultado.

De notar que esta percentagem é mesmo maior que a de qualquer licenciatura, com exceção do já salientado peso dessa faixa na licenciatura de Ciências da Comunicação (35,3%).

Como é habitual a faixa mais representativa é a dos [20, 23] anos com 37,3%, com 20,1% na faixa [24, 27] anos e 13,4% nas maiores de 28, também um dado relevante, pois é inferior à média das licenciaturas (15,8%) e só superior a Ciências da Comunicação (4,4%), Gestão do Desporto (6,4%) e Psicologia (12,9%), o que parece

dar boas indicações quanto ao nível de eficiência formativa. Estas indicações superam as do ano precedente que já apresentava dados muito positivos (25,4% de estudantes com menos de 20 anos e 15,2% com mais de 28).

De salientar que a grande maioria dos alunos matriculados pela primeira vez (26) vem do concurso institucional e apenas 2 (os que realizaram toda as avaliações) entraram pelos “maiores de 23” e um deles por ser titular de um curso superior. Este dado é, aliás, consistente com os dados apresentados para os níveis etários. Curiosamente o número de inscritos pela primeira vez de concurso institucional no ano precedente é quase o mesmo (26) , mas nesse ano há referência a 5 estudantes estrangeiros, contra 3 no ano letivo de 2022/2023.

O mestrado integrado apenas funciona no turno diurno e é, por isso, natural, o nível etário mais baixo dos estudantes, tal como a quase inexistência de trabalhador-estudante (apenas 1), sendo ainda de voltar a referir a presença de 10 estudantes no programa de acumulação de conhecimentos, que é consistente com a diferença de percentagens de participação no terceiro e quarto anos e maior acumulação no terceiro.

1.1.2.3. Mestrados

Tal como no ano precedente (Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2022/2023) do Anexo 1), estão em funcionamento, para além de Estudos de Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais, descontinuado, mas ainda com 2 estudantes em realização da dissertação, 8 mestrados, com um total de 652 estudantes (menos 1 estudante do que no ano precedente) 364 na parte escolar dos cursos (também menos 1 que no ano precedente) estando 283 no processo de produção da dissertação ou equivalente (de novo, menos 1 que no ano anterior). Evidencia-se, em termos globais, uma estabilidade, apenas rompida pelos inscritos pela primeira vez (228, mais 20 (9,6%) que no ano precedente).

Contudo esta estabilidade não reflete uniformidade ente os diversos mestrados, havendo subidas e descidas, em várias das fases dos mestrados, que acabam por se compensar.

Assim, uma diferença notória é no Mestrado de História e Patrimónios, em que só havia, no ano precedente, estudantes no processo de dissertação, e que em 2022/2023 recebeu 13 novos estudantes.

Ainda no que toca à inscrição de estudantes no primeiro ano e pela primeira vez, há acréscimo em Gestão de Empresas (de 22 para 28), Direito (de 20 para 30), Direito, Ciências Jurídico-Policiais (4 para 12), mas quebras em Engenharia Informática e de Telecomunicações (de 10 para 5), Comunicação Aplicada (9 para 7), Relações Internacionais (14 para 12), mas sobretudo e, abruptamente, Psicologia Clínica e de Aconselhamento (de 18 para 1!), em claro contraste com o que se passa na licenciatura em Psicologia, o que não pode passar sem busca de razões explicativas.

No que toca ao número total de estudantes em mestrado, a maior presença é em Direito (44,5%), seguido de Psicologia Clínica e de Aconselhamento (25,2%), e daí a nota de surpresa para o número de novas entradas para o primeiro ano, Gestão (12,8%), com todos os outros com percentagens inferiores a 5%, com exceção de Relações Internacionais que, com um total de 30 estudantes, tem uma percentagem de 5,2%.

Esta posição dos “stocks” dos estudantes nos diversos mestrados contrasta, flagrantemente, com as percentagens dos estudantes que se inscreveram pela primeira vez no curso face ao número total dos estudantes desse curso.

As maiores percentagens vão, naturalmente, para o Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais, com 75%, que é um curso recente e que no seu segundo ano de funcionamento recuperou de uma fraca entrada no primeiro ano de funcionamento, e História e Patrimónios que, também com 75%, recuperou de uma letargia que já preocupava. A grande maioria dos outros situa-se, também excecionalmente, entre 33,7% e 25,3%, com Engenharia Informática e de Telecomunicações apenas com 21,7%, traduzindo bem a queda da entrada no primeiro ano e Psicologia Clínica e de Aconselhamento com uns mais baixos, mas surpreendentes, 30,5%, que estão longe de traduzir a enorme perda de entradas para o primeiro ano já referida. A razão para este valor está no também surpreendente número de entradas de novos

estudante para o segundo ano do mestrado (49, mas já 26 no ano precedente), situação que só é verificada, para além de 1 estudante em Comunicação Aplicada, em Direito com 70 novos estudantes (79 no ano precedente) para o segundo ano, mesmo assim menos 9 do que no ano precedente. O Programa de Acumulação de Conhecimentos poderia, em princípio, ser uma explicação para esta inscrição, mas os números que aí figuram não permitem, de modo algum, que essa explicação seja plausível ou sequer com algum efeito significativo, no que a Psicologia Clínica e de Aconselhamento diz respeito. Já em Direito, a queda dos valores de 2021/2022 para 2022/2023 pode explicar o que se passa.

Em 2022/2023, 373 (57,2%) eram do género feminino, indicando ainda uma maior predominância que nas licenciaturas, ligeiramente abaixo do ano precedente (57,7%). A predominância do género feminino verifica-se, também, nos dois maiores mestrados, particularmente em Gestão de Empresas (54,3%), embora em queda face ao ano precedente (59,6%), dado que em 2022/2023 o número de estudantes do género masculino que entram para o primeiro ano foi quase duplo do feminino, atenuando a diferença existente. Também em Direito houve atenuação dessa diferença (52,9% para 51,7%), indicando um quase equilíbrio dos dois géneros. Em Relações Internacionais há total equilíbrio (50%), também próximo em História e Patrimónios (54,9% feminino), com um desajustamento maior em Comunicação Aplicada (56,5%) e, sobretudo em Psicologia (78,7% do género feminino). O predomínio masculino ocorre em Direito, Ciências Jurídico-Policiais (62,5%) e, especialmente, como seria de esperar, em Engenharia Informática e Telecomunicações (82,6%).

No que diz respeito à distribuição por faixas etárias, apenas 87 estudantes (13,3% contra 11,6% no ano precedente) estão entre os 20 e 23 anos, concentrando-se a grande maioria, até pelo arrastamento de alguns processos de dissertação, nos maiores de 28 anos (71,3%, uma queda ligeira face aos 72,7% do ano precedente). Curiosamente, em ambos os anos a faixa dos 24 a 27 anos tem uma percentagem pouco superior à faixa anterior (15,4% em 2022/2023 e 15,6% em 2021/2022).

Estes valores globais, como é de esperar, escondem diferenças significativas entre os diversos cursos. Assim, na faixa dos 20-23, a maior percentagem é em Comunicação Aplicada (30,4%), com uma queda face aos 37,9% do ano precedente), logo seguida de História e Patrimónios (29,4%) e Relações Internacionais (29,4% e 27,4% no ano precedente). Valores ainda significativos, tendo em atenção a baixa média global de 13,3%, verificam-se em Engenharia Informática e de Telecomunicações (26,1% e 26,5% no ano precedente) e Gestão de Empresas (24,1%) esta última bem acima dos 15,1% do ano precedente, como resultado não tanto do crescimento do número de estudantes nessa faixa (mais 2 que no ano precedente) do que na enorme queda do número total de estudantes neste mestrado (43,4% (!)) saídos, naturalmente, dos maiores de 28 anos.

As situações mais desfavoráveis estão em Direito, Ciências Jurídico-Policiais, sem qualquer estudantes nesta faixa, Psicologia Clínica e de Aconselhamento (14%, em linha com os 14,4% do ano precedente) e, sobretudo Direito (5,5%), ainda assim melhor que no ano precedente (2,9%).

Naturalmente este resultado é em grande parte explicado pelo facto de a licenciatura ter 4 anos, o que faz com que a idade mais baixa possível para entrada no mestrado seja 22 anos. De qualquer modo este facto não explica tudo.

É fácil verificar que o peso destes 2 últimos cursos, Psicologia Clínica e de Aconselhamento e Direito, com 69,6% do total de estudantes acaba por explicar os 13,3% de média global de estudantes nesta faixa etária.

Em sentido contrário, a faixa dos maiores de 28 anos, em consequência, apresenta os maiores valores claramente em Direito e Ciências Jurídico-Policiais (87,5% e 100% no ano precedente) e Direito (85,5% e 87,7% no ano precedente). Face a estes valores, todos os outros apresentam percentagens inferiores à média (71,3%).

O mais baixo ocorre, curiosamente, em Engenharia Informática e de Telecomunicações (43,5%), com Comunicação Aplicada muito perto (47,8%), Relações Internacionais (50%) e Gestão de Empresas (54,2%).

Ainda dentro do grupo dos menores valores que a média, aparecem Psicologia Clínica e de Aconselhamento (65,2%) e História e Patrimónios (64,7%), valor mais alto do que eventualmente as novas entradas fariam supor, mas que os 100% do ano precedente justificam. Daí a pequena presença na faixa média dos 24 a 27 anos (5,9%).

Quanto às nacionalidades presentes nos mestrados já foi bem referido o peso dos não portugueses, que excede em muito o que se passa nas licenciaturas. Assim, 53,8% dos estudantes são não portugueses (354), com um grande peso do Brasil e de Angola, mas com inversão clara de posições relativas face ao que se passa nas licenciaturas.

Brasil, com 40,0% do total de estudantes e 74,4% de não portugueses, de longe a maior participação (são 86,7% dos portugueses), com Angola com 9,4% do total de estudantes dos mestrados e 17,4% dos não portugueses. Em conjunto, Brasil e Angola fornecem 91,9% dos estudantes não portugueses, deixando apenas 8,1% para todas as outras nacionalidades. Dentro estão Cabo Verde com 8 (5 em Direito e 1 em Direito, Ciências Jurídico-Policiais e 2 em Psicologia Clínica e de Aconselhamento) e Guiné-Bissau com 7 estudantes (4 em Gestão de Empresas e um em cada um dos cursos de Engenharia Informática e Telecomunicações, Direito, Ciências Jurídico-Policiais e Comunicação Aplicada) que têm a maior representação. Há mais 11 países representados, com a Ucrânia com 2 (1 em Direito e outro em Psicologia Clínica e de Aconselhamento) e todos os outros apenas com 1. Para além de Moçambique (Direito), S. Tomé e Príncipe, Países Baixos e Estados Unidos (todos em Psicologia Clínica e de Aconselhamento) surgem países como Bangladesh (Gestão de Empresas), Bielorrússia (Direito), China e Japão, ambos em Relações Internacionais e Moldávia (Direito).

De notar que sendo Direito (64,7% das escolhas dos não portugueses) e Gestão de Empresas (12%) os cursos mais escolhidos, Psicologia Clínica e de Aconselhamento quase iguala Gestão de Empresas (10,3%), com estudantes de várias nacionalidades. O Brasil tem estudantes em todos os cursos, com enorme

prevalência (73,2%) em Direito e em termos relativos, Psicologia Clínica e de Aconselhamento que supera Gestão de Empresas.

Já Angola não está presente em Ciências Jurídico-Policiais e História e Patrimónios (só tem 1 estudante não português que é do Brasil). Mantém a tradicional presença em Direito e em Gestão de Empresas, sendo de salientar ainda 9 estudantes em Engenharia Informática e de Telecomunicações e 6 em Relações Internacionais.

No que toca à relação entre estudantes não portugueses e portugueses, os primeiros excedem em número os segundos nos cursos de Engenharia Informática e de Telecomunicações (mais um aluno), Gestão (mais um aluno) e, mais significativamente, nas áreas do Direito e Ciências Jurídico-Policiais (13 para 3), mas sobretudo em Direito que, mais que triplicando os portugueses, é altamente responsável pela relação entre os portugueses e os de outras nacionalidades.

Relativamente a 2021/2022 não há alterações muito significativas, a não ser uma queda substancial de estudantes do Brasil em Gestão de Empresas (passaram de 47 a 18) e um aparecimento mais visível da Guiné-Bissau, que nesse ano só tinha 2 estudantes.

No que diz respeito à distribuição por regimes de frequência, houve uma alteração radical face ao ano precedente, Nesse ano 46,5% dos estudantes estavam no regime diurno, com uma distribuição muito assimétrica entre os anos e o período de dissertação, ao passo que em 2022/2023 apenas 12 (!) estão nesse regime.

Não há indicações que permitam identificar as razões para esta alteração estatística, sendo de salientar que nos primeiros anos só há indicação de 1 (!) estudante no regime diurno contra 127 no pós-laboral. Por outro lado, enquanto no ano precedente se indicavam em processo de dissertação 16 estudantes em regime diurno e 120 em pós-laboral, em 2022/2023 há apenas 31 estudantes inscritos em regime diurno e 252 em pós-laboral (Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2022/2023, do Anexo 1). Em 2021/2022 estavam indicados 10 trabalhadores estudantes que passaram a 19 em 2022/2023, não constituindo por isso qualquer achega para explicação de alteração tão radical.

1.1.2.4. Doutoramentos

O Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2022/2023), do Anexo 1, evidencia a presença de estudantes em 6 doutoramentos, ao contrário do ano precedente em que havia presença de 7, sendo a diferença justificada pela presença de estudantes no curso descontinuado de Psicologia, que já não apresenta qualquer estudante.

O mesmo não sucede em Direito, com o seu doutoramento descontinuado por não acreditação que, ainda preocupantemente, apresenta 62 estudantes (72 no ano precedente), 61 dos quais na fase de produção da tese, ainda assim um número que não pode deixar de suscitar sérias preocupações face ao tempo disponível para concretização das respetivas teses.

Sendo o número total de estudantes em doutoramento de 172 (mais 5 que no ano precedente) esse número de estudantes em Direito equivale a 36%, mais de um terço do número total de estudantes, podendo dar, dependendo da evolução da frequência de 5 doutoramentos acreditados, ou do aparecimento (o reaparecimento, no caso de Direito) de outros, uma ideia distorcida da dimensão real dos doutoramentos na UAL.

Deixando de lado os estudantes de Direito, verificamos que há 110 estudantes nos 5 doutoramentos acreditados, um acréscimo de 18,3%, um crescimento que, se continuado, parece prometedora.

De notar que dos 110 estudantes desses 5 doutoramentos só 15 (e só em 2 doutoramentos, 11 em História e 4 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) estiveram em 2022/2023 em processo de construção da tese (13,6% do total dos estudantes inscritos nos 5 cursos) em consequência de 2 dos doutoramentos (Património, Tecnologia e Território e Arquitetura) serem muito recentes e Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ter ainda poucos anos de existência. Pelo contrário, História, um doutoramento já historicamente ancorado na UAL, e daí o número de presenças em processo de tese.

Concentrando as observações nos dados do Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2022/2023) do Anexo 1 relativos aos 5 cursos acreditados, verifica-se que, com naturalidade, o maior peso é em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (44,5%), História (20,9%), Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (15,5%), Património, Tecnologia e Território (10%) e Arquitetura (9,1%).

De notar que Património, Tecnologia e Território é feito em conjunto com o Instituto Politécnico de Tomar, estando no primeiro ano de funcionamento, sendo muito interessante a atração de 11 estudantes.

Já Arquitetura, em segundo ano de funcionamento, tem 10 alunos, com metade em cada um dos 2 anos em funcionamento.

Não deixa de ser um sinal positivo que 35 (31,8%), quase um terço do total dos estudantes, se tenha inscrito pela primeira vez (29 no ano precedente), com relevo para Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (11), que mesmo sendo inferior ao ano precedente (15) parece dar indicação de uma estabilidade que em anos anteriores parecia comprometida.

Em contrapartida Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, já com 4 anos de funcionamento não tinha em 2022/2023 qualquer estudante em processo de tese, apesar de, surpreendentemente, ter um estudante inscrito no quarto ano. Mas esta situação de estudantes no quarto ano é mais significativa em Relações Internacionais com 10 e apenas 4 em processo de construção da tese, o que parece ter a ver com alguma perda de dinamismo em anos precedentes, como já foi atrás admitido.

No que respeita à participação por género, 67,7% (cerca de dois terços) dos 62 estudantes em Direito são do género masculino (Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2022-2023) do Anexo 1, uma percentagem (66,4% quase igual ao conjunto dos outros 5 doutoramentos, com a única divergência da maior participação masculina nesses 5 doutoramentos de haver maior presença (8) do género feminino que do masculino (7) nos estudantes em produção de tese, tal

como sucede na presença global em Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (9 de feminino e 8 de masculino).

No que diz respeito à idade, não é de esperar uma grande presença de estudantes com menos de 28 anos. De facto, apenas 4 estudantes (1 em Arquitetura e 3 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) têm menos de 28 anos.

Um dado global dos doutoramentos é a grande paridade entre estudantes portugueses (85) e não portugueses (87), estes em número ligeiramente maior, um resultado enganador quando se retiram os estudantes de Direito e se restringe aos 5 doutoramentos acreditados.

Com efeito, dos 62 estudantes de Direito, 43 são do Brasil e 2 de Angola, sendo portugueses apenas 17.

Considerando apenas os 5 cursos acreditados, os estudantes portugueses são 68 (61,8%), mas também, entre os 42 não portugueses, 31 (73,8%), quase 3 em cada 4) são do Brasil. Os outros 11 distribuem-se por Angola (2) e mais 8 países, cada um com um só estudante, distribuídos por Arquitetura (Equador, Espanha, Itália e México), História (Moçambique), Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (República Dominicana), Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Cabo Verde) e Património, Tecnologia e Território (Colômbia e Itália).

Também neste ciclo o Brasil tem estudantes em todos os cursos (de 1 em Arquitetura até 16 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia).

Em termos do curso, o maior peso relativo é em Arquitetura (50%), embora o maior número absoluto seja em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (19).

No que respeita aos regimes de frequência, embora, naturalmente, o pós-laboral seja o maior, caiu de 69,1% para 65,7%, não sendo a queda maior devido à já assinalada presença de estudantes nos quartos anos com 17 no pós-laboral, quando no ano precedente não havia nenhum. Aliás, nos 3 primeiros anos em 2021/2022 só havia 10 estudantes no diurno e em 2022/2023 esse número quase triplicou, passando a 27, com 14 nos primeiros anos contra 2 no ano precedente. O

aparecimento de novos doutoramentos em novas áreas e a redução em Direito explicarão esta mudança.

É interessante notar também que, apesar do peso do pós-laboral, só 2 dos estudantes (1 no ano precedente) invocaram o estatuto de trabalhador-estudante.

1.1.2. Caracterização do corpo docente

1.1.2.1. Composição do corpo docente

No Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída - apresenta-se a lista de todos os docentes repartidos pelos Departamentos em que se integram, grau académico, categoria, área científica em que se inserem e o seu regime contratual.

Essa descrição permite-nos uma caracterização do Corpo Docente com bastante pormenor, permitindo observar a sua adequação, ou eventuais deficiências nessa adequação, às exigências normativas e regulatórias com que os diversos ciclos de estudo da UAL têm de se conformar.

A primeira nota que não pode deixar de ser referida para uma leitura conforme com os objetivos desta caracterização é a grande dispersão na categoria com que os diversos docentes são classificados, bem como, ainda que com menor expressão, o regime de tempo contratual. É certo que o número de situações que fogem às categorizações normais é pequeno, pelo que vale a pena fazer algumas agregações que permitem uma mais clara descrição estatística, sem perda de significância.

Assim, no caso do Regime Contratual, considerar-se-ão apenas três categorias normais: Tempo Completo (em que se incluirão os docentes que aparecem com a indicação de Dedicção Plena (6) e Docente de Carreira (1), Tempo Integral e Tempo Parcial- indicando-se também 9 docentes em “Colaboração”.

Já no caso da Categoria, a dispersão face às designações é exageradamente extensa, “obrigando” a uma agregação, separando, em particular os “Convidados” que no Anexo 2 se repartem por 6 “categorias”, para além de outras “categorias”, como Professor Assistente (1), Investigador Estagiário (1) e Professor Visitante (3).

Estes casos singulares não perturbarão, contudo, as análises estatísticas que se farão.

De referir, entretanto, que o número total dos Docentes Convidados nas diversas categorias seria, também, bastante baixo (11, isto é, 4,7%) se não fosse a presença já significativa de Assistentes Convidados (a que há a acrescentar uma designação de Professor Assistente Convidado, cujo número não pode ser ignorado, pois aí se contabilizam 31(!), ou seja, 13,3%, que não podem ser desconsiderados, elevando a percentagem de convidados a cerca de 18%.

Tendo chamado a atenção para estas especificidades, neste Relatório caracterizar-se-á, em maior pormenor, os docentes não convidados, uma vez que a caracterização destes já está feita, bastando acrescentar que há 4 Professores Catedráticos Convidados, 1 Associado Convidado, 2 Auxiliares Convidados e 4 Professores Convidados, sem categoria atribuída. Contudo, na descrição por Departamentos, estas situações peculiares não deixarão de ser evidenciadas, tanto mais que elas não são completamente transversais a todos os Departamentos.

Mantendo-nos ainda no âmbito global, o número de docentes é de 232 (229 no ano letivo precedente), sendo 166 doutorados (161 no ano letivo precedente), ou seja, 71,6% do total do corpo docente, situação ligeiramente acima do limiar mínimo para cumprimento dos requisitos de acreditação, em particular quando se têm em conta os cursos dos segundos e terceiros ciclos.

A atenção a essa preocupação impõe uma análise mais fina da situação contratual dos Doutorados, não podendo, por isso, deixar de se salientar que 4 deles estão em Colaboração e 2 são Convidados, para além de 48 estarem em Regime de Tempo Parcial.

Isto significa que só 66,9% dos Doutorados estão em Tempo Integral ou em equivalente “Tempo Completo”, o que pode ser preocupante nalguns dos departamentos em que essa percentagem é menor, dada a não despendida heterogeneidade entre os departamentos que, salvo uma situação específica em Arquitetura, com apenas 37,5% de Doutorados no total do corpo docente, não é tão evidente nos restantes departamentos. Assim, a percentagem global abaixo dos

70% (e por muito pouco) é verificada em Direito (69,2%) e Ciências da Comunicação (69,7%), com 70,4% em Psicologia (ainda abaixo da média global na UAL), sendo as maiores percentagens em Engenharia e Ciências da Computação (82,4%), com História (77,3%) e Relações Internacionais (75%) ainda acima da média.

Esta situação é completamente alterada quando se tem em conta a presença de Doutorados nos grupos de Tempo Integral e equivalente a Tempo Completo. A heterogeneidade acentua-se fortemente indo essa percentagem de 25,4% em Arquitetura até 84% em Relações Internacionais (com apenas um dos Doutorados em Professor Convidado).

Nessas circunstâncias, acima de 70% continuam ainda Ciências Económicas e Empresariais (74,6%) e Engenharia e Ciências da Computação (71,8%), com Psicologia (58,7%) e Ciências da Comunicação (55,4%), longe dos 70%, sendo particularmente preocupante a situação em Direito (43,8%).

O Reitor reconhece que a comparabilidade entre Departamentos não pode assentar apenas nestas percentagens, pois as exigências formais são diferentes entre os diversos ciclos de estudos e entre os Departamentos há grande heterogeneidade nesse âmbito.

Contudo, estas percentagens e, sobretudo a presença de uma percentagem não despicienda de não doutorados é preocupante, independentemente do tipo de afetação às Unidade Curriculares, cuja análise, por certo, os Diretores de Departamento farão, de modo a garantir o integral cumprimento das condições regulatórias subjacentes à acreditação dos cursos.

Aliás, a avaliação da situação de cada Departamento no contexto da UAL não pode ignorar, nem o número de ciclos de estudos e, dentro deles, do número de cursos que neles se incorpora, para além de, e não menos relevantemente, do número de estudantes e do modo como se repartem pelos diversos cursos, além de, e não é questão menor, da sua repartição entre turnos diurno e noturno, quando ambos existirem.

Por isso, este enquadramento global que cabe ao Reitor da Universidade fazer, ao apresentar dados mais específicos por Departamento, não pretende fazer qualquer avaliação consistente do que em cada Departamento se passa, mas tão só dar elementos para uma melhor avaliação e eventuais correções de distorções existentes, para possibilitar a conseqüente e necessária correção. Aliás, neste ponto específicos do Relatório, não faz sentido entrar em maior pormenor de análise, já que as correções têm muito a ver com a distribuição dos docentes pelos diversos cursos dentro de cada departamento e, é bom não esquecer, da própria partilha de docentes interdepartamentos, que se justificam mais pela busca de interdisciplinaridade do que pela procura “cega” de sinergias. Estas não devem nunca ser descuradas mas não podem pôr em causa os objetivos pedagógicos de cada Unidade Curricular e da expressão que deve assumir em cada curso em que se inserem.

Também na mesma linha de abordagem de anos letivos precedentes, há que não esquecer que está prevista a aplicação de percentagens mínimas elevadas de docentes com as categorias de Professor Associado e Catedrático, o que impõe um processo de valorização da carreira docente da UAL, mas também a procura de docentes exteriores à UAL através de concursos previstos nos regulamentos.

Tal como já foi salientado no relatório anterior, a alteração do Estatuto da Carreira Docente da UAL, ao admitir a integração nos júris de professores associados para a promoção de professores auxiliares a professores associados, facilitou, em princípio, a constituição dos júris e conseqüentes processos de promoção. Contudo, a aplicação do estatuto evidenciou grandes problemas na concretização dos júris, levantando, também, em termos estratégicos, alguns problemas que não podem deixar de ser abordados.

Para melhor situar esses problemas, apresenta-se a situação atual da UAL no que toca à distribuição dos docentes por categorias.

Assim, considerando inicialmente todos os 232 docentes, independentemente da situação contratual e da categoria que lhes foi atribuída, 6,9% são Catedráticos,

21,1% são Associados, 54,7% são Professores Auxiliares, caindo os restantes 17,3% nas diversas designações que se apresentam no princípio deste ponto.

Isto significa que apenas 28% caem na categoria de Professores Associados ou Catedráticos, o que está bem longe dos valores pretendidos, sendo pois relevantes os processos de promoção e de atração de docentes para essas categorias.

É claro que essas proporções aumentam um pouco se não tivermos em conta os tais 17,3% de docentes que não cabem nas designações mais típicas da carreira docente e que, salvo casos excepcionais de especialistas, impõem o grau de doutorado.

Nessas condições, essa percentagem passa para 33,9%, isto é, cerca de um terço, o que continua longe do desejável.

Só que esse valor é, ainda assim, não integralmente representativo da situação que formalmente está implicada nos índices que se pretendem observar.

Com efeito, nessa percentagem estão incluídos os docentes convidados. Se retirarmos os docentes nessas condições, as percentagens, nesse novo conjunto, alteram-se para 6,5% de Professores Catedráticos, 25,9% de Associados, ou seja, 32,4% no seu conjunto, já abaixo de um terço.

Contudo, como já referimos, a situação contratual de Tempo Parcial não tem, em muitos casos, o mesmo tratamento na construção dos indicadores relevantes para acreditação de cursos, que as outras duas situações contratuais referidas. Daí ser prudente, também, calcular essas percentagens apenas para os Professores Associados e Catedráticos que não estejam em tempo parcial. Nesse caso, a percentagem de Catedráticos passa a 4,3% e a de Associados a 22,6%, o que em conjunto soma 26,9%, pouco superior a um quarto.

Parece, pois, pouco questionável que não haja que buscar com urgência aumentar essa percentagem, sem, obviamente, deixar de respeitar o estatuto e a legislação vigentes e, sobretudo, a qualidade dos promovidos ou dos contratados, sem esquecer o convite a docentes de reconhecida competência.

E é aí que se levantam os problemas de aplicação do novo estatuto, que aparecem quer na dificuldade de constituição dos júris, apesar do passo já dado e, também, no assegurar da qualidade dos promovidos ou contratados.

O estatuto prevê a contratação por concurso e por promoção dos docentes da UAL, sendo a constituição dos júris diferenciada nos dois processos. O primeiro envolve o Conselho Científico no que é designado por uma Comissão de Seleção que é específica para cada concursos, com provas presenciais e um processo de seleção conducente a uma seriação dos candidatos.

Em contrapartida, no caso da promoção interna, é requerido a abertura de um concurso uninominal, com um júri claramente definido, sendo os elementos comuns aos dois processos a presidência pelo Reitor (ainda aí com a diferença que o Reitor pode delegar, no caso da Comissão de Seleção, mas tal delegação não está prevista no caso da promoção interna) e a presença do Diretor do respetivo Departamento.

Para além da diferença já atrás assinalada, duas outras existem que tornam, potencialmente, mais difícil a constituição do júri de promoção, bem como, em certas condições, a lógica da sua constituição.

No que toca à dificuldade de constituição é clara a maior flexibilidade na constituição da Comissão de Seleção. É que dela devem fazer parte “dois especialistas tendo em atenção a sua qualificação académica, a qual deve ser igual ou superior àquela para que é aberto o concurso, e a sua especial competência na área científica em causa” (nº 2 do Artigo 17º do Estatuto da Carreira Docente), enquanto o júri de promoção deve incluir “dois especialistas externos à UAL, nacionais ou estrangeiros, de reconhecido mérito, de instituições públicas ou privadas, tendo em consideração a sua qualificação académica, a qual deve ser igual ou superior àquela para que é aberto o concurso e a sua especial competência na área científica em causa” (alínea d) do nº 4 do Artigo 20º do Estatuto da Carreira Docente).

Deste modo, no concurso de recrutamento podem estar, em princípio, só docentes da UAL, embora não haja impedimento exposto à presença de entidades externas

à UAL, enquanto o júri de promoção impõe a presença de dois membros do júri exteriores à universidade.

Compreende-se esta preocupação na promoção que implicitamente procura evitar algum potencial conflito interno que, no outro caso, em princípio não existirá. Contudo, esse conflito não estará ultrapassado, se o concurso de recrutamento também estiver aberto aos próprios docentes da UAL. O Reitor nada tem contra isso e até o estimula para maior capacidade de aferição da qualidade dos concorrentes internos à UAL. A experiência já realizada neste campo mostrou-se particularmente frutuosa.

A realidade é que, com toda a naturalidade, os docentes da UAL, que cumprem as condições formais de acesso à promoção, candidatam-se a essa promoção e a generalidade dos processos acaba por ser de promoção, sem quase recurso a concursos abertos de recrutamento, sendo que os poucos abertos não tiveram resultados positivos.

No entender do Reitor, e com algumas situações em que a urgência o justifica, dependendo da situação da composição do corpo docente nalguns departamentos já que, como se verá adiante ela é muito diferenciada entre eles, o concurso de recrutamento aberto também aos docentes da UAL, deverá ser o modo mais claro de ascensão na carreira docente.

E isso é bem visível nos casos em que o número de professores associados (as catedráticos, no caso da UAL, é um problema diferente e bem mais complexo) numa dada área já é significativo e existe mais que um docente com as tais condições formais para promoção. Naturalmente, deveria ser feito um concurso, nem que fosse interno, para escolher o ou os candidatos cujo mérito avaliado pelo júri justificaria a promoção. Ora, no contexto do atual estatuto, isso não é possível porque o tal concurso para promoção é uninominal.

As dificuldades de constituição dos júris, a morosidade de algumas respostas, também com grandes diferenças entre as diversas áreas científicas, não tem ajudado a um mais rápido crescimento do número de Professores Associados, tantas vezes com claro prejuízo daqueles cujo currículo e “performance” interna

mais justifica a promoção. E é na Reitoria que, ao cabo e ao resto, todo o trabalho burocrático de constituição de júris e de busca de membros exteriores à UAL, em todas as áreas científicas, se centra, procurando evitar o mais possível envolver os diretores e colegas dos candidatos à promoção para não se cair na situação que, implicitamente, se procura evitar com a estrutura do júri que figura no estatuto.

Há vários processos em cursos que logo no início do novo ano letivo deverão ter um despacho favorável e permitirão melhorar algo, mas não o suficiente na maioria dos departamentos.

Para melhor ilustrar estas diferenças, por exemplo, o Departamento de Relações Internacionais tem uma percentagem de Professores Associados em regime de tempo integral ou equivalente a tempo completo de 39,1%. Se a isso se acrescentar 15,6% de Catedráticos, conduzirá a um total dessas duas categorias de 54,7%, um valor que já é de salientar e que permite encarar a evolução com alguma tranquilidade.

Muito próximo, na categoria de Associados, está Direito com 38,5%, muito fruto do já referido concurso aberto, oportunamente lançado. Infelizmente, ao nível de Catedráticos a percentagem é apenas de 3,2%, o que totaliza 41,7% nas duas categorias, algo afastado do que se verifica em Relações Internacionais.

Em todos os outros departamentos as percentagens são ainda muito baixas, não se levantando para já os problemas de “competição interna” que poderiam pôr em causa a realização de concursos uninominais, cuja realização poderia comprometer a melhoria da qualidade sempre desejável.

O Reitor não pode deixar passar em claro, uma vez mais, o problema do número de Professores Catedráticos, já que a aplicação rigorosa do Estatuto inviabiliza a promoção interna em quase todos os Departamentos, pois se exige a presença exclusiva de professores catedráticos no júri, sem, nalguns casos, poder recorrer ao exterior, pois é necessário a presença dos presidentes dos Conselhos Científico e Pedagógico e do Diretor do Departamento, sendo evidente que, em vários departamentos isso é quase impossível.

Basta atentar no número de Professores Catedráticos na UAL (12, mas com 4 em tempo parcial) a que acrescem 4 convidados. Não existe qualquer Catedrático em Arquitetura, Ciências da Comunicação e Engenharia e Ciências de Computação.

Acresce que o problema nem sequer pode ser ultrapassado pela abertura de concursos pois a Comissão de Seleção tem de incluir o Diretor do Departamento e muitos dos diretores não são catedráticos, ou nem sequer podem delegar em catedráticos, por não existirem nesse departamento.

O Reitor perante esta situação não quer repetir o que no relatório anterior referiu sobre condições impostas à obtenção do título de agregado. A condição de uma universidade só poder conceder esse título nas áreas em que tenha doutoramentos reconhecidos dificulta muito a possibilidade de promoção a Professor Catedrático, pois os docentes dessa universidade serão obrigados a procurar obter esse grau noutra universidade, impedindo-se assim o seu natural crescimento interno, sem qualquer concessão de facilitação à obtenção desse grau.

Como se referiu, o Reitor não queria repetir o que escreveu a propósito da agregação no relatório anterior, mas parece cada vez mais evidente a inconsistência desse decreto-lei até pelas consequências acima assinaladas que, inclusivamente, contrariam as afirmações do Preâmbulo pois “trata-se de um título académico..., que não se confunde, nem com um grau académico, nem com os procedimentos de acesso ao topo da carreira docente universitária ou de investigação e cujo papel nestes procedimentos será equacionado no âmbito da revisão dos respetivos estatutos”.

E mais adiante diz que “com esta revisão... facilitar a mobilidade entre os diversos perfis e instituições”. Como, se torna algumas dependentes de outras?

Aliás, retomando o principal argumento expressos no relatório anterior, porquê essa exigência de haver um doutoramento nessa área se há a obrigatoriedade de “a maioria dos membros do júri ser exterior a esta universidade, de modo a contribuir para a desejável abertura institucional”?

Admitindo que não se altera um diploma manifestamente inconsistente, há que adequar internamente o Estatuto da Carreira Docente a estas iniquidades.

Uma nota final nesta matéria para evidenciar a situação interna dos departamentos para além das indicações já dadas a propósito de alguns departamentos, tendo em particular atenção os objetivos de manutenção dos doutoramentos existentes, para além de poder perspetivar outros.

Neste contexto, uma das situações mais preocupantes é a de Arquitetura, já que são apenas 37,5% de doutorados no conjunto dos docentes, com pequenas percentagens de professores associados (29,2%) e 48,5% de auxiliares.

Em condições semelhantes está do Doutoramento em “Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” com apenas 21,2% de Professores Associados, e 48,5% de Professores Auxiliares, com 27,3% de docentes com categorias diversas. Tem sobre Arquitetura a vantagem de 69,7% do total dos docentes serem doutorados.

Em sentido contrário, o Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, neste campo, tem uma composição formal do corpo docente mais próxima das exigências regulamentares. O doutoramento em História também apresenta mais fragilidades, a maior das quais é a baixa percentagem de Professores Associados, que está em vias de ser minorada.

Do ponto de vista da estratégia futura e, ao mesmo tempo, da defesa das características históricas da UAL, é obviamente preocupante a situação dos dois maiores departamentos – Direito e Ciências Económicas e Empresariais – especialmente o primeiro, em que é urgente reacreditar o Doutoramento.

A situação em Direito é singular, pois tem um número de Professores Associados já apreciável, mas com um peso anormalmente pequeno (20,5%) face a todos os outros departamentos, em que essa diferença parece ser suprida por uma percentagem, também ela singular (aparte o caso de Arquitetura que tem uma estrutura bem diferenciada, como já foi referido) com 28,2% de Professores Convidados e Assistentes Convidados, sem grau de Doutor.

No caso de Ciências Económicas e Empresariais a existência de 70,4% de docentes na categoria de Professores Auxiliares mostra bem os passos ainda a dar na busca de uma estrutura de categorias que, pelo menos, obedeça às exigências formais nessa matéria.

Com maior naturalidade, dado ser uma área relativamente “jovem” na UAL, o Departamento de Engenharia e Ciências da Computação apresenta, como sinal dessa “juventude” 82,4% de Professores Auxiliares, esperando-se uma evolução positiva no caminho encetado.

Finalmente, Psicologia, sempre em busca de um doutoramento, ainda tem 59,3% como Professores Auxiliares, embora a passagem a Associados de alguns em breve atenuem um pouco essa estrutura e ainda 18,5% de Assistentes Convidados.

1.1.2.2. Avaliação dos docentes

Tal como em relatórios precedentes, o Reitor quer reafirmar que, neste ponto, o que está em causa é, sobretudo, a preocupação da melhoria contínua da “performance” dos docentes e do seu efeito positivo sobre a formação dos docentes, com permanente abertura à inovação pedagógica que as contínuas transformações tecnológicas e os modos de comunicação e de informação possibilitam, com efeitos positivos e outros negativos.

Também não é de mais reafirmar que há que ter em conta que toda a avaliação envolve subjetividade, assimetria de informação, tantas vezes conflito de interesses, o que impõe o escrupuloso respeito pela confidencialidade das informações, com um cuidado particular em não tirar conclusões não fundamentadas. Antes deverão ser entendidos como “sinais”, uns mais fortes, outros apenas incipientes, para levar em atenção no futuro.

De qualquer modo, não podem deixar de se tirar indicações para o futuro comportamento dos docentes e dos estudantes e, também, obviamente, sob pena de desincentivar todo o processo de avaliação.

Relativamente às avaliações realizadas no ano letivo 2022/2023 há que notar que, uma vez que as avaliações dos docentes, baseadas na autoavaliação, são trienais,

enquanto a avaliação dos docentes por parte dos estudantes é anual, neste ano apenas teve lugar esta última e (infelizmente), com alguns percalços no processo no primeiro semestre que, de algum modo, diminuem a possibilidade de um conteúdo na linha dos relatórios precedentes. Neste ponto o Reitor quer expressar o maior apreço e agradecimento pelo trabalho e pelos resultados, mesmo assim, conseguidos pelo Gabinete da Qualidade, pelos dois “Relatórios de Análise do Inquérito aos Estudantes” relativos a cada um dos semestres.

É o rigor e o nível de pormenor da informação e do seu tratamento, obviamente maior no segundo semestre, pelas razões já referidas quanto ao primeiro semestre, que permitem ao Reitor uma descrição cuidada e a captação dos tais “sinais”, na maioria dos casos já em evidenciados nesses dois relatórios, que o Reitor se limita a reproduzir aqui.

Quanto ao primeiro semestre, importa salientar que a avaliação pretendida resultou de um problema na plataforma de gestão dos inquéritos, impedindo a elaboração, como é costume, dos relatórios por unidade curricular/turma/docente, inviabilizando, assim, a recolha dos resultados da avaliação de cada um dos docentes pelos estudantes.

Não pode deixar de ser assinalada esta falha da plataforma que evidencia, necessário fosse, a dependência do eficiente funcionamento dos serviços destas plataformas, sendo mister procurar garantir menores falhas, com alguma redundância e ter planos de recuperação operacionais para essas falhas.

Ainda assim, e graças ao esforço minucioso do Gabinete da Qualidade, foi possível recolher alguns dados através dos Relatórios das Unidades Curriculares (e aqui uma chamada de atenção para a necessidade imperiosa da sua produção atempada e de qualidade), que permitam uma avaliação global das unidades curriculares e das infraestruturas e serviços de apoio ao ensino.

São estas condicionantes que enformam a descrição do conteúdo dos inquéritos e o seu processo de realização e análise e, conseqüentemente, os principais comentários que, com base nesse relatório, aqui se replicam ou analisam.

Assim, o inquérito de carácter anónimo, foi aplicado on line através da plataforma Conquest, com uma taxa de participação global de 21%.

A primeira nota é a relativamente fraca participação dos estudantes (praticamente um em cada cinco!), inclusivamente claramente abaixo do ano precedente (27%), situação que tem de ser invertida para que o valor intrínseco destes inquéritos, já sobejamente evidenciado em todos os relatórios precedentes, possa ser fortalecido, já que os tais “sinais” referidos terão tanto maior significado quanto maior for o nível e a qualidade da adesão dos estudantes a responder ao inquérito.

Esta é para o Reitor a principal preocupação, agravada pelo resultado da percentagem de respostas no segundo semestre, de apenas 15%. Por norma, a percentagem no segundo semestre tem sido inferior à do primeiro semestre e aqui isso também aconteceu, pois no ano precedente foi de 19%, ainda assim, em termos relativos, bem superior.

É fundamental envolver os estudantes neste processo e esse envolvimento só será possível se os estudantes puderem confirmar que os “sinais” mais fortes que esses inquéritos evidenciem têm consequências.

Entrando na análise possível dos resultados do inquérito do primeiro semestre, confirmam-se, globalmente, as indicações dos anos precedentes, designadamente:

- i) Moda de “5” em todas as rubricas de avaliação da disciplina, médias sempre ligeiramente superiores a “4”, sendo a maior, como é habitual, a relativa à rubrica “o programa foi cumprido”. Já a mediana salta entre o “4” e o “5”, com prevalência do “5”, aparecendo os “4” apenas nas rubricas “o número de horas de contacto é adequado ao nível de exigência da UC”, “o ritmo das sessões de contacto foi ajustado” e “As sessões de contacto são metodologicamente adequadas”, sendo de notar que todas estas rubricas têm a ver com condições ligadas ao processo pedagógico.
- ii) No que respeita às Avaliação dos Docentes, quer a média, quer a mediana de todas as rubricas é de “5”, sendo a média, naturalmente, inferior mas sempre maior que “4”, com maiores valores relativos, como nos anos

precedentes, na “Assiduidade e pontualidade do docente” e “Revela domínio das matérias que leciona”.

Manifestamente, na opinião global dos estudantes que responderam ao inquérito, os docentes têm uma imagem que só pode ser elogiada no contexto da UAL.

- iii) Também como é costume, os estudantes dão de si uma imagem inferior à que têm dos seus docentes. Curiosamente, a moda de todas as rubricas é “5”, com exceção da “Apreciação global do(a) discente”. Ao contrário, a mediana é “4”, exceto em “Assiste regularmente e na integra às sessões de contacto” e “Foi-me possível aceder à bibliografia e material pedagógico necessários à UC”, com “5”.

As médias são sempre iguais ou superiores a “4”, sendo a menor em “Conseguir gerir o meu tempo de estudo de forma eficaz durante o semestre”

- iv) Embora, no que toca à avaliação das “infraestruturas e serviços de apoio ao ensino” a moda seja 5, a mediana é sempre “4”, com exceção de “Acesso, uso e conteúdo do e-learning”, com “5”. Este dado é consistente com o facto de as médias muito mais próximas de “4”, às vezes ligeiramente inferiores, terem o maior valor no “Funcionamento das plataformas de apoio ao ensino remoto disponibilizado pela UAL”, confirmando as apreciações dos estudantes já referenciados no relatório relativo ao ano precedente.

Tendo em atenção estes resultados globais e não havendo condições para avaliação individual dos docentes, é apenas possível tentar algumas comparações globais entre os diversos departamentos da UAL, sobre os quatro temas atrás abordados.

Antes disso importa salientar uma não despreciable dispersão das percentagens de respostas ao inquérito, já que isso significa um desafio acrescido nalguns casos para a desejável concretização de um mais adequado nível de respostas.

Assim, a primeira nota é que o baixo nível médio de respostas (21%) resulta muito de um baixo nível de respostas nas duas maiores licenciaturas da UAL – Direito (17,9%) e Gestão (17,3%) – embora os menores valores tenham ocorrido nas licenciaturas em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (9,5%) e Arquitetura (11,2%). A licenciatura em Relações Internacionais (18,1%) também ficou aquém da média, enquanto a maior percentagem nas licenciaturas ocorreu em História (43,2%).

Verifica-se, em geral, que as percentagens de respostas são maiores nos mestrado e doutoramentos, não sendo claro se isso é resultado de maior empenho, se de o número de estudantes ser menor e a proximidade ajudar à resposta. Contudo, a maior dimensão nas licenciaturas (com exceção de História) não confirma que a pequena dimensão seja garantia de maior taxa de respostas.

Entrando, agora, na avaliação global de cada curso e começando pela avaliação das unidades curriculares, não há, em geral, significativas divergências entre eles no que respeita aos três indicadores estatísticos apresentados.

Algumas diferenças, embora não exageradas, aparecem, designadamente uma média já inferior a “4” no mestrado de História e Património, com medianas já caindo, num caso para 3, com a moda a cair para “4” no que toca à bibliografia e à “Adequação metodológica das sessões de contacto”. A licenciatura em Ciências da Comunicação, tirando a habitual avaliação do cumprimento do programa, tem mediana sistematicamente de 4, incluindo a avaliação global da disciplina. Isso também é visível na licenciatura em Gestão do Desporto, sendo também a moda de “4” com exceção da avaliação global (“5”).

Também a licenciatura em Gestão tem saltos na mediana e uma avaliação final de “4”, o mesmo acontecendo no seu mestrado.

A licenciatura em Engenharia Informática apresenta também esse perfil da mediana, incluindo a avaliação final de disciplinas (“4”).

Embora com menor número de saltos, a licenciatura em Psicologia apresenta vários “4” na mediana, incluindo a avaliação final das disciplinas, o mesmo

acontecendo no mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento, em que, salvo o caso do cumprimento do programa, a mediana é sempre “4”. Esse perfil é muito próximo da licenciatura em Relações Internacionais, com o doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, com grandes saltos entre “4” e “5” na moda e na mediana, embora a avaliação final da disciplina seja “5” em ambas as medidas. Estas breves notas só se justificam pela impossibilidade de não ter todos os dados, não sendo possível identificar razões para essas diferenças que, não sendo exageradas, apontam no sentido de uma potencial melhoria, atentos os resultados globais da UAL.

No que toca à avaliação dos docentes, as divergências em relação aos valores globais são claramente menores pois, com exclusão de alguns “4” da mediana na “tradicional” rubrica do “Regime de avaliação é adequado”, apenas há a notar medianas de “4” na avaliação global dos docentes em Gestão do Desporto, Engenharia Informática, Mestrado de Gestão de Empresas e Mestrado de História e Património e Licenciatura em Relação Internacionais.

Esta menor discrepância parece indicar que haverá maiores diferenças no campo das unidades curriculares, designadamente em questões de natureza pedagógica, sendo estes a eventual razão de alguns casos de “4” na avaliação global dos docentes.

Passando à autoavaliação dos discentes, verifica-se, com raras exceções, mas uma delas flagrantemente afastada, a diferença dessa autoavaliação entre os diversos cursos é muito pequena. Há casos em que, numa ou noutra rubrica, a “moda” deixa de ser “5”, mas nada a assinalar, a não ser a presença de dois “3” no Doutoramento em Arquitetura, nas rubricas “Conseguir gerir o meu tempo de forma eficaz durante o semestre” e, sobretudo, “A apreciação global do(a) docente”.

O caso mais singular é o do Mestrado em História e Patrimónios que sai fora do conjunto das outras autoavaliações. Sendo certo que a mediana e a média da “apreciação global do docente” continuou a ser “4” (a moda cai também para “4”), há duas “modas” de “3” em “Fora das sessões de contacto, participa em discussões ou trabalhos de grupo” e em “Conseguir gerir o meu tempo de estudo de forma eficaz

durante o semestre”, sendo que nesta última rubrica a média cai para pouco mais de “2”.

Estas divergências face aos resultados globais, parecem também resultar de grandes diferenças nas condições dos estudantes que frequentam este mestrado.

Finalmente, no que respeita às “Infraestruturas e serviços de apoio ao ensino”, as variações são mais significativas na licenciatura em Relações Internacionais e nos mestrados em História e Patrimónios e em Gestão de Empresas, para além dos cursos do Departamento de Arquitetura que, deste ponto de vista, é um caso singular.

Na generalidade, as maiores divergências, que levam a médias inferiores a “4”, estão ligadas à “Adequação dos espaços das salas às sessões de contacto” e à “Qualidade geral das instalações da universidade”. No caso do Mestrado em Gestão de Empresas são estas as principais diferenças, a que acresce uma outra, de igual natureza, “Adequação dos espaços, em geral, ao número de discentes”.

Já o caso do Mestrado em História e Patrimónios tem um perfil radicalmente diferente do global pois boa parte das rubricas avaliadas tem a média e a mediana entre “3” e “4” e a moda saltita entre “3” e “5”, passando pelo “4”, sendo de relevar, em contraste com os outros cursos, a moda de “3” na rubrica “Apoio prestado pela UAL no acesso às plataformas de apoio ao ensino remoto”, em claro contraste com a moda de “5” atribuída ao “Acesso, uso e conteúdo de e-learning”, o que, de novo, parece indiciar a existência de alguma heterogeneidade entre as situações dos estudantes.

A situação da Licenciatura em Relações Internacionais tem algo de semelhante, pois mantém o pico de “5” na moda (o único “5”) no “Acesso e uso de conteúdos de e-learning”, mas tendo esta medida e as outras duas no intervalo (3,4), com “3” em cinco das sete rubricas, afastando-se ainda do Mestrado em História e Patrimónios ao avaliar em “4” o “Funcionamento da plataforma de apoio ao ensino remoto disponibilizado pela UAL”, a que, com surpresa, o referido mestrado tinha atribuído a moda de “5”. Esta aparente contradição parece dar maior peso à “acusação” de falta de ajuda no seu uso.

O caso singular de Arquitetura não pode ser lido sem ter em conta as suas instalações específicas e o seu isolamento “físico” no contexto da UAL. Assim, no seu Mestrado Integrado, a variação da média e da mediana também estão no intervalo [3, 4], mas a moda prevalece em “5”, exceto na “Qualidade das instalações da universidade”, na mesma linha do Mestrado em História e Patrimónios, no “Apoio prestado pela UAL ao acesso às plataformas de apoio ao ensino remoto”.

Onde a situação se afasta muito mais do global da UAL é na avaliação feita pelos estudantes do Doutoramento de Direito. Embora a média ainda continue entre [3, 4], mas muito mais próxima de “3” do que do “4”, com exceção do “Funcionamento dos Serviços Académicos (Secretaria) e Serviços de Apoio (SASE, Biblioteca, Erasmus...)”, cuja moda é “4” (a única no conjunto), há que referir 3 modas de “2” nos casos da adequação dos espaços e na qualidade das instalações, reproduzindo, de algum modo, o que se passa globalmente, mas com uma apreciação ainda mais negativa, que culminou com a moda de “3” nos “Acesso, uso e conteúdos do e-learning”, “Funcionamento das plataformas de apoio ao ensino remoto disponibilizado pela UAL” e, também ao problema do apoio prestado na utilização desses meios. Neste campo há um desfasamento sensível face à avaliação global no âmbito da UAL.

Como vem sendo hábito nos relatórios precedentes, há que não esquecer os comentários voluntários que os estudantes apresentam nas suas avaliações, a partir dos quais o Gabinete da Qualidade procurou identificar o que chamou “Pontos Fortes” e “Pontos Fracos”, na busca consistente com os objetivos centrais deste tipo de avaliações, de identificar oportunidades de melhoria.

Na identificação dos pontos fortes globais da UAL é flagrante o papel dos docentes, já que 67,6% (!) dos que indicaram 6 tipos de pontos fortes, referiram os docentes, resultado perfeitamente consistente com as indicações dos inquéritos.

Todas as outras referências ficaram bem longe, concentrando-se em “Conteúdos programáticos” (13,4%) e “Método de Ensino” (11,2%).

Desse conjunto de informações foi retirada uma série de potenciais áreas de melhoria repartidas pela área conjugada Docente/Unidade Curricular, a que acrescem Infraestruturas e Serviços de Apoio e Outros.

No primeiro conjunto, há que destacar o grande domínio do par Docente/Avaliação, com o Docente a receber 29,4% e a Avaliação 30,0%. Em terceiro lugar aparecem os Métodos de Ensino com 12,4%, Conteúdos Programáticos (7,9%) e Bibliografia e Material Pedagógico de Apoio (7,5%). Se a isto se acrescentar que as outras indicações de melhoria são Carga Horária, Grau de Exigência e Dimensão das Turmas que, em conjunto, representam os restantes 12,8% de referências, entende-se melhor a aparente contradição entre os Docentes serem o ponto forte e aparecerem também como necessitando de melhoria.

Emerge da ultrapassagem dessa aparente contradição, uma melhoria de organização escolar e das competências e métodos pedagógicos dos docentes.

Não pode, entretanto, deixar de se salientar que os problemas de avaliação emergem como grande preocupação dos estudantes, o que merece uma reflexão que não pode deixar de ser feita.

Que pretendem os estudantes da universidade?

Obter um diploma ou aumentar a sua capacidade de entender a vida, a ciência, a sociedade, em trabalho conjunto com os colegas e docentes? Claro que pode não haver disjunção entre as duas alternativas, para o que é suficiente, mas não fácil, que as vias que levam à concretização do diploma sejam aquelas que respondem, também, aos outros objetivos descritos.

Ora seria irresponsável pensar que se ultrapassou tal disjunção, mas ela tem de ser superada e é nesse sentido que devem ir as ações de melhoria, o que obrigará a uma não despicienda alteração dos métodos pedagógicos e de cooperação intensa e contínua entre docentes, estudantes e organização universitária.

Não temos informação sobre as razões que motivam os estudantes a darem a prevalência das melhorias à avaliação, mas é assunto que não pode ser alienado. Neste contexto, não pode deixar de se referir que tal como se identificam opiniões

de melhoria para 3 dos 4 temas abordados no inquérito, não se consigam identificar ações de melhora dos próprios estudantes. É evidente que isso não se pode, nem se deve, fazer sem a sua indispensável e comprometida participação. Com as informações disponíveis, pouco se poderá adiantar neste relatório. Contudo, um maior grau de informação, embora infelizmente menos representativo, devido ao baixo grau de respostas ao inquérito nesse semestre, disponível poderá servir de ponto de partida para discussão nesta área.

Será interessante saber se há diferenças significativas entre os departamentos. Uma síntese das informações disponíveis mostra que não há grande dispersão de posições relativas, embora com ligeiras diferenças nos valores das percentagens, das diversas indicações de melhoria.

A diferença mais interessante é a que respeita à posição relativa Docente/Investigação nos vários departamentos.

Esta comparação fica, no entanto, altamente prejudicada, não só pelas diferenças de taxas de resposta ao inquérito, mas sobretudo pelo número de comentários entre os estudantes que responderam aos inquérito, sendo aí notória a diferença desse número entre departamentos.

Tendo esta ressalva em atenção, verificamos que, na generalidade, o quociente entre o número de referências aos docentes e às avaliações é superior ou igual a 1, exceto em duas situações. Essas duas acontecem nos departamentos de Psicologia (0,47) e Ciências Económicas e Empresariais (0,65), em que, manifestamente, há uma maior preocupação pela melhoria das avaliações. A diferença com os outros (que variam entre 1 e 3) é de tal modo significativa que valeria a pena tentar perceber o que se passa de diferente nesses dois departamentos no que toca às preocupações dos estudantes com os processos e os resultados da avaliação.

Entretanto, vale a pena salientar que, nalguns dos departamentos, o número de respostas foi reduzido, não sendo esses valores significativos, como é o caso de Arquitetura, História e Relações Internacionais.

No que toca às melhorias das infraestruturas, as salas e outros serviços e apoio representam 72,9% das referências, seguidas, embora de longe, pela melhoria dos WC (19,9%), sendo todas as outras residuais.

Como já foi referido, as vicissitudes que impediram a completa concretização dos objetivos do Inquérito Pedagógico aos Discentes no primeiro semestre, não ocorreram no segundo semestre, possibilitando, em princípio, uma riqueza de informação relativamente à avaliação dos docentes por parte dos estudantes que não foi possível observar no primeiro semestre.

Infelizmente, a taxa de respostas caiu bastante (para 15%), não conferindo a necessária confiança às conclusões que podem ser tiradas das informações disponibilizadas, tanto mais que a essa taxa média, correspondem variações muito significativas entre departamentos, cursos e regime de frequência, que fazem com que, nos casos de taxas de resposta baixíssima, raramente se poder tirar qualquer conclusão que seja fundamentada.

Neste contexto, a opção do Reitor neste relatório é, tal como aconteceu para o primeiro semestre, socorrer-se do cuidadoso e pormenorizado relatório do Gabinete da Qualidade para apontar os resultados globais mais significativos, reservando a parte final para uma análise mais pormenorizada das avaliações individuais dos docentes que não estavam disponíveis no primeiro semestre, com o cuidado de respeitar escrupulosamente o anonimato e distinguir, com clareza, o que são já resultados e conclusões com razoável fundamento daquilo que são indicações mais avulsas a que os Coordenadores de Curso e Diretores de Departamento, por certo, não deixarão de dar atenção.

Assim, em termos globais, e ilustrando bem a discrepância entre os diversos cursos, o intervalo de variação da taxa de resposta é [4%, 67%], sendo o extremo inferior observado no Mestrado Integrado em Arquitetura e o limite superior no Doutoramento em História.

São ambas “situações limite” muito afastadas da generalidade das taxas observadas. Aliás, a estrutura dos cursos e o seu modo de funcionamento e, sobretudo, a profunda desigualdade do número de estudantes em cada curso,

justifica, em grande parte, esta grande dispersão. Em particular, verifica-se, sem grande surpresa, que é nos mestrados e, sobretudo, nos doutoramentos, que essas taxas são maiores. Assim, com exceção do Mestrado Integrado em Arquitetura que tem uma taxa inaceitável, o já referido Doutoramento em História, o intervalo de variação é, nesse grupo, [17%, 56%], com extremo inferior do Mestrado em Direito e o superior do Mestrado em Comunicação Aplicada.

Não pode deixar de se chamar a atenção, mesmo neste grupo, para as baixas taxas de resposta, não só no mestrado a que corresponde o extremo inferior, mas também os 23% do Mestrado em Gestão de Empresas.

É certo que elas confirmam que, na generalidade dos cursos, as taxas de resposta são, dentro de cada ciclo, menores nos cursos com maior dimensão.

Isolando as licenciaturas, o intervalo de variação das taxas de resposta é de [11%, 37%], sendo o extremo inferior observado na Licenciatura em Gestão de Empresas e o superior na Licenciatura em História.

Confirma-se que as taxas de resposta dos cursos pós-laborais são superiores às do turno diurno, resultado que se verifica em todas as situações.

Comparando as taxas entre os cursos que têm estudantes em ambos os turnos, o intervalo de variação é de [9%, 35%] com 8 dos 13 cursos abaixo da média global de 15% e apenas 4 acima dessa média global. O extremo inferior do intervalo ocorre nas licenciaturas em Economia e Gestão e o superior na Licenciatura em História.

Os dados relativos ao pós-laboral nos cursos comuns com o diurno, mostram um intervalo de variação de [13%, 60%], sendo o extremo inferior, o único abaixo da média global, na Licenciatura em Relações Internacionais (com a Licenciatura em Gestão de Empresas igual à média global) e o superior na Licenciatura em História.

O Reitor, ao apresentar com algum pormenor estes resultados, pretende chamar a atenção dos Diretores de Departamento e dos Coordenadores de Curso para a necessidade de um claro empenho no aumento das taxas de resposta, situação que também se verifica, como se verá adiante, nas diferenças de taxas de respostas dentro de cada curso. Os incentivos à resposta, com exigente participação de

estudantes e docentes, é condição essencial para obtermos indicações claras de melhoria pedagógica.

Retomando as importantes informações contidas no Relatório do Gabinete da Qualidade, vale a pena ter em atenção os pontos fortes e as ações de melhoria relativas aos Docentes, às Unidades Curriculares e às Infraestruturas e Serviços de Apoio.

Assim, e em termos globais, os docentes aparecem claramente destacados como pontos fortes (60,7%) dos pontos apresentados, seguidos, a boa distância, dos métodos de ensino nas unidades curriculares (18,7%), o que confirma bem a boa avaliação que os estudantes fazem, em geral, do mérito pedagógico da UAL.

Estes resultados são mais uma razão para que haja particular atenção aos casos em que a avaliação é negativa, precisando de melhorias estruturais inalienáveis, problema que o Reitor procurou investigar no estudo dos resultados individuais relativos aos docentes e às unidades curriculares, sem esquecer os próprios estudantes.

Quando se olha para o que os estudantes consideram áreas de melhoria, aparece em primeiro lugar, como é de esperar, a “Avaliação”, com quase um terço (31,6%), seguido, de muito perto, pelo “Docentes” (25,8%) e ainda do Método de Ensino nas Unidades Curriculares (18,1%). Se a isto adicionarmos referências com algum peso aos Conteúdos Programáticos e à Bibliografia e Material de Apoio Pedagógico e Carga Horária, parece haver uma contradição com a tal avaliação positiva das condições pedagógicas.

Mas a contradição é ilusória, pois o que fica evidente é o peso, no conjunto das respostas, que é naturalmente dado pelos estudantes às situações em que as condições pedagógicas não são, na sua opinião, as desejáveis, o que robustece a preocupação do Reitor em avaliar com pormenor essa situação.

Há, entretanto, um resultado interessante, quiçá surpreendente, e que questiona seriamente os docentes e os processos de avaliação. É que, ao mesmo tempo que, como já foi salientado, a avaliação é o principal ponto de melhoria indicado pelos

estudantes, a melhoria do nível de exigência representa apenas 2,2% (!) das referências.

Isto parece significar que o que está em causa são os métodos de avaliação e não o grau de exigência.

Passando aos departamentos, verifica-se que as observações atrás feitas têm plena confirmação até na variação das posições relativas das propostas de melhoria. Com efeito, em todas elas e, destacadamente, o ponto mais forte salientado é dos docentes. E, no entanto, quando se passa às propostas de melhoria, em 3 departamentos a proposta de melhoria dos docentes ultrapassa o das avaliações, o que, tendo em atenção os resultados da avaliação individual dos docentes que será apresentada mais adiante, se conforma bem com a ideia de que as avaliações menos favoráveis aos docentes são responsáveis por esta alteração, dado o peso relativo dessas avaliações menos favoráveis ser bastante diferente entre departamentos. Há mesmo um deles em que o número de propostas de melhoria das avaliações dos docentes e dos conteúdos programáticos se iguala e, num outro, a melhoria dos docentes passa para terceiro lugar, muito atrás da avaliação, mas também atrás dos métodos de ensino.

No que toca aos níveis atribuídos pelo conjunto dos estudantes aos vários pontos de avaliação dos docentes, confirma-se a quase total obediência ao perfil global da UAL nas médias e modas, de tal modo que, tirando um dos cursos, as diferenças são pouco sensíveis, havendo apenas a notar num dos pontos uma moda inferior a “5” num dos cursos e uma média ligeiramente inferior a 4 nalguns pontos em 3 cursos. O tal curso que destoa é um curso descontinuado, cujas avaliações são muito severas, chegando a atribuir-se a moda “1” nalguns pontos, o que não deixa de ser preocupante, podendo revelar alguma falta de atenção por quem tem o direito de terminar adequadamente um curso dentro dos prazos legais.

Já no que toca à apreciação global das disciplinas, embora a grande maioria siga o perfil global, há mais situações com algumas divergências, designadamente nas áreas informáticas e nalguns mestrados e doutoramentos, embora sem caírem em

avaliações negativas, com exceção, uma vez mais, do tal curso descontinuado já referido.

No que toca à avaliação das instalações e serviços de apoio não há grandes distinções face ao que já foi referido relativamente ao primeiro semestre.

Focando agora a atenção nas avaliações individuais dos docentes, é claro que a generalidade dos docentes com um ou outro ponto de avaliação mais desalinhado com o perfil global já anunciado tem avaliações “boas” (4) ou “muito boas” (5) (na moda), com médias normalmente acima de 4. Há também algumas situações intermédias em que o número de vezes em que o “3” é atribuído já é superior à do perfil geral e mesmo uma ou outra avaliação negativa num ou noutra ponto de avaliação que o docente (e a coordenação do curso) devem ter em conta para o futuro, mas que não são situações preocupantes, a menos que, e não é claro que nalguns casos assim não seja, tal seja fruto de uma rotina que não se quer, ou não se pode, ultrapassar.

É, obviamente, um problema que tem de ser levado em conta pelos Diretores de Departamento, tendo, ainda, em especial atenção, a relação contratual do docente e a sua colocação na carreira docente.

Neste contexto e na continuação das indicações já dadas sobre casos mais preocupantes, o Reitor debruça-se, com prioridade, sobre as situações em que, consistentemente, os estudantes atribuíram níveis negativos (“1” e “2” em 5) aos docentes nos diversos pontos em avaliação.

Uma vez mais, a expressão global desses níveis atribuídos é quase irrelevante. Assim, a soma total de “1” e “2” atribuídos a todos os docentes em todos os pontos em análise representa apenas 1,37 por mil de todos os níveis atribuídos. No entanto, quando se distinguem entre o “2” e o “1” emerge a primeira preocupação: o número de vezes em que o “1” é atribuído é quase duplo (1,78 vezes maior) do número de vezes em que o “2” é atribuído.

Acontece que esse quociente, embora variável entre departamentos, é sempre maior que 1, com duas exceções: Relações Internacionais em que o “2” é 1,25 maior

que o “1” e História, Artes e Humanidades que, e é de salientar vivamente, não apresenta qualquer atribuição de “1” ou de “2”.

Aparte esses dois departamentos, o intervalo de variação desse quociente é [1,25; 4,5], sendo o extremo inferior em Ciências da Comunicação e o superior em Psicologia.

Note-se que estes valores relativos não traduzem os valores absolutos de “1” e “2” em cada um dos departamentos, mas apenas a “intensidade” com que o “1” é atribuído em relação ao “2”.

Entende o Reitor, e é a hipótese em que se baseia para fazer a análise que se segue, que essa intensidade, isto é, o peso de “1” marca a rejeição do estudante face à “performance” pedagógica do docente, sendo um dado de maior significado que o “2” que representa uma insatisfação com essa “performance”.

Quanto ao número absoluto de “1” e de “2”, em conjunto, e não considerando o Departamento de História, Artes e Humanidades, estão no intervalo [12, 58], sendo interessante e, conseqüentemente, desafiante, salientar que não há uma grande correlação entre os totais de “1” e “2” com o número de estudantes de cada curso ou departamento e, também não com o número de docentes (que varia com a sua relação contratual com a UAL), para além de docentes afetados a um departamento, lecionarem unidades letivas noutros departamentos. E esta última situação não é a menos significativa, pois, pelas avaliações dos alunos se nota, frequentemente, uma desadequação do docente de um departamento às expectativas dos estudantes do outro departamento em que também leciona. É um problema complexo pois sendo importante haver colaboração interdepartamental e interdisciplinar, a busca de sinergias tem de ser devidamente enquadrada com a capacidade de o docente absorver essa interdisciplinaridade, apercebendo-se de algumas diferenças metodológicas e do nível de conhecimentos de base entre áreas disciplinares diversas.

Tendo em atenção a já referida preocupação de identificação de situações que considera graves do ponto de vista pedagógico, o Reitor escolheu como critério, que crê não poder considerar-se exagerado face às preocupações em causa, identificar

docentes com pelo menos 4 modas de “1” (nem teve em atenção a atribuição do nível “2”) nos 8 pontos em avaliação, ou seja, 50% de modas “1”.

Verificou existirem 6,1% de docentes nesta situação, correspondendo a 38,8% do total de modas “1” atribuídas ao conjunto de todos os docentes em todos os pontos em avaliação.

Este resultado estatístico tem, no entanto, de ser lido com o máximo cuidado, sendo já de salientar que, com exceção do Departamento de História, Artes e Humanidades, há presenças em todos os outros departamentos, com 2 presenças em 4 deles, 3 presenças num deles e 4 presenças noutra.

Só que essas presenças têm de ser avaliadas com a devida contextualização. Há situações em que o docente tem esses maus resultados num departamento que não é o seu, outras, e estas são frequentes, em que os docentes têm uma má avaliação num dos turnos e outro muito diferente, na mesma disciplina no outro turno, sendo mais habitual, nestes casos, uma pior classificação no pós-laboral, embora haja menos situações em que se verifica o contrário.

Há que procurar se há desadequação na atribuição de serviço docente, por exemplo, sem esquecer de ter por base a sua posição específica e contratual no contexto da UAL.

Estes resultados não podem esquecer outras situações que, com menos classificação de “1”, serão tão ou mais preocupantes que estas, por se verificarem no contexto não tão diferenciado quanto aqueles que são atrás referidos.

Com isto o Reitor quer chamar a atenção para a necessidade de as Direções de Departamento terem na devida conta as informações relevantes e tirarem delas consequências quer no que respeita à proposta de contratação ou à não recondução de docentes e, sobretudo, o cuidado com a atribuição de serviço docente, sempre, é claro, em estrita relação com a Administração da Entidade Instituidora da UAL.

Como já se referiu, no segundo semestre os problemas do primeiro semestre, que impediram a disponibilização dos inquéritos individuais relativos a cada docente,

cada unidade curricular e cada regime de frequência, foram ultrapassados, o que permitiu apresentar os resultados precedentes.

Estes estão fundamentalmente virados para as situações que necessitam de melhoria ou até eliminação, sem que isso possa obnubilar situações de clara melhoria que ainda podem e devem ocorrer e com vários docentes e com várias unidades curriculares, pois há várias situações que, não sendo negativas, ainda têm presença acentuada de uma valorização modal ou mediana de “3”.

Sem deixar de chamar a atenção para a necessidade de também não deixar de ter essa situação em conta, designadamente pelos Coordenadores dos Cursos e dos Diretores de Departamento, globalmente ao Reitor preocupa fundamentalmente as situações mais negativas que têm de ser, urgentemente, superadas.

Daí o ter percorrido, uma a uma, todas as avaliações feitas e procurado identificar todas as classificações negativas (“1” e “2”) nas diversas componentes de avaliação dos docentes. Entretanto, verificou que, para essa avaliação dificilmente poderia prescindir das avaliações das unidades curriculares que os docentes lecionaram, já que, com raras exceções, pontos negativos na avaliação dos docentes tinham também correspondência às situações de avaliações negativas das unidades curriculares. Globalmente, verificou-se que a divergência entre o número total de “1” e “2” nas avaliações das unidades curriculares e dos docentes é da ordem de 4%.

Este dado motivou o Reitor para um aprofundamento das avaliações de cada critério de avaliação, para melhor identificar aqueles que os estudantes consideram merecer maior atenção na perspetiva de melhoria pedagógica. E essa motivação do Reitor robustece-se perante o facto de, em várias situações, alguns docentes considerarem que não faz sentido serem avaliados pelos estudantes. Além de esses questionários de avaliação serem hoje considerados imprescindíveis para acreditação de uma Instituição de Ensino Superior, os muitos anos que o Reitor tem de acompanhamento das respostas a esses questionários evidenciam, sem qualquer ambiguidade, o valor das avaliações ou críticas que fazem. Isto não quer dizer que não haja alguns exageros e motivações pessoais que têm de ser ignorados

como verdadeiras avaliações, mas, como em todos os relatórios anteriores se tem evidenciado, globalmente estas avaliações são credíveis e têm, ou podem ter, grande utilidade. E o que se verifica nestes cálculos que o Reitor fez não invalidam, antes confirmam, o seu otimismo relativamente aos méritos do Questionário.

Contudo, persiste um grande “entrave” para uma utilização de confiança dos resultados e das opiniões que constam desses questionários que é a baixa taxa de respostas.

Já foi bem salientada a necessidade de aumentar essa taxa de resposta e o Reitor insiste na possibilidade clara de o concretizar, já que há grandes diferenças entre os diversos cursos e departamentos nesse campo, que também têm a ver com o empenho e o modo como estes questionários são levados à prática, quer no seu preenchimento, quer na visibilidade para os estudantes dos seus esperados efeitos.

Nesta investigação aprofundada, o Reitor verificou, no contexto da dispersão já referida, muitos casos em que as taxas de resposta dentro das próprias unidades curriculares e dos docentes do mesmo curso serem muito diversificadas, alguns com percentagens inferiores a 5%.

Daqui resulta que os resultados globais que se apresentam estão “viciados” por esta dispersão, já que a adição é uma operação homogénea e as parcelas que nela se usam têm que ter graus de fiabilidade semelhantes, o que está longe de se verificar, sobretudo quando, como é muitas vezes o caso, o grau mínimo de confiança estatística não existe.

Daí que o Reitor, neste situação, decida não apresentar resultados com grande discriminação, pois uns serão mais seguros que outros e as comparações que sempre se fariam não teriam, frequentemente, legitimidade.

Será preferível que, globalmente, os indicadores que se vão apresentar sejam antes considerados como “sinais” a ter em atenção, posto que não irrelevantes.

Assim, globalmente, e tendo em atenção oito rubricas de avaliação dos docentes, se a distribuição do conjunto dos “1” e “2” pelas diversas rubricas fosse homogénea, cada uma delas teria recebido 12,5% dessas avaliações. Contudo, como era de

esperar, a distribuição é heterogénea, com um intervalo de variação dessas percentagens de [4,9%, 18,8%]. O limite inferior verifica-se na Assiduidade e Pontualidade e o limite superior na Eficácia da Comunicação do Docente.

O limite inferior está claramente abaixo dos 12,5%, evidenciando que este não é um problema muito relevante na UAL, o que confere um ónus muito específico às situações em que isso ocorre. Muito afastado, ainda, desses 12,5% estão também os 6,4% relativos ao Domínio das Matérias por parte dos docentes, que evidencia situações muito particulares a ter em atenção.

Estes dois resultados parecem evidenciar que Assiduidade, a Pontualidade e o Domínio das Matérias por parte dos Docentes não constituem preocupação de maior na UAL, sem embargo de algumas situações avulsas a merecerem, eventualmente, alguma atenção.

Abaixo dos 12,5% está ainda a relativa ao Cuidado de preparação das sessões de contacto (10,8%).

No extremo superior, atenção especial também para a Disponibilidade fora das sessões de contacto (17,4%), como era de esperar, mas, como se confirma, sem ter a valorização mais negativa do conjunto, a avaliação (15,6%).

Acima dos 12,5% estão ainda a Adaptação ao ensino on line (12,8%) e a Avaliação Global do Docente (19,5%). De notar que, esta última, tem claramente uma característica diferente das outras, já que, de algum modo, envolve uma integração da avaliação de todas as outras. Por isso mesmo, não pode deixar de se notar que cerca de 14,5% das avaliações globais de docentes foram negativas (“1” ou “2”). Contudo, isso não significa que 14,5% dos docentes tiveram avaliação global negativa, já que muitos dos docentes lecionaram mais do que uma unidade curricular e também em dois turnos diferentes, com casos em que o mesmo docente tem mais do que uma avaliação global negativa.

Há que salientar, ainda, que a distribuição das valorizações neste caso apresenta uma grande dispersão entre os diversos departamentos, situando-se, em números

absolutos de “1” e “2” no intervalo [1, 11], sem esquecer que no Departamento História, Artes e Humanidades não há qualquer valorização de “1” ou “2”.

Os sinais parecem, assim, indicar alguma necessidade de melhoria nos campos da comunicação e da disponibilidade dos docentes, sendo as situações mais preocupantes as que avaliam negativamente os docentes, que os Diretores de Departamento devem ter em particular atenção.

Como já se referiu, há uma clara correlação entre as avaliações dos docentes e das disciplinas que lecionam, sem embargo de haver situações em que essas avaliações não vão no mesmo sentido.

Neste contexto, e tendo em atenção que também há 8 rubricas em avaliação na unidade curricular, verificamos uma menor dispersão do conjunto de “1” e “2” entre as rubricas.

O intervalo de variação (não esquecendo que o Departamento de História, Artes e Humanidades é uma situação singular, não tendo ocorrido nenhuma dessas valorizações) é de [7,5%; 17,4%], correspondendo o extremo inferior a Cumprimento do Programa e o superior à Adequação das Metodologias da Sessão. Também o ritmo das sessões de contacto, com 16,5%, cai claramente, com a valorização global da disciplina a obter 14,9%.

Abaixo dos 12,5% estão também a Adequação do Número de Horas de Contacto (8,9%), a Adequação da Bibliografia e a Adequação dos Programas aos Conhecimentos do Estudante, ambos com 11,4%. A Adequação dos Conteúdos tem exatamente os 12,5%.

Uma primeira interpretação destes sinais parece indicar que é mais preocupante o modo como as sessões são estruturadas e o ritmo e processo de comunicação, ambos consistentes com as avaliações dadas aos docentes, do que o conteúdo dessas sessões.

Já a avaliação global é mais preocupante, pois, neste caso, não há repetições, exceto entre turnos, verificando-se, às vezes, diferenças claras na avaliação entre

os dois turnos. Também aqui há uma dispersão grande, sendo o intervalo, em números absolutos [2, 13].

Esta dispersão e outras que se verificam entre rubricas devem ser lidas com cuidado ao nível de cada Departamento, pois as diferenças não são irrelevantes.

1.1.2.3. Atividades de investigação e outras não docentes

Este ponto pretende evidenciar a participação dos docentes nas outras atividades que devem caracterizar uma Universidade para além da função pedagógica, ou seja, a investigação, a gestão universitária e a relação com a sociedade.

Naturalmente, os docentes serão os agentes essenciais para evidenciar esta presença como, aliás, é bem demonstrado pelo seu processo de avaliação trienal, apresentado e comentado no Relatório do Reitor relativo ao ano letivo precedente, sem embargo do envolvimento de toda a Comunidade Académica nesse desiderato.

No que toca especificamente aos docentes, as informações relativas a estas outras atividades é, fundamentalmente, obtidas através de um questionário que lhes é enviado e cujos resultados se apresentam no Anexo 3 - Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações.

A primeira, e desagradável, nota é a de que apenas 55,1% dos 232 docentes terem respondido ao questionário, na linha, aliás, do ano precedente (55,5%).

Não é possível concluir que os que não responderam, mesmo que muitos desses estejam em tempo parcial na UAL, não tenham participado em qualquer das muitas atividades que o Anexo 3 contempla. Se assim não é, e o Reitor admite que não, então há que tirar ilações sobre o comportamento dos docentes no que toca à reiterada solicitação de informações que são essenciais para que a UAL possa evidenciar toda a sua atividade e a gradualidade da sua evolução, o que, deste modo, fica comprometido.

É de notar que, globalmente, há uma clara assimetria entre as percentagens de resposta por Departamento, com um intervalo de variação de [29,2%; 93,8%], sendo

o limite inferior do intervalo observado em Arquitetura e o limite superior em Relações Internacionais.

Curiosamente, dentro do intervalo há uma manifesta discrepância entre os que têm percentagens de resposta inferiores à média, pois variam entre 29,2% e 48,1% (este valor observado em Ciências Económicas e Empresariais) sendo os outros valores de 33,3% em Ciências da Comunicação e 41,2% em Engenharia e Ciências da Computação, e as que têm valores superiores à média. De facto, estas variam entre 63,6% em História e 74,1% em Psicologia, para além do valor bem diferente já apontado para Relações Internacionais, com Direito ainda bem acima da média, com 71,8%.

Esta enorme dispersão não pode deixar de ser tida em atenção se se quer, como se deve, melhorar o nível de informação, para que se possa desenvolver um verdadeiro processo de melhoria.

Isto é tanto mais relevante quanto não se verifica uma clara correlação entre as percentagens de resposta ao Questionário pelos representantes de cada departamento, e as respetivas percentagens da situação de tempo parcial. Apenas a curiosidade de Relações Internacionais com a singular (no conjunto dos departamentos) taxa de 6,3% a tempo parcial (o intervalo de variação é de [6,3%; 48,7%], correspondendo o limite superior a Direito, sendo a média de 36,2%.

De facto, Ciências da Comunicação (33,3%) e Ciências Económicas e Empresariais (37%) e Arquitetura (37,5%) com percentagens de pessoal em tempo parcial da ordem da média da UAL ou mesmo inferior a essa média, têm taxas de resposta claramente inferiores à média da taxa de resposta, enquanto, por exemplo, Psicologia, com 48,1% em tempo parcial, apresenta uma taxa de resposta de 74,1%.

É, pois, urgente refletir sobre o que se passa neste campo e promover as explicações adequadas das quais devem resultar ações concretas para ultrapassar ou o problema da falta de resposta ou, o que é bem pior e de recear, uma real falta de participação nas atividades não docentes.

Tendo em particular atenção a necessidade da promoção da investigação e do aumento da internacionalização na UAL, vale a pena, entretanto, olhar para os sinais dados neste âmbito, pelas respostas ao questionário, sem embargo de voltar, mais integradamente, a estes assuntos em pontos específicos do Relatório.

No Anexo 3 figuram Mestrados e Doutoramentos, como em anos precedentes, neste conjunto amplo de atividades. Entende o Reitor que os Mestrados, cujo tronco essencial é um curso, deverá figurar exclusivamente na parte da docência, ao contrário dos Doutoramentos, cuja essência é a produção de uma tese original, pertencendo, portanto, ao domínio da investigação.

Neste domínio, o sinal mais significativo na área da Investigação é o dado pela desagregação das publicações, sem embargo de várias entre elas terem um conteúdo mais de divulgação do que de produção científica.

Ainda em nível relativamente baixo, embora seja a rubrica com maior número de referências (73), aparecem artigos científicos publicados nas revista indexadas na Scopus ou na Web of Science, cerca de 20% mais que no ano precedente, pertencendo essas referências a 37 docentes, cerca de 19% mais do que no ano precedente.

Estes valores, no entanto, devem ser sempre reavaliados à luz de vários critérios, designadamente o número de coautores de cada artigo (que leva a aumentar o número de referências no questionário, pois cada autor referencia o artigo), a concentração em poucos autores, sendo certo que alguma desta concentração, também tem a ver com o facto de alguns autores estarem presentes em vários artigos com um número não despidendo de coautores, questão que está longe de estar devidamente escrutinada no campo das publicações.

Para além desses artigos, há a referir ainda 19 artigos em revistas científicas internacionais com arbitragem, 17 em revistas nacionais com arbitragem, além de 13 artigos em revistas nacionais e internacionais sem arbitragem.

Têm ainda significado neste campo 18 artigos publicados nos “proceedings” de conferências e congressos, embora nem todos eles indiquem que tenha havido

arbitragem prévia à apresentação. São referidas várias outras publicações mais no campo da divulgação, sendo de salientar, por já terem expressão no campo da internacionalização, 56 capítulos de livros internacionais, para além da produção de 11 livros internacionais.

O número total de referências a publicações de todo o género é de 419, uma média inferior a 2 publicações por docente da UAL. Mas essa média cresce para quase 4 quando se têm em conta apenas o número de docentes que respondeu ao questionário e sobe ainda mais para 6 quando se consideram apenas os docentes que, tendo respondido ao inquérito, também referiram publicações.

Esta série de indicações quantitativas parece ser um sinal de concentração num grupo de docentes, já que só indicaram ter tido publicações 69 dos docentes da UAL (29,7% dos docentes da UAL e 53,9% dos que responderam ao questionário).

E quando se procura aprofundar o nível de concertação, considerando todos os docentes que indicaram 6 ou mais publicações (sem distinguir entre o seu tipo e valorização específica) observa-se que 31 docentes (12,9% dos docentes da UAL) são responsáveis por cerca de 70% de todas as publicações, o que evidencia, com clareza, que as publicações se confinam ainda a um grupo relativamente pequeno de docentes que, em princípio, já têm uma produção científica ou de divulgação apreciável. Acresce que há também uma não despicienda assimetria entre os vários departamentos, com alguma natural relação com a existência ou não de Doutoramento e de Unidades de Investigação, tema a retomar em ponto específico do relatório.

Ainda centrando-nos na atividade de investigação dos docentes, é claro que não devemos circunscrever-nos às publicações, situação que também, e com maior peso ainda, deve ser tida em conta na internacionalização.

Assim, globalmente, não pode deixar de se salientar as 135 referências a projetos de investigação e 574 presenças em congressos/seminários no conjunto dos docentes. É claro que este número é obtido por uma soma de parcelas que não têm a mesma natureza e, sobretudo, a mesma relevância científica, para além de,

também aqui, poder haver atividades com presença simultânea de vários docentes da UAL.

No que toca à variedade da natureza das participações presentes no Anexo 3, basta citar, sem esgotar todas as referências, conferência internacional com “referee”, internacional por convite, congresso internacional por proposta, reunião doutoral, palestra, workshop, organização de congressos ou de conferências, apresentação de livros, arguência de projetos, apresentação de cátedra, mesa redonda, para além das muitas citações de congressos/conferências nacionais com ou sem “referee”. Se a isto acrescentar a diversidade de nível de intervenção ligada a cada referência, entender-se-á bem como é necessário um escrutínio muito densificado da informação constante do Anexo 3 para apreciar o papel real desempenhado pelo docente em cada participação, sendo evidente que só a apresentação de comunicação, designadamente com arbitragem garante que estamos em presença de algo ligado à investigação, tal como orador em workshop ou seminário de investigação.

Já no campo da internacionalização pode ser diferente, pois a participação, particularmente se ativa, nos tipos de atividades mencionadas, desde que de nível internacional, faz sentido ser referenciada.

Uma observação geral das informações aí registadas não deixa dúvidas de que tem aumentado, e é de saudar, a referência à presença, crescentemente ativa, em conferências/seminários/congressos de expressão internacional, bem como em organização de igual tipo de eventos em Portugal com participação internacional.

Contudo, também não escapa a essa observação, que essas referências não constituem ainda o grande peso das participações comunicadas, sendo também evidente que os “crivos” dos docentes para escolha do que consideram participação que deve ser referenciada são muito diferentes. Essa poderá ser uma das razões, mas não a única para, uma vez mais, evidenciar a significativa concentração das participações num relativamente pequeno (face ao desejável) número de docentes.

Assim, apenas 79 docentes (61,7% dos que responderam ao questionário e 34,1% dos docentes da UAL) indicaram pelo menos uma participação neste conjunto de

eventos. Só que a dispersão do número de participações é enorme entre o conjunto de docentes, mas também entre docentes do mesmo departamento e entre departamentos.

Para ilustrar esta dispersão, basta evidenciar que o intervalo de variação do número de participações indicadas por cada docente é [1; 36], com uma média de 7,25 e com 50% das participações comunicadas por docente com 13 (!) ou mais participações cada, o que é, desde logo, um caro sinal de concentração global.

Esta é ainda mais visível quando se observa que os 12 (15,2% dos que indicaram participações) com 15 (cerca do dobro da média) participações são responsáveis por 41% do total.

No que respeita à dispersão por departamentos, há que notar que o intervalo de variação do número de docentes com participação é de [2; 15] sendo o limite inferior verificado em 2 departamentos, com todos os restantes com 11 ou mais docentes.

O intervalo de variação das médias por departamento é [3,5; 11,4] e a variação do número de participações por docentes também é muito acentuada.

Como ilustração mais significativa dessa assimetria, pode referir-se o caso do Departamento com mais docentes participantes (15%), que tem uma média baixa (4,3) e que, se retirarmos as participações dos 2 docentes com maior número, passará a ter uma média de 2,4.

Estes dados são mais que suficientes para evidenciar, independentemente de todas as observações sobre a variedade das participações e tipos de participação que, também neste campo, há um grande e indesejável número de docentes da UAL que ou não responderam ao questionário ou, tendo respondido, mostram uma fraca inserção no leque de funções que um docente universitário deve assumir.

O mesmo se dirá, ainda em maior grau, no que toca aos projetos de investigação, estes inequivocamente um sinal do empenhamento neste perfil. Globalmente são apresentadas 135 referências a participação em projetos, com grande diferenciação, também aqui, entre os diversos departamentos, sendo o intervalo de

variação, por departamento, de [1; 42], sendo o limite inferior no Departamento de Engenharia e Ciências da Computação e o superior em História.

Em termos percentuais, outros 2 departamentos apresentam menos de 10% e os restantes têm participações muito semelhantes (entre 13,3% e 15,6%).

Uma leitura atenta do Anexo 3 revela, de novo, alguma inconsistência entre o que os docentes entendem por projeto de investigação, já que algumas referências não podem ser enquadradas nessa designação.

A isso acresce uma diferença entre docentes integrados em unidades de investigação da UAL, onde, naturalmente, correm alguns projetos que, aliás, devem ser avaliados mais aprofundadamente no tal ponto do relatório especificamente votado à Investigação. Nesse sentido, quando não é indicado qualquer projeto de investigação e apenas a pertença a uma unidade de investigação não está provada qualquer ligação a um projeto. A experiência vivida pelo Reitor legitima a hipótese de que há docentes integrados em unidades de investigação mas com colaboração quase irrelevante, o que, aliás, a confirmar-se esta observação do Reitor, não pode ser tolerado. O Reitor reconhece que a exigência formal para a acreditação de unidades de investigação obriga a que se apresente um número mínimo de colaboradores, mas não é legítimo que haja “silent partners” neste campo.

Neste contexto, os dados que aqui se apresentam, sem deixar de dar o retrato da informação veiculada no Anexo 3, são, depois, reavaliados, descontando os relativos a docentes que não identificaram qualquer projeto de investigação.

Assim, sem fazer ainda a correção indicada, são 71 os docentes que consideram estar integrados em projetos de investigação, ou seja, apenas 30,6% do total de docentes e 55,5% dos que responderam ao questionário.

Fazendo as reavaliações atrás justificadas, considera-se apenas 51 docentes participantes com 120 participações, o que baixa as percentagens anteriores, mais sensivelmente no número de docentes de que no de participações, uma vez que a cada docente ora não considerado correspondia apenas uma participação. Assim, a nova percentagem dos que indicaram credivelmente projetos de investigação é de

39,8% do número de docentes que responderam ao questionário e 22% (pouco mais de 1 em 5) dos docentes da UAL.

Neste campo vale a pena salientar que a diferença de percentagens resultantes da assumida reavaliação se centra, fundamentalmente, nos dois maiores departamentos da UAL: Ciências Económicas e Empresariais e Direito. Parece que tal poderia ser justificado pela existência de unidades de investigação com alguma, mas diferente, expressão nesses dois departamentos, mas esta hipótese cai por terra, já que em História, Relações Internacionais e, sobretudo, Psicologia, estes dois últimos com unidades de investigação acreditadas pela FCT quase não houve lugar a reavaliações.

Dada a natureza dos projetos de investigação, não é de esperar um espaço de variação do número de presenças de cada docente. Mesmo assim, o intervalo de variação é de [1, 6], com uma média de cerca de 2,4 (120 presenças e 51 docentes). Sendo já evidente a concentração num conjunto relativamente reduzido do conjunto dos docentes da UAL e mesmo no subconjunto dos que responderam ao questionário, também dentro dos 51 que apresentaram reavaliadas participações não deixa de haver uma clara concentração. Efetivamente, há 10 dos 51 (cerca de 20%) que, com participações iguais ou superiores a 4 (quase o dobro da média), representam cerca de 45% de todas as participações.

De novo se destaca aqui a concentração de atividades fulcrais em relativamente poucos docentes da UAL, embora, é de salientar, havendo um correlação importante entre os que estão presentes em várias funções, não deixa de se identificar alguma especialização que, de algum modo, justifica quer a evidência de “perfis” específicos, quer uma potencialmente maior disseminação dos docentes pelos vários perfis, atenuando, de algum modo, este retrato que a insistência na concentração de cada função pode criar.

A avaliação deste “trade off” é prejudicada pela já referida presença dos mestrados ainda neste Anexo 3 que, pretendendo avaliar as participações dos docentes em outras atividades para além da docência, introduz aqui um elemento de docência

que “complica” a realização deste anexo, criando grandes “vazios que acabam por ser relevantes para uma mais correta identificação dessas outras atividades.

A informação relativa aos mestrados evidencia 321 participações com uma enorme assimetria entre os departamentos, consequência dos diferentes mestrados, sobretudo no número de estudantes que os frequentam e, sobretudo, que os terminam, já que a informação do Anexo 3 é exclusivamente sobre os júris de mestrado e não sobre a relevante parte escolar. De notar, ainda, que cada júri é constituído por um Presidente, um Vogal e um Orientador e o número global não distingue estas participações, sendo evidente que, em princípio, a orientação, posto que sem a exigência dos doutoramentos, terá maior nível de empenhamento que as outras duas, também elas de diferentes exigências. No fundo, as 321 referências corresponderão à realização de 107 mestrados.

Direito surge com a maioria absoluta (52,6%), bem distante de Psicologia (20,6%) e de Ciências Económicas e Empresariais (14,3%), representando as 3 em conjunto 87,5%, o que evidencia bem o pequeno peso do que se passa nos outros departamentos neste domínio. Isso significa que os efeitos dos tais ajustamentos atrás referidos pela presença dos júris de mestrado serão bem mais significativos nos 3 departamentos com maiores participações. Evidências da quase ausência deste efeito são claras em Relações Internacionais onde todos os que participaram em júris de mestrado também têm participações noutras atividades ou em História, Artes e Humanidades, onde não há referência a mestrados, exceto a participação de um docente em 2 mestrados brasileiros.

Para melhor enquadramento deste problema identificaram-se 70 docentes que participaram em júris, independentemente da função, 29 dos quais não expressaram participação em nenhuma das outras atividades. Se a esses 29 adicionarmos 4 que também só tiveram, além disso, participação em doutoramentos, verificamos que quase metade dos docentes que participaram em júris não participaram em qualquer outra atividade. Isto pareceria sugerir uma segregação de funções ou de perfis, se, em simultâneo, não se tivesse observado que, ainda que por pequena margem, a maioria dos participantes nesses júris

também participou noutras atividades. Assim, os 29 docentes acima citados foram responsáveis por 109 participações, o que significa que os outros 37 tiveram 212, ou seja, uma taxa média de participação ainda maior.

Importa, pois, tirar daqui dois apontamentos relevantes: o primeiro, que justificou esta abordagem neste ponto do relatório, o facto de se se excluírem esses 29 que caíam ainda no domínio da docência, o número efetivo dos que responderam ao objetivo central do questionário – investigação e outras atividades não docentes – cairia para 99. Isto traria como consequência uma efetiva menor percentagem de respostas ao questionário (passaria essa percentagem a ser de 42,7%, portanto, bem abaixo da metade dos docentes da UAL. Em contrapartida, as percentagens de participação em cada atividade dentro dos que responderam ao questionário subiria por um fator multiplicativo de 1,293, já que a presença da amostra dos mestrados sem outras participações acaba por diluir o peso real dessas outras participações.

Mas, uma vez que se entrou com maior pormenor na análise da participação dos mestrados e na sua relação com a afetação dos docentes a outras atividades, não pode deixar de se chamar, também aí, a atenção para uma concentração que deve ser devidamente avaliada dentro de cada departamento.

Globalmente, o intervalo de variação do número de participações em júris de mestrado é [1; 29], um intervalo que não pode deixar de ser surpreendente, já que a média global de participação por docente integrante de júris é da ordem dos 4,6. Não pode deixar de se salientar que só por si 2 docentes que, ainda por cima apresentam elevado número de participações noutras atividades, são responsáveis por 15,6% do conjunto total de participações em júris. Se considerarmos, ainda, a quota conjunta de todos os docentes que indicaram 9 (cerca do dobro da média) ou mais participações, encontramos 11 docentes nessas circunstâncias (15,7%) que contribuem com 142 participações (44,2%), mais uma assinalável concentração, sobretudo quando se junta a concentração nos mesmo docentes em outras atividades.

Há que ajuizar se a concentração resulta da falta de alternativas, que é aquela que evidencia défice estrutural dentro da UAL ou a decisões menos cuidadas na

distribuição de diversas atividades. Em qualquer dos casos o Reitor estará crescentemente atento a esta área, embora, como é evidente, não lhe possa dar a mesma atenção que aos doutoramentos.

Quanto a estes, que devem ser sem qualquer dúvida, considerados em boa parte na órbita da atividade de investigação, tanto mais que a regulamentação atual que sobre a sua acreditação até impõe a existência de uma unidade de investigação com uma avaliação mínima de Muito Bom ou, na sua ausência, uma ligação formal a uma dessas unidades de outra universidade.

Contudo, quando se disseca o processo de doutoramento e, em particular, o papel de cada docente que integra o júri de doutoramento, há que reconhecer que na identificação do que é verdadeiramente investigar, para além do doutorando, a atividade mais relevante é a de orientação e eventual coorientação, sem deixar de dar relevância ao papel da arguição, mas em que o tempo investido, que não é despiciendo e, sobretudo, o acompanhamento próximo do doutorando e dos seus problemas, não é comparável.

Dáí que a soma das participações, no que toca a uma atividade de investigação, seja ainda mais discutível e menos consistente que noutras atividades.

No caso presente, traduzindo bem a realidade dos doutoramentos na UAL no ano letivo de 2022/2023, isto é, poucos ciclos acreditados, boa parte deles ainda no início, sem teses concluídas e, portanto, sem júris formados, a que acresce, nalguns deles, um pequeno número de doutorandos, apenas se registam 25 participações, ainda assim, resultado dos 16 que provêm do não reacreditado Doutoramento em Direito. Fora disso, apenas 3 participações em História e 5 em Relações Internacionais e 1 em Arquitetura. Este último é referenciado como “comentador” de uma tese no ISCTE, o que pressupõe que será numa fase intermédia do processo doutoral, o que não é despiciendo e que é também usual na UAL, não estando essa informação a ser recolhida.

Estas observações impõem-se porque muitos dos dados do relatório são obtidos também por informação interna disponível. Deste modo, não se dispõe, se o docente não der essa informação, de qualquer atividade desta natureza fora da UAL. No caso

dos mestrados que, dada a sua natureza, são cada vez mais “internalizados” em cada instituição, foram indicadas 4 colaborações com instituições fora da UAL, mas no caso de doutoramentos, para além do caso já assinalado, apenas são referidos 2 participações de docentes do Departamento de História, Artes e Humanidades, como orientadores de teses em outras instituições de ensino superior em Portugal e 5 em Relações Internacionais em várias instituições portuguesas e uma em Macau, pelo mesmo docente.

Estas participações são fundamentais para um maior reconhecimento da atividade científica da UAL e internacionalização, sendo urgente não só a procura de maior integração, mas também, quando ela se concretiza, a devida informação para que a visibilidade seja possível.

Uma das outras funções que devem ser desempenhadas pelos docentes são as ligadas à gestão e à governação da UAL, não podendo deixar de ter em atenção que muitas delas são de nomeação e outras são por via eleitoral. Além dessas há as que são por inerência da condição de doutorado, como é o caso das Comissões Científicas dos departamentos. Daí resultam as 132 referências existentes no Anexo 3, incorporando todas essas funções, incluindo coordenação de cursos, direção de departamentos, membros dos Conselhos Pedagógico e Científico, dos Conselhos de Avaliação, das Comissões Científicas, dos Conselhos Escolares e outras situações mais específicas e eventualmente transitórias, para além das relativas às unidades de investigação, quer as suas direções quer, eventualmente, a coordenação de projetos, havendo, neste caso, alguma ambiguidade sobre a sua classificação de “gestão” ou de “investigação”, em particular quando o docente é confrontado com a escolha do seu perfil dominante.

Essas descrições evidenciam bem que as 132 referências tomadas globalmente, escondem toda esta informação específica, sem embargo de, em muitos casos, até pela natureza das funções ou pela natureza do órgão, cada caso possa ser claramente caracterizado. A repartição dessas 132 referências por departamento é menos dependente do número de alunos e docentes, sendo mais dependente do número ou cursos existentes em cada departamento. Nesse contexto, não sendo, é

claro, exetável a existência de uniformidade, também não será, à partida, de esperar uma distribuição muito heterogénea. E se, por um lado, esta expetativa se confirma na medida em que os departamentos maiores e até com maior número de cursos e unidades de investigação não apresentam maiores percentagens de referência, casos há que não deixam de merecer alguma preocupada atenção.

Assim, se se usar o intervalo de variação [2,3%; 20,5%] aparecerá a primeira surpresa com o limite inferior, relativo a Arquitetura, não por ser o menor, mas por tão fraca expressão, que tem de ser preocupante, parecendo evidenciar alguma concentração interna no departamento e alguma alienação que a geografia não pode explicar integralmente. Ainda, se se atender a que a homogeneidade levaria a que todos os departamentos tivessem uma percentagem de participação de 12,5%, não deixará de chamar a atenção também os 6,1% de Engenharia e Ciências da Computação ou, noutra plano, os 20,5% de Relações Internacionais versus os 10,6% de Psicologia, já para não referir a comparação com Direito (13,6%) e Ciências Económicas e Empresariais (15,2%), emergindo ainda o peso das Ciências da Comunicação (17,4%).

Se, repete-se, não de é esperar homogeneidade, o Reitor admite que (mas é bom não esquecer que as não respostas podem ter dado este resultado, já que, por exemplo, a percentagem de respostas em Relações Internacionais foi excepcional) possa haver necessidade de algum reequilíbrio na representatividade dos docentes dos diversos departamentos.

Finalmente, as atividades relativas à relação da Universidade com a Sociedade e de extensão universitária, aqui apenas a florada por via das relações específicas com a Autónoma Academy. Tendo em atenção o desenvolvimento da atividade da Autónoma Academy, abordado noutra ponto do relatório, a apresentação de apenas 46 participações parece indicar uma falta de ligação dos docentes a essa unidade que tem uma função relevante no contexto do Grupo UAL.

É certo que a reorganização do grupo acaba por incorporar a maior parte dessas relações com a sociedade, sendo necessário definir melhor mecanismos de

ligação, sem esquecer os estudantes que têm também, nesse campo, um papel relevante.

Os dados relativos a 2022/2023 mostram, em termos relativos, claramente a presença maioritária de Direito (34,8%) e de Relações Internacionais (28,3%), que em conjunto quase atingem dois terços de todas as participações de docentes da UAL.

Não há qualquer referência em Arquitetura e Engenharia e Ciências da Computação, mas dada a natureza da Autónoma Academy, esta última ausência é preocupante, tal como é a relativamente baixa participação da área de Ciências Económicas e Empresariais.

Uma nota, que será retomada no capítulo final, não pode deixar de ser apresentada e diz respeito ao que a Sociedade espera de uma Universidade, para além, e já não é pouco, fornecer um ensino/aprendizagem centrado nos estudantes, mas atento às exigências e necessidades do desenvolvimento dessa sociedade, em todos os azimutes. E esses passam, também, irrevogavelmente, por atividades que revelem a presença e o empenho da Universidade nas diversas atividades da Sociedade e na defesa dos desafios que ela defronta. Se os docentes não se empenharem ativamente nestas tarefas, a UAL falhará redondamente.

1.1.3. Eficiência Formativa

Como se tem referido em todos os relatórios anteriores, o tema em epígrafe é mais um desejo de avaliação que uma realidade observável nas condições de informação existentes e, sobretudo, porque o processo de ensino é complexo, tendo muitas condições que o enformam, designadamente o nível dos estudantes que entram na UAL (ele próprio já incorporando muitas situações contingentes), o nível do corpo docente e as condições em que atua, a natureza da governação da UAL, as condições materiais e de equipamentos, o pessoal não docente, para só citar os mais relevantes.

Estar-se-á, por isso, mais próximo de uma ideia de eficácia, embora seja possível a utilização de indicadores híbridos que, com características de ambos os conceitos,

que as informações dos Anexos, nomeadamente os Quadro 4 - e Quadro 5 - do Anexo 1, proporcionam, cuja construção muito agradeço à Dra. Ana Matos e à sua preocupação constante de obter e trabalhar mais e melhor informação.

Por outro lado, os dados disponíveis são mais apropriados para uma avaliação relativa no sentido de que se pode ver a evolução dos diversos indicadores, do que absoluta, pois esta teria de ter um padrão de medida claramente definido que na complexidade já referida impede.

Assim, na linha dos anos anteriores e, portanto, procurando responder à preocupação de analisar a evolução, os indicadores são as médias dos cursos dos diplomados dos três ciclos, o tempo de conclusão desses cursos tendo como referência o tempo previsto para o caso de não haver fracasso em qualquer dos anos ou das atividades previstas para a obtenção do diploma relativo a cada ciclo de estudos, sempre que possível, informação sobre o “abandono”, “desistência” e situação dos estudantes nas fases dos cursos relativas aos segundos e terceiros ciclos.

A opção pelo tempo (número de anos) que o estudante demora a tirar o curso é uma “caixa negra” que encerra todas as vicissitudes sofridas e que, implicitamente, está vinculada ao número de anos em que o curso (com expressão maior nas licenciaturas) está estruturado. Na verdade, após Bolonha e a opção por caracterizar o curso pelo número de ECTS conseguidos, deveria ter estes como critério. Contudo, se a lógica continuar a ser a do tempo que se leva a conseguir obter o número de ECTS global estabelecido para cada curso, a opção por contar o tempo total tem o mesmo resultado, já que o que se tem feito é distribuir esse total de ECTS pelo número de anos pré-estabelecido. A possibilidade de criar um indicador central na evolução do ritmo de obtenção desses créditos, permitiria ter uma visão mais dinâmica da “eficiência” formativa e explicaria, porventura, a tal concentração de estudantes nos anos terminais, a partir dos resultados dos anos iniciais e intermédios.

1.1.3.1. Licenciaturas

Começando pelo indicador do tempo de concretização dos cursos (**Quadro 4**) verifica-se que 85,8% dos estudantes concluíram o seu curso no número de anos previstos para conclusão sem qualquer “perda de ano”, ligeiramente acima do ano precedente (85,5%), o que, globalmente, atendendo a todas as heterogeneidades de condição dos cursos e dos estudantes, não pode deixar de se considerar um bom resultado.

Contudo, em relação ao ano precedente, os 14,2% que demoraram mais tempo têm uma situação algo pior, já que em 2022/2023 só mais 9,1% dos estudantes demoraram mais um ano a concluir os seus cursos contra 11,3% do ano precedente, o que mostra que um arrastamento preocupante (2 ou mais anos de acréscimo) passou de menos de 4% no ano precedente para 5,1% em 2022/2023, sendo que 2% demoraram mesmo mais 3 anos. São poucas situações mas que não podem deixar de merecer atenção.

Aliás, como em anos precedentes, estes resultados variam bastante entre os diversos cursos.

No que toca à conclusão dos cursos no número de anos que os constituem há que salientar que Ciências da Comunicação com 106 diplomados, tem 94,3% deles que concluíram os seus cursos no tempo previsto. A grande maioria dos outros tem percentagens entre 73,9% (Economia, 23 diplomados) e 91,5% (Psicologia, 71 diplomados), sendo a situação de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações a pior (40%, só com 5 diplomados), mudando radicalmente face ao ano anterior em que os 6 diplomados acabaram o curso no número de anos previsto.

Já no que toca aos que demoraram mais 2 ou mais anos em termos percentuais é, para além de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações com 40% mas apenas 2 estudantes, em Gestão do Desporto que a situação é pior (12,5%), embora em termos absolutos isso corresponda apenas a 4 estudantes, Engenharia Informática tem 5% nessas circunstâncias, embora nenhum em mais de 2 anos.

História, com 21 diplomados, tem uma situação singular, 90,5% terminou no tempo previsto e 9,5% em mais um ano, não havendo qualquer conclusão do curso em anos posteriores.

Passando às classificações obtidas (Quadro 5), verifica-se que a média global das licenciaturas é igual à do ano letivo precedente (13,6), com um intervalo de variação [12,4; 14,8], ligeiramente abaixo do ano precedente, com o extremo inferior em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações e o superior em Psicologia e Ciências da Comunicação. A mediana, também como no ano precedente é de 13,8, verificada em Gestão. Acima da mediana estão Ciências da Comunicação e Psicologia com, 14,8, História com 14,5, Engenharia Informática com 14,3 e Informática de Gestão com 14,2.

Abaixo da mediana estão Relações Internacionais com 13,4, Economia (12,4) e Direito (12,6).

Estes resultados são muito semelhantes aos do ano precedente, com a média de Direito e Economia claramente fora do intervalo de variação de todos os outros. Relativamente ao ano precedente, há que, entretanto, salientar uma sensível perda de posição relativa de Direito no total de diplomados (21,9% face a 32,2% no ano anterior, com uma notável aproximação de Ciências da Comunicação (17,1%), Gestão (16,1%) e Psicologia (13,6%).

Estas alterações, no entanto, não afetaram significativamente, a grande estabilidade nos resultados dos licenciados pela UAL.

Entrando em maior pormenor nas classificações obtidas, verifica-se que variaram entre 11 e 18. Esta última classificação foi obtida por dois estudantes em Psicologia. Em contrapartida, a classificação de 11 foi atribuída a 32 diplomados com grande peso de Direito (25, ou seja 18,4% do total dos diplomados em Direito), com as outras distribuídas por Relações Internacionais (2), Economia (3, 13% dos diplomados) e Gestão (1).

De salientar 21 diplomados com 17 valores, distribuídos por Psicologia (7, ou seja, 9% dos diplomados), Ciências da Comunicação (8, 7,5% dos diplomados) e 2 em

cada um dos cursos de Gestão, História e Relações Internacionais. Há ainda a salientar 64 classificações de 16, distribuídas por todos os cursos com exceção de Engenharia Eletrónica e Telecomunicações, com Psicologia (5) e Ciências da Comunicação (16) a concentrarem apenas (48,4%) desta classificação em clara diferença com o na o precedente (79,6% e evidenciando um perfil diferente do ano precedente, com um aumento de 5,3% de diplomados (613 contra 582 no ano precedente) e com o curso de Direito continuando a evidenciar um perfil de classificações diferente da generalidade dos outros cursos. Basta salientar que só 6 estudantes (3,2%!) obtiveram uma classificação de 15 valores (para além de 1 com 16, 22 (16,2%) com 14 valores). Isto significa que os estudantes que obtiveram uma classificação abaixo de 14 foram 78,7%.

Em contrapartida, no conjunto de todos os outros cursos 57,6% tiveram classificações iguais ou superiores a 14 valores, um sinal claro da situação de Direito.

No outro extremo, contrariamente aos anos precedentes, Psicologia com 79,5% foi ultrapassada por Ciências da Comunicação (93,4%) nas classificações iguais ou superiores a 14.

Como já foi referido, é importante ter ainda em atenção os abandonos e desistências que, sem que haja uma correlação perfeita com a falta de aproveitamento, já que podem ser devidas a doenças ou, infelizmente, a falta de condições económicas para continuar os estudos, são um indicador que merece atenção neste campo.

Tal como no ano precedente, apresenta-se no Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2022/2022 versus abandono do Anexo 1 uma estimativa da relação dos estudantes inscritos em 2022/2023 versus abandonos, conjugando os dados dos inscritos no ano precedente com os inscritos pela primeira vez em 2022/2023, retirando desse número, o número de diplomados em 2021/2022.

De acordo com essa estimativa, há taxas de abandono em 6 cursos, sendo as maiores taxas de desistência/abandono face à previsão estimada de 21,2% em Informática de Gestão e 17,9% em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações,

que são consistentes com a reiterada preocupação com a frequência desses cursos, preocupação confirmada também pela queda de 7,6% em Engenharia Informática.

De assinalar ainda a queda de 10,8% em Gestão do Desporto, depois de um passado recente de procura que excedeu as expectativas. Ainda com quedas estimadas, embora de menor dimensão, aparecem Gestão (5%) e Relações Internacionais (3,1%).

Os outros 5 cursos tiveram variações positivas face às estimativas, mas com pequenas variações (19%, 2,4% e 2,6%), com uma exceção não muito pronunciada de História (mais 6,2%) e a forte variação já assinalada em Psicologia (mais 20,4%).

O Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2022/2023 apenas nos fornece informação sobre desistências formais e não abandonos. Aí constam 41 desistências (mais 3 que no ano precedente), correspondentes a apenas 1,6% do total de alunos inscritos nas licenciaturas, com o maior número absoluto em Direito (19), dada a dimensão do curso, mas mais preocupante os 6 em Economia, ou seja 7% do total dos estudantes inscritos nessa licenciatura. Em termos absolutos, ainda 5 em Gestão e 4 em Relações Internacionais, Ciências da Comunicação e em História, neste curso já significando 5,9% dos estudantes inscritos.

O facto de estas desistências terem uma comunicação formal permitiu ter uma informação sobre as razões dessas desistências.

É certo que as razões invocadas no Quadro 13 integram os 3 ciclos, mas como a grande maioria (83,7%) são nas licenciaturas (há 5 desistências no Mestrado de Direito e uma em cada um dos seguintes cursos: Mestrado de Psicologia Clínica e Aconselhamento, Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia e em Património, Tecnologia e Território) faz sentido avaliar aqui, globalmente, as razões aduzidas para essas desistências.

Há entre as razões sugeridas, duas que se destacam claramente, ambas preocupantes por motivos aparentemente diferentes, mas que podem ser da mesma natureza.

Assim, 18 (36,7% do total) preferiram a colocação noutra universidade e 10 (20,4%) invocaram dificuldades financeiras.

A opção por colocação noutra universidade pode resultar da presença na UAL ter sido uma segunda escolha que, quando houve oportunidade foi substituída por essa primeira escolha, eventualmente disponível a partir de certa altura. Mas também pode ser resultado, e daí a hipótese de as duas razões de desistência poderem não ser de natureza tão diferente e de, sobretudo nas licenciaturas, o custo financeiro poder ser claramente menor se for numa universidade pública.

Entre as outras razões invocadas, são de salientar doença (5) e razões familiares (4) e, com muito menos expressão, horário incompatível e “não identificação com o curso”.

1.1.3.2. Mestrado Integrado de Arquitetura

Embora o mestrado seja integrado, existe um diploma intermédio de “Estudos em Arquitetura” relativo aos 3 primeiros dos 5 anos do curso para o qual são também apresentados dados de aproveitamento.

No ano letivo de 2022/2023 indicam-se 8 diplomas desses estudos e 10 do Mestrado Integrado, separação que é mais uma razão para a apresentação individualizada deste mestrado.

Uma das características a assinalar é que é indicado que dos 8 só 3 concluíram o seu diploma nos 3 anos previstos, ao contrário do que se passou no ano precedente em que todos terminaram nos 3 anos. Neste ano 4 levaram mais um ano e 1 mais três ou mais anos. As classificações variaram entre 13 e 15, sendo 13 a moda.

No que toca ao mestrado, 6 dos 10 diplomados terminaram o seu curso nos 5 anos. Dos outros 4, um demorou mais um ano e 3 mais três ou mais anos.

A média dos 8 do diploma intermédio foi de 13,8, enquanto no mestrado a média foi de 15,9, com classificações entre 13 e 17, em clara sintonia com a histórica lógica de as classificações do segundo ciclo serem superiores às do primeiro ciclo.

De notar que, como se verá adiante, a média é ligeiramente superior ao do conjunto de todos os mestrados (15,1) mas os tempo de obtenção dos diplomas, ao contrário do ano precedente, não foram claramente mais baixos.

No que respeita aos abandonos/desistências, as estimativas revelam uma preocupante queda de 16,8% face às expetativas, havendo, no entanto, a registar apenas uma declaração formal de desistência.

1.1.3.3. Mestrados

Não contando com Arquitetura, o total de diplomados foi de 101 (uma clara queda de 17,2% face ao ano precedente), sendo a maioria em Direito (51 ou seja, 50,5% do total). Acresce que o número de diplomados neste mestrado teve uma grande queda (25%) face ao ano precedente.

O segundo mestrado com maior número de diplomados foi Psicologia Clínica e de Aconselhamento (24, isto é, 23,8% do total) e Gestão de Empresas (11, isto é 10,9% do total), uma queda de 38,9% relativamete ao ano precedente. Os outros mestrados tiveram números reduzidos de diplomados: Comunicação Aplicada (4), Engenharia Informática e de Telecomunicações (5), Relações Internacionais (5) e 1 em Estudos da Paz e da Guerra, já descontinuado. De notar a subida em Relações Internacionais face ao ano precedente (de 2 para 5 diplomados).

Tendo em atenção o número de mestrados em funcionamento, continua a não deixar de ser um sinal de preocupação que 3 dos mestrados tenham sido responsáveis, em 2022/2023 por 80,5% de todos os diplomados, em especial no que respeita aos de maior antiguidade na UAL, embora haja uma ligeira melhoria face aos 90,2% do ano precedente.

Quanto ao tempo de obtenção dos diplomas, não pode deixar de ser evidenciado negativamente que só 23 (22,8%) concluíram o mestrado no tempo “normal”, um valor da ordem do verificado no ano precedente (21,9%), embora ligeiramente maior. Em termos relativos, a maior parte concluiu o curso em 3 anos. São 48 (30,7%), uma queda face aos 38,5% do ano precedente, de tal modo que 30 (29,7% no ano precedente) demoraram 4 anos a concluir o seu mestrado. A diferença

essencial, e com um sentido negativo é que os que demoraram três ou mais anos a obter o diploma, passaram de 8,3% para 16,8%.

Se o número dos que concluem em 3 anos pode ser justificado, embora tal justificação tem de ser encarada de frente para ser processualmente eliminada, a morosidade de que, por vezes, enformam as discussões e aprovações das dissertações de mestrado, já não é facilmente aceitável que 46,5% (quase metade) dos mestrados demore 4 ou mais anos a concluir os seus mestrados. Contudo, estas conclusões estatísticas, que levam a estas afirmações, têm de ser devidamente doseadas com a condições dos estudantes que os frequentam, em particular os do género feminino. Condições de trabalho, doenças e, sobretudo, maternidades, são justificações legítimas para estes atrasos e não podem, cegamente, ser considerados como resultantes da fraca eficiência formativa.

Como era de prever, há diferenças claras entre os diversos mestrados. Curiosamente, o que tem, em termos relativos, maior percentagem de diplomas obtidos em 2 anos é Direito, com 21, ou seja, mais de um terço do total de diplomados desse curso e 82,6% do total de todos os mestrados concluídos em 2 anos, bem acima dos 55,7% que é a sua quota dos diplomados. Psicologia Clínica e de Aconselhamento tem apenas 8,3%, Engenharia Informática e de Telecomunicações 40% e, preocupantemente, Relações Internacionais e, sobretudo, Gestão de Empresas, não têm qualquer estudante que tenha concluído o mestrado em 2 anos. Este resultado é mais preocupante, mas melhor que no ano precedente, quando se verifica que 2 estudantes (eram 6 no ano precedente) levaram 5 ou mais anos a concluir o curso. Já Direito tem uma evolução contrária (com 12 estudantes, ou seja, 23,5%), Psicologia Clínica e de Aconselhamento, Comunicação Aplicada e Relações Internacionais têm apenas 1 diplomado nessas condições. Acresce que só 2 estudantes de Gestão de Empresas (em 11) concluíram o mestrado em 3 anos. Se compararmos o número de estudantes que concluíram o curso até 3 anos, esta percentagem em Gestão de Empresas (18,2%) fica bem longe dos 100% em Engenharia Informática e de Telecomunicações, 54,2% em Psicologia Clínica e de Aconselhamento e 54,4% em Direito. Relações Internacionais (60%) e

Comunicação Aplicada (50%), sendo que estes dois cursos têm um número de diplomados muito baixo.

Esta situação do Mestrado em Gestão de Empresas parece ser contínua, embora com alguma melhoria, pois já no ano precedente foi, em termos relativos, a que apresentou pior resultado.

Entretanto Psicologia Clínica e de Aconselhamento apresentou piores resultados que no ano precedente, ano em que já não eram famosos, particularmente no que toca à conclusão em 2 anos.

Direito, que já apresentava nesse ano resultados relativamente melhores que a média, melhorou significativamente em 2022/2023, em termos relativos sem esquecer, entretanto, a quebra do número de diplomados.

Isto não significa que, no contexto geral dos mestrados, o Reitor não tenha que repetir, e cita-se, o que escreveu no ano precedente: “O conjunto destes resultados é motivo de fortes preocupações pela “performance” deste ciclo de estudos na UAL, merecendo por isso, uma reflexão profunda, para o que o Reitor espera que estas informações e estes reparos possam contribuir.”

O que se verifica no contexto das classificações só ratifica a preocupação atrás expressa. A média final (15,1), ligeiramente inferior à do ano precedente (15,4) não pode esconder a enorme dispersão de classificações, com um intervalo [11, 19], sendo o 11 (3 de estudantes de Direito e 1 de Engenharia Informática e Telecomunicações) e o 19 de um estudante de Engenharia Informática e de Telecomunicações, muito próximo do que sucedeu no ano precedente.

Não é razoável que em mestrados se não atinja pelo menos o “Bom” (14 valores) e, no entanto, a percentagem de classificações inferiores a 14 foi de 21,8%. No extremo oposto, o número de classificações iguais ou superiores a 18 foi de 7, menos uma que no ano precedente, com Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (3 diplomados) e Comunicação Aplicada com 2 diplomados e Psicologia Clínica e de Aconselhamento e Relações Internacionais com 1 cada.

A moda foi 15 valores, com Direito (12) e Psicologia Clínica e de Aconselhamento (10) a representarem em conjunto 88% dos diplomados com essa classificação.

Os resultados em Gestão de Empresas são radicalmente diferentes do ano precedente onde a moda foi de 17, com 6 estudantes em 28 (um terço) a obter essas classificações, representando também quase um terço do total dos estudantes do conjunto de mestrados que obtiveram essa classificação. Neste ano são só 3 com 17, número que se repete nas classificações de 13 e 14, com 2 diplomados com 15.

Relativamente às médias globais de cada mestrado o intervalo é de [14,5; 16,4] correspondendo o intervalo inferior a Direito e o superior a Relações Internacionais. Engenharia Informática e de Telecomunicações tem a média de 15,8, Psicologia Clínica e de Aconselhamento 15,8 e Comunicação Aplicada 16,0, Gestão de Empresas (14,7), valores não muito distantes dos que se verificaram no ano precedente, mas com alterações entre os diversos mestrados.

1.1.3.4. Doutoramentos

A situação dos doutoramentos, na senda do que foi referido no ano precedente, no que toca a diplomados é quase “invisível”, apesar do número de cursos já acreditados, só que a maioria ainda é muito recente e, portanto, sem condições de produzir diplomados.

Assim, no ano civil de 2023³ verificaram-se 8 doutoramentos em Direito, um curso já descontinuado, e 2 em História.

Nenhum dos 10 doutorados concluiu o doutoramento nos anos previstos, sendo que 2 demoraram mais 1 ano, 2 demoraram mais 2 anos e 6 demoraram 3 ou mais anos, uma situação preocupante, com 60% a levar mais 3 ou mais anos que o tempo normal.

A média global foi de 16,7, francamente superior à do ano precedente (15,4), variando entre 14 e 18, sendo de salientar que 40% obtiveram 18.

³ Estes dados são diferentes dos que são apresentados no ponto do relatório relativo à Representação da UAL, em que se dá conta dos doutoramentos realizados durante o ano letivo 2022/2023.

São resultados bem melhores que os do ano precedente, dado que 80% obtiveram classificações qualitativas de Muito Bom ou Excelente.

Para isso muito tem contribuído o processo de acompanhamento da evolução da tese, em particular uma avaliação preliminar com examinador externo, cujos resultados, se forem bem utilizados pelos Candidatos, proporcionarão, por certo, teses de melhor qualidade.

1.2. Atividades Científicas e de Investigação

A alínea a) do nº 1 do Artigo 17º dos Estatutos da UAL coloca como competência do Reitor a orientação das atividades científicas e de investigação, para além da coordenação da ação das unidades orgânicas da UAL, entre as quais estão, obviamente, todas as unidades de investigação da UAL.

Contudo, o nº 1 do Artigo 8º dos Estatutos da UAL confere à sua Entidade Instituidora “a competência para a criação de ciclos de estudo que visem conferir graus académicos” e, em especial, no nº 2 “a integração dos ciclos de estudos nas unidades orgânicas”. E se o nº 1 do Artigo 9º refere que “A UAL goza de autonomia cultural, científica e pedagógica” e que, em consequência, no nº 3 essa autonomia “confere à UAL a capacidade de definir atividades científicas”, é bom não esquecer que tal está, e bem, submetido à “conformidade com os critérios orçamentais aprovados pela Entidade Instituidora”.

Ora, a competência da Entidade Instituidora também se aplica às unidades de investigação, não só na sua criação, mas também na decisão dos ciclos de estudo que a elas possam estar ligados, tanto mais que, crescentemente, sobretudo em ciclos mais avançados, as Unidades de Investigação são parte integrante dos cursos ministrados.

A aplicação, cada vez mais estrita, do arbitrário decreto-lei nº 65/2018 dá um peso impensável a este imbricamento entre o ensino e a investigação no caso dos terceiros ciclos, exigindo a prévia existência de uma Unidade de Investigação

acreditada, pelo menos com “Muito Bom”, ou, até agora⁴, pelo menos a inclusão formal de uma unidade da universidade noutra unidade com essa classificação. Tendo em atenção as condições em que (não) estão a ser feitas, há vários anos, avaliações pela FCT de Unidades de Investigação e, levando em conta os resultados de avaliações precedentes, o assegurar a continuidade (pelo menos por algum tempo, a julgar pelo que está referido na nota de rodapé) da acreditação de vários cursos de terceiro ciclo pode estar comprometido.

Nesse sentido, várias unidades da UAL tiveram de se fixar como polos de outras unidades exteriores, sem embargo de manterem a sua presença na UAL:

Esta introdução é necessária para se entender bem o conteúdo do Anexo 4 – Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Investigação - que cobre todas as atividades do Grupo Autónoma nessa área e, portanto, também da UAL.

O Reitor agradece à Dra. Cristina Dias todo o reconhecido empenho na promoção da Investigação no contexto do Grupo Autónoma, a newsletter que nos mantém a par do que se passa, não sendo por falta de informação que mais e melhores ações e projetos na área da investigação não se concretizam.

Contudo, no contexto da UAL e, portanto, das competências e responsabilidades específicas do Reitor na área da Investigação, agradecendo, de novo, toda a colaboração da DAI como unidade de apoio que não tem faltado, este relatório tem em particular atenção o ponto 3 Relatório de Atividades Científicas concretizadas nos centros de investigação.

A introdução a este ponto feita no Anexo 4 relativo a 2022/2023 refere que “Estão contemplados os trabalhos realizados no âmbito dos projetos de I&D; participação dos docentes/investigadores em congressos/conferências de referência, nacionais e no estrangeiro, para apresentação de working papers e/ou resultados finais de projetos de I&D; estabelecimento de parceiras diversas com entidades nacionais e

⁴ A expressão “até agora” é justificada pelo facto de no Relatório de Avaliação Institucional em curso se salientar, implicitamente, que esse recurso a uma unidade exterior não é sustentável.

no estrangeiro; a edição de novos números das respetivas revistas, ou a organização de palestras e conferências na UAL”.

Várias dessas informações já estão referenciadas neste relatório no capítulo dos docentes e suas atividades de investigação.

Importa, agora, ter uma visão mais global da organização das atividades de investigação dentro da UAL e, em particular, das suas Unidades de Investigação.

A primeira nota que ressalta da leitura do ponto 3 do Anexo 4 – Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Investigação - relativamente às diversas unidades é a diferença de atividade entre as várias unidades, pelo menos no que toca à descrição apresentada, em que, para além das naturais e justificadas diferenças resultantes da maturidade e da dimensão de cada uma delas, ressaltam critérios de apresentação diferenciados na identificação clara das várias atividades, designadamente da produção científica indexada, que surge misturada com outras atividades. Sem deixarem de ter mérito e justificação, essas atividades não podem esquecer que toda a investigação se deve dirigir à obtenção de resultados, sem embargo do que devemos designar por investigação aplicada que tem um interesse social relevante e que traduz a verdadeira transferência de inovação para a sociedade.

Claro que, tendo em atenção que a UAL, uma universidade privada cuja base orçamental é a das propinas dos seus estudantes, tendo portanto que fazer um maior esforço financeiro que as suas congéneres públicas, verá os seus resultados de investigação muito dependentes da concretização de outras fontes de financiamento competitivo de projetos de investigação. E isso também depende, fundamentalmente, da capacidade intrínseca dos seus investigadores, da organização interna do processo de investigação e das redes de investigação com os parceiros relevantes.

Por outro lado, o acesso à publicação em revistas, passando pelo desenvolvimento inicial de “working papers” que incluam estudantes de mestrado e, sobretudo, de doutoramento, nos temas de investigação que travejam a estrutura de investigação

de cada unidade, está dependente de um crescimento gradual de cada unidade e do nível de investigação de cada investigador.

Ao lançar um olhar abrangente sobre tudo o que é descrito a propósito das diversas Unidades de Investigação, o Reitor não pode deixar de manifestar grande preocupação e apelar a uma urgente redefinição e reorganização das atividades no contexto da UAL.

Não está, aliás, sozinho nesta preocupação, bem ilustrada no Anexo 4 que o Reitor subscreve inteiramente e que se permite citar: “O próximo ano será ainda mais desafiante, decorrerá a Avaliação das Unidades de I&D e novo período de avaliação dos três Ciclos de Estudo, em todas as áreas, e aqui será expectável a aplicação de critérios ainda mais exigentes por parte da A3ES, tendo nesta equação a Investigação um papel fundamental, pelo que não será demais ressaltar que é elementar a concretização de I&D nas suas diversas e distintas vertentes como seja ao nível da produção científica; concretização de Projetos, sem esquecer a integração dos Investigadores em redes internacionais; a realização de parcerias com instituições de relevância a nível nacional e internacional; incremento de consórcios com empresas de reconhecido mérito para transferência de conhecimento; fomentar mas também o materializar de ações que promovam a internacionalização.”

Este conjunto de preocupações vem na linha da apresentação dos resultados globais obtidos no âmbito de projetos de I&D, conforme informação recebida, em que se salientam: “58 artigos em revistas científicas com elevado fator de impactos indexadas na Web of Science e Scopus; 47 artigos publicados em revistas internacionais com **referee**; 19 artigos em publicados em Journals indexados; 3 livros com edição internacional; 30 livros com edição nacional; 49 capítulos de livro com edição internacional, e 42 capítulos de livro com edição nacional, 42 publicações em atas de congressos internacionais. Quanto à divulgação de resultados em eventos científicos, destacam-se: 86 comunicações científicas internacionais com revisão por pares...”

Este extrato de informação do Anexo 4 pretende, ao mesmo tempo, tendo em atenção o número de Unidades de Investigação existentes e o número de docentes em tempo integral e tempo completo, evidenciar a relativamente pobre produção de investigação média, ainda agravada pelo facto de essa média esconder uma significativa concentração num número mais reduzido de docentes/investigadores e, por outro lado, a ligação que não pode ser esquecida, entre o desenvolvimento da Investigação e a Internacionalização da UAL, outro objetivo que é permanentemente apontado por todas as entidades de acreditação.

Que fique, entretanto, bem claro, que o Reitor não subestima, nem desvaloriza os artigos, capítulos de livros e conferências nacionais, sobretudo em revistas próprias, indexadas ou em busca consistente de indexação, que são um fator não despreciando de atividades de inovação e um fator de internacionalização, quando capazes de atrair investigadores estrangeiros para nelas publicarem.

Neste contexto, vale a pena salientar a existência de 6 revistas de natureza, história e evolução diferentes. As mais antigas são o Janus – Anuário e a “Galileu”, ambas iniciadas em 1996, num ambiente de investigação ainda muito rudimentar, mas sendo já o embrião de uma preocupação de comunicação das atividades da UAL para além do ensino, “raison d’être” do seu nascimento, como, aliás, na generalidade das instituições de ensino superior privadas, nascidas nas décadas finais do século XX. Contudo, a evolução das duas revistas foi diferente, com o Anuário Janus a ter uma edição continuada e a “Galileu” com várias vicissitudes de adaptação às novas exigências de uma revista fundamentalmente científica, cujo último número publicado é de dezembro de 2022, enquanto a Janus – Anuário, sem esquecer os fundamentos científicos, se revela mais como uma revista de difusão/intervenção.

Para além delas, e por ordem de “nascimento” das suas publicações estão a Psique (2005, mas com um ritmo mais regular a partir de 2011 com o Tomo VII (Psique) e uma edição anual até final de 2017, passando a edição semestral a partir daí, estando presente na DOAJ e na EBSCO, sediada no CIP – Centro de Estudos de

Psicologia, acreditado na FCT, tendo-lhe sido atribuída a classificação de “Bom” e financiamento à sua investigação, na última avaliação.

A revista “Estudo Prévio” nasceu em 2012, com um número “00”, tendo como ponto relevante uma entrevista com o Arquiteto Manuel Graça Dias, entrevista que é “imagem de marca” da revista que tem características muito particulares, em que a experiência e vivência da Arquitetura vai de par com a grande preocupação pela inserção na “cidade”, de que decorre a preocupação pela “cidadania” como é bem visível no último número publicado (2023-1), na entrevista com o Arquiteto Gonçalo Byrne.

Entretanto, a revista mais estabilizada e com maior relevância, tendo em atenção o nível de indexação ou de presença em plataformas (Scopus, Dialnet, DOAJ, Latin Lex, EBSCO, entre outras) é a JANUS.NET, cujo primeiro número foi editado no Outono de 2010, passando, com regularidade, a bianual, sendo o nº 2 do vol. 13 (novembro 2022 – Abril 2023) e o nº 1 do vol. 4 (maio 2022 – outubro 2023), editado no ano letivo de 2023.

Além disso, nos últimos anos, editou 6 números com edições temáticas, ligadas aos volumes atrás referidos, a primeira relativa a “Prospetivas sobre a presença internacional da China: estratégias, processos e desafios” e a segunda “European Union – China relations”, habitualmente em resultado de conferências organizadas no âmbito, ou com alguma colaboração, do OBSERVARE, Unidade de Investigação que edita a revista.

A revista mais recente é a ERBE (European Review of Business Economics), editada no âmbito do CICEE (Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais) cujo primeiro número foi lançado em dezembro de 2021, sendo bianual, com os últimos dois números publicados em dezembro de 2022 (vol. II, nº 1) e junho de 2023 (vol. II, nº 2), estando já presente na DOAJ.

Acresce que o CICEE tem uma atividade mais formal a partir de 2019, já produziu, entretanto, 21 Working papers” e os seus investigadores mais de 100 publicações!

Esta referência alargada às revistas editadas no âmbito da UAL, para além de alargar a informação contida no Anexo 4, dando uma visão do que se passa nesse campo, tem como objetivo a passagem para um aprofundamento do funcionamento das Unidades de Investigação em que todas elas se integram. Só assim se pode ter uma perspetiva integrada do que há a fazer na busca do desenvolvimento de uma política consistente de investigação na UAL, sem esquecer o papel que essas unidades têm na acreditação e funcionamento dos terceiros ciclos, como já foi salientado.

Neste momento, não havendo nenhuma unidade da UAL acreditada pela FCT com “Muito Bom” (apenas o CIP tem “Bom”), a manutenção da acreditação dos terceiros ciclos existentes na UAL e a potencial criação de novos terceiros ciclos depende muito dessa política e do funcionamento dessas unidades e do tipo de reconhecimento do mérito, medido pelo nível das indexações e das citações, que as revistas nelas editadas consigam.

Em 2022/2023, apenas o OBSERVARE, em Relações Internacionais, e o CEACTION, em Arquitetura, têm revistas editadas coexistindo com Doutoramentos acreditados. Contudo, a situação de ambos é muito diferente. O Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia já tem vários anos e o OBSERVARE edita a revista JANUS.NET com indexações de mérito, designadamente na Scopus. No que toca ao peso da existência de uma revista nestas condições na avaliação da unidade que a integra, a experiência que existe põe em causa esse papel positivo, já que a última avaliação do OBSERVARE feita pela FCT foi “Weak” quando na anterior foi um “Bom” elevado.

É importante reavaliar a situação, sobretudo a qualidade dos artigos publicados, fundamental para manter a indexação e, sobretudo, a produção científica dos investigadores da UAL, cruciais para uma futura avaliação do OBSERVARE que atinja o “Muito Bom”, se tal se perspetiva possível.

Já a revista “Estudo Prévio” tem uma característica especial, como, aliás, o tem o terceiro ciclo de Arquitetura que, pelas linhas tradicionais de indexação, dificilmente poderá servir de sustentáculo a um terceiro ciclo se, como é provável,

a lógica de avaliação em vigor não reconheça as características especiais da Arquitetura e das teses associadas ao seu doutoramento.

Como já foi referido, a necessidade de manter os terceiros ciclos já acreditados conduziu a uma estratégia de ligação a outras unidades exteriores à UAL com classificação de, pelo menos, “Muito Bom”, de modo a procurar garantir a manutenção dessas acreditações, decisão que tem por base, implicitamente, o receio de, numa nova avaliação, as unidades da UAL não conseguirem as avaliações desejadas, sem embargo de, e isso seria positivo, essas movimentações conduzirem, como seria desejável, a unidades de investigação interinstitucionais, com dimensão apropriada e com valências acrescidas, que a cooperação sempre promete.

Ora é bem visível que o Anexo 4 não dá indicações adequadas sobre essas situações, de modo que não é possível avaliar a real situação dessas unidades e o seu verdadeiro grau de produção, sendo que, consoante o acordo estabelecido com as unidades exteriores, se terão diferentes condições de definir, se possível, uma estratégia de investigação própria da UAL, já que, em muitos casos, será a unidade que acolhe os membros das unidades da UAL a definir, naturalmente, essa estratégia.

Por outro lado, o Reitor não pode deixar de assinalar a fraca ligação entre as unidades de investigação da UAL entre si, como é bem visível no Anexo 4, o que, há que reconhecer, não é muito diferente do que se passa entre os departamentos.

Quando cada vez mais se fala da interdisciplinaridade, quer no ensino, quer mesmo na investigação, esta encontra-se ainda muito embrionária até porque o aprofundamento da especialização nas unidades de investigação implica o sentido contrário. Embora as Escolas Doutorais possam surgir como uma compensação a essa tendência, há que não alienar esta preocupação, que, no entender do Reitor, vem agravada pelo facto de, havendo dependência das condições de investigação na acreditação dos ciclos de estudo, as atas das Comissões Científicas raramente se referam ao que se passa nas respetivas unidades de investigação. Se assim é dentro de cada departamento, não é de esperar, logicamente, grande interação interdepartamental.

O Reitor, tendo como competência e conseqüente obrigação de “assegurar a coordenação das suas (da UAL) unidades orgânicas” (alínea a) do nº 1 do Artigo 17º dos Estatutos da UAL), não pode, nem deve, deixar de assinalar esta situação que, com urgência, mas também gradualismo, tem que ser bem avaliada e ultrapassada, tema que este relatório aborda, de novo, e mais integradamente, quer nos pontos de cooperação com os outros órgãos de governo da UAL, quer nas Considerações Finais.

2. Cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e Entidade Instituidora

Este capítulo procura descrever e analisar a relação da Reitoria com os órgãos de governo da UAL com a única preocupação de, com o devido gradualismo, melhorar o governo da UAL, tendo em atenção os Artigos 14º e 15º dos atuais Estatutos.

Assim, o nº 1 do Artigo 14º estabelece como órgão de governo o Reitor, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, mas o Artigo 15º esclarece que estes órgãos “exercem as suas atribuições em estrita colaboração com a Entidade Instituidora”, como não podia deixar de ser, tendo em conta as competências desta (alínea a) do nº 1 do Artigo 13º) para “criar e assegurar as condições para o normal funcionamento da UAL de acordo com a Lei”.

Daí as referências aos Conselhos Científico e Pedagógico e, noutro plano, àquele que garante o papel “charneira” de articulação no funcionamento global da UAL, à Entidade Instituidora.

2.1. Conselho Científico

O funcionamento do Conselho Científico no ano letivo de 2022/2023 figura em relatório assinado pelo respetivo Presidente (Anexo 5 – Relatório de Atividades do Conselho Científico), em que são apresentadas as principais atividades desse Conselho que, segundo esse relatório, são “as reuniões realizadas, deliberações tomadas, assiduidade dos(as) conselheiros(as), temas e regulamentos discutidos ao longo das 10 reuniões”.

Acrescenta-se um pequeno parágrafo, não irrelevante, caracterizando ainda os objetivos enquadrando-os “no cumprimento das orientações definidas pelos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa”.

Estas observações impõem-se porque o Conselho Científico tem uma nova constituição e um novo Presidente face ao ano precedente, sendo que a transição

na passagem de 2022/2022 para 2022/2023, mesmo nas relações com o Reitor, teve algumas inesperadas vicissitudes. Para se entender o que se passou em 2022/2023, como é função deste relatório, entende o Reitor chamar a atenção para o que escreveu no relatório do ano precedente, a propósito da eleição deste Conselho Científico, não podendo, nem devendo, deixar de citar aqui a parte final desse ponto do Relatório:

“Retomando, agora, essas preocupações⁵, o Reitor só pode ampliá-las num duplo sentido: o da necessária e urgente revisão dos Estatutos da UAL à composição do Conselho Científico e, eventualmente, também da revisão das suas competências e, por outro lado, da coordenação, respeitando a autonomia de cada órgão, entre o Conselho Científico e o Reitor.

Cabe, naturalmente, ao Reitor desejar ao novo Conselho Científico e ao seu Presidente, os melhores votos de um bom funcionamento e relacionamento, o que foi feito logo, presencialmente, na altura da eleição do Presidente pelos membros eleitos do Conselho, numa eleição também ela um pouco conturbada.

Infelizmente, e tendo em atenção a realização de uma reunião formal do Conselho Científico ainda antes, em setembro de 2022, em que estava agendado um ponto específico proposto pelo Reitor e aceite, aparentemente sem problemas, ele tenha sido retirado da agenda por decisão unânime dos membros presentes⁶, conforme expresso no excerto da ata, que foi enviada ao Reitor a seu pedido, já que não tinha, entretanto, recebido qualquer informação, formal ou informal, sobre tal decisão, com consequências ainda imprevisíveis à altura.

O Reitor reafirma a necessidade e o desejo de que o processo de comunicação e o respeito mútuo pelas competências de cada um tenha a continuidade de que os anteriores Conselhos cuidaram.”

Infelizmente a preocupações levantadas nesse relatório, no que toca à relação do Reitor com o Conselho Científico e, em particular com o seu Presidente, tiveram plena justificação.

⁵ Participação mais fraca de potenciais eleitores/elegíveis, “deixando fragilizado o Conselho Científico pelo menor nível de representatividade dos seus membros”.

⁶ 18 em 23, segundo o Anexo 5 do relatório relativo a 2022/2023.

Antes de evidenciar o desenvolvimento dessas relações, importa também aqui ressuscitar o que está escrito no relatório do ano precedente:

“O Reitor sempre respeitou e respeitará as decisões do Conselho Científico que no exercício das suas competências estatutárias, mesmo quando, como foi o caso particular de uma decisão assumida durante o triénio, não concorda com ela e entende que tal não corresponde à sua visão do interesse da Universidade. Mas no respeito pela independência de cada um dos órgãos, dentro das competências que lhe estão atribuídas, apenas a alínea b) do nº 1 do Artigo 17º lhe permite pôr em causa uma decisão deste Conselho – a constituição de júris de provas e de concursos académicos – ao ter a competência de homologar, ou não, a proposta apresentada. As relações informais entre o Reitor e o Presidente do Conselho Científico evitaram, neste campo, situações de não homologação. Em todas as outras, tal como estabelece a alínea d) do mesmo número, cumpre ao Reitor assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais da UAL, o que sempre fez e fará, concorde ou não com elas.”

Este tipo de relações não existiu no que toca ao Presidente do Conselho Científico com exceção das comunicações formais relativas à homologação de júris de doutoramentos.

Os Estatutos da UAL estabelecem como órgãos de governo (nº 1 do Artigo 14º) a) Reitor; b) Conselho Científico; Conselho Pedagógico, cabendo ao Reitor, conforme já se assinalou (alínea d) do nº 1 do Artigo 17º) “Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais da U.A.L.” -

Por outro lado, a alínea e) do mesmo artigo refere competir ao Reitor “Assegurar o normal funcionamento da U.A.L e defender os seus legítimos interesses, intervindo diretamente nas competências das suas unidades orgânicas sempre que razões ponderosas o justifiquem, no quadro da cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e com a Direção da Entidade Instituidora.”

Isto implica uma coordenação que não se tem verificado com o Conselho Científico, sendo que, com esta relação o Reitor não pode assegurar o normal funcionamento da UAL, pois não pode, nem deve, interferir na competência de outros órgãos. Daí a clara necessidade de uma cooperação contínua e transparente. Isso é particularmente relevante quando podem aparecer situações ambíguas. O

aparecimento destas é também uma razão para revisão dos estatutos que possa reduzir ao mínimo essa ambiguidade.

É verdade que relações informais e cordiais entre os órgãos podem ultrapassar os problemas. Mas quando tal não acontece, como é claro na transcrição do texto do ano letivo precedente, há que prevenir estatutariamente a situação.

O Reitor lamenta ter de retomar o assunto, mas o ano letivo de 2022/2023 veio agravar este fosso entre ele e o Conselho Científico, em claro contraste com o que se passou com os Conselhos Científicos anteriores. Basta referir que o Reitor nunca foi convidado para assistir a nenhuma reunião do Conselho Científico, tendo sido, e bem, convidadas várias pessoas, nomeadamente Diretores de Departamento, naturalmente ligados à nomeação de júris de doutoramentos.

Como já foi notado, o Anexo 5 coloca sob a epígrafe “Assuntos”, situações de natureza diversa, que vão de decisões a apreciações, sendo que a consulta das atas no “site” da UAL, cuja leitura o Reitor fez, já que não lhe são comunicadas essas atas (com exceção de uma relativa à distribuição do serviço docente), evidencia que grande parte do que aí aparece está ligado à nomeação de júris.

Estranhamente, tendo em atenção as competências específicas do Conselho Científico, designadamente “Apreciar o plano de atividades de investigação” (alínea e) do nº 1 do Artigo 22º), numa das atas é referido não ter havido oportunidade de ouvir os Diretores das Unidades de Investigação, enquanto são feitas referências “às atividades em curso quanto às alterações dos regulamentos, iniciando-se pelo Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da Universidade Autónoma de Lisboa (Ata de 29-03-2023)”, regulamentos que são referidos novamente na Ata de 27-04-2023: “O Presidente propôs alterações às datas das reuniões do Conselho Científico..., de modo a permitir que se possam decidir (o sublinhado é meu) das alterações finais dos regulamentos cujos trabalhos estão a decorrer. Colocado à votação, o Conselho Científico deliberou, por unanimidade (o sublinhado é meu), a alteração das datas das reuniões do Conselho Científico do ano letivo em curso... “. Finalmente, na Ata de 12-07-2023 o Presidente do Conselho Científico “informou que não se trouxe ao

Conselho Científico, para debate, a proposta de alteração do Regulamento de Mestrados e Doutoramentos, como já se havia exposto nas reuniões anteriores, uma vez que o Conselho de Ministros de 6 de julho, como foi dada nota pelo semanário publicado, procedeu a alterações legislativas em diploma do ensino superior e no âmbito da investigação e desenvolvimento científico que, por certo, influenciarão as alterações regulamentares em curso. Mais informou que, publicados os diplomas legais com as alterações, far-se-á a sua divulgação e retomar-se-á o projeto em curso”.

Não pode deixar de se notar que nada disto está referido no Anexo 5 e, sobretudo, esta surpreendente preocupação pelos regulamentos de avaliação cuja competência (nº 6 do Artigo 25º) é do Conselho Pedagógico da UAL. Com isto o Reitor não critica, antes incentiva, a cooperação entre os dois conselhos, quando não há menção, como já foi referido, de abordar os assuntos de investigação que, esses sim, são da sua competência, apesar de na Ata de 23-02-2023 se ter referido especificamente que “nas duas últimas sessões deste ano letivo convocar-se-ão os diretores dos Centros de I&D da Universidade, para apresentarem o ponto de situação do centro e futura apreciação do plano de atividades.”

Ora não consta nas atas, nem no Anexo 5, que este objetivo tenha sido concretizado, não podendo sequer ser argumentada que a tal alteração legislativa de 6 de julho do Conselho de Ministros esteve na base desta não concretização, já que as duas últimas reuniões se realizaram em 1-06-2023 e 12-07-2023.

Que fique claro uma vez mais que o Reitor não pode, nem deve, nem quer interferir na independência dos outros dois órgãos de governo da UAL, mas não se eximirá nunca de ter em atenção e referenciar decisões ou comportamentos desses órgãos que ponham em causa as suas competências, nomeadamente as contidas na alínea a) do Artigo 17º “Assegurar o governo da UAL, orientando as suas atividades pedagógicas, científicas e de investigação e assegurando a coordenação das suas unidades orgânicas” e, sobretudo, a alínea e) do mesmo número e artigo, “Assegurar o normal funcionamento da UAL e defender os seus legítimos interesses, intervindo diretamente nas competências das suas unidades orgânicas

sempre que razões ponderosas o justifiquem, no quadro da cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e com a Direção da Entidade Instituidora”.

Ora o Reitor sempre procurou e encontrou pleno eco em todas as entidades referidas na defesa desses interesses até este ano letivo, com falha da relação com o Conselho Científico.

E o mais preocupante, e reafirma-se, é a questão surgida no final do ano letivo precedente e que, surpreendentemente, aparece referida no Anexo 5, sob a designação “Proposta de Constituição de Júri das Provas de Agregação em Relações Internacionais do Professor Doutor Mário Coutinho dos Santos”, sem qualquer referência ao seu tratamento que só é possível ser verificado na ata relativa à reunião de 23-09-2023, a tal que só, a seu pedido, o Reitor recebeu.

Uma vez mais estiveram em causa as condições necessárias e suficientes para o Reitor usar as suas competências e, mais preocupantemente, conferir o seu dever (pois as competências devem ser exercidas em responsabilidade), designadamente as relativas e referidas nas alíneas k) do nº 1 do Artigo 17º “Apresentar aos Conselhos Científico e Pedagógico as propostas que considere necessárias e convenientes ao bom funcionamento da U.A.L.”, já que o Conselho não nomeou o júri solicitado pelo Reitor tal como previsto no nº 1 do Artigo 9º do Decreto-Lei nº 239/2007 de 19 de junho, com inusitadas consequências no normal funcionamento da instituição.

Acresce que, mesmo no que toca aos já referidos regulamentos, foi esquecida, por certo, a competência do Reitor, constante da alínea n) do nº 1 do Artigo 17º “Promover a aprovação dos regulamentos previstos na Lei e nos Estatutos, sem prejuízo do poder regulamentar das unidades orgânicas no âmbito das suas competências próprias em estrita articulação, com a Entidade Instituidora.”

No mesmo sentido, não pode deixar de chamar a atenção para a alínea p) do nº 1 do Artigo 22º “Deliberação sobre a distribuição do serviço docente a submeter à homologação do Reitor”.

Essa mesma competência é invocada na ata da reunião 5, de 19 de outubro de 2022, em que se refere que o Presidente “irá solicitar aos departamentos o envio da distribuição do serviço docente para o ano letivo 2022/2023 para que, na próxima reunião, o Conselho Científico possa deliberar e submeter à homologação do Reitor”. Essa ata foi enviada ao Reitor em 15-01-2024, sem referência ao pedido de homologação que, de facto, já não faria sentido.

O Reitor lamenta esta situação singular e inesperada que procurará, dentro das suas competências e com total abertura e disponibilidade, ver superada, como é indispensável e urgente com vista ao melhor funcionamento e articulação do governo da UAL.

Ainda em relação ao Anexo 5, uma nota para a informação sobre as presenças (que podem ser on line) dos seus membros. A média global de presenças foi de 68,3%, variando entre 56,5% (em 2 reuniões) e 82,6% (numa reunião), com uma média de 69,6% e uma mediana de 67,4%. Estes valores, sendo razoáveis, não deixam de refletir um certo nível de ausências que, atendendo à facilidade de presença on line, não pode deixar de ser assinalada, até por níveis de ausência de alguns dos membros que suscitam questões sobre a composição e o funcionamento do Conselho, assunto que deverá merecer a preocupação na revisão dos Estatutos.

2.2. Conselho Pedagógico

Na sequência de decisões assumidas no ano letivo precedente, que constam do Relatório do Reitor relativo a esse ano letivo, o Conselho Pedagógico funcionou com duas seções sempre que as questões específicas o sugeriam, conforme se pode ver no Anexo 6 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico, constituído pelo relatório assinado pela Presidente do Conselho Pedagógico e da 1ª Secção do Conselho Pedagógico e pela Presidente da 2ª Secção do mesmo Conselho.

Importa salientar que esta é mais uma questão que aguarda pela revisão dos Estatutos da UAL, tendo em atenção as duas preocupações que estiveram na base deste funcionamento.

A primeira, a necessidade de assegurar a paridade indispensável entre estudantes e docentes.

A segunda, assegurar o funcionamento do Conselho com um número minimamente adequado a uma potencial participação ativa de todos os seus membros. Isso implicou a partição em duas secções, a 1ª incluindo os primeiros ciclos e a 2ª incluindo os segundos e terceiros ciclos, tendo em atenção o número de cursos de cada ciclo e, sobretudo, a existência tradicional de um regulamento específico para mestrados e doutoramentos. Este justifica uma coordenação entre este Conselho e o Conselho Científico, devido às competências deste no âmbito da investigação.

Contudo, esta divisão não é, como se referiu no relatório precedente, indispensável, já que o desenvolvimento do processo de Bolonha, e a própria legislação nacional e a regulamentação que daí resulta, evidenciam maior proximidade entre os primeiros e os segundos cursos, os primeiros exclusivamente constituídos por um curso e os segundos tendo como elemento mais relevante o “curso”, ao passo que o “curso” não tem que existir nos terceiros ciclos, cujo elemento constitutivo essencial é uma tese original e inovadora.

A tendência crescente que a EUA (European University Association) tem bem evidenciado é para a mais completa separação dos terceiros ciclos, com a criação de Escolas Doutorais, em que naturalmente o papel de um conselho específico pode conter elementos pedagógicos (dado poderem existir também cursos) e de inovação (ligados à tese) desafiando uma nova configuração.

Entretanto, o facto de existir nos 2 ciclos um elemento distinto do curso (dissertação ou equivalente nos segundos ciclos e tese nos terceiros ciclos) acaba por, em termos logísticos, justificar, por enquanto, a forma que se assumiu.

A primeira nota importante a salientar no Anexo 6 é a representação de docentes e estudantes em todos os cursos dos três ciclos de estudos, com a única exceção no Mestrado de Direito, Ciências Jurídico-Policiais, que tem um número de estudantes relativamente reduzido. Contudo, esse número reduzido não justifica, antes pelo contrário, que não tivesse sido eleito um estudante para o Conselho Pedagógico.

O Anexo 6 apresenta um resumo das atividades correntes, consonantes com as competências que lhe são atribuídas, designadamente pelo nº 10 do Artigo 25º - Pronunciar-se sobre o calendário letivo e os mapas de exames, e pelo nº 4 do mesmo artigo – Promover a realização da avaliação de desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes e a sua análise e divulgação.

Relativamente a esta última competência há a referir a sua colaboração com o Gabinete da Qualidade e a realização de uma proposta de melhoria do questionário em vigor, com o objetivo de essas melhorias, se aprovadas, já poderem constar dos inquéritos a realizar no primeiro semestre de 2023/2024.

As diversas atividades estão enunciadas na descrição das agendas das 3 assembleias gerais (conjunto das duas secções) e 2 extraordinárias, todas em regime de vídeo conferência.

A primeira das duas extraordinárias, com um ponto único na agenda – Ratificação de Parecer emitido a respeito do plano do curso de Doutoramento em Direito, não se realizou por falta de quórum, tendo o seu ponto único sido tratado na assembleia ordinária seguinte, realizada 15 dias depois.

A outra assembleia extraordinária teve como ponto único a aprovação do projeto de regulamento de estágios profissionais de mestrado do Departamento de História, Artes e Humanidades. Os pontos das duas assembleias podem ser enquadrados nos nº 2 – Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação e, fundamentalmente, no nº 8 – Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudo ministrados.

As 3 assembleias ordinárias cumprem o nº 1 do Artigo 26º dos Estatutos da UAL e, pela leitura das agendas, também o nº 2 “De cada reunião é lavrada ata pelo membro do Conselho para esse efeito designado, a qual depois de aprovada é assinada pelo Presidente e por quem a lavrar”.

Contudo, o Reitor não pode deixar de assinalar que essas atas não estão disponíveis no “site” da UAL e como não foram comunicadas ao Reitor, fica apenas a referência às aprovações em agenda.

Esta situação é invocada por sugerir informações relevantes em falta: uma a completa desatualização e configuração do sítio do Conselho Pedagógico no “site” da UAL. Isto mesmo é reconhecido pelo próprio Conselho já que no mapa de atividades para 2023 e plano para 2024 aparece como atividade a atualização desse sítio, com a data prevista para conclusão em janeiro de 2023(!). Passado um ano, nada parece feito, embora na descrição do “status” dessa atividade esteja “em curso”. É importante ultrapassar rapidamente esta lacuna, pois se exige à UAL uma informação permanentemente atualizada e disponível.

A segunda razão é a ausência de informação sobre as presenças a cada reunião, fundamental para ajuizar do grau de participação e até da verificação da paridade real entre docentes e estudantes em cada reunião e por ciclo de estudos.

Outras atividades aí referidas, como a Revisão do inquérito pedagógico e de satisfação a estudantes, Revisão e alteração do Regimento do Conselho Pedagógico cuja data de realização prevista era, respetivamente, janeiro e fevereiro 2023, estão ainda em curso.

Também um projeto interessante pela sua especificidade, “Criação de um inquérito pedagógico de satisfação destinado a doutorandos”, previsto para julho de 2023, não está ainda iniciado.

Contudo, há que saudar a conclusão do Plano de atividades do Conselho Pedagógico para 2024, podendo inferir-se, do modo como o quadro de atividades está apresentado, que as atividades não concluídas ou não iniciadas atrás referidas integrarão a operacionalização desse plano.

Entre as várias atividades referidas, há uma que, por circunstâncias especiais, já referidas na introdução, merece particular atenção: “Diligências, no âmbito das competências do Conselho Pedagógico, e em articulação com a Administração Escolar, relativas a queixas apresentadas por várias estudantes da licenciatura em Ciências da Comunicação e por uma estudante da licenciatura em Direito”. Cumpriu assim a competência que lhe é conferida no nº 5 do Artigo 25º dos Estatutos – “Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias. Essas providências teriam, normalmente, a participação do Provedor

do Estudante (Artigo 50º e 51º dos Estatutos da UAL) que, em boa parte do ano, já não pode dar o seu contributo, tendo esses assuntos passado, temporariamente, para o âmbito da Entidade Instituidora da UAL (CEU), ao abrigo do nº 1 do Artigo 12º dos Estatutos.

Embora nada conste nos artigos dos Estatutos da UAL relativos ao Conselho Pedagógico, não se deve ignorar que os Estatutos referem especificamente que (nº 2 do Artigo 38º) “Compete ainda aos Conselhos Escolares solicitar a intervenção do Conselho Pedagógico no âmbito das suas competências sobre assuntos que o Departamento lhe entenda submeter”.

Não figura no Anexo 6 qualquer referência a esta relação, por certo por não ter havido qualquer razão para intervenção do Conselho Pedagógico, mas o Reitor não pode deixar de chamar a atenção para esta potencialidade que pode proporcionar uma maior e melhor integração das preocupações pedagógicas no contexto da UAL.

No Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para 2023/2024 aparece a atividade “Contributo para a revisão do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos”, a realizar em 2024, com a indicação de “Coadjuvar o Conselho Científico na revisão do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos”.

Ora, não aparece nas competências do Conselho Científico nada que lhe permita produzir qualquer regulamento, com exceção do previsto na alínea n) do Artigo 22º “Deliberar, de acordo com a legislação aplicável, sobre a admissão de candidatos a provas de mestrado e doutoramento e designar, se solicitado pelos interessados, professores orientadores para a elaboração das respetivas teses e dissertações”.

Não parece haver dúvidas que um Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos terá que incorporar este ponto que é estrutural nessa área. Contudo, o aspeto da avaliação, que não é menos relevante, é da competência do Conselho Pedagógico (que, aliás, incorpora membros dos terceiros ciclos), tal como consta do nº 6 do Artigo 25º “Elaborar e aprovar o regulamento geral (o sublinhado é meu) de avaliação de conhecimentos”.

Neste contexto, parece que o termo coadjuvar, ou seja, ajudar, facilitar, mas também cooperar e colaborar, seja o mais exato, porque, no mínimo, há uma paridade de responsabilidades dos dois conselhos, o que justifica uma cooperação que o Reitor saúda. De novo, esta situação pode levantar equívocos, sendo relevante estatutariamente ultrapassar este equívoco.

Naturalmente a existência de uma Escola Doutoral ultrapassaria o problema, mas não é, por ora, o caso.

Finalmente, uma palavra de apreço às Professoras Doutoradas Ana Quaresma e Maria Luísa Jacquinet pelo trabalho que desenvolveram e de cujo andamento sempre tiveram a preocupação de comunicar presencialmente ao Reitor que, perante os desafios atrás assinalados, deseja as maiores felicidades no exercício das suas funções.

2.3. Entidade Instituidora

A articulação entre a Reitoria e a Entidade Instituidora é particularmente relevante, tendo em atenção as competências estatutárias nas atividades ligadas à defesa da qualidade Institucional em todas as suas vertentes e, conseqüentemente, à acreditação institucional da UAL e dos cursos e unidades de investigação que nela se integram.

2.3.1. Qualidade e Acreditação

Uma instituição que procure o seu desenvolvimento de um modo sustentado, tem de ter incoativo no seu plano estratégico a busca permanente de um desempenho de reconhecida e ativamente crescente qualidade, independentemente dos critérios de avaliação que lhe subjazem.

Essa busca incessante da qualidade, ou seja, de constante melhoria, da sua própria superação que, por vezes, obriga mesmo a mudança de rumo ou de adaptação a novas e até imprevistas condições, é inalienável no funcionamento de uma instituição de ensino superior.

O uso, propositado, do advérbio “independentemente”, tem como objetivo dar ênfase a essa obrigação, porque lhe é inerente, quaisquer que sejam as condições em que se insere.

Não se desconhece, no entanto, que essas condições se traduzem, em geral, a restrições no seu desempenho, que serão tanto menores, quanto maior for a sua autonomia.

Daí o apelo constante à concretização da “autonomia universitária” que, em Portugal, está bem longe de não estar muito condicionada.

Ora a autonomia universitária assenta na prévia existência de uma Universidade e está sujeita a condições de existência que lhe são impostas pela legislação e pela acreditação de um regulador, este, em princípio, baseado em critérios de qualidade.

Por isso, a existência e a manutenção do estatuto de Universidade dependem, para além da legislação e normas regulamentares a cumprir, da atuação da entidade reguladora, neste caso da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Assim, a acreditação é precedida de avaliação e esta, em princípio, norteia-se por indicadores de qualidade.

Ao fim de alguns anos de funcionamento deste processo, crê o Reitor ser útil, dentro do tal princípio de melhoria gradual e adaptação a novas circunstâncias, fazer uma avaliação e uma descrição da A3ES e da sua atuação atual e consequentes desafios que se põem à evolução das universidades e, em particular da UAL.

Uma Agência de Acreditação é uma Entidade Reguladora e, em termos de organização política, cai nas entidades de regulação e estas, mais genericamente, na categoria de Autoridades Administrativas Independentes.

Partir da acreditação e não da avaliação é escolha propositada. É que, dinamicamente, a avaliação, no início de um processo, precede a acreditação, mas, conseguida a acreditação, no decurso do tempo surgirão novas avaliações que garantam que o mérito da acreditação, concedida num dado momento, não foi delapidado.

Começa-se por pôr a questão em termos da organização formal e não ainda do comportamento, organização e operacionalização do processo. E se está em jogo o bom funcionamento de uma Entidade de Acreditação, há que olhar, em primeiro lugar, para a legislação que a enquadra, uma vez que uma Autoridade Administrativa Independente, ou uma Agência de Regulação, não faz as leis que regem a área que regula. As leis são feitas pela entidade política competente e ao regulador compete, a partir dessa lei, criar e aplicar as leis existentes de modo a obter os resultados desejados para a sociedade no campo em que regula.

A independência manifesta-se em relação à Entidade Política, que não pode influenciar qualquer decisão do Regulador, desde que este atue, como deve, dentro do espírito das leis existentes.

Contudo, entendo que essa independência não preclui um diálogo permanente, sem que haja invasão ou inversão de competências. Pelo contrário, esse diálogo pode, se bem entendido, melhorar a atuação do Regulador se interrogado (não contestado, atenção!) pela Autoridade Política, e desta, através de eventual alteração legislativa, perante os resultados eventualmente indesejáveis que se obtêm por regulação, em virtude de um estrito cumprimento das leis que a constroem.

Levantar, de início, estes 2 pontos é crucial para uma abordagem da A3ES, já que muito do que o Reitor considera errado ou problemático nos quadros legislativo, regulamentar e regulatório do Ensino Superior está, logo à partida, no desenho das leis e regulamentos que constroem o próprio regulador.

Não esquecer que a A3ES nasce da Lei de Bases do Ensino Superior. Ora este, como é bem reconhecido pela evidência das várias sucessivas e infrutíferas propostas de alteração criando uma confusão e, sobretudo, inconsistência que a sucessiva legislação ou regulamentação avulsa vai semeando nestas quase duas décadas de anos que nos separam dessa Lei. Acresce ela ser coetânea do início da aplicação do processo de Bolonha que esteve bem longe de ser um sucesso de operacionalização, como é bem visível na leitura das atas dos Conselhos de

Ministros da UA que se realizam bianualmente e que provam que estamos bem longe de ter alcançado todos os objetivos desejáveis por esse processo.

Consequentemente, entende-se que nada poderá ser conseguido com coerência sem uma cuidadosa e urgente revisão global de todo o enquadramento legislativo do Ensino Superior Português, afetando potencialmente a própria organização e atuação da A3ES.

Esta posição não impede que se possam apontar, dentro do quadro atual, certas desconformidades ou sugestões de melhoria e é isso que pretende apontar de seguida.

Mas, antes, não se pode deixar de salientar dois pontos importantes: um relativo à “independência” da A3ES e outro relativo ao desequilíbrio na relação entre o regulador (A3ES) e os regulados (as Instituições de Ensino Superior).

No que toca à independência, há duas inconsistências que a minam claramente.

A primeira na natureza da própria A3ES: uma Fundação de Direito Privado. Um Autoridade Administrativa Independente é Órgão de Estado (não do Governo!), com estatuto próprio e responsabilidades próprias perante o Estado (não perante o Governo). Não parece que a Fundação e os Estatutos da A3ES garantam essas condições.

A segunda, a absurda intrusão da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) no processo de Avaliação e Acreditação que deve ser da competência da A3ES, com a curiosidade de estarem em causa duas fundações de natureza diferente: “A FCT é um Instituto Público de regime especial sob tutela e superintendência do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior”. Note-se que, ao menos na descrição formal, a A3ES é “uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica. É independente no exercício das suas competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado”.

Ou seja, esta entidade independente vê a sua missão ser interferida por outra fundação que depende de um Ministro. Onde está então a independência de todo o processo de acreditação relativamente ao Governo?

De facto, o inenarrável Decreto-Lei nº 65/2018 de 18 de agosto tem, no seu preâmbulo, a mistificação de referir que os objetivos dos quais decorre, ainda no preâmbulo, o papel central da FCT na acreditação dos terceiros ciclos.

É aí que aparece a malfadada alínea c) do nº 2 do Artigo 29º que coloca como condição necessária à concessão do grau de Doutor a participação formal, na ausência de uma unidade de investigação própria, de pelo menos 75% dos docentes de doutoramento em unidades de investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade, obtida na sequência de avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

Isto significa uma condição necessária (portanto precedente) para que a A3ES possa dar a sua acreditação a um doutoramento, retirando-lhe a decisão total e integrada de todas as vertentes de avaliação, as necessárias e suficientes, para a assunção da responsabilidade de Acreditação.

É uma inadmissível intromissão do Governo e do seu decreto-lei nas competências de um Regulador.

Mas o mais grave e mistificador é que para se fazer isso invoca-se no preâmbulo “um conjunto de recomendações”, apresentadas pela OCDE, em fevereiro de 2018, o que é absolutamente abusivo e desrespeitador das condições em que esse documento foi produzido. O Reitor participou em duas reuniões, de diferentes naturezas, na discussão desse documento que foi apresentado exatamente para discussão e que indica ser um “draft” com esse objetivo, não podendo ser usado como posição da OCDE. O documento final da OCDE veio só em setembro desse ano, depois da publicação desse documento, com várias e significativas alterações, para além de se descontextualizar a situação em que as tais classificações a atribuir aos centros nasceram.

Retome-se, agora, os problema do desequilíbrio entre a A3ES e as IES. Como é da lógica da regulação, os regulados são financiadores do Regulador, de forma a garantir que o funcionamento não dependa financeiramente só do Estado. Como é natural, os regulados têm direito a um tratamento transparente, designadamente à existência não só de um contraditório, mas um recurso para um órgão independente em caso de disputa com o Regulador.

Formalmente, está assegurado este direito, tendo como primeiro passo, o apelo para o chamado Conselho de Revisão (alínea d) do Artigo 7º dos Estatutos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Este tem apenas 2 artigos nesse estatuto. O Artigo 17º⁷ que diz que ele é “o órgão de recurso das decisões do conselho de administração em matéria de avaliação e acreditação.” E o Artigo 18º - Composição do conselho de revisão – que, no nº 1 refere a sua composição (5 membros) e no nº 2 refere que “A designação e o estatuto dos membros do conselho de revisão seguem o regime aplicável à designação e estatuto dos membros não executivos do conselho de administração.”

E mais nada! Não há uma palavra sobre quem é o Presidente, nem que será o próprio Conselho a estabelecer as regras da presidência, nem quais as suas competências específicas (será que ele próprio as assume? E com que direito?).

Sobre a sua designação há que procurar, então, o que se passa com os administradores não executivos do Conselho de Administração.

O Artigo 10º do Decreto-Lei nº 360/2007, de 5 de novembro, estabelece no seu nº 1 que dos 7 elementos do Conselho de Administração são “três não executivos,... designados pelo Conselho de Curadores, ..., de entre personalidades de mérito científico e profissional reconhecido e relevante para as atribuições da Agência.”

Somos, então, remetidos para as decisões do Conselho de Curadores que “É constituído por cinco membros, designados por resolução do Conselho de

⁷ Não foi encontrada nenhuma alteração significativa ao Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de novembro, que tem estes estatutos como anexo.

Ministros, sob proposta do ministro responsável pela área do ensino superior, de entre personalidades de reconhecido mérito e experiência.”

Sem pôr em causa nenhum dos diversos membros do Conselho de Curadores nos diversos mandatos, apesar de manifestas e públicas relações e até convites de membros do Conselho de Administradores a futuros curadores, nem pôr em causa, ainda menos, no que toca à “compliance” com os requisitos legais de “reconhecido mérito e competência” como é exigido pelo decreto-lei, não deixa de ser preocupante que, numa entidade que deve ser independente, não apareça como requisito a independência dos seus membros e de quem propõe a sua nomeação. É que quem a propõe é o Ministro da Tutela! Que critério e auscultações usa nesse processo para garantir a independência?

Contudo, deve salientar-se que foi, recentemente, dado um passo no Conselho de Revisão para ultrapassar problemas já registados atrás. Assim, há a assinalar uma mais clara formalização do funcionamento deste conselho, pela publicação do Regulamento nº 764/2023, de 11 de julho. Aí, no Artigo 22º Fundamento do Recurso, lê-se: “O recurso pode fundamentar-se na ilegalidade ou na inconveniência da deliberação do Conselho de Administração ou na ilegalidade da sua omissão”.

Ora, uma das características das decisões assumidas por esse Conselho é ficar-se pelo cumprimento, omissão ou incumprimento das meras formalidades legais, o que parece alargar-se através do, apesar de tudo equívoco, termo “inconveniência”. Que se entende por isto, se se sabe que, na generalidade, as queixas das IES se centram no conteúdo das decisões e nos graves erros de apreciação e tantas vezes, em menores competências das Comissões de Avaliação e, não menos relevantemente, entre as propostas de decisão das Comissões de Avaliação e as decisões do Conselho de Administração, quer por concordância, quer por discordância. O “mutismo”, pelo menos até agora, dos Conselhos de Revisão, só obrigará a um recurso a tribunais, o que, pelo seu bem conhecido (não) funcionamento normal, acaba por dissuadir qualquer IES de recorrer, conferindo ao Conselho de Administração, na prática, um poder quase discricionário.

De notar que estas observações não se dirigem à situação atual da A3ES mas a toda a sua evolução, não deixando de salientar que o atual Conselho tem dado sinais de noção de gradualismo nas avaliações e na preparação dos critérios de acreditação, em particular, no caso das relevantes acreditações institucionais, sendo, mais do que nunca, necessário reconhecer as especificidades quer do nascimento, quer da evolução do Ensino Superior Privado, algo que até agora tem sido muito pouco visível, pondo em causa, mais do que a sua autonomia (que, com a legislação existente, a generalidade das instituições verdadeiramente não tem), mas a sua sobrevivência, respeitando os seus objetivos específicos e a sua natureza diferenciada.

Depois deste enquadramento mais formal, descrevem-se situações que merecem, pela experiência vivida, uma atenção especial:

- i) A natureza de uma instituição e a sua evolução não podem ser ignoradas na Avaliação Institucional. A utilização quase “robótica” de formulários do tipo “one size fits all” não está em condições de permitir às instituições dar uma imagem clara e dinâmica da sua evolução. E é esta, e não a sua situação à altura da avaliação, que deve prevalecer, sem o que se criam inaceitáveis “barreiras à entrada” e, no limite, se impede a criação de novas instituições.
- ii) É inadmissível a continuação da exigência das condições impostas pelo decreto-lei 65/2018 para concessão do grau de Doutor. O que está em causa não é a exigência de um adequado ambiente de investigação, que se defende, mas o processo de ser a FCT, sem competências adequadas para o fazer, já que não cumpre as condições que a OCDE, que ela tanto refere, lhe impõe, muito menos quando não cumpre calendário de avaliação e o faz em contexto de concursos para financiamento, obviamente restritivos.
- iii) Era inaceitável que, no processo de Avaliação, os formulários que seguiam para as CAEs tenham sido iguais para os 3 ciclos. É evidente que, em particular para os terceiros ciclos, tudo se concentrava na estrutura do “curso” e dos docentes respetivos, quando o “curso” pode não existir em Programa de Doutoramento. O doutoramento é constituído por uma tese, podendo haver um

curso. O que se exige, como aliás é reconhecido no decreto-lei é que haja um ambiente de investigação adequada e, também e fundamentalmente, capacidade de orientação. O crescimento contínuo de Escolas Doutorais no seio da EUA é uma evidência clara da natureza diferencial do terceiro ciclo.

- iv) Isto leva-nos ao problema da interdisciplinaridade que continua a não ser assumido nos textos legislativos, continuado a referir, no caso dos Doutoramentos, a área científica. As Escolas Doutorais são um processo institucional de concretizar esse objetivo mas, mesmo sem elas, há possibilidades de dentro da mesma instituição e, preferencialmente, numa cooperação interinstitucional, criar esses doutoramentos. Ultimamente algo tem mudado, mas não se pode deixar de recordar que, há cerca de 10 anos, a UAL e o ISPA concretizaram uma proposta de doutoramento em “Psicologia dos Media” que foi bem acolhida pela CAE, reconhecendo a sua oportunidade e também os desafios a defrontar, mas reprovado pelo Conselho de Administração “em discordância desfavorável com a CAE”, por não estar bem definida a área científica.
- v) E isto leva-nos por sua vez à relação CAE/Conselho de Administração que, no caso de decisão contrária, poderia e deveria ser alvo de mediação (o tal Conselho de Revisão devidamente apetrechado para o fazer se a IES (ou IESs se fosse um programa em conjunto) decidisse recorrer.

Mas, com maior generalidade, há que rever em absoluto a composição das CAE e o método de abordagem. Em certas áreas aparecem membros das CAEs imaturos, com CVs inadequados à proposta em apreço e, sobretudo, com um desconhecimento total do que é uma Instituição de Ensino Superior Privada.

- vi) Por último, sempre é referido que a avaliação pretende, sobretudo, melhorar o funcionamento dos cursos e da Instituição. Se assim é, há que atender ao percurso das instituições e das avaliações de criação do curso, numa perspetiva inalienável de gradualismo, que induza, em caso de Acreditação, em que a proposta ou Instituição apresentem ainda fragilidades, se use a

Accreditação Condicional, só se justificando a Não Accreditação em casos de manifesta ausência de capacidade para atingir os objetivos desejáveis.

Ora a A3ES se vê confrontada na aplicação desta sua competência no caso do processo de acreditação de um terceiro ciclo e as Instituições de Ensino Superior (IES) impedidas, durante algum tempo, de apresentar propostas de acreditação.

Com efeito, as IES só podem procurar acreditar novas unidades de investigação e obter uma classificação dessas unidades nos ciclos de avaliação de 3 a 4 anos da FCT, quando os prazos são cumpridos.

Se não obtêm Muito Bom, que está sempre sob pressão da concessão de financiamentos ligados a esses ciclos de avaliação, se pretender apresentar uma proposta de Doutoramento para acreditação, vê-la-á liminarmente rejeitada, sem qualquer consideração pela evolução dessa Unidade, designadamente se for recente. Ora, se todo o processo nascesse na A3ES, sem essa intromissão, estaria em aberto uma “acreditação condicional”, que teria em conta a evolução futura ligada a condições a cumprir.

O Quadro I - Processos de Renovação e Accreditação dos Cursos em Funcionamento, do Anexo 7 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2022/2023, justifica por si mesmo todo o peso que a A3ES tem no funcionamento da UAL e na estratégia de sustentação da sua condição de Universidade e nas condições que se exigem para sua evolução futura.

O ano letivo de 2022/2023 tem, aparentemente, um conjunto de relações relativamente pequeno quando comparado com anos precedentes, tendo obtido 2 acreditações por 6 anos dos primeiros e segundos ciclos em Direito (contados a partir de 2019!) na resposta a relatórios de “follow-up” apresentados em fevereiro de 2023 e outra acreditação por 6 anos (também a partir de julho de 2019) em Informática de Gestão, depois de uma entrega do relatório de “follow-up” em junho de 2021. Ainda há a salientar a acreditação do segundo ciclo em Engenharia Informática e de Telecomunicações por 2 anos a partir de 31 de julho de 2023.

No que diz respeito à apresentação de cursos novos, apenas há o caso do terceiro ciclo em Direito apresentado em 16 de novembro de 2022 e que foi rejeitado liminarmente em 27 de junho de 2023, após envio de recurso para o Conselho de Revisão de Recursos, após pronúncia à recusa liminar do Conselho de Administração de 1 de junho de 2022.

Acresce que para o ano 2024/2025 estarão em processo de renovação e acreditação 22 cursos (11 do primeiro ciclo, 8 do segundo ciclo e 3 do terceiro ciclos) que estão em funcionamento em 2022/2023 e que se verão, novamente, “examinados” em anos muito próximos e num volume de documentos e de interações que não deixa dúvida sobre a extensão da regulação que estrangula a ação de uma Instituição e, sobretudo, a capacidade de pensar estrategicamente, com um mínimo de autonomia, o seu desenvolvimento futuro, tanto mais que, como se assinalou, a composição e atuação das CAEs nem sempre oferece as garantias necessárias de uma avaliação competente e consistente.

Se, como se refere atrás, o volume de trabalho foi mais limitado em 2022/2023 no que toca à “manutenção” de cursos existentes, a preparação da Avaliação Institucional da UAL que, alegadamente, uma vez conseguida, poderá aligeirar os tais processos de “manutenção” dos cursos acreditados, foi o “ponto forte” de preocupação durante 2022/2023, exigindo grande esforço de preparação e pondo à prova as capacidades de cooperação interna que nem sempre se mostram devidamente “oleadas”, sendo difícil romper as lógicas de “silos” numa Universidade em que a proximidade física nem sempre significou proximidade de interesses e resposta a um objetivo comum.

Não só por isso, mas tendo isso em particular atenção, o Reitor quer deixar bem expresso o seu agradecimento pelo papel fulcral de coordenação que, neste ambiente, o Professor Doutor José Subtil e a Mestre Telma Ruas tiveram na preparação e concretização atempada das propostas a apresentar à A3ES em todas as suas vertentes, mas muito particularmente, no caso da Avaliação Institucional.

A visita da CAE no decurso desta avaliação, já no decorrer do início do ano letivo 2023/2024, foi bem reveladora da legitimidade das dúvidas que existiam sobre a sua

competência e, sobretudo, saber a sua incapacidade de captar as características específicas de uma Universidade Privada e da dinâmica de evolução no seio do Ensino Superior em Portugal face à turbulência dos anos 80 do século XX, em que ele se começou a afirmar, à entrada do Processo de Bolonha e ao crescente papel da Investigação na Acreditação de ciclos de estudos.

A colocação no mesmo título da Qualidade e Acreditação tem subjacente a lógica de que a Acreditação, se consequente, baseia-se numa avaliação prévia e esta, por sua vez, para além da mera verificação da conformidade com as exigências formais, deve ter como preocupação central o estudo da qualidade do conteúdo das propostas. Esta preocupação tem de ser antecedida por uma escolha de avaliadores que têm as necessárias competências e capacidades para avaliar a qualidade do conteúdo, sem esquecer a sua adequada contextualização, o que, como já foi sugerido, nem sempre tem acontecido.

Do mesmo modo, também se exige a uma instituição que ela, em si mesma, se quer ver acreditada, bem como os seus cursos, tem de procurar garantir a qualidade do conteúdo que se apresenta à acreditação, o que exige mais que uma estrutura de apoio com a capacidade adequada, o que, no caso da UAL, se traduz por uma adequada articulação com a Entidade Instituidora, a Reitoria da UAL e as unidades que a integram.

É nesse contexto que deve ser situado o papel do Gabinete da Qualidade, cujo relatório se apresenta no Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2022/2023.

O Reitor agrade ao Eng^o João Moura Ferreira e à Dra. Rita Trindade o envio do relatório, ao mesmo tempo que manifesta o seu reconhecimento por toda a atividade desenvolvida e os esforços no sentido de assegurar a articulação atrás referida.

O relatório do Anexo 8 é constituído por uma síntese adequada das suas principais atividades, estruturada nos eixos com maior ligação à UAL.

- Desenvolvimento documental do Sistema da Qualidade

- Definição e aplicação de indicadores operacionais, semestrais, para medição da produção pelos docentes das respetivos FUCs (Ficha da Unidade Curricular)
- Funcionamento do Conselho de Avaliação da Qualidade
- Newsletter da Qualidade e página internet do Gabinete da Qualidade

Na introdução, atendendo à sua função integradora no seio do Grupo Autónoma, refira-se a preocupação de aproximar as equipas da qualidade da UAL e da ESEFSM e o aprofundamento do “relacionamento do Gabinete da Qualidade com o CA da CEU, os órgãos de governo da UAL, os departamentos e os diversos serviços centrais, a Associação Académica e todos os colaboradores.”

O relatório consta de uma exaustiva descrição do seu plano de ação para 2022/2023, das ações empreendidas na operacionalização do plano, sendo de destacar, pelo seu significado, o apoio ao encerramento do processo de Avaliação do Desempenho dos Docentes e Investigadores da UAL e o processo de homologação de resultados, pelo Reitor, bem como a criação do Relatório de Análise ao Inquérito aos Estudantes (de caráter semestral).

Num plano de maior operacionalidade, destaque para o lançamento, análise e distribuição dos resultados do Inquérito de Satisfação a Docentes e Investigadores e do Inquérito Pedagógico aos Estudantes.

Importa referir como atividades centrais do Gabinete da Qualidade a realização de reuniões do Conselho de Avaliação da Qualidade, onde são tomadas e aprovadas as principais ações devidamente descritas no Anexo 8 e a ação específica de realização de uma Auditoria Interna ao Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ-UAL), realizado por um auditor externo, com larga experiência no ensino superior, que levou a uma extensa lista de ações corretivas visando a melhoria do Sistema, sendo relevante o seu papel na preparação da Avaliação Institucional da UAL.

Uma nota final para uma preocupação do Gabinete que subjaz não só ao conteúdo do Anexo 8, mas sobretudo à sua atividade constante, sem esquecer o estudo dos resultados das ações que vai desenvolvendo e que conduzem a novas e diferenciadas propostas. Trata-se da identificação de ações de melhoria,

designadamente no campo pedagógico, resultantes, em geral, da análise dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes. Para testar a sua aprovação e concretização, realizou reuniões com os diretores e responsáveis da qualidade de todos os departamentos académicos.

O Reitor enaltece todos os esforço feitos no sentido da concretização destas melhorias, bem como a persistência na buscas da adesão dos docentes à necessidade de se adequarem às exigências regulatórias que o Sistema de Garantia da Qualidade impõe. O Reitor salienta, em particular, a estrita obrigação do cumprimento do preenchimento das FUCs que são, também e principalmente se adequadamente estruturadas, um elemento pedagógico relevante na orientação dos alunos que devem dispor delas desde o primeiro tempo de contacto.

Têm sido dado passos significativos nesse preenchimento, mas a exigência, que o Reitor não pode deixar de assinalar, é o total preenchimento das FUCs, que o Gabinete da Qualidade bem tem tentado.

O desafio atual que não pode deixar de ser satisfeito é o preenchimento dos RUC (Relatórios das Unidades Curriculares) que constitui, a um tempo, um processo de autoavaliação dos resultados do funcionamento dessa unidade, visando a melhoria no futuro e um dos dados indispensáveis para a avaliação do curso em que se insere.

O Reitor chama a atenção para que, sem a cooperação de toda a Comunidade Académica, é difícil melhorar a qualidade do funcionamento da UAL, estando o Gabinete da Qualidade dependente dessa cooperação. Uma das ações que têm estrita dependência dessa cooperação são os diversos inquéritos lançados. Em particular, o preenchimento dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes têm de ver o nível de respostas claramente aumentado para que os seus resultados sejam crescentemente mais representativos, pedindo-se o envolvimento e a sensibilização de todos, docentes e estudantes, no sentido de aumentar claramente a taxa de respostas que depende, também, do modo de o operacionalizar.

2.3.2. Internacionalização

A internacionalização das instituições de ensino superior é hoje um misto de obrigação e de oportunidade a aproveitar, tendo em atenção, por um lado, as métricas das avaliações das instituições e, por outro, a possibilidade de atrair mais estudantes quando, em particular, a procura local escasseia face à oferta.

Contudo, as condições exigidas para uma estratégia consistente de internacionalização implicam existência de uma área funcional da instituição devotada a essa missão, tanto mais difícil de estruturar quanto menor for a dimensão dessa instituição. Naturalmente, a cooperação possível entre instituições potenciará a capacidade de internacionalização, sendo que, para isso, terá de haver convergência de interesses e adequada, e sempre controversa, partilha de custos e, sobretudo, de “resultados”.

Também é claro que o conceito de “internacionalização”, em particular, as métricas usadas para a sua avaliação são, por vezes, equívocas, mas quaisquer que sejam, uma instituição de ensino superior não pode fugir a responder a este desafio.

Para isso tem de definir os seus objetivos, consistentemente com as suas capacidades e os níveis e condições de cooperação que está disposto a aceitar. Esta palavra “aceitar” é escolhida de propósito para evidenciar a posição relativa da UAL face às grandes universidades com outras possibilidades de definir autonomamente as suas estratégias. Não que uma pequena universidade o não possa fazer, mas restringe fortemente as possibilidades de atingir objetivos mais alargados.

A Internacionalização de uma Universidade numa perspetiva alargada pode assumir muitas situações, com uma única condição comum: a presença de algo não nacional no âmbito da Universidade ou a presença de alguém dessa universidade numa outra não nacional e devendo mesmo estender-se não só às presenças em universidades, mas em outras instituições, quer de investigação, quer, no limite, mesmo empresariais.

Neste sentido, a internacionalização de uma universidade, mesmo na ausência de uma estrutura específica que assuma e coordene uma estratégia integrada, passa muito por decisões e contactos individuais ou de unidades da universidade, cimentando contactos e projetos comuns que, adequadamente assumidos, podem vir a constituir uma rede de internacionalização consistente.

Colocando a UAL neste enquadramento, é fácil concluir que na sua evolução histórica a internacionalização se fez muito através destas iniciativas singulares, sem prejuízo de ligações institucionais, designadamente por meio da Entidade Instituidora, como por exemplo a APESP e a Universia.

Contudo, conforme tem sido salientado em relatórios anteriores, a UAL tem uma característica de internacionalização (no sentido estrito da presença de não nacionais) muito especial, caracterizado por uma grande ligação à lusofonia, designadamente na presença de estudantes lusófonos, como é evidente no Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2022/2023 do Anexo 1 – Cursos que conferem grau, descrito com pormenor no ponto 1.1.1. do presente relatório. Assim, globalmente, os estudantes não portugueses representam 22,7% do total de estudantes dos 3 ciclos de estudos da UAL, 90,1% desses são nacionais angolanos ou brasileiros.

A leitura do ponto 1.1.1. evidencia, entretanto, que há uma alteração em termos relativos, com estudantes de Angola a prevalecerem no primeiro ciclo e os brasileiros nos outros 2 ciclos. Nestes constituem quase metade dos estudantes totais desses ciclos, mostrando bem a importância da sua presença no funcionamento desses ciclos.

Em contrapartida, é muito pouco significativa a presença de estudantes estrangeiros não lusófonos (apenas 0,9% no primeiro ciclo, 1,8% no segundo ciclo e 4,1% no terceiro ciclo), o que, designadamente no contexto europeu, é quase insignificante, totalizando pouco mais de 3 dezenas de estudantes.

Contudo, a presença de estudantes estrangeiros e, em particular europeus, é bem maior quando se tem em conta os Programas de Mobilidade Internacional/ Programa Erasmus+, coordenado pelo Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade

Internacionais, cujo relatório de atividades relativo ao ano letivo 2022/2023 figura no Anexo 9 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais.

O Reitor agradece à Dra. Carolina Peralta o envio do relatório, mostrando o seu apreço pelo grande mérito do trabalho realizado e pelos notáveis resultados conseguidos, aproveitando bem a disponibilidade de verba alcançada face ao ano precedente, graças ao reconhecimento de uma cuidada e rigorosa gestão orçamental.

Assim, o número de estudantes estrangeiros que estiveram em mobilidade na UAL foi de 84 (71 europeus pela mobilidade Erasmus+ e 13 brasileiros pela mobilidade extra europeia).

O país europeu mais representado é a Itália com 19 estudantes, provenientes de 5 universidades, com clara predominância feminina (12) face à masculina (7). De notar, desde logo, o peso em Arquitetura com 12 dos 19 estudantes.

Segue-se a Espanha com menos estudantes (15), mas com muito maior dispersão já que esses estudantes provêm de 9 diferentes instituições de ensino superior, um terço das quais também pra Arquitetura e com relativa paridade de géneros (8 do género feminino e 7 do masculino). Arquitetura atrai ainda 9 estudantes de uma universidade norueguesa (6 do género feminino e 3 do masculino), sendo esse número de estudantes (9) igualado por estudantes romenos provenientes de 3 diferentes instituições de ensino superior, reforçando a clara predominância do género feminino.

Há ainda presença de 5 estudantes de 3 universidades turcas, 4 de uma universidade da Alemanha, 3 de uma universidade da Polónia e 1 da República Checa.

Em sentido inverso há a registar 46 estudantes da UAL em Mobilidade Erasmus+ e 1 em Mobilidade Extra Europeia, numa universidade de S. Paulo (Brasil).

O maior contingente é o da Itália (12 estudantes em 4 diferentes universidades), a par de Espanha (12 estudantes em 6 diferentes universidades), seguida de perto pela Polónia (11 estudantes em 3 diferentes universidades).

Em menor número, a República Checa (5 estudantes numa só universidade), Bulgária (3 numa só universidade) e Turquia (1).

As áreas mais procuradas são Gestão e Relações Internacionais, sem embargo de haver outras áreas como História, Psicologia, Economia e Ciências da Comunicação e Gestão do Desporto.

Curiosamente, ao contrário do que se passa com estudantes estrangeiros em mobilidade na UAL, os da UAL que se deslocaram para outras universidade são do género masculino.

Estes dados não podem deixar de suscitar algumas observações, designadamente a total ausência da França. A perda de peso da língua francesa face à globalização do Inglês pode explicar a mobilidade para outros países, mas não explicará tudo. Só há dois estudantes de França que se inscreveram diretamente no novo Doutoramento em Arquitetura.

Também o número de estudantes de Espanha, dada a proximidade, é muito baixo, designadamente no que toca à escolha de obter o seu diploma na UAL.

Estes dados desafiam o desenho de uma estratégia do Grupo Autónoma para a UAL, na medida em que a sua dimensão imporá, por certo, escolhas que não poderão ignorar o peso histórico da lusofonia.

Mas é evidente que estas reflexões estão limitadas ao movimento e à atração de estudantes que está longe de ser o único, quiçá até o principal, vetor de internacionalização.

A esse propósito, referir ainda a informação contida no Anexo 9, com referência a 5 professores da UAL em mobilidade Erasmus+ e 35 visitantes Erasmus+ na UAL, não havendo, contudo, ao contrário do ano precedente, qualquer referência a outros colaboradores da UAL. E a internacionalização também passa, e não menos relevantemente, pelos outros corpos, em particular os docentes.

É através deste que a UAL se vai relacionando com instituições estrangeiras, como, aliás, é bem visível, no ponto 1.1.2. deste relatório, nomeadamente através de congressos, conferências, seminários e workshops.

Nesta descrição não está, ainda, referido um dos vetores fundamentais de internacionalização: a Investigação. Aliás, desligar Internacionalização de Investigação nem sequer faz qualquer sentido e é aí que uma aposta estratégica tem que se centrar, sem prejuízo de todas as outras já abordadas.

Aí, sem prejuízo de se reconhecer que através de alguns docentes e de algumas unidades de investigação se terem dado alguns passos significativos, é que deverá centrar-se uma estratégia concertada com busca de cooperações com entidades externas, designadamente na busca de participação em projetos comuns, à frente dos quais os que se integram em programas de investigação e de inovação da União Europeia.

Mas, se é certo que se impõe uma reflexão estratégica neste ponto, é importante não esquecer os condicionamentos externos que limitam qualquer estratégia. E há dois que são óbvios, e que têm de ser abordados sem qualquer ambiguidade.

O primeiro diz respeito à atração de estudantes estrangeiros, designadamente para os segundos e terceiros ciclos. E essa limitação é a inqualificável impossibilidade de as Universidades Privadas reconhecerem automaticamente os diplomas estrangeiros, que as Universidades Públicas podem reconhecer.

A situação arrasta-se indefinidamente, sem que haja um alteração da situação, apesar do reconhecimento quase generalizado que não há qualquer justificação para a manutenção desta situação.

Há vários anos que existe uma Comissão de Reconhecimento de Diplomas Estrangeiros que define quais podem ser reconhecidos automaticamente pelas Universidade Públicas. O Reitor, como representante da APESP, tem feito parte dessa Comissão, não se entendendo que o Ensino Superior Privado a par dos representantes do Ensino Superior Públicos, se pronuncie sobre esse processo de reconhecimento automático e, depois, as instituições que integram a APESP não

possam participar dos resultados dessas decisões, ao contrário do que se passa com as Públicas.

A segunda condicionante tem uma dupla influência pois centrando-se, em princípio, na avaliação e na acreditação de Unidades de Investigação e conseqüente acesso a Programas Comunitários ou a outros apoios à investigação, acabam por comprometer, como já foi referido no capítulo relativo à Qualidade e Acreditação, a possibilidade de criação de terceiros ciclos, com tudo o que isso, em termos de desenvolvimento estratégico de uma universidade, em particular na vertente de Internacionalização, representa.

3. Representação da UAL

Nos termos do nº 1 do Artigo 16º dos Estatutos da UAL, o Reitor é “o órgão de representação externa e de coordenação geral das atividades dos restantes órgãos académicos”.

A esta competência, e conseqüente responsabilidade, acrescem competências mais especificadas como é o caso da alínea c) do nº 1 do Artigo 17º, que lhe atribui a representação da UAL “junto de quaisquer instituições, académicas, ou outras para as quais tenha sido mandatado pela Entidade Instituidora”.

Por outro lado, a alínea j) do mesmo Artigo 17º confere-lhe a competência de “outorgar, no âmbito académico, acordos ou protocolos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, em articulação com a Entidade Instituidora”.

A especificação das alíneas c) e j) do Artigo 17º dos Estatutos da UAL evidencia bem que a competência de representação, nacional ou internacional, não é exclusiva do Reitor, já que em certos casos (alínea c) depende de um mandato da Entidade Instituidora e, noutros (alínea j) essa representação é “em articulação com a Entidade Instituidora”. Nem de outro modo podia ser, dada a natureza de uma Universidade Privada como a UAL, infelizmente não compreendida (nem respeitada) por entidades nacionais, em particular as de avaliação e acreditação, que só entendem o “figurino” público.

Aliás, a alínea l) do mesmo Artigo 17º é bem elucidativa desta situação ao dar a competência, que é a responsabilidade, de “Assegurar a articulação com a Entidade Instituidora, de forma a manter a necessária coordenação entre as atividades desta e a ação da UAL” que é um corolário do Artigo 15º que diz respeito à colaboração da UAL com a Entidade Instituidora: “Os órgãos da U.A.L. exercem as suas atribuições em estreita colaboração com a Entidade Instituidora, enquanto responsável pela sua gestão administrativa, económica, financeira, patrimonial, disciplinar e de recursos humanos, indispensável à garantia da sua existência e funcionamento.”

Naturalmente, o Reitor entende que é fundamental que essa articulação seja permanente e aberta, não se sentindo constrangido pelo estabelecido nos Estatutos, pois é constante de ambas as partes a preocupação por garantir essa articulação, que só ela pode garantir o melhor funcionamento da UAL.

Neste enquadramento estatutário, a maior responsabilidade direta do Reitor centra-se na “coordenação geral dos restantes órgãos académicos” que, sendo o Reitor o órgão de representação externa, não devem ultrapassar, a não ser por delegação ou descentralização de competências da sua parte, esta competência nas relações com entidades externas, o que, tem de se reconhecer, nem sempre se tem respeitado. São exemplos disso certas propostas de criação de novos cursos, ausência de informação do que se passa em muitas Unidades de Investigação e até, em certos casos, realização de acordo externos sem o conhecimento prévio do Reitor. Esta ausência de informação ou a informação fora de tempo adequado já tem colocado o Reitor em indesejáveis situações face a entidades externas que, obviamente, prejudicam a imagem da UAL e que o Reitor não quer ver repetidas.

A grande maioria destas situações tem a ver com o comportamento de alguns responsáveis por Departamentos ou Unidades de Investigação que põe em causa o adequado cumprimento das competências, e consequentes responsabilidades, do Reitor que figuram nas alíneas a) e j) do nº 1 do Artigo 17º e, mais geralmente, o nº 1 do Artigo 16º.

Repare-se que mesmo no campo académico, os Estatutos estabelecem restrições à competência do Reitor que podem ser bem resolvidas com a articulação com a Entidade Instituidora prevista nas alíneas i), j) e l) do nº 1 do Artigo 13º, relativos à distribuição do serviço docente, da contratação de docentes e investigadores e da acreditação de ciclos de estudo, bem como, e com não menor relevância, o Artigo 8º - Criação de ciclos de estudos, que dá competência a criação de ciclos de estudos à Entidade Instituidora, competência essa que se estende à organização interna da UAL ao conferir-lhe também “a integração dos ciclos de estudos nas unidades orgânicas”, bem como (Artigo 27º) à “criação, transformação, fusão e extinção de unidades orgânicas”.

A articulação, no entanto, é clara pois o Reitor é sempre ouvido, com exceção do nº 2 do Artigo 8º, relativo à integração de ciclos de estudos das unidades orgânicas, em que não há qualquer referência ao Reitor. Aliás, o mesmo sucede com a nomeação de coordenadores dos cursos que integram os diversos ciclos de estudos que, segundo o nº 2 do Artigo 31º, é nomeado pela Entidade Instituidora sob proposta do Diretor de Departamento, sem qualquer intervenção do Reitor.

Estas notas de introdução a este capítulo do Relatório vêm na sequência da criação formal do Grupo Autónoma que, naturalmente, substituiu a usual ligação CEU/UAL e pela existência e conclusões da Avaliação Institucional a que a UAL foi submetida.

Como se indica no ponto do relatório relativo aos problemas da Avaliação, foi evidente da parte da Entidade Avaliadora o total desconhecimento dos Estatutos da UAL e, em consequência, de como funciona esta Universidade e, mais geralmente, uma universidade privada, já que, como já se referiu e volta a frisar, o “guião” de avaliação está formatado pelas universidades públicas, onde o papel do Reitor é diferente e a universidade incorpora todos os serviços, para além de, dada a dimensão de muitas delas, a descentralização dê às Faculdades, muitas delas de grande dimensão, uma quase total autonomia, enquadrando grande parte dos serviços de apoio que, no caso da UAL, são da responsabilidade estatutária da Entidade Instituidora.

Acresce que a dimensão da UAL e a estrutura departamental confeririam potencialmente ao Reitor capacidades de verdadeira coordenação, sobretudo quando está crescentemente em causa a busca da interdisciplinaridade e uma escolha mais aberta dos cursos a frequentar por parte dos estudantes.

Por isso, havendo crescentemente a ideia de que vale a pena fazer uma revisão dos Estatutos, a reflexão feita é uma contribuição para a eventual discussão para essa revisão.

Entretanto, importa garantir, e o Reitor sempre procura fazê-lo, a articulação com a Entidade Instituidora, bem como os outros órgãos de governo, designadamente os Conselhos Científico e Pedagógico que, como se lê em capítulo próprio, nem sempre tem funcionado adequadamente.

Um bom exemplo da necessidade de articulação é, no entender do Reitor, a assinatura de protocolos, convénios e parcerias (Anexo 10 – Protocolos, convénios e parcerias). Nele figuram 33 referências, suas das quais celebradas com entidades estrangeiras. Aí estão referidos os “Departamentos” (as aspas são para distinguir esta designação daquela que designa as Unidades Orgânicas da UAL com o mesmo nome), ligados à celebração desses acordo, aparecendo a UAL apenas com uma referência, relativa aos “Termos de acesso e utilização do Portal PE (RGPD)” assinado com a Secretaria-Geral de Educação e Ciência e FCT.

Do ponto de vista formal parece estar tudo em ordem. Em princípio, dada a estrutura do Grupo Autónoma, pode-se entender que os 4 (um dos quais com entidades estrangeiras) da Autónoma Academy, os 6 dos Centro de Transferência de Conhecimentos, os 4 do Centro de Arbitragem, os 2 do GIP – Gabinete de Inserção Profissional, 1 da Editora da UAL com a Editora Livros Horizonte e, obviamente, o da CEU relativo à redução de propinas (mais de 50% deste conjunto no total de 33) fazer todo o sentido não cair na órbita da “Coordenação da ação das suas unidades orgânicas”, já não entrando na avaliação do Reitor ser o “órgão de representação externa da UAL”.

Contudo, não parece claro que 4 com origem no Departamento de Psicologia, 2 de Direito, 2 de Ciências da Comunicação, 2 de Ciências Económicas e Empresariais, 1 de Arquitetura, 1 de História, Artes e Humanidades e 2 em Relações Internacionais, em particular um deles, assinado com a Universidad Europea del Atlântico, que incorpora “colaboração académica, científica e cultural, bem como o intercâmbio de professores, investigadores e estudantes, publicações, programas académicos e projetos de investigação”, não tenham tido participação do Reitor, nem sequer informação atempada e adequada. De facto, aceita-se e até enaltecem os esforços dos departamentos para concretização de estágios como é o caso de Psicologia, de Ciências Económicas e Empresariais em conseguir disponibilizar as publicações de “O Informador Fiscal” ou da concretização de uma parceira com a Ordem dos Contabilistas Certificados para uma redução das propinas e promoção de cursos da UAL junto dos membros da Ordem, bem como em Direito a colaboração com o

Instituto de Apoio à Criança visando campanhas de combate à violência contra as crianças ou de Arquitetura em que o CEACT tem uma parceria “visando a sensibilização para a criação de uma consciência ambiental, sustentável e de poupança da água junto da população”, ou mesmo de Ciências da Comunicação com uma parceria com a Assembleia da República “no âmbito da pós-graduação em Jornalismo Político e Parlamentar” que pode ser desenvolvida na Autónoma Academy e não na área fundamental da UAL.

Mesmo sendo ações no âmbito dos departamentos ou unidades de investigação da UAL, estas ações não põem em causa, antes pelo contrário, a coordenação que se exige ao Reitor. Pelo contrário, o Reitor vê com bons olhos esse espírito de iniciativa, em que emerge a necessária ligação à Sociedade em geral e a instituições específicas e de proximidade, podendo até envolver estudantes em ações de voluntariado e de sensibilização ambiental e congratula-se com essa realização, embora, sem qualquer necessidade de participar na sua génese ou de a assinar, gostaria de estar informado atempadamente dessas realizações que são relevantes para uma Universidade.

Em seu entender, tal já não parece suceder na sua não presença ativa e com informação atempada e adequada no caso da cooperação académica entre Direito e a Universidade do Minho relativa a “cooperação académica, científica e cultural em todos os campos de comum interesse”, ou de Relações Internacionais com a ACL – Clube de Lisboa, Associação para a Promoção de Conferências em “parcerias e projetos de cooperação de interesse mútuo em todos os domínios relevantes para os signatários” e, em especial, o protocolo com a Universidad Europea del Atlântico, constando de “Colaboração e cooperação académica, científica e cultural, bem como o intercâmbio de professores, investigadores e estudantes, publicações, programas académicos e projetos de investigação” que, manifestamente, põem em causa as competências do Reitor e a consequente capacidade e responsabilidade de exercer adequadamente o seu mandato.

É certo que, frequentemente, e em fases avançadas de desenvolvimento desses acordos o Reitor é convidado para estar presente e sempre procurou não deixar a

UAL mal representada, mas isso traduz apenas uma representação institucional, de que não se desobriga, mas não serve como justificação do processo seguido na concretização desses acordos.

O mesmo se diria, em princípio, do protocolo de “colaboração académica no domínio da História e das Ciências Sociais e Humanas” do Departamento de História, Artes e Humanidades com a Universidade de Évora (CIDEHUS), situação que foi alterada no desenvolvimento do projeto em que no Reitor foi convidado a dar o seu parecer sobre ele.

Fique claro, desde já, que o Reitor incentiva o desenvolvimento autónomo de todos os departamentos e unidades de investigação da UAL, apenas desejando informação transparente e atempada para que possa cumprir com qualidade a sua responsabilidade de “coordenação geral das atividades dos restantes órgãos académicos”, designadamente “assegurando o governo da UAL e orientando as suas atividades pedagógicas, científicas e de investigação”.

Cabe, ainda neste campo da representação ou da ligação ao exterior, referir outros acordos apresentados no Anexo 10, com origem na Autónoma Academy e Centro de Transferência de Conhecimentos, cujas atividades implicam uma clara ligação à UAL e que nas universidades públicas estão habitualmente inseridas dentro do perímetro específico da universidade, mas que, no contexto de uma instituição privada como a UAL, e os seus estatutos bem o refletem, não tem cabimento, o que, repete-se, não é adequadamente reconhecido, nem tido em conta, pelas entidades que tutelam ou que regulam o Ensino Superior em Portugal.

Sendo, no entanto, atividades relevantes, é importante dar-lhes lugar neste relatório em capítulo específico ou nas Considerações Finais.

Passando, agora, à descrição das atividades de representação ou de cooperação da UAL exercidas no âmbito da Reitoria, é de relevar e agradecer o contributo e a disponibilidade do Prof. Doutor José Guilherme Victorino na assunção de várias das representações na impossibilidade da presença do Reitor, o Anexo 11 – Representações do Reitor evidencia, genericamente, vários tipos de representações e presenças:

- i) A representação da UAL junto de ordens profissionais ou entidades de relevo nacional, como são os casos da “Cerimónia de Apresentação do Observatório da Profissão” na Ordem dos Arquitetos, a Cerimónia de Posse da Bastonária e restantes órgãos sociais da Ordem dos Advogados, sendo de salientar a qualidade de antiga aluna da Bastonária, e a presença na Cerimónia de Entrega do Prémio Gulbenkian para a Humanidade.
- ii) Presença em sessões solenes de instituições congéneres ou de ligação ao ensino superior, designadamente a Sessão Solene de Abertura do Ano Académico na Aula Magna da Universidade de Lisboa, a Sessão Solene de Abertura do Congresso Missionário Fraternidade sem Fronteiras, na Universidade Católica Portuguesa, a Sessão Solene de Abertura do Ano Académico do Instituto de Defesa Nacional e a Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo do ISPA.
- iii) Intervenções em sessões na UAL e fora da UAL, nomeadamente a Apresentação do Estudo “Internacionalização Ibérica - Espanha e Portugal no Mundo” - Fórum Luso-Espanhol, com almoço com a Secretária de Estado do Comércio de Espanha, no Painel “A Regulação dos Mercados Digitais” da Conferência da APDSI “Regulação Digital”, Mesa Redonda “Implicações geopolíticas para Europa e América Latina na guerra da Ucrânia”, organizado pela OEI - Organização de Estados Ibero-americanos, Colóquio da APESP “O ensino superior no espaço ibero-americano: desafios e oportunidades”, Abertura Solene do novo Doutoramento em Património, Tecnologia e Território, Colóquio da APESP “Modelos inovadores de organização do ensino superior” e Colóquio da APESP “Do equilíbrio entre a regulação do ensino superior e a autonomia universitária Que enquadramento jurídico para a próxima década?”.
- iv) Intervenções em colóquios, seminários ou conferências no âmbito da UAL, nomeadamente na Sessão de Abertura do “IV Seminar of the Atlantic Centre “Forecasting Atlantic Security and Governance” Atlantic-

Pacific: security and governance links”, Sessão de Abertura do Colóquio Internacional Portugal-Brasil - História, Presente e Futuro no âmbito das comemorações dos 200 anos da independência do Brasil, Abertura do II Seminário Internacional “Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional – SIECO II” e Cerimónia de Encerramento da “17ª Conferência Anual Sport & EU”.

- v) Presença em atividades específicas de docentes ou departamentos da UAL, em particular lançamento de livros de docentes ou investigadores como “O Teatro em Diálogo com a Lisboa Seiscentista”, de Raquel Cabeças, “Arqueologia do Poder”, de José Subtil, livro institucional “Palácio dos Condes de Redondo” e “Em torno do Pensamento de Luís Moita: Humanismo e Relações Internacionais”, tomada de posse de novos órgãos sociais da Associação Académica da UAL, apresentação da tese do Primeiro Doutoramento em Arquitetura, Lição Inaugural do Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia.

Esta descrição pormenorizada procura evidenciar as preocupações centrais que norteiam a atividade da Reitoria, com relevo para a preocupação de presença nos eventos solenes das outras universidades e com as ordens profissionais, nas relações com outros países, com grande ênfase, para além da CPLP, da América Latina. Neste caso, a presença variada em atividades da OIE é o sinal evidente desta preocupação, a que se acrescenta a presença em embaixadas no dia nacional do respetivo país, como foi o caso da receção por ocasião do 179º Dia da Independência da República Dominicana.

Também emerge dessa descrição a atividade como Coordenador dos Reitores de Universidades Privadas, com assento na Direção da APESP, representando-a, designadamente, na Comissão de Reconhecimento de Graus e Diplomas e no Programam EEA Grants Portugal.

Por último, as diferentes presenças na generalidade das atividades da UAL e dos seus docentes, muitas vezes no âmbito de protocolos ou convénios que atrás

foram assinalados, mas que não tiveram a sua participação na sua concretização.

Neste contexto, uma das funções mais importantes que o Reitor assume é a presidência de todos os Júris de Doutoramento e de todos os Júris de Promoção a categorias superiores.

No caso dos doutoramentos, o Anexo 12 – Doutoramentos na UAL (2022/2023) dá conta de 12 reuniões de júri de doutoramento, prévias à realização de provas públicas, sendo a maioria em Direito (9), com 2 em História e 1 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia.

A presença claramente maioritária em Direito resulta da acumulação de doutorandos sob a pressão de cumprimento de prazos relativos a um doutoramento cuja acreditação não foi confirmada já em ano letivo anterior.

Desses 12 foram realizadas provas públicas de 6, os 2 de História e 4 de Direito, tendo sido atribuída a classificação de 18 valores a 4 deles (1 em História e 3 em Direito), 1 de 16 valores (em História) e um de 14 valores (em Direito), daí resultando uma média de 17 valores.

Estas classificações mostram uma subida face aos anos precedentes, muito em consequência de um processo mais seletivo, em particular a realização de uma avaliação preliminar pública com júri que inclui um arguente externo de que resulta um conjunto de recomendações que se propõem ao candidato no sentido de procurar garantir uma melhoria da versão da tese apresentada à avaliação preliminar.

E é essa tese corrigida pelo candidato, da forma que entender, que é avaliada nas 12 reuniões de júris das provas de doutoramento que se assinalam no Anexo 12.

É de notar que esse júri, proposto pelo Conselho Científico e homologado pelo Reitor, uma vez nomeado passa a ser a única entidade responsável pela avaliação do candidato e da sua tese, cessando a responsabilidade da orientação.

Isto tem como consequência que, em termos regulamentares, estando o Júri nomeado, tem sempre o direito de se apresentar a provas públicas, mesmo que o Júri entenda nessa reunião que a tese não tem as condições necessárias para admissão a provas públicas.

O Júri pode dar indicação nesse caso e, quanto tal parece realizável, dar um prazo de 120 dias úteis para reformulação da tese.

Num dos 12 casos que constam do Anexo 12, o doutorando em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia foi-lhe sugerido, também, a desistência face ao estado da tese, não tendo o candidato respondido às propostas.

De notar que o mérito da avaliação preliminar fica ameaçado se não há o cuidado de verificar se essa avaliação foi realizada nas condições exigidas e se as recomendações e, sobretudo, as condições, sugeridas ou impostas, foram adequadamente seguidas pelo candidato, antes de o Conselho Científico propor o Júri e o Reitor o homologar.

No que respeita aos concursos internos de promoção de categoria, e tendo em atenção uma alteração regulamentar de 28-03-2022 na constituição dos júris desses concursos, de natureza documental, há alguma dificuldade na construção desses júris, entretanto superadas e, também, por vezes na obtenção das posições dos membros, já que os prazos para os pareceres são relativamente curtos.

Globalmente estiveram, ou ainda estão, em causa 12 promoções de Professor Auxiliar a Associado e 1 de Associado a Catedrático.

Até ao final do ano letivo 2022/2023 foram concretizados os pareceres dos júris de 4 dos 12, todos de Professores Auxiliares, 2 em Direito, 1 em Ciências Económicas e Empresariais e outro em História.

O Reitor salienta que quer nos doutoramentos, quer nas promoções é curial a presença de docentes não pertencentes à UAL, que têm sido de grande disponibilidade, provindo das mais diversas instituições de ensino superior a

quem o Reitor agradece, reconhecido, sendo um exemplo da necessidade de colaboração interinstitucional, tantas vezes esquecida e menorizada.

4. Unidades de Apoio à UAL

A constituição formal do Grupo Autónoma, incorporando, na área da educação, investigação e relações com a comunidade, implica novas relações da UAL no seio do Grupo e bem assim um mais completo arranjo institucional, com eventual repartição e partilha de competências e o natural esforço de gestão em aproveitar potenciais efeitos sinérgicos que daí resultem.

Neste contexto, a UAL e, em particular, os seus docentes e estudantes, têm ao seu serviço muitas atividades que são proporcionadas por unidades do grupo, com grande relevância para os colaboradores não docentes, que são uma trave mestra de qualquer instituição universitária, tal como releva o Relatório da OCDE (mal invocado pelo famigerado Decreto-Lei nº 65/2018 e que nem sempre são reconhecidos.

Por isso, tratando-se do Relatório do Reitor da UAL e, em consonância com os seus atuais estatutos, ele é uma peça do conjunto de todas as componentes do Grupo cuja Entidade Instituidora da UAL, tal como refere o nº 3 do Artigo 13º, “aprova e publica um Relatório anual consolidado”. Neste sentido, há relatórios de unidades do Grupo que, estando ligados à UAL pelos serviços que lhe prestam em várias tipologias, integrarão esse relatório consolidado, já que saem fora do perímetro da UAL.

As diversas unidades atrás referidas têm sempre enviado ao Reitor os seus Relatórios anuais que evidenciam todas as suas atividades e, em particular, os serviços que suportam a UAL. O Reitor agradece o envio e as informações que nele são contidas e relevará neste relatório aquelas que mais sentido têm no contexto da UAL.

4.1. Biblioteca e Camões – Repositório Institucional

Na Introdução do Relatório 2022/2023 da Biblioteca é referido, com inteira oportunidade, que a Biblioteca como “suporte do processo ensino-aprendizagem

da comunidade académica da Universidade Autónoma de Lisboa”, bem como “às ferramentas de pesquisa e ao apoio dos projetos de investigação e ao auto-arquivo do Repositório Institucional”, salientando também, do ponto de vista operacional, “a promoção do acesso remoto aos serviços”, designadamente da Biblioteca Virtual. Como dados mais relevantes para a UAL, salienta-se que “o número de inscrições na Biblioteca foi de 420 novos utilizadores, sendo a maioria do Departamento de Direito”. Tendo em atenção que 32 dos 420 novos são estudantes da Escola de Enfermagem, os novos inscritos em Direito representam 40,4% dessas novas inscrições de utilizadores da UAL, seguido de Ciências Económicas e Empresariais (16,5%) e Arquitetura (14,2%) (que parece fazer boa utilização do Pólo de Campo de Ourique) e Psicologia (10,3%). Todos os outros têm percentagens iguais ou inferiores a 5%. Naturalmente estes valores devem ser cotejados com as novas entradas na UAL que, não sendo, em princípio, a origem exclusiva destas novas inscrições, são, por certo, a fonte fundamental. E é de esperar que os maiores cursos tenham contribuído com maior quota de novas inscrições, embora haja um claro desequilíbrio relativo entre eles.

Em particular, é de notar que Ciências da Comunicação tem apenas 14 novas inscrições (3,5%), o que pode ter a ver com a provável utilização de outros meios que a sua configuração espacial e disponibilidade de equipamentos pode permitir.

Os empréstimos domiciliários continuam a ter expressão (2106) e há a salientar o que é designado por “Aquisição de monografias”, com peso maior em Direito, seguido de Arquitetura e História, sem que haja referência a qualquer outro curso ou departamento, o que já não acontece no número de aquisições por departamento em que todos os departamentos estão representados, de novo com Direito e Arquitetura com maior número, mas seguidos de perto por Ciências da Comunicação e Relações Internacionais.

É, entretanto, de salientar a nota expressa no relatório que dá conta de que “as propostas de aquisição que chegaram à Biblioteca representam, um valor inferior ao do ano anterior”, mas “o valor das assinaturas das publicações periódicas aumentou, assim como a assinatura das bases de dados”.

Este último ponto é importante para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem e crucial para as Unidades de Investigação.

É por isso relevante assinalar, como revela o relatório que, através dos serviços da Biblioteca, há acesso às bases de dados do consórcio B-on e EBSCO, que cobrem, em conjunto, praticamente todas as áreas relevantes, através das principais publicações internacionais, sediadas nos editores com maior projeção.

Este conjunto de informações é relevante para que os Diretores de Departamento e Coordenadores de Curso tenham em atenção, incitando os seus estudantes e, não menos relevantemente, os seus docentes, a usarem estes meios, sem os quais não há, verdadeiramente, um processo dinâmico de ensino/aprendizagem, mas uma mera repetição de informações e, talvez, conhecimentos.

Então no campo da investigação não há qualquer razão para que não haja uma utilização intensiva mas correta destes meios, cabendo aos Diretores das Unidades de Investigação um papel decisivo neste campo.

Acresce que a Biblioteca pode contribuir, como o tem feito, para uma utilização eficiente, uma vez que proporciona “a formação de utilizadores e de bases de dados em contexto de sala de aula e através da plataforma Zoom”. Em particular, a Biblioteca realizou “em ambiente de sala de aula e à distância, a pedido dos docentes ou sugerido pelos serviços” 2 ações de formação para docentes e duas para estudantes dos segundos e terceiros ciclos, todas via Zoom.

Deste modo, o “Camões” deve ser uma montra da produção científica, pelo que a sua divulgação e consulta deve ser incentivada, para já não referir a necessidade de todas as atividades científicas, designadamente as mais relevantes, sejam aí colocadas, sem o que a “montra” não será atrativa, sobretudo se não tiver boa “rotação” e de qualidade.

O relatório identifica 885 documentos depositados, um aumento acentuado que considera ser “associado não só à obrigatoriedade do depósito legal, mas também a produção científica e a divulgação/promoção do acesso aberto e do repositório legal”.

No que respeita à obrigatoriedade que impõe o depósito legal de dissertações e teses, foram depositadas 120 dissertações de mestrado e 6 teses de doutoramento, o que evidencia bem a fragilidade de produção que ainda existe na concretização dos doutoramentos, embora se reconheça que a maioria dos acreditados é ainda de funcionamento recente, esperando-se, por isso, um acréscimo futuro. Como é evidente, a montra só é atrativa se tiver “produtos” de qualidade, em particular a qualidade dos mestrados e doutoramentos realizados na UAL.

O modo como se impõe a deposição de teses no Repositório, como revela a experiência do Reitor na quase centena de júris de doutoramento a que já presidiu, pode enviesar o mérito de um doutoramento quando, como é tradição, se restringe ao valor da tese, tal como ela é colocada à avaliação de um júri.

A avaliação de um doutoramento tem por base a conjugação do valor da tese acrescentado das classificações obtidas no curso do doutoramento, quando ele existe, e na prestação da prova pública.

No entender do Reitor, esta última tem, em termos relativos, um valor crescente pois aí se demonstra a capacidade de o Candidato defender o que escreveu ou ser capaz de passar além dele face aos desafios que lhe são lançados pelos membros do júri.

Já não é invulgar uma tese menos boa ter uma defesa excelente, verificando-se sempre algum constrangimento nas votações que ficam condicionadas pelo facto de a tese estar menos boa e ser isso que fica visível como “espelho” do mérito do Doutoramento.

Um doutoramento deve procurar avaliar a capacidade integral do candidato e é isso que deve determinar o valor do doutoramento.

Há que fazer uma reflexão sobre esta realidade e discutir o que é uma tese num repositório. Ela significa, sem dúvida, que o candidato apresentou à discussão pública uma tese com um dado valor, mas não significa que esse seja, necessariamente, o mérito do candidato. Por isso, *mutatis mutandis*, o mesmo se

diz de uma tese excelente que, por vezes, acaba por não ser adequadamente defendida pelo candidato que a apresenta.

O conteúdo do relatório e as reflexões que permite mostram bem o peso que os serviços da Biblioteca têm no processo pedagógico e de investigação da UAL, que tem de ser reconhecido e reforçado.

O Reitor agradece o trabalho da Biblioteca e a sua relevância para a UAL, felicitando, em particular, a Dra. Catarina Figueirinha Lopes pela dinâmica que sempre lhe tem imprimido.

4.2. Autónoma Edições

A publicação de artigos, revistas e livros é curial para a apresentação das atividades de uma universidade, tanto no plano pedagógico e de divulgação do conhecimento como, não menos relevantemente, na evidência da sua investigação de base.

Entretanto, o aparecimento da Internet e a possibilidade e o estímulo à publicação digital criou um novo enquadramento para apresentação dos resultados da investigação, até aí “reféns” de revistas especializadas impressas, publicadas num meio fortemente oligopolista.

Esse desafio é particularmente claro pela decisão de publicação de vários autores e de várias unidades de investigação em “open access”, cumprindo as regras estritas de revisão por pares, embora, a capacidade de adaptação e de domínio dos oligopólios ainda esteja longe de ser ultrapassada, designadamente na visibilidade e reconhecimento das publicações em “open access”.

É neste contexto, em evolução constante, que a possibilidade oferecida pelo Grupo Autónoma em edições próprias ou em acordos específicos são um inestimável serviço prestado à UAL e aos seus docentes e investigadores.

O relatório da “Autónoma Edições” enviado ao Reitor dá conta das diversas atividades em que está envolvida no apoio a todas as unidades do Grupo Autónoma e, em particular, à UAL. O Reitor salienta, em particular, o apoio dado e disponível

para docentes, investigadores e discentes poderem promover as suas investigações e projetos em desenvolvimento.

É de salientar, e cita-se o relatório, que “É deveras importante que estejamos em sintonia com a FCT e a A3ES, que têm como premissas importantes os temas atuais sobre: a) Acesso aberto; b) Publicação com peer-review; d) Incentivo à produção científica, facilitando o processo de edição e qualquer apoio necessário a cada um dos interessados.”

Esta citação é relevante porque evidencia o papel e a utilidade desta unidade do Grupo UAL, não só no problema editorial, mas na ligação aos projetos de investigação, mas também à avaliação e acreditação dos cursos. Isto é bem evidente no relatório ao referir que: “Aumentar a Indexação das publicações periódicas, cuja menção é feita nos relatórios da A3ES... Um dos critérios para garantir a indexação é ter um sistema automatizado de receção de originais como o Open Journal System (OJS). A Janus.net está a dar os primeiros passos no OJS, já implementado, sendo da maior utilidade que todas as revistas associadas ao Grupo Autónoma adotem este sistema, e a ERBE está na ScholarOne.”

Para além desta contribuição ao nível institucional e às diversas unidades de investigação, há que não subestimar, e antes enfatizar, tal como é compromisso da “Autónoma Edições” o apoio aos docentes e investigadores, “através do aconselhamento sobre a melhor forma de edição, reimpressão, nova edição, etc., bem como através da demonstração da visibilidade da edição em Acesso Aberto”. Mas é com particular atenção e reconhecimento que na referência às “Ações Prioritárias em prática no ano 2022/2023” o “apoio aos discentes do 2º e 3º ciclos de modo a promoverem as suas publicações, bem como ajudar na metodologia do trabalho científico”, tal como workshops sobre “Boas práticas editoriais” com o que se pretende “apoiar os alunos destes ciclos de estudo, com base no desígnio da FCT e da A3ES, sobre a importância de os investigadores/discentes, principalmente de doutoramento, deverem apresentar produção científica em Acesso Aberto na área em que estão a desenvolver as suas teses.”

Com o mesmo objetivo de dar a conhecer as boas práticas editoriais o workshop aborda temas como incorporar adequadamente citações e bibliografia e chamar a atenção para as condições em que se incorre em plágio.

No conjunto dessas ações prioritárias em 2022/2023 há uma reflexão particular. Trata-se da “criação de uma publicação anual para cada departamento, de modo a criar uma coleção focada em cada área de investigação dos docentes e investigadores”.

Note-se que, ao mesmo tempo “Será criado um conselho editorial de cada departamento para fazerem a seleção dos artigos e das temáticas de cada volume, ficando o Núcleo Editorial de dar todo o apoio necessário nesse processo bem como na produção do e-book”.

O desafio que se levanta é saber se, dada a prática de funcionamento da generalidade dos departamentos, outro objetivo a conjugar com os descritos, ou seja, “Esta iniciativa também nos parece importante para dar a conhecer as investigações que estão a ser realizadas por outros departamentos, de modo a tentar criar “pontes” entre várias áreas que, comunicando entre si, poderão dar novos projetos, fomentar novas investigações e até criar uma obra anual dos departamentos que encontrarem essas afinidades.”

O Reitor revê-se inteiramente neste objetivo que vai ao encontro da interdisciplinaridade que tem de ser promovida quer no ensino, quer na investigação.

Contudo, teme que a sugestão de criar algo em cada departamento aumente a lógica de “silo” que se tem verificado na generalidade dos departamentos, com grande isolamento entre eles, com raras exceções. Acresce que entende que, tendo em atenção que está mais em causa a investigação, não parece que devam ser os departamentos os destinatários da proposta, mas sim as unidades de investigação. Em termos formais, parecerá que não fará sentido esta distinção porque, em princípio, cada unidade de investigação estará integrada num departamento. Contudo, ao Reitor importa mais o conteúdo e o funcionamento real do que a formalidade. É que o que verifica pelas leituras das Atas das Comissões Científicas

que, obviamente, seriam a sede ideal de ligação unidade de investigação/ departamento, em que se mostra bem, com uma única e saudável exceção, que não há qualquer referência ao funcionamento das unidades de investigação.

Talvez possa ter mais efeito para criação das desejadas “pontes” que conduzem à interdisciplinaridade e à cooperação entre as unidades e, possivelmente, através delas o arrastamento dos departamentos, a criação dentro do Núcleo Editorial, da referida publicação anual (ou mesmo semestral), com contribuição de todas as unidades de investigação com a busca de temas interdisciplinares, para o que existiria em cada uma das unidades um “pivot” de ligação ao Núcleo que integraria um só Conselho Editorial nesse Núcleo Editorial. Não se punha em causa a produção científica “focada em cada área de investigação dos docentes e investigadores”, promovendo-se a interdisciplinaridade. A, ainda utopia, de uma Escola Doutoral, teria aqui uma boa semente, bem como a base de doutoramentos interdisciplinares e interinstitucionais, justificando-se e aplaudindo-se completamente a ação prioritária a realizar no ano letivo 2023/2024 de “Integrar o organigrama do Grupo Autónoma como um departamento autónomo, sempre em estrita ligação com a Biblioteca e o DAI”. Essa “estrita ligação” será um bom exemplo do que atrás se propõe.

Finalmente, um resumo informativo sobre a produção editorial. Globalmente foram editados 16 livros, tendo sido metade deles com editoras externas, duas destas 8 com parecer/colaboração da Fundação Amélia de Melo/UAL. Das outras 8, duas delas tiveram a parceria/colaboração do Instituto Politécnico de Tomar, Unesco e Centro de Geociências e outro da C. M. Vila Velha de Rodão. Quinze dessas publicações foram impressas, sendo 6 delas também e-books, havendo apenas um e-book não acompanhado da publicação impressa. De salientar que a quase generalidade dessas publicações é de docentes/investigadores da UAL, sendo de destacar, pela sua singularidade, um catálogo “Olhares Criativos” da autoria de estudantes do IAO.

Por outro lado, há que evidenciar o papel de grande predominância do Departamento de História, Artes e Humanidades, com mais de metade dessas

publicações, não se identificando qualquer produção ligada aos departamentos e unidades de investigação de Direito, Psicologia, Engenharia e Ciências da Computação, com Relações Internacionais com uma publicação de um autor estrangeiro, não docente da UAL.

A essas publicações acrescem 12 edições em curso ou a aguardar documento por parte dos autores/coordenadores, 8 das quais com editoras externas, a maioria das quais impressas, com 6 e-books, 2 dos quais também impressos.

Do ponto de vista da participação das várias áreas da UAL mantém-se o perfil das obras já editadas, com exceção do aparecimento de 2 publicações da área da Psicologia.

O Reitor agradece ao Administrador Dr. Fernando Martins e à Doutora Raquel Cabeças a disponibilização do relatório que é bem revelador do papel da Autónoma Edições que, do ponto de vista da UAL, vai muito para além do mero apoio editorial e é um exemplo da necessidade imperiosa de cooperação aberta no contexto de todo o Grupo Autónoma.

4.3. Núcleo de Apoio aos Recursos Digitais (NARD)

A digitalização é hoje elemento ubíquo no funcionamento de qualquer instituição universitária, quer no que toca ao equipamento, quer no que toca ao seu funcionamento e operacionalização das suas variadíssimas aplicações.

A evolução da digitalização tem imposto às universidades um esforço de adaptação constante, quer no aspeto administrativo, quer, sobretudo, no pedagógico e na investigação. Isso impõe aos docentes também uma modificação dos seus hábitos, exigindo-se-lhes a aprendizagem de novas ferramentas, sendo natural que o integral aproveitamento de todas as potencialidades que a digitalização lhes proporciona não possa ser concretizado sem uma ajuda específica, em certas áreas, de especialistas, exigindo-se um trabalho de equipa que incorpora docentes, especialistas informáticos e, obviamente, os estudantes. Estes também têm novos

desafios, mas também novas capacidades, até porque a digitalização para eles é já um ambiente normal.

É neste contexto que o NARD, tal como é descrito no relatório de atividades que disponibilizou ao Reitor, “é uma estrutura especializada na prestação de apoio técnico à utilização de recursos digitais, disponibilizados à comunidade de aprendizagem das instituições pertencentes ao Grupo C.E.U.”.

Sem surpresa, “O principal objetivo do NARD, na sua génese, é apoiar a utilização de recursos digitais, com ênfase nos cursos ministrados no formato de Ensino a Distância (EaD).”

Uma das informações interessantes e que mostra como dificuldades bem ultrapassadas dão origem a novas capacidades, está na referência da Pandemia COVID19: “Adaptámos a nossa atuação para responder às necessidades dos alunos do ensino presencial face à crise de saúde pública que enfrentámos.

Este contexto contribuiu para uma mais imediata transição digital, uma mudança sempre desafiadora, adotando novas práticas metodológicas de ensino através da integração de recursos digitais no planeamento.”

A descrição das ações desenvolvidas pelo NARD no ano letivo 2022/2023, que se resumem, revela bem quão relevante é o seu papel no funcionamento da UAL:

i) Apoio técnico à Comunidade de Aprendizagem de Ensino a Distância

Este apoio comporta o desenvolvimento de produtos multimédia específicos para o EaD, a monitorização de sessões on line e o investimento em formação pedagógica e de produção de conteúdos multimédia.

Em particular há a destacar o apoio a alunos com dificuldades de acesso às sessões on line e a preocupação do NARD em frequentar ações de formação de forma a poder melhorar o suporte prestado ao corpo docente. Neste campo o protocolo com o Instituto Politécnico de Tomar foi muito relevante neste processo formativo, pondo em evidência os frutos de uma colaboração com essa instituição que se estende a outras áreas.

ii) Apoio técnico à Comunidade de Aprendizagem de Ensino Presencial

Este apoio foi essencialmente concentrado, como já atrás referido, à adaptação dos estudantes às ferramentas de ensino presencial remoto, ao mesmo tempo com a criação e disponibilização de materiais de apoio. Saliência, neste ponto, para a estruturação de cerca de 50 tutoriais/manuais de apoio.

iii) Gestão Administrativa da Plataforma de Elearning

Esta gestão incluiu as inscrições e a criação de unidades curriculares e integração de produtos multimédia H5P e reformulação de páginas web do NARD.

Salienta-se, em particular, as 40000 inscrições na plataforma e a criação de 500 unidades curriculares, para além de cerca de 40 migrações de conteúdos do ano letivo precedente.

iv) Gestão da Plataforma de Sumários

Neste campo há evidenciar a melhoria da estabilidade da plataforma com a configuração de co-docências e sinergias.

Aí é referido também uma melhor adaptação dos docentes e salientada a utilidade de um processo de envio de alertas de marcação de faltas que se revelou eficaz.

v) Gestão da Plataforma ZOOM

Como é natural, esta plataforma é um meio crucial no desenvolvimento de muitas atividades da UAL. Entre outras, reportam-se a criação e disponibilização de links ZOOM, de gravações via ZOOM realizadas maioritariamente em eventos, apoio aos docentes na realização de inquéritos, gestão da participação remota e a criação de um suporte remoto, um processo que permite a qualquer membro do Grupo Autónoma reportar à distância, automaticamente, e receber resposta pela mesma via.

vi) Gestão de Eventos na vertente online/hibrida

É mais um área assente na plataforma ZOOM, com a criação e disponibilização de links para eventos, de documentos de participantes, gestão de partilha de

documentos, disponibilização de relatório de atividades relativas ao evento e disponibilização da gravação respetiva.

O Reitor releva, uma vez mais, o contributo fundamental do NARD para o funcionamento normal da UAL e a sua crescente adaptação aos novos desafios e manifesta ao supervisor do NARD, Dr. Miguel Pereira, o seu grande apreço pela qualidade do serviço prestado e pela permanente disponibilidade.

4.4. Gabinete para a Inclusão e Resiliência Universitária (GIRU)

Numa universidade, o reconhecimento da dignidade de todos e cada um dos seus membros e conseqüente integração de cada um no ambiente geral de modo a poder concretizar as suas legítimas aspirações não deve ser um comportamento distintivo, mas sim corrente.

É certo que o ambiente social em que vivemos, ainda que formalmente e em discurso não ponha em causa esta afirmação, a realidade é bem diferente e a busca processual de realização deste desiderato está bem longe de ser conseguida. É neste sentido que o GIRU assume a responsabilidade por levar a “bom porto” esta preocupação, bem visível no relatório que, amavelmente, a coordenadora do gabinete enviou ao Reitor.

Ponto essencial de procura prática de concretização deste objetivo é a afirmação presente no relatório de que “Todas as práticas relatadas neste documento têm como pilar fundamental o apoio ao estudante e ao corpo docente, na tentativa de prevenir o abandono e o insucesso do projeto académico dos discentes.”

Isso exige a criação de um ambiente escolar que, globalmente, se empenhe ativamente nessa ação solidária, que tem como primeiro passo evitar ações que degradem esse ambiente. Daí o Reitor salientar, também, que “No decorrer deste respetivo ano também foram priorizadas ações para a sensibilização de um ambiente inclusivo, do respeito às diferenças (religiosas, étnicas, de gênero e orientação sexual, social, entre outras) na nossa comunidade académica, de modo a prevenir o bullying e o assédio escolar.”

Como atividades realizadas são reportadas:

- i) Tutoria entre pares - peer tutoring;
- ii) O apoio psicopedagógico ao E-NEE;
- iii) A articulação com os diretores de cursos e coordenadores científicos sobre os casos de E-NEE e as possíveis respostas adequadas para cada situação, ressaltando-se: a mobilidade reduzida; a Perturbação do Espectro do Autismo – PEA; a cegueira, doenças crónicas, entre outras;
- iv) Reuniões sistemáticas com o Estudante-NEE;
- v) Construção de materiais didáticos (Espaço de Leitura).

No relatório apresentam-se casos práticos de aplicação das várias atividades atrás descritas, em que é evidenciada quanto a cooperação de todos os corpos do Grupo UAL é precisa para o sucesso desses casos. Nalguns casos a colaboração e o contacto com as famílias assumem também grande relevância, quer no apoio à resolução de casos quer, infelizmente, contrariando todo o esforço desenvolvido, como é o caso descrito em que “O responsável da educação revelou um comportamento de intromissão, de forma desadequada, impedindo o desenvolvimento do seu (do estudante) percurso académico, quer ao nível das suas aprendizagens, quer ao nível da tomada de decisões”.

Tendo presente que sem o empenho de toda a comunidade académica dificilmente se conseguirá dar os apoios necessários, o GIRU lançou ações a ela dirigidas, aproveitando datas significativas como “Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres”, “Dia Internacional da Poesia” e atividades de sensibilização relativamente à mobilidade reduzida e convivência com a diversidade.

Neste último ponto há a salientar a primeira Semana da Diversidade e Inclusão, com a participação de “14 associações que promovem a diversidade e a inclusão no território nacional”.

Parece ser indiscutível que há um papel específico para os docentes na concretização dos objetivos do GIRU, sobretudo através da sua disponibilidade para

uma atenção individual a cada caso, quer no que toca ao apoio pedagógico, quer na facilitação do modo e do tempo de avaliação. Como se refere no relatório “É preciso investir na conceptualização de que o significado de “facilitação para as aprendizagens” deve ser o papel central de um professor, o que não quer dizer “facilitismo” – declínio dos critérios de exigência para as aprendizagens dos alunos”.

Consistentemente com esta preocupação, há que assinalar o 1º Encontro de Docentes da UAL – Reflexões e Práticas Pedagógicas. O Reitor não pode, com um misto de preocupação e regozijo, reproduzir o que, a esse propósito, está escrito no relatório: “Apesar de somente 11 professores terem respondido ao inquérito de satisfação, com 100% de aprovação da iniciativa, e até com pedidos de repetição semestral de eventos desta natureza, marcaram presença 41 professores de todos os cursos, incluindo a Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM).”

O Reitor crê que a citação é suficientemente elucidativa das razões mistas de preocupação (alheamento de muitos docentes) e de regozijo (a presença interessada e empenhada de vários). O meu apreço por esta disponibilidade que é, implicitamente, uma ação de voluntariado, porque este consiste, fundamentalmente, no espírito de serviço e não só, nem principalmente, num conjunto de ações “de catálogo” que, por vezes, são apenas um “fait divers” no dia a dia e que “morrem” quando a ação acaba.

É esta noção de voluntariado consistente que é visível na apresentação de “Outras atividades desenvolvidas e que não estavam previstas no plano anual”, pois o voluntariado é mais que o cumprimento de um plano, é a disponibilidade para servir nos imprevistos. Realce, por isso, para a criação do Movimento Universitário para a Diversidade na Autónoma (MUDA), com alunos voluntários de todos os cursos, cuja atividade foi liderada por três alunas finalistas do curso de Psicologia, um movimento que, a partir de março de 2023, participou de forma ativa nas dinâmicas desenvolvidas pelo GIRU.

Sendo certo que outras ações valem essencialmente pelo seu mérito intrínseco, não se pode ignorar o valor que a imagem, sobretudo quando ela é consistente com a realidade que uma organização dá de si mesma.

Neste sentido, o Reitor revê-se e apoia os esforços de candidatura do GIRU ao Selo da Diversidade 2023, 4ª Edição da Associação Portuguesa para a Diversidade (APDI), já atribuído a renomadas empresas e outras instituições, bem como ao Selo Academia Voluntária 2023 – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

Ao assumir esta última candidatura o GIRU acaba por assumir a coordenação do voluntariado da UAL.

Esta visão tem o inteiro apoio do Reitor que, no entanto, no pode deixar de ficar atento a referências no relatório a “Constrangimentos a serem superados num futuro próximo”, designadamente a produção de vídeos, que não foi possível concretizar por constrangimentos da UAL Media, do “escasso material difundido nas redes sociais e no site da UAL sobre estas práticas” que, sendo critério relevante, “poderá ser penalizador” para as candidaturas aos selos atrás referenciados e, finalmente, a criação de maior visibilidade do GIRU no ambiente universitário.

O Reitor quer deixar bem vivo o seu grande apreço por toda a atividade desenvolvida pelo GIRU, sob a liderança da sua coordenadora Profª Doutora Cláudia Castro.

4.5. Gabinete de Relações Internacionais Institucionais (GRII)

As Relações Internacionais são, do ponto de vista institucional, um das expressões da Internacionalização da UAL, já que, como já foi referido noutro ponto, as relações entre docentes, entre alunos, com expressão singular no ERASMUS+, são uma expressão mais viva e visível dessa internacionalização.

As relações institucionais aparecem, no entanto, como enquadramento formal e de âmbito mais largo da Internacionalização, fazendo sentido que tal se faça a nível do

Grupo Autónoma, dada a natureza da UAL e até pelos efeitos sinérgicos que o Grupo pode proporcionar.

É neste sentido que deve ser entendido o papel do GRIL, cuja coordenadora Prof^a Doutora Isabel Silva tão eficiente e disponibilmente lidera, e a quem o Reitor agradece a informação enviada sobre o seu funcionamento, que revela bem o seu empenho no dia a dia da UAL.

Dessa informação ressalta, para além de parcerias de âmbito largo, como são os casos da APTRAD – Associação de Profissionais de Tradução e Interpretação, a Universidade Europeia del Atlântico, a Universidad Celaya de México e o Instituto Diplomático Doutor José Gustavo Guerrero, do Ministério das Relações Exteriores da República de El Salvador, para além de outros em processo de conclusão com grande peso do Brasil e genericamente da América Latina.

Estas parcerias fazem pleno sentido quando se tem em conta a participação do GRIL nas áreas de tradução e nas relações com o espaço ibero-americano que a UAL tem privilegiado.

Na área da tradução tem intensa atividade em especial, neste ano, no processo de avaliação institucional da universidade e, continuamente, em documentos administrativos, certificados e diplomas e de apoio às Unidades de Investigação.

Noutras geografias, salienta-se também a posição da UAL como Observador Consultivo da CPLP, envolvendo-se em várias comissões temáticas, a parceria com a “International Conference on Future Education”, integrando a sua comissão científica e ainda a Conferência Internacional promovida pela Eurasiaresearch, em que o Grupo Autónoma tem uma colaboração institucional.

Por último, mas não de menor relevância, a realização de cursos de línguas estrangeiras, designadamente inglês, alemão e espanhol, para estudantes da UAL, quer on line, quer em modelo presencial.

4.6. Gabinete de Inserção Profissional/Alumni (GIP)

O Reitor agradece à Dra. Cecília Dias, responsável pelo GIP, o relatório com toda a informação de base da atividade nele realizada e que está na linha das preocupações apresentadas por todos os sistemas de avaliação que reclamam informação sobre o destino profissional dos estudantes da UAL, ao mesmo tempo que relevam o papel que os Alumni podem desempenhar nesse contexto.

Numa breve síntese inicial a que se segue a informação de base, destaca-se que “A missão do Gabinete de Inserção Profissional / ALUNMI é apoiar a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e graduados da Universidade, respondendo aos pedidos de recrutamento por parte das empresas e às solicitações de finalistas e graduados, promovendo a ligação entre o mundo Académico e Empresarial, através de colocação em empregos e a celebração de Protocolos de Estágio e de Cooperação bem como a divulgação das ofertas das empresas junto do respetivo público-alvo”.

No âmbito destes objetivos o GIP acompanha os estudantes no aconselhamento e orientação dos finalistas e graduados na preparação de entrevistas de estágio ou emprego, designadamente na elaboração dos CVs.

Tendo em atenção as informações que, neste campo, são solicitadas pelas entidades de acreditação, o Reitor não pode deixar de chamar a atenção para duas situações descritas na síntese inicial do relatório, por estar em causa uma resposta adequada a esse tipo de solicitações, sem embargo de reconhecer que essa resposta adequada é muito difícil e, frequentemente, ultrapassa as possibilidades e até a responsabilidade da universidade, o que nem sempre é tido na devida conta.

Assim, refere-se que o eventual cálculo da taxa de empregabilidade fica prejudicado porque “quer os candidatos, quer as empresas, normalmente não informam o Gabinete de Inserção Profissional / ALUMNI da Universidade, a passagem de estagiário a trabalhador nem mesmo apenas de trabalhador o que sempre se solicita”.

Daí que se refira, com naturalidade, que, na grande maioria dos casos, o conhecimento que chega aos serviços vem por via informal.

A informação de base está repartida entre protocolos (71, em 2022/2023), 1 de continuação e 70 de estágios curriculares, profissionalizantes e profissionais), proposta de emprego (348) e propostas de estágios curriculares/profissionalizantes/ profissionais (737).

Estão envolvidas nestas atividades “Empresas, Entidades, Instituições, Fundações, Associações, etc.”

O protocolo de cooperação, cobrindo todas as áreas académicas, foi realizado com uma empresa de comunicação na área da saúde.

Quanto aos outros 70 protocolos, repartiram-se entre estágios curriculares (37, todos na área da Gestão do Desporto), estágios profissionalizantes (29, a maioria (23) em Ciências da Comunicação, com 2 em Direito e em Relações Internacionais) e estágios profissionais (apenas 4, 3 em Economia e 1 em Gestão de Empresas).

No que respeita às propostas de estágios curriculares/profissionalizantes/ profissionais, estão na informação de base, repartidos ente os oferecidos por “Entidades/Fundações/Associações” (438) e “Empresas” (299).

Nestes últimos, apenas Arquitetura e História não têm qualquer presença, enquanto Psicologia apenas apresenta 2 estágios curriculares, o que não surpreende, dados os inúmeros protocolos que, com continuidade, o Departamento de Psicologia tem com muitas instituições.

Em termos relativos, a maioria é de Ciências da Comunicação (38,4%), seguido à distância de Tecnologias de Informação (20,6%), Relações Internacionais (12,7%), Economia e Gestão (8,3%) e Direito (8,2%). Há uma área residual (11%) que abrange, indiscriminadamente, todas as áreas académicas.

É de notar o peso, entre as instituições, do Centro de Informação Jacques Delors, com 58,9% de todas estas ofertas, estando todas as áreas atrás referidas (com exceção de Psicologia) com presença nesse centro. Aliás, ele é o principal

responsável pela grande presença de Ciências da Comunicação, já que do total de ofertas de estágio nesta área, 82,7% estão concentradas nesse centro.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do seu Instituto Diplomático, tem também presença significativa com 80 estágios (18,3% do total), sendo 50 em Tecnologias de Informação e 30 distribuídos pela “área residual”.

De notar que a generalidade destas ofertas é de estágios curriculares, já que só 15 (9 em Economia e Gestão, 5 em Relações Internacionais e 1 em Ciências da Comunicação) são estágios profissionais.

No que toca à área de estágios em empresas, dos 299 estágios referidos, 205 (68,6%) são profissionais e apenas 94 (31,4%) são curriculares, sendo a maioria destes últimos (62,8%) em Tecnologias da Informação, seguido, à distância, de Economia e Gestão (24,5%).

Esta maioria das Tecnologias da Informação verifica-se também nos estágios profissionais (65,9%), sendo de salientar que dois terços desses estágios são oferecidos por uma empresa multinacional que gere um portfólio em várias áreas de negócio.

De assinalar ainda 28 destes estágios em Economia e Gestão, 6 em Arquitetura, 4 em Ciências da Comunicação e 2 em Direito e 1 em Gestão do Desporto, existindo ainda uma área genérica de Recursos Humanos com 5 ofertas

No que toca às ofertas de emprego, 199 referem-se a empresas e 149 a outras entidades/instituições/fundações.

Nas primeiras, e por áreas de estudo, algumas das quais não lecionadas na UAL, Tecnologias da Informação (56) e Gestão (53), em conjunto representam a maioria (54,5%) das ofertas, seguidas da referência “Todas as áreas académicas” (33), representando 16,6%. As outras têm todos valores inferiores a 10, com exceção de Engenharia (15) e Enfermagem (10).

Já no que respeita às Outras Entidades, não há uma clara referência a especialidades, pois 114 dessas ofertas (76,5%) referem “Todas as áreas académicas”, o que não é surpresa se atendermos a que cerca de metade (70)

provêm das Forças Armadas. Daí que Psicologia (14), Tecnologias da Informação (9) e Economia e Gestão (8) sejam as áreas especificamente mencionadas.

A base de dados que o Reitor explorou no sentido de apresentar os resultados precedentes evidencia também uma oferta de 52 bolsas de origem variada, em que a expressão “Todas as áreas académicas” com 29 assume, claramente, a maioria, aparecendo de novo Tecnologias da Informação com maior relevância (12) nas especialidades, seguida, de longe, das Ciências da Comunicação (5), Engenharia Eletrónica (4) e Relações Internacionais (2).

Como se depreende da apresentação, os resultados numéricos que são apresentados pouco contribuem, objetivamente, para preencher os objetivos que são indicados nas exigências de avaliação das universidades no que toca à taxa de empregabilidade dos estudantes e a outras indicações desta natureza.

É que são apenas informações de ofertas disponíveis comunicadas aos estudantes, mas não há qualquer indicação concreta de como é que essa oferta foi concretizada na empregabilidade dos estudantes da UAL.

Por isso, pode parecer espúrio todo o esforço para produção dos indicadores precedentes, mas o Reitor entende que eles têm indicações não irrelevantes para os estudantes e os docentes da UAL terem uma amostra (não é, obviamente, o “universo”) do mercado de trabalho nas áreas de lecionação da UAL.

Como já foi referido no início, não é fácil obter indicações muito concretas, já que isso depende muito do modo como os estudantes interagem com a UAL depois de terminarem os seus cursos, mas aí há que procurar melhorar, designadamente através dos Alumni, que acabam por não ter qualquer referência no relatório apresentado.

5. Autónoma Academy

Considerando a estrutura do Grupo Autónoma e, em particular, as características de cada entidade que o integra, a Autónoma Academy tem, obviamente, uma relação muito particular com a UAL. Daí o Relatório do Reitor não poder deixar de dar uma ênfase particular às suas atividades, agradecendo, desde já, o Relatório de Atividades 2022/2023 que lhe foi enviado e felicitando o Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro e a Dra. Celina Luís, e através deles toda a equipa, pelo desempenho e pelo crescimento sustentado da Autónoma Academy.

Aliás, a Introdução a esse relatório dá bem conta desse desenvolvimento ao referir: “O período aqui em análise foi marcado pelo enorme desafio progressivo alargamento dos regimes de aulas híbridos, em linha com o que vem sendo preconizado e por um forte impulso na transformação dos processos de trabalho da Autónoma Academy, incluindo a total integração da gestão das Pós-Graduações da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias (ESESFM), incluindo os processos de reconhecimento das competências acrescidas junto da Ordem dos Enfermeiros.”

Poderá parecer paradoxal invocar as relações particulares com a UAL quando o texto citado parece evidenciar um “afastamento” das suas atividades. Só que um claro entendimento do contexto em que uma universidade privada se insere, desmonta, de imediato, esse aparente paradoxo. Ao contrário de uma universidade pública, com exceção dos efeitos do tratado ministerial respetivo, a responsabilidade última de uma universidade privada cai sobre a sua Entidade Instituidora, neste caso o Grupo Autónoma, de modo que a estruturação e o funcionamento da UAL deve ser entendido no contexto do desenvolvimento do próprio Grupo e da conseqüente articulação das entidades que o integram.

Assim, o desenvolvimento da Autónoma Academy, sem retirar nada às relações já existentes aquando da sua criação e do seu desenvolvimento gradual, como é a sua relação com o Conselho Científico para potencial atribuição de ECTS a cursos da Autónoma Academy que apresentem condições para a sua aplicação, cria condições

para alargar as relações da UAL através dos seus docentes, investigadores e mesmo estudantes, dados os laços que a Autónoma Academy estabelece com a sociedade, objetivo central, também, de uma universidade.

Não menos relevantemente, acresce o trabalho pioneiro e a experiência adquirida da qual a UAL pode e deve participar, nos métodos de ensino híbridos e a distância, que a flexibilidade da Autónoma Academy pode usar sem os constrangimentos regulatórios a que, naturalmente, a UAL está submetida.

Por outro lado, a Autónoma Academy, através dos seus cursos e dos contactos que estabelecem, evidencia condições de criar áreas interdisciplinares e até interinstitucionais, fortalecidas com a presença da ESEFSM no campo politécnico de que a UAL, quer outras entidades do Grupo, com ligações no exterior, poderão tirar vantagens e cooperações mais intensas.

Estas breves reflexões mostram bem as oportunidades e o significativo papel estratégico que a Autónoma Academy pode desempenhar no seio do Grupo, desde que se rompam os “silos” das diversas entidades, começando pelo interior da própria UAL. Há que aumentar a presença, que por ora é muito assimétrica, dos diversos departamentos e mesmo unidades de investigação, nas relações com a Autónoma Academy para um mais eficiente funcionamento do Grupo Autónoma e, conseqüentemente, da própria UAL.

A Reitoria mantém toda a disponibilidade para ser “pivot” dessas relações, sempre que estejam em causa assuntos em que a presença da UAL, quer das suas unidades, quer dos seus docentes, investigadores e estudantes, façam sentido.

Há outro aspeto, não despidendo no âmbito de uma instituição privada, que é a contribuição da Autónoma Academy para os resultados económico-financeiros do Grupo Autónoma que em 2022/2023 ascenderam a 276 mil euros (44% acima do ano precedente) num volume total de receitas que ultrapassam o milhão de euros (1033 milhares, 25% acima do ano precedente).

No que toca à realização de cursos há que referir a realização de 39 cursos (para além de 8 ainda no âmbito da ESEFSM), em áreas como enfermagem, gestão,

relações internacionais, psicologia, direito, ciências da comunicação e ciências humanas, sendo alguns desses 39 cursos segundas edições de um curso no mesmo ano letivo, sinal do seu nível de procura.

Participaram nesses cursos 624 estudantes (média de 16 estudantes por curso, com um intervalo de variação de [8, 32]).

Para além destes cursos, alguns dos quais envolvem acordo com entidades externas à UAL, há cursos resultantes de relações internacionais, com exigências didáticas muito interessantes, designadamente na área de “Sustainability and Environmental Justice”, com um programa desenvolvido por uma instituição brasileiras, na área da saúde, em que o ensino “on line” teve particular relevância e regimes híbridos em que estiveram envolvidas visitas técnicas e um conjunto alargado de instituições em variados setores de atividade.

Estas descrições abreviadas pretendem evidenciar as potencialidades das relações da Autónoma Academy no contexto das várias instituições da sociedade, a que a UAL não pode, nem deve, ficar indiferente.

Entretanto, o Reitor não pode deixar de sublinhar a constante preocupação pelo cuidado da gestão económico-financeira, por um lado, e da qualidade dos seus cursos e outras atividades que são, por certo, a base do seu desempenho.

Assim, no que toca à gestão económico-financeira, há a salientar a não abertura de 6 cursos que a Autónoma Academy tinha preparados para 2022/2023 “por não terem atraído o interesse de um número mínimo de alunos, apesar do esforço de comunicação e divulgação abrangentes desenvolvidos e reconhecidos pelas partes envolvidas”.

A lógica da qualidade começa logo na referida análise das potenciais causas de insucesso em conjunto com os coordenadores de cada curso, abandonando a ideia específica quando tal se considera que não faz sentido repropô-los, sem embargo de se continuar a perspetivar atividades nas áreas abrangidas por esses cursos não efetivados.

Ainda no capítulo da preocupação pela qualidade dos cursos é de salientar a generalização da “aplicação dos questionários de satisfação, enquanto elementos de controlo da qualidade e melhoria contínua”. Nesse contexto, destaca-se que 91% dos alunos das formações da Autónoma Academy afirma que o grau de cumprimento das expectativas foi Bom ou Muito Bom, em partes praticamente iguais, passando a 95% no caso da contribuição dessas formações para o desempenho profissional, embora, neste caso, a percentagem de Bom (67%) tenha excedido claramente o Muito Bom (28%).

Finalmente, e dando substância à referida potencialidade de ligação da Autónoma Academy a outras entidades do Grupo Autónoma, saliência para incentivos de ligação às Câmaras Municipais e entidades estatais na busca de criação de programas de formação em áreas de gestão de projetos ou de contratação pública. O Reitor espera e formula votos para que a Autónoma Academy continue na senda do seu desenvolvimento gradual e consistente.

6. Considerações Finais

Como se foi referindo ao longo deste relatório, a Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões está desafiada por um processo de consolidação interna, enquadrada numa lógica de governação mais alargada, o que reclama uma atenção particular ao desenho e articulação das relações internas ao Grupo Autónoma.

Isso é bem evidente na proposta de decisão relativa à Acreditação Institucional, já recebida nesta altura da redação do relatório, as fragilidades e necessidades de melhoria que se apontam, algumas das quais com sentido e que estão já previstas na estratégia desenhada, mas que resultam de um manifesto desconhecimento das características de uma Universidade Privada, dos seus Estatutos e da sua estrutura de governação própria.

Daí que a ótica da métrica da Universidade Pública incoativa nas Comissões de Avaliação considere algumas omissões e fragilidades que, de facto, não existem, porque estão assumidas ou, em partilha, ou integralmente, pela Entidade Instituidora, tal como é bem evidenciado pelos Estatutos.

Esta constatação do desconhecimento e conseqüente desrespeito pela natureza de uma instituição privada, leva a uma discriminação constante no sistema de regulação, para além das discriminações de natureza legal que já se assinalaram ao longo do relatório.

Nesta conjuntura, há que considerar, tendo em atenção ainda as indicações dadas ao longo do relatório, três planos de atuação no que diz respeito à estratégia da UAL: coordenação interna e consolidação da Universidade como tal, articulação com as entidades do Grupo que apoiam a UAL na realização dos seus objetivos, designadamente em relação à sua responsabilidade de inserção na sociedade e coordenação com as outras Instituições de Ensino Superior Privado, designadamente através da APESP, na luta contra a discriminação de que esta é alvo e que cria mais condições desfavoráveis de concorrência, para além daquelas que decorrem da sua natureza e relação financeira com os seus estudantes.

Em tudo isto a UAL, em particular o Reitor, como decorre das competências e responsabilidades que lhe são cometidas pelo Artigo 17º dos seus Estatutos, deve articular-se com a Entidade Instituidora que tem um papel essencial designadamente nos dois últimos planos definidos.

Antes de entrar na análise de cada um dos planos, crê o Reitor ser de encarar uma revisão dos Estatutos, sem que isso queira significar que eles não são adequados na generalidade. Crê apenas que há certos pontos que, dada a evolução recente, poderão ser melhorados, evitando, sobretudo, autolimitações que existem nalguns casos e que se refletem nalguns regulamentos que, também eles e consonantemente com os Estatutos, poderão ser revistos.

No que se refere ao plano interno da UAL, há que ter em conta os aspetos pedagógicos, de investigação e de governação interna.

No campo pedagógico há que ter bem presente que a ideia de ensino foi completamente ultrapassada pela do ensino/aprendizagem, com a consequência do papel mais ativo e participativo do estudante no processo, ao mesmo tempo que a revolução digital, em que os estudantes estão porventura mas adaptáveis que os docentes, obriga à reformulação desses mesmos processos, criando novas alternativas.

Em particular há que dar especial atenção à representação e ação dos estudantes na própria governação do processo pedagógico. Em consequência, há que criar todas as condições para a sua efetiva representação, não só dando particular atenção às Associações de Estudantes e dos Alumni, que terão um papel central na relação com a sociedade, mas sobretudo no funcionamento dos órgãos internos.

Neste sentido, a composição e o funcionamento dos Conselhos Escolares tem de ser devidamente acautelado, bem como a relação destes com o Conselho Pedagógico.

Ainda no campo pedagógico, mesmo tendo em atenção as resistências ainda existentes na regulação e acreditação dos cursos, há que estimular a interdisciplinaridade e o espírito crítico, o que impõe uma relação mais aberta e

mais coordenada entre os departamentos existentes. Aliás, a busca de interdisciplinaridade e a crescente proposta de evolução nesse sentido, bem visível em todos os documentos e propostas da EUA (European Universities Association) deverá, em conjunto com a Entidade Instituidora, a quem cabe (Artigo 27º dos Estatutos da UAL) “a criação, cisão, fusão e extinção de unidades orgânicas”, ser objeto de uma reflexão, tendo em atenção a dimensão dos departamentos e os objetivos estratégicos de desenvolvimento da Universidade. Estes devem ser definidos pela Entidade Instituidora em articulação com os órgãos de governo da UAL que, sem entravar, antes estimulando, a apresentação de proposta das diversas unidades, as analise e coordene evitando o “encerramento” em “silos” que são um verdadeiro contrapeso à evolução universitária.

Mas, para que esta coordenação possa ser devidamente eficaz, há que garantir, antes de tudo, uma adequada composição dos Conselhos Científico e Pedagógico e de uma adequada articulação com o Reitor em assuntos estratégicos essenciais e no respeito pela independência e competência de cada um.

Como condição básica para essa articulação, é fundamental a coordenação do Conselho Científico com as Comissões Científicas e o adequado funcionamento destas que não pode alienar-se dos problemas de investigação das suas áreas científicas e da potencial coordenação com outras áreas e dos Conselhos Escolares com o Conselho Pedagógico, com particular responsabilidade no campo da avaliação dos estudantes, que têm de ter participação ativa nestes processos.

No plano da investigação, que não pode ser separado do pedagógico, até porque ele tem, nas atuais condições legislativas e de acreditação, papel central na consolidação de uma Universidade, há que procurar clarificar a situação das Unidades de Investigação da UAL, das suas relações internas e, sobretudo, com as outras instituições parceiras, quando é o caso, de modo a evitar equívocos e identificar claramente o papel da UAL em cada uma dessas Unidades.

Chama-se a atenção no corpo do relatório para a necessidade de não desligar a Investigação da Internacionalização, sem embargo de não esquecer o papel fulcral da parte pedagógica e até administrativa nessa área.

E, neste ponto, entramos no segundo plano referido em que o papel da Entidade Instituidora na consolidação da UAL no seio do Grupo Autónoma é essencial, em que o Reitor participará de bom grado, em total espírito de cooperação.

Mas esse segundo plano tem um alcance bem maior, do qual depende o bom funcionamento da UAL, em que a distinção das Universidades Privadas se distingue das Públicas. É em todas as áreas de apoio às puras atividades científicas e pedagógicas que, e bem, está sob coordenação e decisão da Entidade Instituidora, de que o relatório dá bem conta.

Mas para além das referidas no relatório, há outras áreas em desenvolvimento no Grupo que procuram dar resposta aos novos desafios que a sociedade defronta, no campo do empreendedorismo, do respeito pela natureza, da sustentabilidade, da readaptação de modelos de ensino/aprendizagem à transição digital de que a UAL não se pode nem deve alhear, mas que fazem todo o sentido estarem incorporados, mais abrangentemente, no Grupo Autónoma. O que é fundamental é que os estudantes e os docentes e investigadores da UAL não se alheiem desses projetos e, para isso, é necessário que o próprio processo de ensino/aprendizagem constitua um incentivo a essa participação. Talvez nessa altura as Comissões de Avaliação possam entender melhor o papel e o funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior Privada.

E aqui entra-se no terceiro plano invocado que tem a ver com a cooperação com entidades externas, com ênfase nas de Ensino Superior Privado.

Há que procurar assumir posições comuns na busca de eliminação de situações discriminatórias, como é o caso da não possibilidade de reconhecimento automático de diplomas, coartando possibilidades de internacionalização, ou mesmo legislativas e regulativas como é o caso das condições de acreditação dos ciclos de estudos, em que o papel da FCT tem de ser devidamente enquadrado, não pervertendo, como perverte, esse sistema de avaliação.

A APESP poderá e deverá liderar essa busca de diminuição de iniquidades evidentes, mas é preciso, antes de tudo, que haja confiança entre as instituições.

Sem essa confiança não há cooperação possível. O mesmo se dirá, obviamente, no que concerne, porventura até em maior grau, ao ambiente interno.

Quer do ponto de vista da APESP, quer do ponto de vista interno do Grupo Autónoma, e em particular da UAL, o Reitor procurará sempre contribuir para um ambiente em que a cooperação, mais do que possível, seja efetiva.

Na senda dos muitos relatórios anteriores, o Reitor não pode deixar de, numa perspetiva de futuro, continuar a olhar para a diferenciação dos terceiros ciclos de estudos e a existência crescente de Escolas Doutorais.

Se bem concebidas, elas consubstanciam, a um tempo, a ligação entre o pedagógico e a investigação, por um lado e a interdisciplinaridade por outro, podendo contribuir para que um aprofundamento da especialização não aliene o especialista ou superespecialista da realidade na qual ele se insere e para a qual deve contribuir eticamente.

Como avançar nesse sentido, com quem e quando é um desafio em aberto que o Reitor não quer esquecer.

O Reitor



José Manuel Amado da Silva

Anexo 1 – Cursos que conferem grau

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2022/2023)

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
Administração de Unidades de Saúde				3		18						21
Ciências da Comunicação	88	88	2	109		120					90	317
Direito	139	149		191	1	202	1	243			141	785
Economia	15	20	7	23	3	43					25	86
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	3	3	4	10		10					7	23
Engenharia Informática	53	59	11	54		81					64	194
Gestão	117	130	15	114	3	173					135	417
Gestão do Desporto	28	31	4	40	1	54					33	125
História	17	17		26	1	25					18	68
Informática de Gestão	10	12	6	17		23					16	52
Psicologia	68	75	2	129		103					70	307
Relações Internacionais	47	50	10	59		77					57	186
Arquitetura	29	29	1	36	3	35	1	10		24	34	134
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	614	663	62	811	12	964	2	253		24	690	2715

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	Inscritos com exceção do Estágio / Projeto Dissertação
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História, Arqueologia e Património													
História e Patrimónios	13	13							4		13	17	13
Engenharia e Tecnologia Informáticas													
Engenharia Informática e de Telecomunicações	5	6		8					9		5	23	14
Gestão de Empresas	28	29		18					36		28	83	47
Direito	30	40	70	95					155		100	290	135
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	12	12		4							12	16	16
Psicologia													
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	1	4	49	85		5			70		50	164	89
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica													
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais									2			2	
Comunicação Aplicada	7	8	1	12					3		8	23	20
Relações Internacionais	12	16		14					4		12	34	30
TOTAL (2º ciclo de estudos)	108	128	120	236		5			283		228	652	364

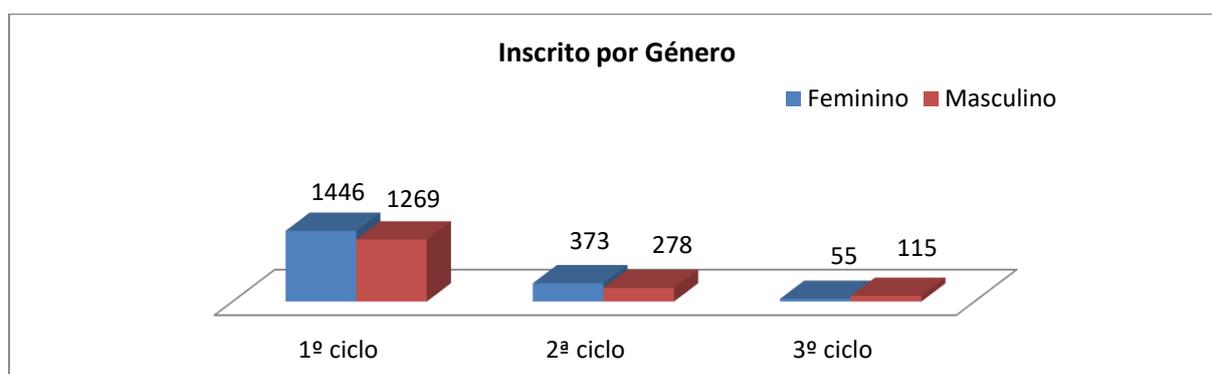
Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
Arquitetura	5	6		4											5	10
História	6	6		4		2									11	23
Economia																
Direito						1									61	62
Psicologia																
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	10	10	1	7		18		10						4	11	49
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	2	2		5		9		1							2	17
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	11	11													11	11
TOTAL (3º ciclo de estudos)	34	35	1	20		30		11						76	35	172
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	756	826	183	1067	12	994	2	264		283				76	953	3539

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2022-2023)

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Administração de Unidades de Saúde			1	2	3	15					21
Ciências da Comunicação	26	62	23	86	34	86					317
Direito	55	94	70	121	71	131	79	164			785
Economia	13	7	12	11	17	26					86
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	2	1	9	1	8	2					23
Engenharia Informática	50	9	51	3	72	9					194
Gestão	85	45	68	46	104	69					417
Gestão do Desporto	29	2	35	5	48	6					125
História	15	2	16	10	16	9					68
Informática de Gestão	12		15	2	18	5					52
Psicologia	14	61	29	100	18	85					307
Relações Internacionais	21	29	30	29	30	47					186
Arquitetura	7	22	23	13	18	17	7	3	15	9	134
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	329	334	382	429	457	507	86	167	15	9	2715

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
História, Arqueologia e Património											
História e Patrimónios	6	7							2	2	17
Engenharia e Tecnologia Informáticas											
Engenharia Informática e de Telecomunicações	5	1	6	2					8	1	23
Gestão de Empresas	19	10	6	12					13	23	83
Direito	19	21	40	55					81	74	290
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	7	5	3	1							16
Psicologia											
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2	2	17	68	1	4			15	55	164
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica											
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais									2		2
Comunicação Aplicada	3	5	6	6					1	2	23
Relações Internacionais	11	5	6	8						4	34
TOTAL (2º ciclo de estudos)	72	56	84	152	1	4			122	161	652

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Arquitetura	3	3	3	1											10
História	5	1	3	1	1	1							4	7	23
Economia															
Direito					1								41	20	62
Psicologia															
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	6	4	5	2	17	1	8	2					3	1	49
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	1	1	1	4	5	4	1								17
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	7	4													11
TOTAL (3º ciclo de estudos)	22	13	12	8	24	6	9	2					48	28	172
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS															3539

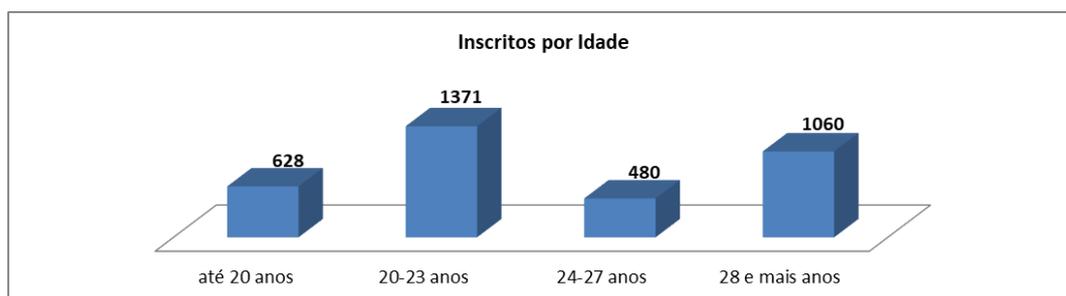


Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2022-2023)

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
Administração de Unidades de Saúde		8	8	5	21
Ciências da Comunicação	112	153	38	14	317
Direito	141	373	114	157	785
Economia	15	41	15	15	86
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		9	7	7	23
Engenharia Informática	35	88	34	37	194
Gestão	118	187	52	60	417
Gestão do Desporto	22	80	15	8	125
História	17	37	4	10	68
Informática de Gestão	12	18	8	14	52
Psicologia	75	149	25	58	307
Relações Internacionais	42	91	29	24	186
Arquitetura	39	50	27	18	134
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	628	1284	376	427	2715

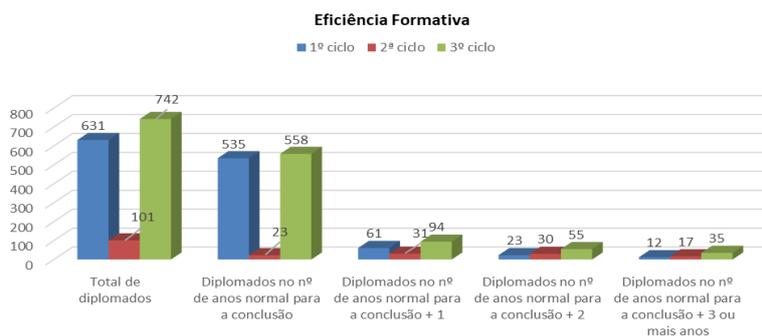
Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História, Arqueologia e Património					
História e Patrimónios		5	1	11	17
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações		6	7	10	23
Gestão de Empresas		20	18	45	83
Direito		16	26	248	290
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais			2	14	16
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		23	34	107	164
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais				2	2
Comunicação Aplicada		7	5	11	23
Relações Internacionais		10	7	17	34
TOTAL (2º ciclo de estudos)		87	100	465	652

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
Arquitetura			1	9	10
História				23	23
Economia					
Direito				62	62
Psicologia					
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia			3	46	49
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa				17	17
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território				11	11
TOTAL (3º ciclo de estudos)			4	168	172
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	628	1371	480	1060	3539



Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2022/2023

Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Administração de Unidades de Saúde	7	7			
Ciências da Comunicação	106	100	6		
Direito	136	106	21	6	3
Economia	23	17	4	2	
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	5	2	1	2	
Engenharia Informática	43	36	5	2	
Gestão	94	85	4	3	2
Gestão do Desporto	32	24	4	4	
História	21	19	2		
Informática de Gestão	17	13	2	1	1
Psicologia	78	71	4	1	2
Relações Internacionais	51	46	3	2	
Estudos de Arquitectura	8	3	4		1
Arquitetura	10	6	1		3
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	631	535	61	23	12
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
História, Arqueologia e Património					
Engenharia e Tecnologia Informáticas					
Engenharia Informática e de Telecomunicações	5	2	3		
Gestão de Empresas	11		2	7	2
História da Náutica e Arqueologia Naval					
Direito	51	19	9	11	12
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais					
Psicologia					
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	24	2	11	10	1
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica					
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	1		1		
Comunicação Aplicada	4		2	1	1
Economia das Organizações e Competitividade					
Relações Internacionais	5		3	1	1
Mestrado em Estudos Portugueses					
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval					
TOTAL (2º ciclo de estudos)	101	23	31	30	17
Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Arquitetura					
História	2				2
Direito	8		2	2	4
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia					
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de L					
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território					
TOTAL (3º ciclo de estudos)	10	0	2	2	6
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	742	558	94	55	35

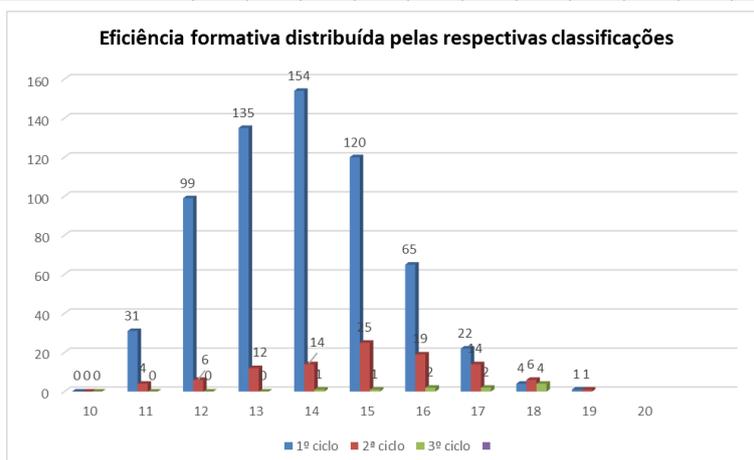


Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2022/2023, distribuídos pelas respetivas classificações

Curso	Grau	Nº diplomado	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração de U. Saúde	L1	7			2	3				2						
Ciências da Comunicação	L1	106				7	34	41	16	8						
Direito	L1	136		25	47	35	22	6	1							
Economia	L1	23		3	4	6		7	3							
Engª Electrónica e Telecom	L1	5			3	2										
Engenharia Informática	L1	43			4	7	9	16	7							
Gestão	L1	94		1	14	29	26	13	9	2						
Gestão do Desporto	L2	32			6	9	13	2	2							
História	L1	21				6	7	1	5	2						
Informática de Gestão	L1	17			1	2	8	5	1							
Psicologia	L1	78			3	13	19	19	15	7	2					
Relações Internacionais	L1	51		2	15	11	12	6	3	2						
Estudos de Arquitectura	L1	8				4	2	2								
Arquitectura	MI	10				1	2	2	1	1	2	1				
TOTAL (1º ciclo de estudos e mes		631	0	31	99	135	154	120	65	22	4	1	0	0	0	0

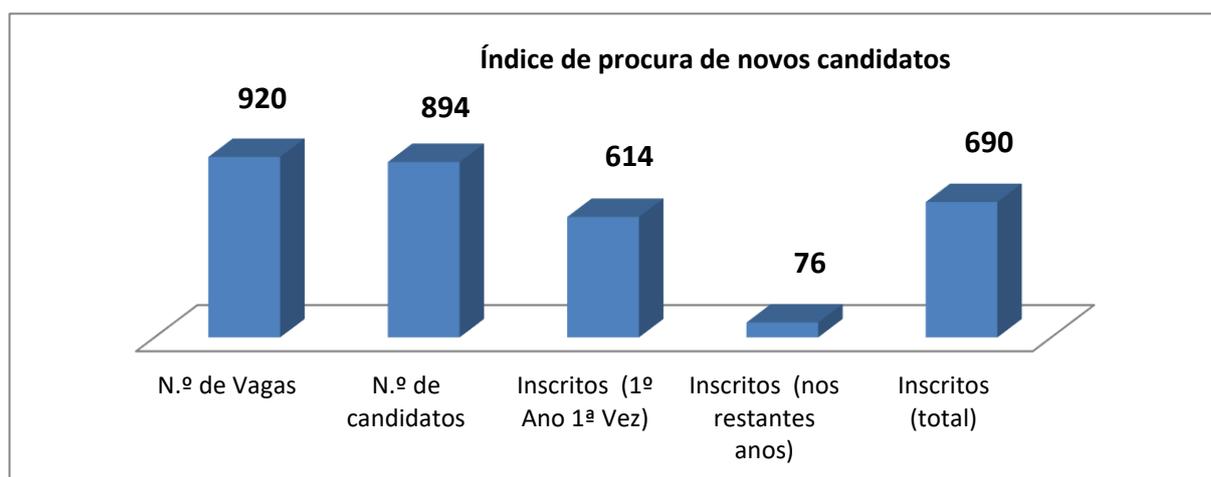
Curso	Grau	Nº diplomado	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
História, Arqueologia e Pat	M2															
Engenharia e Tecnologia Inf	M2															
Engenharia Informática e d	M2	5		1		1						2	1			
Gestão de Empresas	M2															
História da Náutica e Arque	M2															
Direito	M2	51		3	5	7	7	12	10	7						
Direito, Ciências Jurídico-Pd	M2	11				3	3	2		3						
Psicologia	M2															
Psicologia Clínica e de Acon	M2	24			1		4	10	5	3	1					
Relações de Ajuda e Interve	M2															
Estudos da Paz e da Guerra	M2	1									1					
Comunicação Aplicada	M2	4				1		1				2				
Economia das Organizações	M2															
Relações Internacionais	M2	5							4		1					
Estudos Portugueses	M2															
História Náutica e Arqueol	M2															
TOTAL (2º ciclo de estudos)		101	0	4	6	12	14	25	19	14	6	1	0	0	0	0

Curso	Grau	Nº diplomado	N.º de estudantes diplomados pela classificação final													
			10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Arquitetura	D3		0													
História	D3	2								1		1				
Direito	D3	8						1	1	1	2	3				
Relações Internacionais: Ge	D3															
Media e Sociedade no Cont	D3															
Património, Tecnologia e T	D3															
TOTAL (3º ciclo de estudos)		10	0	0	0	0	0	1	1	2	2	4	0	0	0	0
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ES		742	0	35	105	147	169	146	86	38	14	2	0	0	0	0



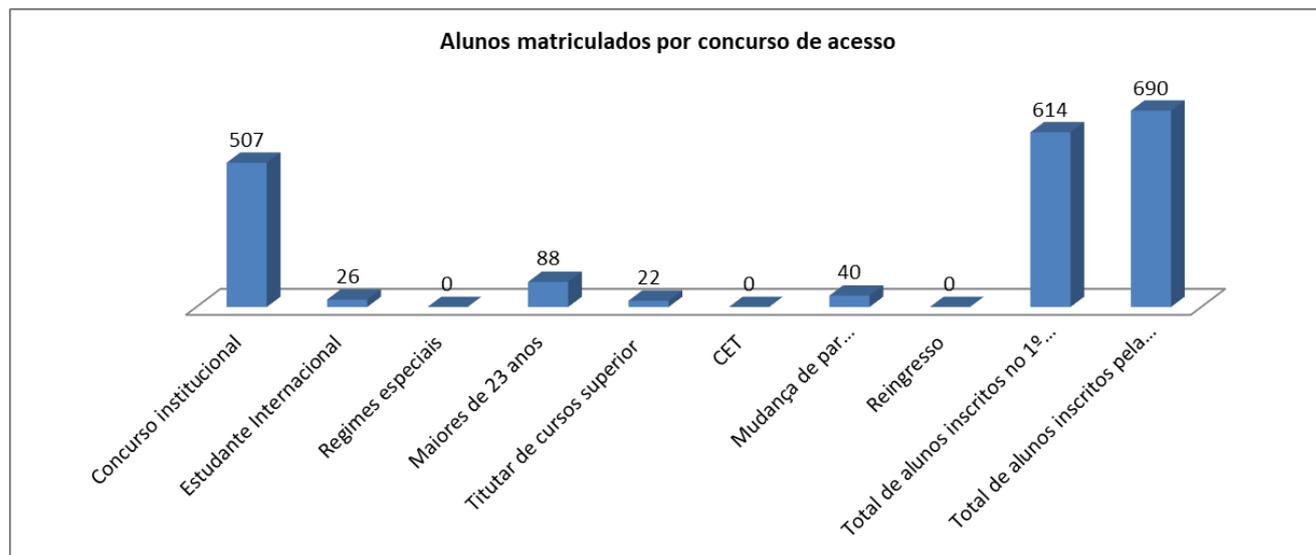
Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2022-2023)

Curso	ECTS	N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos			Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				(1º Ano 1ª Vez)	(nos restantes anos)	(total)				
Ciências da Comunicação	180	100	105	88	2	90	95,0	123,9	169,3	139,1
Direito	180	140	182	139	2	141	95,0	120,4	159,6	139,3
Economia	180	40	30	15	10	25	95,0	119,1	149,1	135,8
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	180	60	12	3	4	7	95,0	-	-	-
Engenharia Informática	180	100	63	53	11	64	95,0	95,0	163,0	133,1
Gestão	180	180	142	117	18	135	95,0	102,7	166,1	135,0
Gestão do Desporto	180	45	54	28	5	33	95,0	109,2	148,9	128,1
História	180	20	24	17	1	18	95,0	131,9	153,4	141,4
Informática de Gestão	180	25	26	10	6	16	95,0	121,7	164,3	135,2
Psicologia	180	70	124	68	2	70	95,0	127,9	162,9	142,6
Relações Internacionais	180	75	80	47	10	57	95,0	96,0	166,1	131,9
Arquitetura	300	65	52	29	5	34	95,0	95,0	168,2	139,8
TOTAL		920	894	614	76	690				



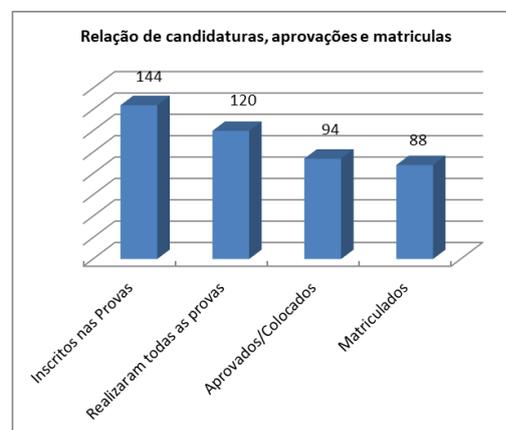
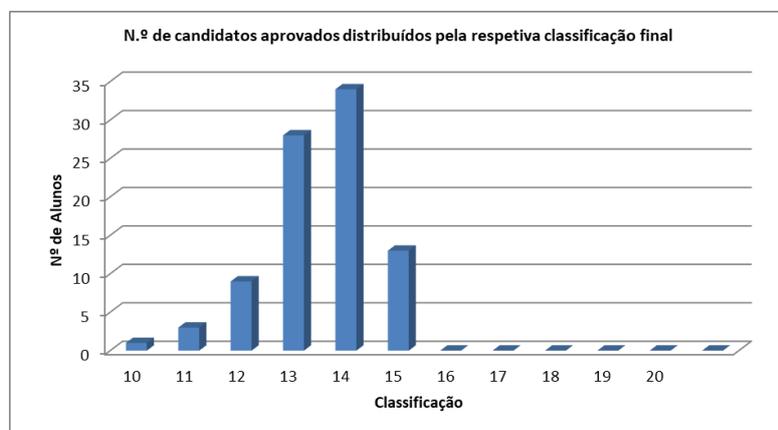
Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2022/2023

Curso	Concurso Institucional	Estudante Internacional	Regimes especiais	Concursos Especiais								Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso		Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos inscritos na UAL		
				Titular de curso de dupla certificação de nível secundário		Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET		Mudança de Par Instituição/Curso					Reingresso	
				1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.					
Administração de Unidades de Saúde																	21	
Ciências da Comunicação	75	1			9							5				88	90	317
Direito	108	2			20		5	2				4				139	141	785
Economia	13	3		2	2	1		3				1				15	25	86
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações		4		1		2										3	7	23
Engenharia Informática	43	4		1	2	7		3				4				53	64	194
Gestão	102	1		1		16	3	1	3			4	4			117	135	417
Gestão do Desporto	22	1			4							4	2			28	33	125
História	15											2	1			17	18	68
Informática de Gestão	12					1		1					2			10	16	52
Psicologia	54	2			10		2					2				68	70	307
Relações Internacionais	38	5			8	3						3				47	57	186
Arquitectura	25	3			2		1	1					2			29	34	134
SUBTOTAL	507	26		3	4	79	9	13	9			29	11			614	690	2715
TOTAL	507	26		7		88		22				40						



Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2022/2023

Curso	CANDIDATOS														Matriculados		
	N. de candidatos Inscritos nas Provas	Nº de candidatos que realizaram todas as componentes da avaliação	Nº de aprovados (colocados)	N.º de candidatos aprovados distribuídos pela respetiva classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração de Unidades de Saúde																	
Ciências da Comunicação	11	9	9				2	5	2								9
Direito	26	21	20			3	8	5	4								20
Economia	5	3	3				1	1	1								3
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	4	4	4		1		1										2
Engenharia Informática	10	7	7				3	3	1								7
Gestão	23	22	22		2	3	5	5	4								19
Gestão do Desporto	5	4	4				3	1									4
História																	
Informática de Gestão	3	2	2				1										1
Psicologia	41	35	10					9	1								10
Relações Internacionais	13	11	11			3	3	5									11
Arquitectura	3	2	2	1			1										2
TOTAL	144	120	94	1	3	9	28	34	13								88

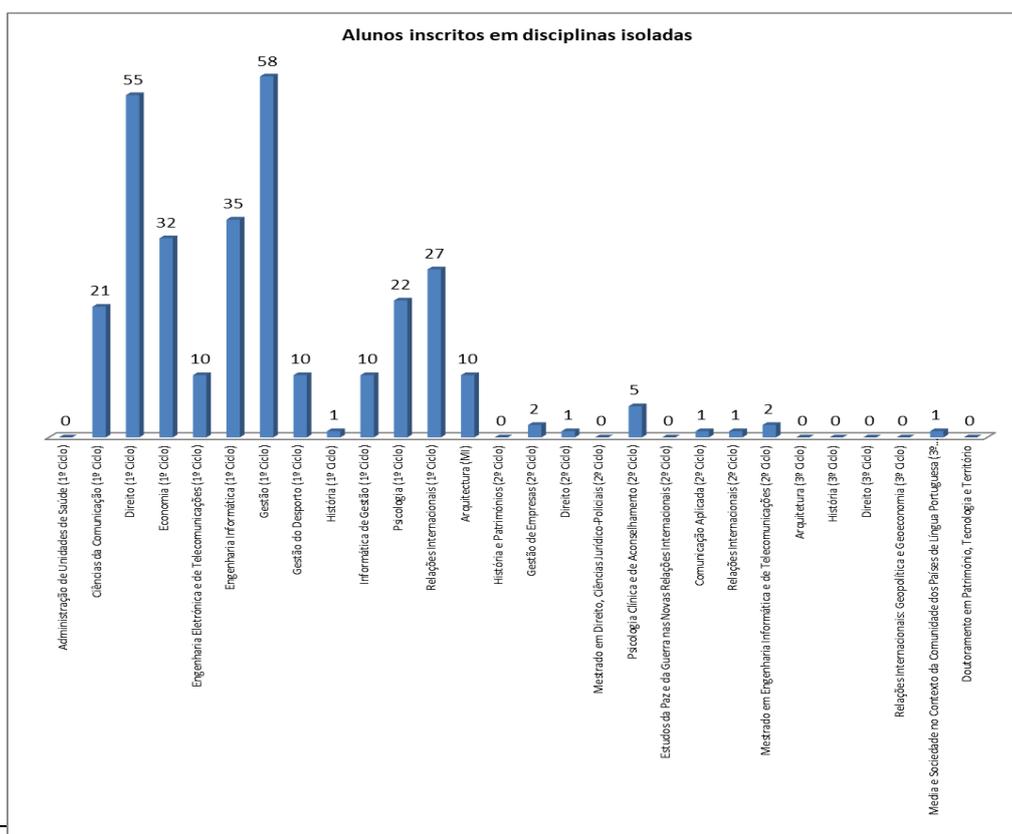


Legenda:

- Inscritos nas provas: Candidatos que manifestaram vontade para realizar a prova
- Realizaram todas as provas: Candidatos inscritos e que realizaram todas as componentes de avaliação (Prova Escrita | Entrevista| Avaliação Curricular)
- Aprovados: Candidatos que realizaram as provas e obtiveram colocação
- Matriculados: Candidatos colocados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9- Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos em 2022/2023

Curso	Alunos Inscritos
Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	
Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	21
Direito (1º Ciclo)	55
Economia (1º Ciclo)	32
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	10
Engenharia Informática (1º Ciclo)	35
Gestão (1º Ciclo)	58
Gestão do Desporto (1º Ciclo)	10
História (1º Ciclo)	1
Informática de Gestão (1º Ciclo)	10
Psicologia (1º Ciclo)	22
Relações Internacionais (1º Ciclo)	27
Arquitetura (MI)	10
História e Patrimónios (2º Ciclo)	
Gestão de Empresas (2º Ciclo)	2
Direito (2º Ciclo)	1
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais (2º Ciclo)	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	5
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	
Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	1
Relações Internacionais (2º Ciclo)	1
Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações (2º Ciclo)	2
Arquitetura (3º Ciclo)	
História (3º Ciclo)	
Direito (3º Ciclo)	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (3º Ciclo)	1
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	
TOTAL	304



Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2022/2023

Curso	AO	BD	BO	BR	BY	CL	CN	CO	CV	DE	DO	EC	ES	FI	FR	GQ	GW	HR	HU	IT	JP	KZ	LV	MD	MO	MX	MZ	NL	NO	NP	PT	RO	ST	UA	US	ZA				
Administração de Unidades de Saúde	7													1																										
Ciências da Comunicação	6			7	1														1	1						1														
Direito	78			25					4								2				1																			
Economia	33			1									1														1													
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	11			3								1																												
Engenharia Informática	14			6													1																							
Gestão	28			4					2			1										1		1																
Gestão do Desporto	2			2																1																				
História	2			3																																				
Informática de Gestão	4			1																							1													
Psicologia	14			4																	1																			
Relações Internacionais	25			8									1				3	1									1	1	1											
Arquitetura	20			13									1		2																									
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	244			77			1		6				5	1	2		6	1	1	5		1		1		4	1	1						2345	5	3	4	1		

Curso	AO	BD	BO	BR	BY	CL	CN	CO	CV	DE	DO	EC	ES	FI	FR	GQ	GW	HR	HU	IT	JP	KZ	LV	MD	MO	MX	MZ	NL	NO	NP	PT	RO	ST	UA	US	ZA					
História, Arqueologia e Património																																									
História e Patrimónios				1																																					
Engenharia e Tecnologia Informáticas																																									
Engenharia Informática e de Telecomunicações	9			2													1																								
Gestão de Empresas	18	1		18													4																								
Direito	27			191	1				5																	1	1														
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais				11					1								1																								
Psicologia																																									
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2			29					2																			1													
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica																																									
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais																																									
Comunicação Aplicada	1			6													1																								
Economia das Organizações e Competitividade																																									
Relações Internacionais	6			3			1														1																				
TOTAL (2º ciclo de estudos)	63	1		261	1		1		8								7				1				1		1	1	1						301	1	2	1			

Curso	AO	BD	BO	BR	BY	CL	CN	CO	CV	DE	DO	EC	ES	FI	FR	GQ	GW	HR	HU	IT	JP	KZ	LV	MD	MO	MX	MZ	NL	NO	NP	PT	RO	ST	UA	US	ZA					
Arquitetura				1								1	1								1					1															
História				7																								1													
Economia																																									
Direito	2			43																																					
Psicologia																																									
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	2			16							1																														
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa				4					1																																
Território				3				1													1																				
TOTAL (3º ciclo de estudos)	4			74				1	1		1	1	1							2					1	1	1														
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	311	1		412	1	1	1	1	15		1	1	6	1	2		13	1	1	7	1	1		1	1	1	6	2	1	1				2731	5	4	6	2			

AO	Angola	CN	China
BD	Bangladesh	CO	Colômbia
BO	Bolívia, Estado Plurinacional da	CV	Cabo Verde
BR	Brasil	DE	Alemanha
BY	Bielorrússia	DO	República Dominicana
CL	Chile	EC	Equador

Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2022/2023

Ciclo de Estudos	Ano Lectivo 2022/2023													
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Dissertação		Estágio Final	
	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral
1º Ciclo	478	156	597	178	656	273	155	88						
2º Ciclo	1	127	46	190							31	252		5
3º Ciclo	9	26	5	15	13	17		11			32	44		
Mestrado Integrado	29		36		35		10		24					



Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2022/2023

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Administração de Unidades de Saúde	3
Ciências da Comunicação	44
Direito	87
Economia	7
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	5
Engenharia Informática	33
Gestão	55
Gestão do Desporto	12
História	2
Informática de Gestão	13
Psicologia	54
Relações Internacionais	27
Arquitetura	1
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	343

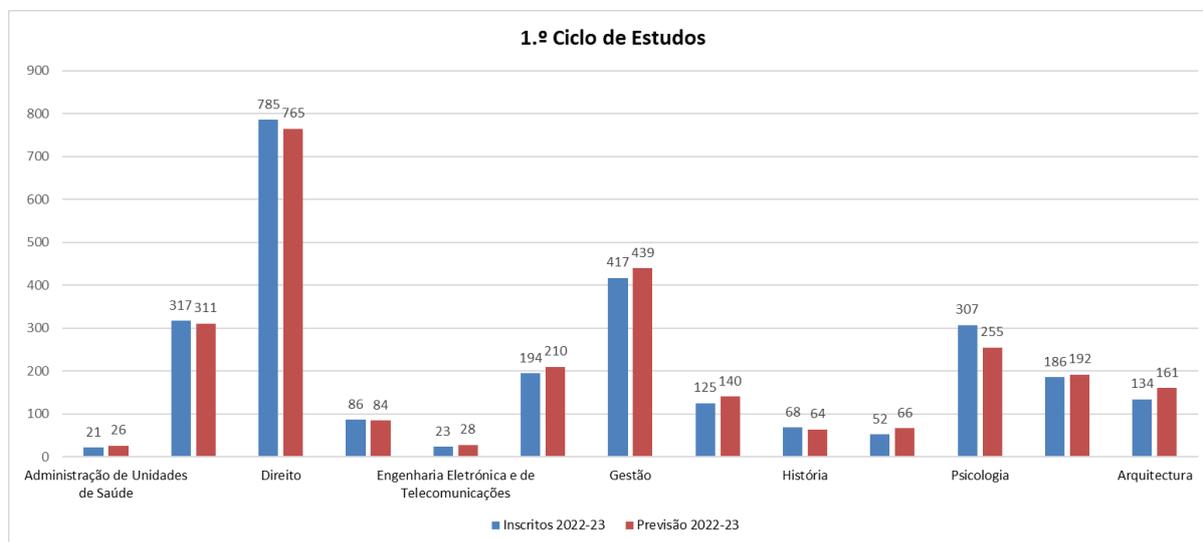
Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História, Arqueologia e Património	
História e Patrimónios	4
Ciências Documentais	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	
Gestão de Empresas	2
Direito	3
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	1
Psicologia	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	6
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Comunicação Aplicada	1
Economia das Organizações e Competitividade	
Relações Internacionais	
Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações	2
TOTAL (2º ciclo de estudos)	19

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Arquitetura	
História	
Direito	
Psicologia	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	1
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	1
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	
TOTAL (3º ciclo de estudos)	2
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	364



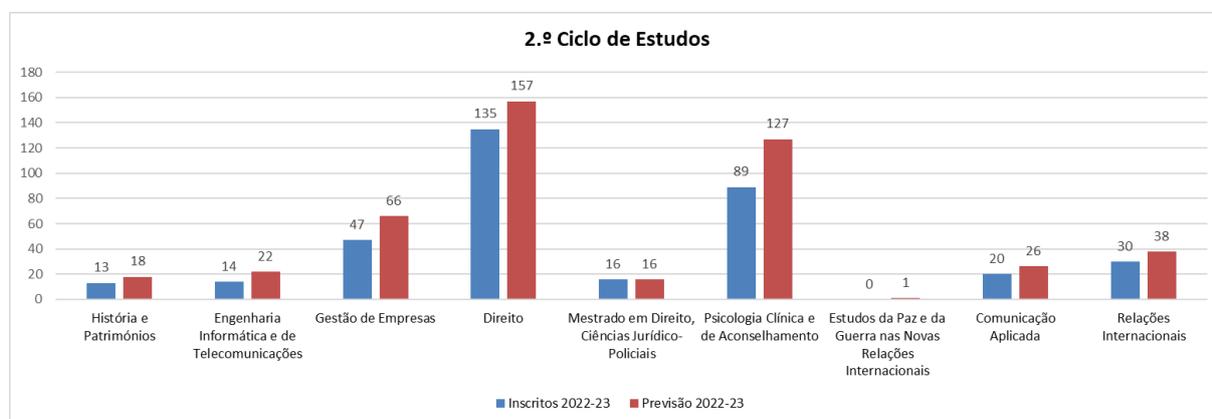
Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2022/2022 versus abandono

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2021-22	Diplomados 2021-22	Inscritos 1.º Vez 2022-23	Inscritos 2022-23	Previsão 2022-23	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Administração de Unidades de Saúde	Licenciatura - 1.º ciclo	30	4		21	26		-19,2%
Ciências da Comunicação	Licenciatura - 1.º ciclo	298	77	90	317	311	1,9%	
Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	813	189	141	785	765	2,6%	
Economia	Licenciatura - 1.º ciclo	94	35	25	86	84	2,4%	
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Licenciatura - 1.º ciclo	27	6	7	23	28		-17,9%
Engenharia Informática	Licenciatura - 1.º ciclo	186	40	64	194	210		-7,6%
Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	384	80	135	417	439		-5,0%
Gestão do Desporto	Licenciatura - 1.º ciclo	133	26	33	125	140		-10,7%
História	Licenciatura - 1.º ciclo	63	17	18	68	64	6,3%	
Informática de Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	62	12	16	52	66		-21,2%
Psicologia	Licenciatura - 1.º ciclo	244	59	70	307	255	20,4%	
Relações Internacionais	Licenciatura - 1.º ciclo	176	41	57	186	192		-3,1%
Arquitectura	Mestrado Integrado	138	11	34	134	161		-16,8%

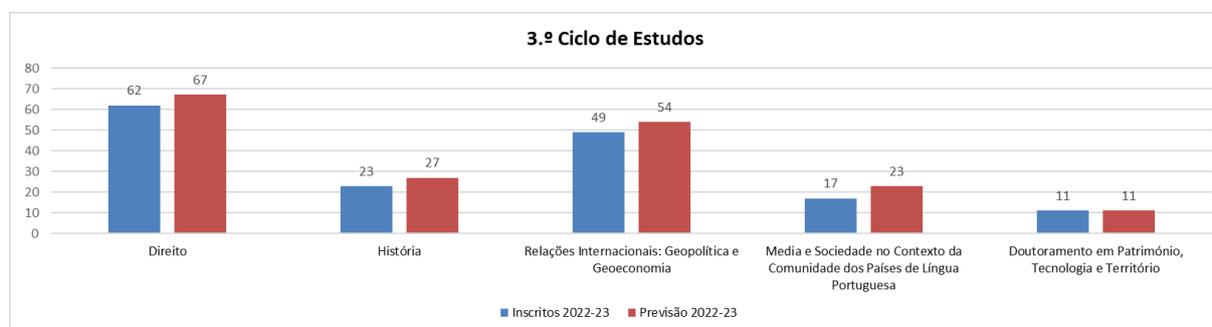


Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2021/2022 versus abandono (cont.)

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2021-22	Diplomados 2021-22	Inscritos 1ª Vez 2022-23	Inscritos 2022-23	Previsão 2022-23	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo							
História e Patrimónios	Mestrado - 2.º ciclo	5		13	13	18		-27,8%
Engenharia e Tecnologia Informáticas	Mestrado - 2.º ciclo							
Engenharia Informática e de Telecomunicações	Mestrado - 2.º ciclo	21	4	5	14	22		-36,4%
Gestão de Empresas	Mestrado - 2.º ciclo	56	18	28	47	66		-28,8%
Direito	Mestrado - 2.º ciclo	125	68	100	135	157		-14,0%
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	Mestrado - 2.º ciclo	4		12	16	16		
Psicologia	Mestrado - 2.º ciclo							
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Mestrado - 2.º ciclo	101	24	50	89	127		-29,9%
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	Mestrado - 2.º ciclo							
Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	2	1			1		-100,0%
Comunicação Aplicada	Mestrado - 2.º ciclo	23	5	8	20	26		-23,1%
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	28	2	12	30	38		-21,1%

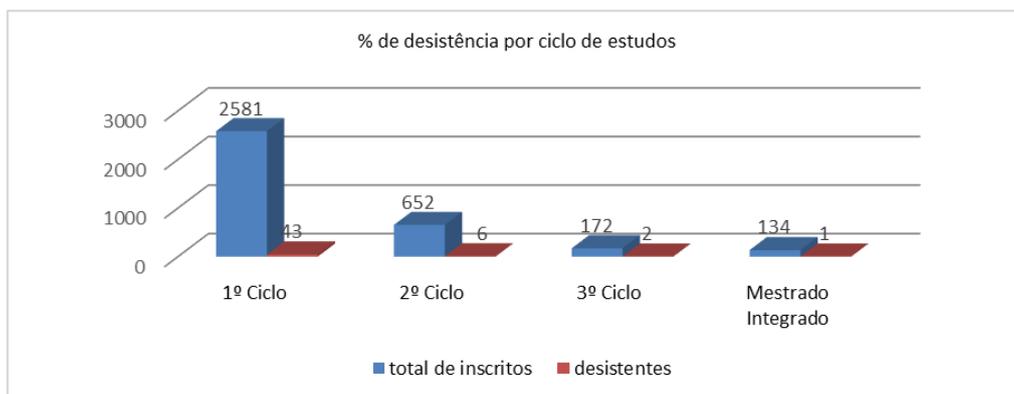


Designação do Curso	Grau	Inscritos 2021-22	Diplomados 2021-22	Inscritos 1ª Vez 2022-23	Inscritos 2022-23	Previsão 2022-23	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Arquitetura	Doutoramento - 3.º ciclo	8		5	10	13		-23,1%
Direito	Doutoramento - 3.º ciclo	72	5		62	67		-7,5%
História	Doutoramento - 3.º ciclo	21		6	23	27		-14,8%
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	Doutoramento - 3.º ciclo	43		11	49	54		-9,3%
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	Doutoramento - 3.º ciclo	21		2	17	23		-26,1%
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	Doutoramento - 3.º ciclo			11	11	11		

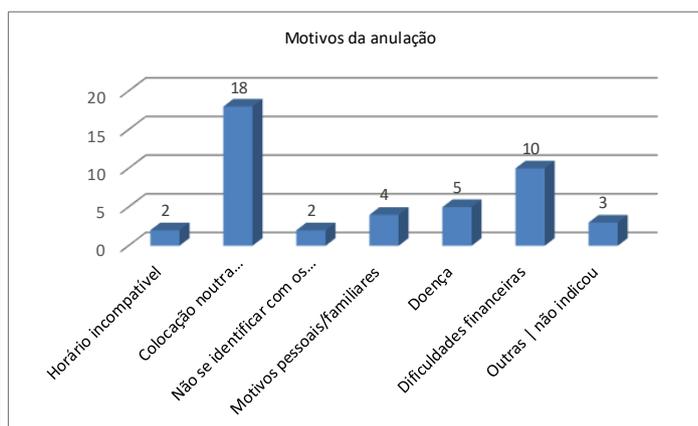


Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2022/2023

Grau	Curso	Nº de desistências
Licenciatura - 1.º ciclo	Administração de Unidades de Saúde	
Licenciatura - 1.º ciclo	Ciências da Comunicação	4
Licenciatura - 1.º ciclo	Direito	10
Licenciatura - 1.º ciclo	Economia	6
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Informática	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão	5
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão do Desporto	2
Licenciatura - 1.º ciclo	História	4
Licenciatura - 1.º ciclo	Informática de Gestão	1
Licenciatura - 1.º ciclo	Psicologia	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Relações Internacionais	4
Mestrado Integrado	Arquitetura	1
Mestrado - 2.º ciclo	História e Patrimónios	
Mestrado - 2.º ciclo	Comunicação Aplicada	
Mestrado - 2.º ciclo	Direito	5
Mestrado - 2.º ciclo	Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	
Mestrado - 2.º ciclo	Engenharia Informática e de Telecomunicações	
Mestrado - 2.º ciclo	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Mestrado - 2.º ciclo	Gestão de Empresas	
Mestrado - 2.º ciclo	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	1
Mestrado - 2.º ciclo	Relações Internacionais	
Doutoramento - 3.º ciclo	Arquitetura	
Doutoramento - 3.º ciclo	Direito	
Doutoramento - 3.º ciclo	História	
Doutoramento - 3.º ciclo	Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	
Doutoramento - 3.º ciclo	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	1
Doutoramento - 3.º ciclo	Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	1



Motivos de anulação
Horário incompatível
Colocação noutra Universidade
Não se identificar com os curso
Motivos pessoais/familiares
Doença
Dificuldades financeiras
Outras não indicou
Total



Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2022/2023

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Arquitetura	Doutor	Prof. Associado	Proteção do ambiente	Tempo completo
	Arquitetura	Doutor	Prof. Auxiliar	Arquitetura e construção	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Assistente Convidado	Arquitetura e Construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Associado	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Assistente Convidado	Arquitetura e Construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Associado	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Auxiliar	Arquitetura e construção	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Prof. Associado	Arquitetura e Construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Mestre	Prof. Assistente Convidado	Arquitetura e construção	Tempo completo
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Associado	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Prof. Auxiliar c/Agr.	Humanidades	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Prof. Auxiliar	Arquitetura e construção	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Prof. Associado	Arquitetura e construção	Colaboração
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Arquitetura	Licenciado	Prof. Associado Convidado	Arquitetura e construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Prof. Associado	Arquitetura e Construção	Tempo completo
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Prof. Auxiliar	Arquitetura e Construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Prof. Auxiliar	Arquitetura e construção	Tempo parcial
	Arquitetura	Especialista - licenciado	Assistente Convidado	Arquitetura e Construção	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Físicas	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Mestre	Prof. Assistente	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Informação e Jornalismo	Dedicação Plena

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Ciências da Comunicação	Especialista - licenciado	Prof.Assistente Convidado	Informação e Jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Visitante	Ciências sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Dedicação Plena
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Humanidades	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Especialista - licenciado	Assistente Convidado	Informação e jornalismo	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Informação e Jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Licenciado	Assistente Convidado	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Informação e jornalismo	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Humanidades	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Humanidades	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Mestre	Prof. Auxiliar Convidado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Licenciado	Assistente Convidado	Informação e jornalismo	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Visitante	Ciências sociais e do comportamento	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Dedicação Plena
	Ciências da Comunicação	Especialista - mestre	Assistente Convidado	Informação e Jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do comportamento	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Dedicação Plena
	Ciências da Comunicação	Mestre	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Visitante	Ciências sociais e do comportamento	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Prof. Auxiliar	Form.Prof./formadores e ciências educ.	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Mestre	Assistente Convidado	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Proteção do ambiente	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Matemática e Estatística	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Form.Prof./formadores e ciências educ.	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do comportamento	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Licenciado	Assistente Convidado	Informação e jornalismo	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Catedrático	Ciências empresariais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Mestre	Prof. Associado	Matemática e Estatística	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Catedrático	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Ciências Empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Serviços pessoais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Ciências empresariais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Licenciado	Prof. Assistente Convidado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Serviços Pessoais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Serviços pessoais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Física	Tempo integral
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Licenciado	Assistente Convidado	Ciências empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Serviços pessoais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Especialista - licenciado	Prof. Auxiliar	Ciências Empresariais	Tempo parcial
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Associado	Serviços pessoais	Tempo completo
	Ciências Ec. e Empresariais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências empresariais	Tempo integral
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo completo
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo integral
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo parcial
	Direito	Mestre	Prof. Convidado	Ciências sociais e do comportamento	Colaboração
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Catedrático Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Catedrático	Direito	Tempo completo
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo integral
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Catedrático	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Catedrático	Direito	Tempo parcial
	Direito	Especialista - mestre	Prof. Convidado	Direito	Colaboração
	Direito	Mestre	Prof. Convidado	Direito	Colaboração
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Catedrático	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo integral
	Direito	Licenciado	Prof. Convidado	Direito	Colaboração
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Catedrático Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo integral
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Mestre	Assistente Convidado	Direito	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo
	Direito	Doutor	Prof. Associado	Direito	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Engenharia e técnicas afins	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informática	Dedicção Plena
	Eng ^a e Ciências da Computação	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Informática	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Engenharia e técnicas afins	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Engenharia e técnicas afins	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Engenharia e técnicas afins	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Licenciado	Assistente Convidado	Engenharia e técnicas afins	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informática	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Matemática e estatística	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Engenharia e técnicas afins	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Mestre	Assistente Convidado	Informática	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Engenharia e técnicas afins	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Matemática e estatística	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Associado	Engenharia e técnicas afins	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Eng ^a Eletrotécnica e Computadores	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Prof. Auxiliar	Informática	Tempo integral
	História	Doutor	Prof. Associado	Humanidades	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	História	Licenciado	Prof. Auxiliar	Ciências Físicas	Tempo integral
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo parcial
	História	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Informação e Jornalismo	Tempo parcial
	História	Mestre	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo integral
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Arquitetura e construção	Tempo parcial
	História	Licenciado	Assistente Convidado	Humanidades	Tempo parcial
	História	Doutor	Prof. Catedrático	Humanidades	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo parcial
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Catedrático	Humanidades	Tempo integral
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Catedrático	Artes	Tempo completo
	História	Mestre	Assistente Convidado	Artes	Colaboração
	História	Doutor	Prof. Catedrático	Humanidades	Tempo parcial
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo integral
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Artes	Tempo completo
	História	Doutor	Prof. Auxiliar	Humanidades	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Licenciado	Assistente Convidado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Saúde	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Mestre	Assistente Convidado	Saúde	Tempo parcial
	Psicologia	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Saúde	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Mestre	Assistente Convidado	Ciências sociais e do comportamento	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Mestre	Assistente Convidado	Ciências Sociais e do comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Saúde	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Mestre	Assistente Convidado	Medicina	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Categoria	Área Científica	Regime
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo parcial
	Psicologia	Especialista - licenciado	Prof. Auxiliar Convidado	Saúde	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prof. Associado c/Agr.	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo integral
	Psicologia	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Associado	Ciências sociais e do comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo parcial
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Catedrático Convidado	Ciências sociais e do comportamento	Tempo integral
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Catedrático	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Especialista - mestre	Prof. Auxiliar	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Catedrático	Ciências Sociais e do Comportamento	Dedicação Plena
	Relações Internacionais	Especialista - licenciado	Prof. Catedrático Convidado	Ciências Sociais e do Comportamento	Docente de Carreira
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Mestre	Investigador Estagiário	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo integral
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Associado	Ciências Sociais e do Comportamento	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Prof. Auxiliar	Ciências sociais e do comportamento	Tempo completo

Anexo 3 - Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações

Anexo 4 – Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Investigação

Relatório de Atividades da DAI (Divisão de Apoio à Investigação)

outubro 2022 – setembro 2023

1. Para o período em apreço, a DAI deu suporte e acompanhou distintas Atividades e Projetos de I&D

Centros de I&D: a DAI recebeu e deu suporte as diversas solicitações e tarefas no âmbito das Atividades de I&D dos Docentes/Investigadores dos Centros de Investigação e de Departamento, tendo em vista a boa persecução e conclusão de Projetos de I&D, quer previstos no Plano de Atividades submetido, oportunamente, ao CA da CEU, quer outros Projetos vindos de Docentes do Grupo Autónoma. Ainda, neste contexto, a DAI deu seguimento com os procedimentos necessários à participação Docentes/Investigadores em variados eventos científicos, (presencial e/ou virtual) no País e no estrangeiro.

Prémio de Apoio à Produção Científica: em vigor desde abril de 2022, a DAI recebeu um elevado número de candidaturas ao Prémio, superior ao ano transato, tendo para os devidos efeitos desencadeado o processo administrativo e interno necessário, como a verificação de elegibilidade da publicação ao Prémio, e comunicação ao autor.

A3ES/ Avaliação Institucional: a DAI integrou a Comissão para a Autoavaliação Institucional tendo, em janeiro de 2023, entregue o relatório global de atividades de I&D desenvolvidas no âmbito dos Centros de Investigação e Departamentos.

Contratação de Boleiros no âmbito de Projetos e Centro de I&D FCT: a DAI acompanhou e submeteu na plataforma Euraxess vários processos concursais, no total de 9 Editais de Bolsas de Investigação, para contratação de Bolseiros, através do financiamento da FCT ao Projeto inserto no Centro d Autónoma-TechLab, bem como acompanhou o processo dos Bolseiros de Investigação no âmbito do CIP.

Oportunidades de Financiamento: a DAI continuou, a todo o tempo, a fazer prospeção de oportunidades de financiamento diversificado, a nível nacional e internacional, com o objetivo de facultar, atempadamente, aos Docentes/Investigadores tendo em vista a apresentação de candidaturas a concursos possíveis, prémios, entre outros, para obtenção de financiamento externo.

Divulgações no Site e Newsletter: a DAI divulgou cerca de 130 oportunidades de financiamento entre as quais bolsas internacionais; programas e concursos nacionais e internacionais; prémios, entre outras, publicações estas dirigidas a todos os Docentes/Investigadores, cuja divulgação se materializou quer por via do site da DAI, na intranet, ou através da Newsletter que, mensalmente, é enviada junto de toda a comunidade académica do Grupo Autónoma.

Pedidos de tradução: a DAI recebeu, encaminhou e acompanhou diversos pedidos de tradução de livros, capítulos de livros e artigos científicos para publicação em revistas indexadas no País e no estrangeiro, em todas as áreas científicas.

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN23): a DAI, por solicitação da DGEEC, desencadeou o processo junto do corpo docente da UAL, e investigadores dos Centros avaliados pela FCT para dar resposta, obrigatória, ao referido Inquérito.

Sessões informativas: ao longo do período a que reporta este Relatório, a DAI participou em diversas sessões de esclarecimentos promovidas pela FCT; Horizonte Europa; B-on; ANI; CEPOL.

Reforço da DAI: a DAI foi reforçada com a entrada de uma nova colaboradora, que muito contribuirá para o acompanhamento e concretização das solicitações e Atividades, em crescendo na DAI.

2. Candidaturas a Concursos e Projetos I&D

No período em apreço, foram submetidas diversas por via da CEU quer na qualidade de Instituição Proponente quer enquanto Instituição Participante. A DAI apoiou no processo de elaboração de candidaturas

desencadeadas por Docentes/Investigadores das Unidades de I&D e de alguns Departamentos a distintos concursos promovidos por instituições públicas e privadas, tanto nacionais como estrangeiras. A DAI tem a responsabilidade da verificação da elegibilidade de despesas, e do apoio na execução orçamental dos Projetos, em estreita ligação com o Coordenador responsável, e com os Serviços Administrativos e Financeiros da CEU.

Participação em concursos promovidos pela FCT

No Ano Letivo 2022-2023, por via das Unidades de I&D e/ou de Docentes/Investigadores, a CEU respondeu às *calls* dos seguintes concursos:

Programa Restart: a DAI apoiou a investigadora do CIP no processo concursal, porém apesar de boa classificação, não obteve financiamento.

Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual (CEEC 6ª Edição 2023): a DAI apoiou 2 investigadoras do CIP ao processo concursal, e uma das candidatas obteve financiamento para desenvolvimento do seu Projeto (Contrato Emprego Científico FCT) que muito prestigia não só a Investigadora, e a Instituição CEU.

Participação da CEU em concursos promovidos por Entidades Públicas e Privadas

Observatório Social - La Caixa: a DAI deu suporte e acompanhou 3 candidaturas submetidas por parte das Investigadoras do CIP.

Junta de Freguesia de Campo de Ourique: Projeto “in situ / Quinta do Loureiro”: a DAI deu suporte e acompanhou a candidatura submetida por parte do CEACT e acompanhou a execução financeira do Projeto, com financiamento externo.

Eurásia Foundation: a DAI deu suporte ao processo de candidatura levado a cabo pelo OBSERVAE para realização do Ciclo de Conferências "Europe and Asia: Constructions and Interactions". A candidatura foi aprovada e financiada pela Eurásia Foundation.

Programa de financiamento CaixaCultura – CGD: a DAI deu suporte à candidatura levada a cabo pela Direção do Instituto de Artes e Ofícios.

Câmara Municipal de Leiria: Projeto EcoPLis: a DAI continuou a acompanhar a execução do Projeto, em curso, relativa à segunda edição do financiamento atribuído.

OEI-Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura: a DAI acompanhou a execução do plano de atividades previstas no âmbito da Cátedra de Estudos Ibero-Americanos, sob coordenação da Investigadora do OBSERVARE.

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua: a DAI acompanhou a candidatura levada a cabo pelo Clube Lisboa, a qual a CEU integrou na qualidade de Instituição Parceira, estando envolvida uma equipa do OBSERVAE.

“BIP/ZIP “Fénix”: a DAI acompanhou à candidatura levada a cabo pelo CEACT para submissão junto da Câmara Municipal de Lisboa.

3. Relatório de Atividades Científicas concretizadas nos Centros de Investigação

O Relatório de Atividades Científicas (em síntese) que segue tem como base a informação recebida por parte dos Diretores dos Centros de Investigação, e reporta o trabalho desenvolvido no decorrer do Ano Letivo 2022-2023. Estão contemplados os trabalhos realizados no âmbito dos Projetos de I&D; participação dos Docentes/Investigadores em congressos/conferências de referência, nacionais e no estrangeiro, para

apresentação de *working progress papers* e/ou resultados finais dos Projetos de I&D; estabelecimento de parcerias estabelecidas com diversas entidades nacionais e no estrangeiro; a edição de novos números das respetivas Revistas, ou a organização de palestras e conferências na UAL.

No âmbito dos Projetos de I&D, conforme informação recebida, apuraram-se os dados seguintes: foram publicados 58 artigos em revistas científicas com elevado fator de impactos indexadas na Web of Science e Scopus; 47 artigos publicados em revistas internacionais com *referee*; 19 artigos em publicados em Journals indexados; 3 livros com edição internacional; 30 livros com edição nacional; 49 capítulos de livro com edição internacional, e 42 capítulos de livro com edição nacional, 42 publicações em atas de congressos internacionais. Quanto à divulgação de resultados em eventos científicos, destacam-se: 86 comunicações científicas internacionais com revisão por pares; 7 comunicações científicas nacionais com revisão por pares; 75 comunicações científicas internacionais sem revisão por pares; 71 comunicações científicas nacionais sem revisão por pares.

O próximo ano será ainda mais desafiante, decorrerá a Avaliação das Unidades de I&D e novo período de avaliação dos três Ciclos de Estudo, em todas as áreas, e aqui será expectável a aplicação de critérios ainda mais exigentes por parte da A3ES, tendo nesta equação a Investigação um papel fundamental, pelo que não será demais ressaltar que é elementar a concretização de I&D nas suas diversas e distintas vertentes como seja ao nível da produção científica; concretização de Projetos, sem esquecer a integração dos Investigadores em redes internacionais; a realização de parcerias com instituições de relevância a nível nacional e internacional; incremento de consórcios com empresas de reconhecido mérito para transferência de conhecimento; fomentar mas também o materializar de ações que promovam a internacionalização. Todas estas equações são cruciais e devem ser uma preocupação de todos numa perspetiva de consolidação, valorização, crescimento, inovação e excelência do Grupo Autónoma, porque a cada ano os desafios são mais exigentes, não podendo, invariavelmente, de deixarem de se cumprir. Importa destacar o apoio permanente e indubitável por parte do Conselho de Administração da CEU aos Docentes/Investigadores para concretização dos seus Projetos e Atividades de I&D. A DAI, por seu turno, continuará empenhada e motivada em prosseguir com o seu contributo tentando corresponder às solicitações, tendo em vista a concretização dos distintos objetivos propostos.

No quadro das principais Atividades Científicas concretizadas Centros de Investigação, destacam-se, sumariamente, as ações seguintes, respetivamente:

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores (Diretor: Prof. Luís Tomé)

Para o período em apreço, o OBSERVARE continuou a pautar as suas Atividades articulando e reforçando as sinergias entre investigação, internacionalização/parcerias e formação avançada, com resultados visíveis também ao nível das publicações e da organização de eventos/conferências. Este Relatório evidencia, sumariamente, esses vários aspetos: a investigação manteve-se organizada nas tradicionais três Linhas de Investigação que enquadram a generalidade dos projetos de investigação, tanto coletivos como individuais. Deu-se continuidade ao desenvolvimento de projetos coletivos em parceria com instituições nacionais e internacionais, ao envolvimento de estudantes (designadamente, de doutoramento) e a produção científica na forma de publicações pelos investigadores.

As publicações OBSERVARE enquadraram-se nas habituais áreas principais: a revista científica *JANUS.NET*, e-*journal of international relations*; o *Anuário Janus*; coleção de livros/e-books OBSERVARE; e as publicações individuais dos investigadores. A *JANUS.NET*, passou a ser efetuada através de *Open Journal System (OJS)* com o objetivo de indexação automática em todas as redes internacionais, incluindo a Scopus-Elsevier. Além da publicação dos dois números regulares, que no período em análise respeitam a novembro de 2022 e maio

de 2023, foram publicados dois dossiês temáticos, permitindo acolher um número crescente de colaborações, agora também agrupados por grandes temas, contando com a colaboração de parceiros institucionais, como foi o caso do Centro Cultural de Macau e do Centro de Estudos Internacionais (CEI) do ISCTE-IUL. No total foram publicados 39 Artigos, 6 Notas e 2 editoriais. Foi ainda concluído o processo de avaliação em *double blind peer review* de 60 artigos submetidos à JANUS NET, dos quais foram aprovados 17 artigos, 3 notas e 1 recensão crítica a publicar no VOL14 N2, de novembro de 2023. Em dez. 2022 foi publicado um dossiê temático sobre o tema *Perspetivas sobre a presença internacional da China: estratégias, processos e desafios* que resultou de um Seminário internacional sobre a mesma temática.

Em set. de 2023 foi publicado outro dossiê temático sobre o tema *European Union-China relations*, resultando de uma parceria com o Centro de Estudos Internacionais (CEI) do ISCTE-IUL com o OBSERVARE. Quanto ao *Anuário Janus*, no período em apreço foi iniciada a organização e publicação de um novo número e o respetivo capítulo temático (em parceria com a OEI e a FUNIBER). Por outro lado, a coleção de livros/e-books OBSERVARE foi particularmente dinamizada com a publicação do livro “Em torno do pensamento de Luís Moita. Humanismo e Relações Internacionais” que contou com um largo número de investigadores do OBSERVARE, docentes da UAL e de outras instituições de ensino superior do País, e do estrangeiro. Entretanto, ficou concluída a edição portuguesa do livro “Guerra Fria 2.0: Chaves para compreender a Nova Política Internacional” do Prof. Mariano Aguirre. Ao longo do ano letivo 2022-2023, os investigadores OBSERVARE privilegiaram a publicação de artigos científicos em revistas indexadas, de capítulos em livros de edição internacional e de larga circulação e de livros com a chancela OBSERVARE. A publicação de artigos científicos em revistas indexadas, incluindo a Scopus e a Web of Science, foi uma preocupação dos investigadores do OBSERVARE, que procuraram revistas de elevado impacto. Os investigadores OBSERVARE publicaram capítulos em livros de circulação internacional, em editoras tais como Springer, Palgrave Macmillan, Routledge, Lexington Books, Peter Lang Publishers e McGraw-Hill. Foi preparado e publicado um livro que traduz a influência do pensamento de Luís Moita na investigação de diferentes professores e investigadores OBSERVARE.

- Desenvolvimento dos Projetos da Linha A) Estudos de Segurança, da Paz e da Guerra: China e Países de Língua Portuguesa: realização da 4ª conferência “China e Países de Língua Portuguesa”, UAL e online (maio 2023); apresentação de comunicações noutras conferências nacionais e internacionais, com destaque para as organizadas pelo Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM) (Março 2023); publicação do dossiê temático “Perspetivas sobre a presença internacional da China: estratégias, processos e desafios”; extensão e/ou consolidação da rede de parcerias, e envolvimento de estudantes de doutoramento. *Dimensão Externa da Segurança Interna*: realização da 5ª conferência internacional “The External Dimension of Internal Security” (UAL, ICPOL-ISCPSP e CEPOL, Maio 2023); registo dos dois projetos de tese para doutoramento e concluídas duas teses de doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia; *Segurança Euro-Mediterrânica*: realização da 6ª conferência anual pela Sapienza di Roma (Set. 2023); consolidação das parcerias com La Sapienza di Roma e a METU da Turquia; expansão da rede de instituições e investigadores estrangeiros.

- Desenvolvimento dos Projetos da Linha B) Espaços Económicos e Gestão de Recursos: Respostas às Alterações Climáticas (ReAC): desenvolvido um estudo aprofundado sobre o caso de São Tomé e Príncipe, que consistiu num estudo piloto e inicial; criação de uma grelha de indicadores de sustentabilidade.

- Desenvolvimento dos Projetos da Linha C) Povos e Estados: construções e interações: Sociedades Mediáticas de Língua Portuguesa: o trabalho desenvolvido versou ao redor de questões de educação mediática para a cidadania, de que resultaram 6 outputs publicados, e a participação em 7 Conferências e Seminários no âmbito do Projeto; *Laboratório da Imagem de Portugal*: realizada investigação e análise bibliométrica computacional comparada sobre as imagens de Portugal e de Espanha. Redação colaborativa de um artigo científico para submissão em revista indexada; *Cátedra de Estudos Ibero-Americanos*: Ciclo de

Conferências no âmbito do Curso de Estudos Avançados sobre América Latina, com a participação de especialistas nacionais e internacionais (Março a Maio 2023); criação de um sistema de informação/divulgação mais eficaz sobre o “acervo ibero-americano”; incentivar o debate e a reflexão sobre o ibero-americano desde uma perspetiva portuguesa; reforçar o posicionamento da UAL como universidade de referência no âmbito da pesquisa nestas áreas; *Europa e Ásia: Construções e Interações*: coorganização com os parceiros Centro do Atlântico, da conferência internacional “Atlantic-Pacific: security and governance links” no âmbito do IV Seminário do Centro do Atlântico (UAL, Out. 2022); organização do Ciclo de 15 Conferências “Europe and Asia: Constructions and Interactions” financiado pela Eurasia Foundation from Asia-Japan (UAL, Fev.-- Maio 2023); coorganização com o Clube de Lisboa e a Embaixada do Japão em Lisboa da conferência internacional (Maço 2023); publicação do dossiê temático “European Union-China relations” (JANUS.NET, vol. 14, n. 1, TD1 (Set. 2023); *Análise comportamento do PSI*: realizada identificação e descrição do conceito “Planet Governance” que pretende estender as Boas Páticas de CG adotadas nas empresas (com foco nas cotadas) e transpô-las aos governos internacionais; verificação da relação entre a concentração do poder de voto das cotadas no PSI e a capitalização bolsista.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia (Diretora: Prof.ª Rute Brites)

No período em apreço, a equipa do CIP desenvolveu e promoveu diversas Atividades de I&D no âmbito dos Projetos de investigação que tem em curso.

Desenvolvimento dos Projetos de I&D: *Mindfulness, em contexto escolar com crianças e adolescents e Estudo da relação entre comportamentos de bullying, qualidade do sono rendimento académico e comportamento em sala de aula em crianças do 1º ciclo*: privilegiou-se a concretização de *outputs* científicos para serem publicados em revistas científicas, portuguesas e internacionais; *SignPain – Development of a digital prototype intervention supporting pain communication between deaf patients and healthcare professionals*: concluiu-se uma primeira fase com a revisão sistemática sobre a avaliação e comunicação da dor em pessoas surdas apresentação do estado da arte relativamente à comunicação entre doentes surdos e profissionais de saúde sobre a dor; *Projeto 1 – Fatores Transculturais do Bem-Estar*: conta com a participação de investigadores estrangeiros, e em curso publicação em revista indexada; *Solidão, uma nova pandemia após a covid-19*: recolha de dados em sala de aula, de Janeiro a Maio de 2023, e inseridos os dados na plataforma SPSS; candidatura submetida à Fundação La Caixa; submetidos dois artigos em revistas internacionais SCOPUS (Q1 e Q2); abril de 2023, iniciou a recolha de dados na instituição parceira na Turquia; colaboração com o Departamento de Direito, tendo sido incluído no curso de especialização “Saúde Hoje”, uma parceira da Autónoma Academy com a organização sem fins lucrativos IBSaúde (Brasil), a visibilidade do projeto junto dos alunos gerou interesse para desenvolvimento das suas dissertações de mestrado dentro do projeto; *Funcionamento familiar, coparentalidade, conflito parental e ajustamento da criança e da família – estudo comparativo intercultural*: término de 2 dissertações; orientação de 1 pós-doutoramento; submissão do projeto à comissão de ética de instituições de saúde públicas para recolha de dados; submissão de 5 artigos científicos; submissão de trabalhos a 2 congressos internacionais e respetiva participação com a apresentação de 4 comunicações e 1 poster; submissão de candidatura a financiamento ao concurso “Social research 2023” – la Caixa Foundation do projeto I&D “Shared Parenting”; *Diferenças individuais no funcionamento psicológico de estudantes universitários: um estudo em contexto de pandemia*: projeto em colaboração com a UAlg; a equipa do CIP deu primazia nomeadamente à publicação de artigos científicos em revistas indexadas, nacionais e estrangeiras e de capítulos em livros de edição internacional; os investigadores participaram com as suas comunicações em congressos nacionais e internacionais, e promoveram eventos na UAL; *Neuropsicologia e envelhecimento: Adaptação, validação e normalização de instrumentos para avaliar as aptidões cognitivas e a capacidade funcional*: procedeu-se à recolha de dados do Projeto centrado na adaptação, validação e normalização de instrumentos de avaliação (neuro)psicológica, para obtenção de amostras robustas para alcançar os objetivos de investigação

propostos; *Transmissão intergeracional do trauma: um estudo com famílias de militares portugueses*: transcrição de entrevistas e construção dos genogramas familiares; análise dos genogramas e início da análise temática das entrevistas transcritas (veteranos) em MaxQDA; conclusão da inserção dos dados quantitativos. Análise preliminar dos dados quantitativos; preparação de artigos científicos; *Horários escolares no 1.º Ciclo e desempenho cognitivo - cronopsicologia*: avanço no tratamento de dados e análise de várias bases de dados (novas); publicação de artigos em revistas internacionais da Scopus, Wiley e com quartil associado, congresso com comunicação oral e publicação; *Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Segunda em Contexto Educativo (financiado) / App GoGenius*: continuação de tratamento de dados e análise estatística; publicação de artigos em revistas internacionais da Scopus, WoS e com quartil associado; disseminação da app GoGenius: foco na parceria interinstitucional e internacionalização; definição do layout final do Repositório eletrónico (em curso); disseminação da GoGenius para outros Países; *Avaliação de Perturbação Pós-Stress Traumático (PPST) em Refugiados Ucranianos e Validação do PCL-5 para população ucraniana*: tratamento de dados e análise de bases de dados (novas); início da recolha de dados em população refugiada (pela própria IP); publicação de artigos em revistas internacionais da Scopus; disseminação da app GoGenius: foco na parceria interinstitucional e internacionalização; estabelecimento de acordos internacionais com universidades e unidades de intervenção.

A revista PSIQUE, de acesso aberto, e indexada na EBSCO e na DOAJ tem disponíveis para consulta os números previstos.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas (Diretor: Prof. Manuel Valente)

O Centro de I&D tem implementado e em desenvolvimento quatro linhas/Projetos de I&D: (1) Cultura de Paz e Democracia, (2) Migrações Internacionais e Direitos Humanos, (3) Autotutela e Realização do Direito Privado e (4) Corpus Delicti – Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional. A linha de investigação “Cultura de Paz e Democracia” desenvolve a sua Atividade científica no âmbito de três Projetos: (a) *Cultura de Paz, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais*; (b) *Paz, Compliance e Governança* (c) *Direito à Paz, Saúde e Políticas Públicas*. No decorrer do Projeto (a) *Cultura de Paz, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais* procedeu-se à análise sobre os elementos de transformação constitucional no âmbito das relações sociais com impacto na autoridade da Constituição e sobre os elementos de transformação constitucional no âmbito das relações político-jurídicas do Estado com impacto na autoridade da Constituição. Destas análises resultaram dois artigos científicos publicados em livro com edição nacional, artigos que foram apresentados num congresso internacional (Joannesburg, dez. 2022). Os principais trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto (b) *Paz, Compliance e Governança* foram: análise sobre o *compliance* aplicado às relações financeiras e bancárias; estado da arte do *compliance* financeiro e bancário em Portugal, Alemanha, Reino Unido, Polónia e Brasil; realização de um congresso internacional para apresentação das conclusões das investigações a envolver práticos e académicos e elaboração de uma obra coletiva sobre as conferências. Os resultados das investigações foram apresentados em congresso, e foram realizadas sete conferências (UAL, nov. 2022). Os resultados da investigação do Projeto (c) *Direito à Paz, Saúde e Políticas Públicas* foram apresentados numa conferência (UAL, abril 2022) e deram origem ao curso de especialização, “Saúde Contemporânea” (Autónoma Academy). A linha de investigação “Migrações Internacionais e Direitos Humanos” desenvolveu ao longo do ano 2022/23 o Projeto *Migrações Internacionais, Direitos Humanos e proteção de pessoas vulneráveis, focado na realidade migratória e na proteção de direitos humanos, em particular de pessoas vulneráveis, como os refugiados, vítimas de alterações climáticas ou as crianças* e no âmbito do mesmo estão em elaboração várias dissertações de Mestrado e duas teses de Doutoramento. Durante o ano letivo realizou-se a 4.ª edição da Pós-graduação em Direito das Migrações (Autónoma Academy) e foram organizados vários

eventos científicos. Foram também publicados cinco artigos (dois dos quais em revistas Scopus ou WoS), três livros (dois com edição nacional e um com edição internacional), dez capítulos de livros (seis com edição nacional e quatro internacional), uma publicação em ata num congresso internacional e um artigo de opinião publicado num jornal nacional. A divulgação dos resultados do Projeto foi feita em onze comunicações científicas internacionais e doze em comunicações nacionais. Os principais trabalhos desenvolvidos pelo Projeto *Autotutela e Realização do Direito Privado* centraram-se em quatro pontos fundamentais: publicações individuais e coletivas (com a participação de alunos e mestrandos da UAL, bem como membros da linha de investigação), onde se pôde demonstrar o trabalho desenvolvido na linha de investigação, procurando assim contribuir para o desenvolvimento e avanço nas áreas objeto da linha de investigação; Iniciativas com impacto no ordenamento jurídico português, com destaque para a pesquisa empírica sobre arbitragem comercial que foi elaborada com a colaboração da Ordem dos Advogados e da Associação Portuguesa de Arbitragem. No âmbito do Projeto publicaram-se nove artigos em revistas, onze livros com edição nacional, oito capítulos com edição nacional e quatro atas em congressos (três nacionais e uma internacional) e os resultados foram divulgados em treze comunicações científicas internacionais e quinze nacionais. O trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de I&D *Corpus Delicti – Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional* passou pela realização e participação em vários eventos e encontros científicos nacionais e internacionais, dos quais se destacam os realizados na UAL/RL: SIECO II – Parte 2 (22-23 Nov.2022) e I Encontro Científico Internacional (15-17 Fev. 2023), a organização das Atividades de I&D dos mestrandos e dos doutorandos e a defesa pública de duas teses de doutoramento, cujos temas se encontram integrados no Projeto. A produção científica foi admitida para publicação em quatro livros (dois com edição nacional e dois com edição internacional), trinta e cinco capítulos de livros (vinte com edição nacional e quinze internacional), vinte e um artigos (seis dos quais em revista Scopus) e outras publicações. Realizaram-se dois eventos científicos internacionais e participou-se com palestra em eventos internacionais no Brasil, Equador, Espanha, Itália, Letónia, Moçambique, Perú e em Portugal.

CICH - Centro de Investigação em Ciências Históricas (Diretora: Prof^ª. Maria Helena Coelho)

O trabalho desenvolvido no decorrer do Projeto de I&D “Cultura Marítima e Memórias, Dinâmicas e Cenários” passou pelo preenchimento da base de dados sobre “Fontes para o Estudo da Construção Natal em Madeira” (preenchimento parcial de tabelas previamente elaboradas e disponíveis online). No âmbito do mesmo fez-se uma publicação científica num congresso internacional (EAA, BELFAST 2023). O Projeto de I&D “PIA” teve como objetivo identificar e desenvolver o mapa arqueológico nos concelhos de Ourém e Tomar, com o propósito de avaliar o potencial de investigação arqueológica, no âmbito da linha estudo orientadora enquadrada nos estudos comportamentais da Pré-História na região centro de Portugal. Foi realizada uma campanha de campo para a concretização de trabalhos de prospeção entre o dia 19 de agosto e 1 de set. de 2023, contando com a participação da equipa coordenadora e científica e alunos da UAL (doutoramento e licenciaturas) e jovens “Ciência Viva” (possíveis alunos interessados em vir a integrar, no futuro, o curso de Arqueologia). No âmbito do Projeto, foram publicados cinco artigos em revistas, dois livros com edição nacional e uma publicação num congresso internacional. O Projeto Internacional “Circuitos oceânicos: petições e comunicação política da América portuguesa ao Império do Brasil” desenvolveu um banco de dados relacional que será alimentado regularmente por todos os membros do Projeto. Foram também realizados encontros semanais com alunos de licenciatura da UAL, onde foram apresentados os principais objetivo e estratégias do Projeto, o contexto das petições no império português da Idade Moderna e onde se fizeram leituras e análise de petições manuscritas do século XVIII. Os alunos da UAL (do grupo dos encontros semanais) participaram nas sessões mensais do Projeto, realizadas virtualmente, nas quais se debateram os trabalhos dos alunos envolvidos, de pós-graduação da UNIFESP, assim como os investigadores convidados apresentaram comunicações a partir de textos de sua autoria disponibilizados previamente. Do

Projeto resultou a publicação de cinco artigos em revistas Scopus ou WoS e um capítulo de um livro com edição internacional e realizou-se um evento nacional (UAL, out. 2022).

CEACT - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (Diretora: Prof^a. Filipa Ramalhete)

Desde 2021/22, o Projeto de I&D *in situ/ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura* trabalha também em conjunto com o 6º semestre do mestrado integrado uma unidade curricular designada por “Seminário de construção”. No ano letivo 2022/23 manteve-se a colaboração entre a componente de investigação do local e a disciplina, tendo sido estudado, projetado e construído um parque canino no bairro da Quinta do Loureiro, em Campo de Ourique. Em simultâneo, continuou em desenvolvimento o Projeto *in situ/ Benfica H2O* que – ao abrigo de um protocolo com a Junta de Freguesia de Benfica – está a trabalhar na dinamização de ações com a comunidade escolar e a população de Benfica para a sensibilização para o tema da importância da poupança e gestão da água em meio urbano, que culminará com a construção de um espaço público da freguesia, o Jardim da Cortiçada. O Projeto tem uma forte componente de participação e ciência cidadã. Neste contexto, foi dado apoio aos técnicos da Junta de Freguesia de Benfica para a introdução do tema de poupança da água nas atividades de tempos livres do pré-escolar e 1º ciclo: foram feitas 4 sessões de sensibilização e divulgação do Projeto junto da população e foi desenvolvido um jogo de tabuleiro para ser jogado como metodologia de participação para a seleção das melhores espécies para o espaço do jardim, designado por Manual do Desenvolvimento Local – kit Jardim (trata-se de uma adaptação do Manual de Desenvolvimento Local desenvolvido num projeto anterior, Fórum Urbano, de que o CEAAT foi parceiro). Em simultâneo, foi feita uma candidatura ao programa BIP-ZIP (parceria com a Associação de Moradores e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique) para o desenvolvimento e a construção do espaço de apoio à população da Rua dos Sete Moinhos, desenvolvido no ano letivo de 2021/22. No âmbito do Projeto realizaram-se quatro ações de debate e sensibilização com a população de Benfica (três Atividades de pais e filhos para sensibilização para o tema da gestão da água na cidade – no Palácio Baldaya e no Parque Silva Porto - e uma ação de rua para divulgação do Projeto) e uma apresentação pública na Quinta do Loureiro (nas instalações do Lisboa Futebol Clube) com a presença dos alunos da UAL, de representantes da comunidade e da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, para apresentação e discussão do projeto do parque canino. O Projeto *Fazer e ensinar arquitetura* deu continuidade à recolha fotográfica sistemática dos enunciados e trabalhos produzidos pelos alunos no fim do primeiro ciclo com a realização de três reportagens fotográficas (Estúdio Vertical e duas séries de maquetes).

Fez-se também a realização de entrevistas sobre o ensino e a investigação a docentes da escola e a outros arquitetos de renome internacional, a análise e organização dos dados recolhidos e a elaboração de uma maquete do livro. O material recolhido serviu de apoio a dois e-books, colocados no repositório da UAL, com os trabalhos de fim de ciclo, teóricos e práticos. Em 2022/2023 lançaram-se os números 22 e 23 da revista *Estudo Prévio*. No n.º 22 foi entrevistado o arquiteto e Presidente da Ordem dos Arquitetos, Gonçalo Byrne e no n.º 23 o historiador de arquitetura, Jean Louis Cohen. Para o Projeto *Colonato de Pegões* foram feitas visitas ao local e feito o levantamento cartográfico e fotográfico dos 3 núcleos residenciais de Pegões (Santo Isidro, Faias, Figueiras), desenvolvida a pesquisa bibliográfica e estabelecidos contactos com a Câmara Municipal do Montijo.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias (Diretor: Prof. Gonçalo Valadão)

Os investigadores do Autónoma TechLab deram continuidade aos trabalhos e às Atividades dos distintos Projetos de I&D, como seja o *InterML*, desenvolvendo os seguintes trabalhos: criação e desenvolvimento de técnicas inovadoras de *machine learning* e *information retrieval* para a resolução de problemas de otimização combinatória; simulação de diversos cenários no sentido de determinar parâmetros de desempenho ótimo;

realização de computação em paralelo dos referidos cenários e a comparação com o estado da arte. Os resultados do Projeto foram divulgados na Conferência “Matemática: uma Linguagem do Mundo Natural”, realizada em formato presencial (UAL, 22 dez. 2022) e online. Quanto ao Projeto *Desempenho de um Sistema de Comunicações 6G utilizando Sistemas LIS*, desenvolveu-se a simulação de sistema de comunicações, em Matlab, 6G baseado em Large Intelligent Surfaces, com vista a obter o desempenho do sistema e a otimização com recetores avançados. Dos resultados do Projeto de I&D resultaram duas publicações científicas em revistas Scopus ou WoS, e a divulgação de resultados do Projeto I&D em oito conferências, três nacionais e cinco internacionais. Relativamente ao Projeto: *Framework for Data Quality and Cleaning Management in the LOD (DCleanLOD)*, foram desenvolvidas uma estratégia para determinar a qualidade dos dados a serem usados em um grafo de conhecimento empresarial e uma metodologia e estratégia para a limpeza e integração de dados oriundos de ficheiros csv para serem usados na criação de um grafo de conhecimento empresarial (em andamento). Os investigadores do Autónoma TechLab continuaram a colaborar no Projeto *Petições Coloniais: Comunicação Política E Representação Social No Império Português (1736-1807)*, com o desenvolvimento da infraestrutura, a criação de uma aplicação Web *user-friendly* e a gestão de dados retirados de documentos históricos sobre as petições coloniais (os dados estão a ser carregados num servidor contendo uma base de dados relacional no PostgreSQL). No âmbito deste Projeto realizou-se uma conferência nacional (UAL, out. 2022).

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social (Diretor: Prof. Arlindo Alegre Donário)

Para o período em apreço, os investigadores do CARS deram continuidade aos trabalhos e Atividades que I&D no âmbito da linha de investigação *Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito*. Os investigadores do CARS participaram em distintos eventos científicos nacionais e no estrangeiro, entre eles, o XXXVII Annual Meeting de AEDEM - Academia Europea de Dirección y Economía de Empresa (Vigo); o ENHR - European Network for Housing Research 2023 Conference (Lodz); o XXXVI Congresso da ASEPELT – Associação Internacional de Economia Aplicada (Évora). Os investigadores publicaram, na sua área de intervenção, artigos em revistas internacionais em distintas revistas científicas nacionais e internacionais, entre outras na revista *Brazilian Journal of Business*. Participaram com comunicação em diversos eventos científicos nacionais e no estrangeiro. Os investigadores do CARS organizaram na UAL conferências com convidados de referências sobre temas da sua área de investigação: *Modelos de equações estruturais em estudos científicos; Economia portuguesa: a estrutura e a conjuntura; Economia social e solidária, a sua contribuição como modelo alternativo de desenvolvimento sustentável; Tendências geopolíticas e geoeconómicas de um mundo em mudança*. De salientar a assinatura do Protocolo entre a Universidade Autónoma de Lisboa e a Universidade da Extremadura (UnEX), no âmbito colaboração conjunta, tendo aquele como finalidade promover a cooperação entre as duas Instituições com o fim de realizar atividades de índole académica, científica, de investigação, técnica e cultural em áreas de interesse e intervenção comum às duas instituições. Neste contexto, realizou-se na UAL o *Encontro Estratégico - Oportunidades e Parcerias*.

CICEE - Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais (Diretor: Prof. Mário Santos)

Para o período em apreço, a equipa do CICEE, nas várias áreas de intervenção prosseguiu com as Atividades de I&D inerentes aos Projetos que tem vindo a desenvolver, em sinergia com as Instituições parceiras. Para aquele período há a destacar que, no âmbito do desenvolvimento das 10 Linhas de Investigação, com Projetos, em curso, resultou a publicação de um total de 48 artigos publicados, sendo que na sua quase totalidade se encontram em revistas internacionais com indexação na SCOPUS. A equipa do CICEE organizou 3 conferências na UAL. A realização do ciclo de seminários de investigação do CICEE continuou aberto a

investigadores de outras instituições, tendo sido realizados um total de 10 seminários. A revista ERBE continuou a publicação dos seus números, disponíveis em acesso aberto. Quanto à Revista, há que evidenciar a conclusão com sucesso do processo de implementação da plataforma “ScholarOne” de gestão do *workflow* de submissão, revisão, aceitação e publicação de artigos, ativada pela Clarivate, no website da ERBE., etapa e objetivo que se aguardava dada a sua importância, quer para o Centro, como para a UA e para a Investigação. Foi atribuído o Prémio Albino Maria do artigo pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior, a uma investigadora do CICEE por um artigo em coautoria: “O Impacto das Práticas de Gestão de Recursos Humanos e as suas consequências no Desempenho Organizacional em Centros de Fitness. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, 13(1), 76-101.”.

NIP@COM - Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas Digitais (Coordenador: Prof. Bruno Reis)

Para o período em apreço, o trabalho desenvolvido, em sinergia por parte dos investigadores do NIPCOM versou ao redor de questões de educação mediática para a cidadania. As publicações decorrentes da investigação produzida pelo coletivo no NIP@COM respeitantes ao ano letivo passado somam: 1 livro com edição nacional; 4 capítulos de livro com edição internacional, e 2 publicações em atas de congressos internacionais. No que diz respeito à divulgação de resultados do Projeto em eventos científicos, registaram-se 4 comunicações científicas internacionais com revisão por pares. Destaque-se o site do Projeto PICCLE, idealizado e materializado pelos membros do NIP@COM, que contém recursos permanentes que visam contribuir para capacitar a cidadania para uma literacia dos media. De referir que a coordenação do NIP@COM levou a cabo o processo de pareceria com o LABCOM, tendo em vista, entre outros, o desenvolvimento de Projetos pesquisa em conformidade com as linhas de investigação do respetivo Centro. Da sinergia criada resultou um convénio de colaboração entre a UAL e o LABCOM, para a elaboração de Projetos em sintonia com as linhas de estudo dos alunos de Doutoramento.

Obs.: Dada a impossibilidade de neste espaço descrever de forma exaustiva as Atividades científicas desenvolvidas por cada Centro de Investigação, a informação apresenta-se de forma compacta.

Lisboa, 30 de novembro de 2023

Divisão de Apoio à Investigação.

Anexo 5 – Relatório de Atividades do Conselho Científico

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Ana letivo 2022/2023

I – INTRODUÇÃO

O presente relatório corresponde ao período de 28 de setembro de 2022 a 12 de julho de 2023, após a nova eleição para os membros do Conselho Científico em final de junho de 2022 e a eleição para Presidente do Conselho Científico a 19 de julho de 2022.

As reuniões seguiram a agenda aprovada a 28 de setembro de 2023 com exceção das duas últimas reuniões que foram reagendadas por motivos de agenda do Presidente do Conselho Científico e por existir a expectativa de alterações legislativas no quadro do ensino superior universitário, em especial quanto ao setor privado e cooperativo, o que até ao momento não foram publicadas.

As atividades elencadas *infra* representam um resumo do que foi desenvolvido, debatido e deliberado em sede de Conselho Científico, cujo conteúdo pormenorizado se encontra expresso nas atas de cada reunião.

II – ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

Os objetivos deste relatório são a divulgação de atividades que o Conselho Científico realizou durante o período em apreço, nomeadamente as reuniões realizadas, deliberações tomadas, assiduidade dos(as) conselheiros(a), temas e regulamentos discutidos ao longo das 10 reuniões realizadas no ano letivo 2022/2023.

Estes objetivos enquadram-se no cumprimento das orientações definidas pelos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa.

Quadro I - Convocatórias

CONVOCATÓRIA N.º	DATA	ASSUNTOS
120/2022	23/09/22	<ul style="list-style-type: none"> • Calendarização das reuniões do Conselho Científico para o ano letivo de 2022/2023; • Admissão à edição 2022-2023 do curso de doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, ao abrigo da alínea <i>b</i>) do artigo 30º do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL; • Aprovação de júris de provas públicas • Nomeação ou substituição de orientadores de teses de doutoramento; • Proposta de constituição do júri das provas de Agregação em Relações Internacionais do Professor Doutor Mário João Coutinho dos Santos; • Pronunciar-se sobre as condições de um ciclo de estudos de doutoramento em Direito e aprovação do respetivo plano (art.º 22.º, n.º 1, alínea <i>d</i>) dos Estatutos); • Apreciação de propostas de cursos não conferentes de grau apresentados pela <i>Autónoma Academy</i>; • Apreciação e retificação de Ata das provas públicas para a defesa da Dissertação de Fernanda do Valle Gimenez; • Outros assuntos e informações.
121/2022	17/10/22	<ul style="list-style-type: none"> • Admissão à edição 2022-2023 do curso de doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, ao abrigo da alínea <i>b</i>) do artigo 30º do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL; • Aprovação de júris de provas públicas; • Alteração de título de dissertações e de teses de doutoramento; • Aprovação do júri de creditação do Departamento de Engenharias e de Ciências da Computação; • Delegação de Competências nas Comissões Científicas dos Departamentos; • Outros assuntos e informações.
122/2021	14/11/22	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação de propostas de cursos não conferentes de grau apresentados pela <i>Autónoma Academy</i>; • Admissão à edição 2022-2023 do curso de doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, ao abrigo da alínea <i>b</i>) do artigo 30º do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL; • Nomeação ou substituição de orientadores de teses de doutoramento; • Aprovação de júris de provas públicas; • Deliberação sobre a distribuição do serviço docente; • Outros assuntos e informações.
123/2022	19/12/22	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de júris de provas públicas; • Outros assuntos e informações.
124/2023	23/01/23	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de júris de provas públicas; • Aprovação de projetos de tese de doutoramento; • Reapreciação do curso não conferente de grau apresentado pela <i>Autónoma Academy – Pós-Graduação em Direitos das Crianças e Jovens – Uma Visão Interdisciplinar Renovada</i>; • Doutoramentos e centros de investigação • Outros assuntos e informações.
125/2023	17/02/23	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de júris de provas públicas • Outros assuntos e informações



CONVOCATÓRIA N.º	DATA	ASSUNTOS
126/2023	20/03/23	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação de júris de provas públicas• Propostas de júris para o Concurso de Promoção à Categoria de Professor Associado do Doutor Frédéric Jean-Vidal e Doutora Sandra Cristina Antunes Ribeiro, nos termos do art.º 22, n.º 1, alínea l) dos Estatutos da UAL;• Outros assuntos e informações
127/2023	24/04/23	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação de projetos de tese de doutoramento;• Aprovação de júris de provas públicas;• Substituição da Professora Doutora Sandra Bernardo Gonçalves de acordo, com o disposto no n.º 2, do artigo 3.º do Regimento do Conselho Científico;• Outros assuntos e informações.
128/2023	01/06/23	<ul style="list-style-type: none">• Admissão ao Curso de Doutoramento em Arquitetura do Licenciado Ricardo Neves de Aboim Inglês, nos termos do artigo 30.º, nºs 1, alínea b) e 2 do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL;• Apreciação e deliberação do Projeto de Regulamento de Estágios Profissionais de Mestrado do Departamento de História, Artes e Humanidades; e• Outros assuntos e informações.
129/2023	12/07/2023	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação de projetos de tese de doutoramento;• Nomeação ou substituição de orientadores de teses de doutoramento; e• Outros assuntos e informações

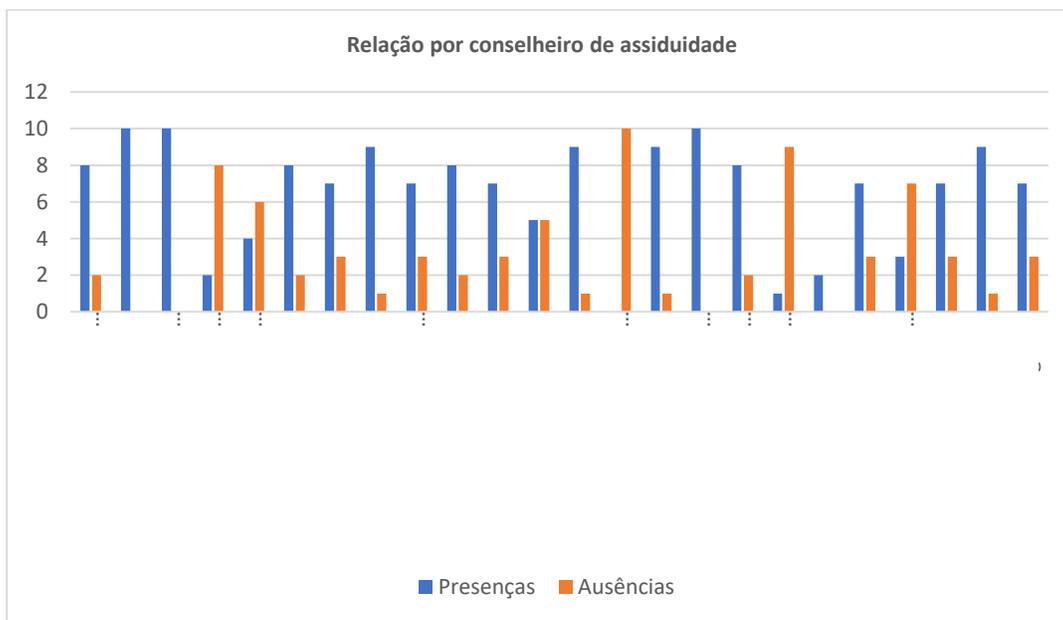
Quadro II - Presenças e Ausências dos Membros às Reuniões do Conselho Científico

Conselheiro(a)	28 de setembro de 2022 a 12 de julho de 2023										Totais
	28/09/22	19/10/22	17/11/22	21/12/22	26/01/23	23/02/23	23/03/23	27/04/23	01/06/23	12/07/23	P
	P	P	P		P		P	P	P	P	8
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	10
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	10
					P					P	2
	P		P	P	P						4
	P	P	P	P	P	P		P		P	8
	P		P		P		P	P	P	P	7
	P	P	P	P	P	P	P	P	P		9
	P	P	P		P		P	P		P	7
	P	P	P	P		P	P		P	P	8
	P	P		P	P		P	P	P		7
	P	P		P	P		P				5
	P	P	P	P	P	P	P	P		P	9
											0
	P	P	P	P	P	P	P	P	P		9
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	10
	P	P		P	P	P	P	P		P	8
	P										1
									P	P	2
	P		P		P	P	P	P	P		7
			P	P	P						3
		P	P	P		P	P	P	P		7
		P	P	P	P	P	P	P	P	P	9
	P	P	P		P	P	P		P		7
Totais P	18	16	17	15	19	13	17	15	14	13	157
	Média de presenças		16								

* A Docente Sandra Bernardo Gonçalves foi substituída pelo Docente Renato Costa Leite, de acordo com o disposto no nº 2, artº 3º do Regimento do Conselho Científico

Quadro III - Relação por conselheiro de assiduidade

Nome Conselheiro	Presenças	Ausências
	8	2
	10	0
	10	0
	2	8
	4	6
	8	2
	7	3
	9	1
	7	3
	8	2
	7	3
	5	5
	9	1
	0	10
	9	1
	10	0
	8	2
	1	9
	2	0
	7	3
	3	7
	7	3
	9	1
	7	3



⁸ Substituída pelo Docente Renato Costa Leite, de acordo com o disposto no nº 2, artigo 3º do Regimento do CC.

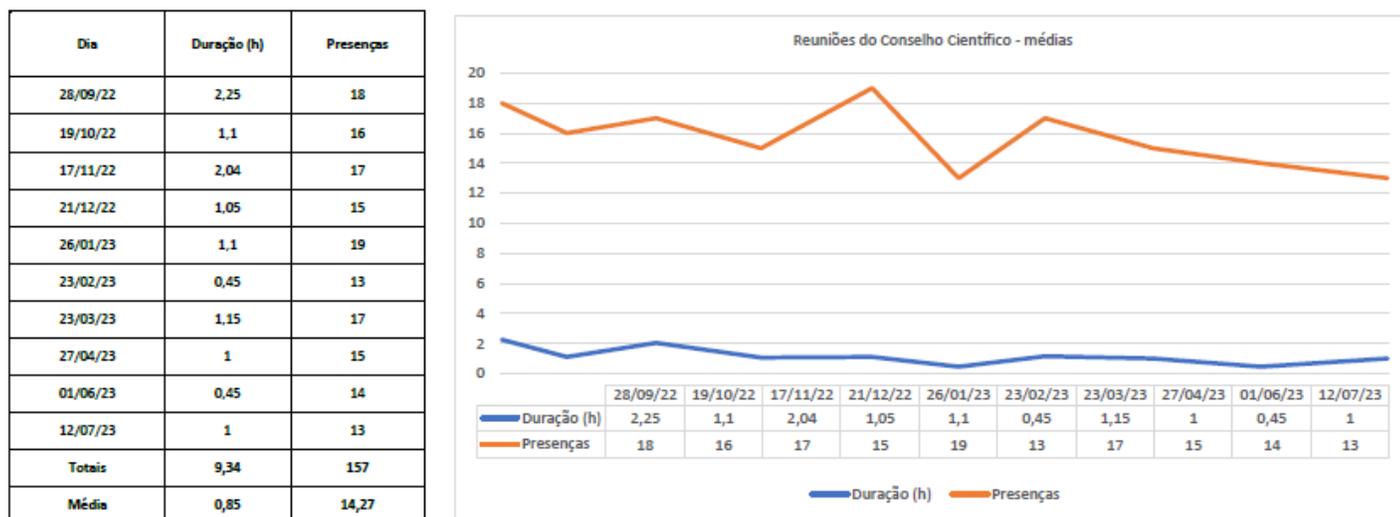
Quadro IV - Convidados às reuniões do Conselho Científico

Data: Reuniões	DHAH (1)	DP (2)	DECC (3)	DA (4)
19 out 2022	1	1	1	
17 nov 2022	1	1		
21 dez 2022	1	1	1	
26 jan 2023	1	1		
23 fev 2023	1	1		
23 mar 2023		1		
27 abr 2023	1			
01 jun 2023	1			
12 jul 2023	1	1		
Total de presenças	8	7	2	0

- (1) DHAH - Frédéric Jean-Marc Vidal
 (2) DP - Maria Odete dos Santos Nunes
 (3) DECC - Mário Pedro Guerreiro Marques Da Silva
 (4) DA - Ricardo Manuel Pereira Finuras de Carvalho

Quadro V - Reuniões do Conselho Científico - médias

Quadro V - Reuniões do Conselho Científico - médias



III. Conclusões

As reuniões decorreram com toda a cordialidade e com debate sobre os vários temas que foram submetidos a deliberação ou que foram colocados em debate pelo presidente ou por algum/a dos/as Conselheiros/as presentes.

Verifica-se que há um grupo de Conselheiros e Conselheiras que tiveram uma participação superior a 80% das reuniões, sendo que outros Conselheiros/as têm uma presença em número menor devido às atividades letivas e de I&D em que se encontram envolvidos quer a nível nacional quer a nível internacional.

Ter-se-á de, num futuro próximo, encontrar uma solução de modo que os membros do Conselho Científico não tenham atividades letivas no dia e hora da reunião para que seja garantida uma maior assiduidade.

No ano letivo 2022/2023 não foi possível convidar os diretores dos vários Centros de I&D da Universidade Autónoma de Lisboa para apresentarem ao Conselho Científico as atividades desenvolvidas e em curso, desiderato que, no próximo ano letivo, a partir de janeiro de 2024, se pretende implementar, a par de outras iniciativas intrínsecas às competências legais do órgão.

Aproveito para agradecer a participação de todos os membros do Conselho Científico durante as reuniões de trabalho realizadas ao longo do último ano letivo, o apoio prestado pela Professora Doutora Filipa Ramalhete, no exercício de Secretária do Conselho Científico, e o apoio sempre presente e a organização da Dra. Helena Silva, no âmbito do Secretariado do Conselho Científico.

Lisboa (UAL), 15 de novembro de 2023.

O Presidente do Conselho Científico,
Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Anexo 6 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico

Relatório de atividades do Conselho Pedagógico ano letivo 2022/2023

1- Caracterização do Conselho Pedagógico

A composição do Conselho Pedagógico não sofreu alterações no decorrer do ano letivo 2022/2023. O quadro seguinte espelha a sua composição:

Departamento	Ciclo	Docente Eleito	Estudante Eleito
Arquitetura	Mestrado Integrado Arquitetura	Egas Vieira	Gabriela Horta
	Doutoramento Arquitetura	Marta Carneiro	a eleger
Ciências da Comunicação	Licenciatura Ciências da Comunicação	Paula Lopes	Margarida Sousa
	Mestrado Comunicação Aplicada	Luís Lima	Ana Sofia Marques
	Doutoramento Media e Sociedade...	Bruno Reis	Rita Simões
C. Económicas e Empresariais	Licenciatura Admist. Unidades Saúde	Ana Quaresma	Cláudia Costa
	Licenciatura Economia	Sandra Ribeiro	Luís Tavares
	Licenciatura Gestão	Sérgio Pontes	Diogo Oliveira
	Licenciatura Gestão do Desporto	Vera Pedragosa	Rafael Costa
	Mestrado em Gestão	Joaquín Quiroz	Luís Novo
Direito	Licenciatura Direito	Alex Sander Pires	Bárbara Henriques
	Mestrado Direito, C. Jurídico-Policiais	Stela Barbas	
Engenharias e Ciências da Computação	Licenciatura Eng ^a Informática	Mário M. da Silva	Luís Finuras
	Licenciatura Eng ^a Elet. Telecomunicações	Gonçalo Matias	Nádia Rocha
	Licenciatura Informática de Gestão	António Cabeças	Joana Graça
	Mestrado Eng ^a Inf. e Telecomunicações	Isabel Alvarez	Inês Almeida
História, Artes e Humanidades	Licenciatura	Isabel Homem	Gonçalo Murta
	Mestrado História e Patrimónios	Luísa Jacquinet	Patrícia Luís Silva
	Doutoramento em História	Adolfo Martins	Carlos Ventura
Psicologia	Licenciatura Psicologia	Tito Laneiro	Rogério Figueira
	Mestrado Psicologia Clínica e de Aconselham.	João Hipólito	Ema Sarmento
Relações Internacionais	Licenciatura Relações Internacionais	Nancy Gomes	Sarah Carlos
	Mestrado Relações Internacionais	Luisa Godinho	Diana Skochylas
	Doutoramento RI: Geopolítica e Geoeconomia	Filipe Romão	Alexandre Patrício

2- Atividades Desenvolvidas pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo 2022/2023

O Conselho Pedagógico esteve envolvido em atividades correntes, atividades especiais e reuniões, abaixo identificadas:



- **Atividades Correntes:**

- ✓ Ratificação do horário e calendário de exames do 1º semestre do ano letivo de 2022/2023;
- ✓ Ratificação do horário e calendário de exames do 2º semestre do ano letivo de 2022/2023;
- ✓ Ratificação do Calendário Escolar do ano letivo 2023/2024;
- ✓ Emissão de declarações de representação do Presidente do Conselho Pedagógico em júris de nomeação a Professor Associado e Professor Catedrático dando cumprimento o disposto no nº 4 (alínea b) e nº 5 do Artigo 20º do Regulamento 301/2022 (Estatuto da Carreira Docente da UAL). Foram emitidas 6 declarações de promoção a Professor Associado (Professores/as Frédéric Vidal, Telmo Pereira, Sandra Ribeiro, Alex Pires e Daniel Cardoso) e 1 declaração para promoção a Professor Catedrático (Professora Rute Brites);

- **Atividades Especiais:**

- ✓ Análise e revisão do Inquérito Pedagógico a Estudantes em estreita colaboração com o Gabinete de Qualidade. O questionário proposto encontra-se neste ano letivo em fase de conclusão sendo a sua aprovação prevista para o início do ano letivo 2023/2024 de forma que os inquéritos aplicados relativos ao 1º semestre 23/24 já sejam aplicados com o novo layout;
- ✓ Foi aprovado em assembleia geral de junho (última efetuada no ano letivo em análise) a obrigatoriedade de o Conselho Pedagógico apresentar aos seus membros o Plano de Atividades para cada ano letivo sendo a sua aprovação feita na 1ª assembleia geral realizada em cada ano letivo e a sua análise e discussão sobre o seu cumprimento na última reunião de cada ano letivo;
- ✓ Foi iniciado pelo Conselho Pedagógico a análise, de uma forma global, dos Inquéritos Pedagógicos a Estudantes tendo em vista a compreensão das práticas pedagógicas e deteção de eventuais necessidades de intervenção deste órgão nas matérias do âmbito das suas competências;
- ✓ Participação na Auditoria Interna ao Sistema de Qualidade da UAL realizada em 5 e 6 de junho de 2023;
- ✓ Diligências, no âmbito das competências do Conselho Pedagógico, e em articulação com a Administração Escolar, relativas a queixas apresentadas por várias estudantes da licenciatura em Ciências da Comunicação e por uma estudante da licenciatura em Direito

- **Assembleias /Reuniões**

No período a que se refere o presente documento foram realizadas, em regime remoto, com recurso à plataforma Colibri/ZOOM as seguintes **assembleias plenárias** do órgão:

- ✓ **10 de novembro, 2022, às 16h30 – assembleia geral extraordinária**

Agenda:

Ponto único - Ratificação do parecer emitido a respeito do Plano de Curso de Doutoramento em Direito.

Esta assembleia não foi realizada por falta de quórum tendo sido o ponto único da sua agenda discutido e aprovado na assembleia geral de 25 de novembro de 2022,

- ✓ **25 de novembro, 2022, às 14h00 – assembleia geral ordinária**

Agenda:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Ratificação da pronúncia emitida em relação à criação do novo Curso de Doutoramento em Direito;

3. Apresentação da proposta de revisão dos Estatutos da UAL;
4. Discussão da proposta de revisão do Regimento do Conselho Pedagógico;
5. Apreciação da intenção de alteração dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes;
6. Outros assuntos.

De notar que todos os assuntos colocados à votação foram aprovados.

✓ **8 de fevereiro, 2023, pelas 15h00 – assembleia geral ordinária**

Agenda:

1. Aprovação da ata da reunião de 22 de junho de 2022;
2. Aprovação da ata da reunião anterior;
3. Ratificação do horário e do calendário de exames do 1.º semestre do ano letivo de 2022/2023;
4. Discussão da proposta de revisão dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes;
5. Outros assuntos.

Todos os pontos à votação foram aprovados.

✓ **2 de maio, às 16h30 – assembleia geral extraordinária**

Agenda:

Ponto único: Aprovação do projeto de Regulamento de Estágios Profissionais de Mestrado do Departamento de História, Artes e Humanidades.

O ponto foi aprovado sendo o parecer emitido pelo Conselho Pedagógico favorável

✓ **27 de julho de 2023, às 15h30 – assembleia geral ordinária**

Agenda:

1. Aprovação das atas da reunião ordinária de 8 de fevereiro de 2023 e extraordinária de 2 de maio de 2023;
2. Ratificação do calendário de exames do 2º semestre do ano letivo de 2022/2023 e do calendário escolar do ano letivo de 2023/2024;
3. Aprovação da proposta de revisão dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes;
4. Outros assuntos.

Todos os pontos à votação foram aprovados.

Durante o ano letivo em análise foram efetuadas várias **reuniões** (de carácter administrativo) entre as responsáveis do Conselho Pedagógico, e das mesmas com:

- ✓ Grupo de Trabalho constituído para a revisão do Regimento do Conselho Pedagógico;
- ✓ Gabinete de Qualidade no âmbito da revisão dos Inquéritos Pedagógicos e sobre assuntos deste órgão com o projeto do Sistema de Qualidade da UAL;
- ✓ Administração Escolar para a análise da proposta do novo calendário escolar para o ano letivo 23/24

3- Análise das Atividades Desenvolvidas pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo 2022/2023 proposto no Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico 2022/2023

No relatório de atividades do Conselho Pedagógico do ano letivo 21/22, enviado ao Magnífico Senhor Reitor na devida altura, foram mencionadas as atividades planeadas até o final do mandato do referido órgão.

O Quadro I menciona as que foram concluídas, as que se encontram em curso e as que ainda não foram iniciadas.

Destacamos que a “Revisão dos Estatutos da Universidade Autónoma no que respeita ao Conselho Pedagógico” foi concluída, tendo sido constituído uma Comissão de Trabalho para esse fim, no entanto, a aprovação dos referidos estatutos é da competência da C.E.U. e desta forma a “Revisão e alteração do Regimento do Conselho Pedagógico”, em análise pelo referido Grupo de Trabalho, encontra-se dependente da referida aprovação.

Quadro I - Análise das Atividades Desenvolvidas pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo 2022/2023 proposto no Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico 2022/2023

ATIVIDADE	DATA PREVISTA PARA A CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES	STATUS
Revisão dos Estatutos da Universidade Autónoma no que respeita ao Conselho Pedagógico	Novembro de 2022	Criação de uma Comissão de Trabalho	Concluído
Revisão do Inquérito Pedagógico de Satisfação a Estudantes	Janeiro de 2023	Envolvimento dos Diretores de Departamento, Membros do Conselho pedagógico e em estreita colaboração com o Departamento de Qualidade	Em curso
Atualização do sitio do Conselho Pedagógico no site da UAL	Janeiro de 2023	Identificaram-se oportunidades de melhoria face à atualização e exposição dos conteúdos do Conselho Pedagógico na sua página no site da UAL	Em curso
Revisão e alteração do Regimento do Conselho Pedagógico	Fevereiro de 2023	Criação de uma Comissão de Trabalho	Em curso
Criação de um Plano de Atividades Anual do Conselho Pedagógico	Fevereiro de 2023	Formalização da existência de um Plano de Atividades a apresentar aos Membros (discutido e analisado no final de cada ano lectivo a que se refere)	Concluído
Criação de um Inquérito Pedagógico de Satisfação a Estudantes destinado a doutorandos	Julho de 2023	Estrutura de inquerito a apresentar aos Membros levando em consideração as especificidades deste ciclo de estudos e integrando questões dirigidas ao ensino a distância	Não iniciado
Conceção de um Código ético de conduta académica	Ano 2024	A desenvolver com a colaboração dos vários órgãos e departamentos da Universidade com especial ênfase no Departamento da Qualidade	Não Iniciado
Análise e Revisão do Regulamento Geral do Ensino a Distância	Ano 2024	Analisar o documento face à sua adaptação a eventuais cursos a serem ministrados a distância	Não iniciado
Análise e Revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos	Ano 2024	Envolvimento dos Diretores de Departamento e Membros do Conselho pedagógico para a revisão do RGAC nomeadamente no que respeita à uniformização dos procedimentos de avaliação (respeitando a autonomia pedagógica dos docentes) e períodos de avaliação.	Em curso
Conceção do Projeto Pedagógico da UAL	Ano 2024	A desenvolver em articulação com os diversos departamentos e demais órgãos de governo da UAL	Não iniciado

4- Plano de Atividades a Desenvolver pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo 2023/2024

Para além de todas as atividades resultantes das competências atribuídas a este órgão, conforme o descrito no art.º 25 dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, e do art.º 4 do seu Regimento, bem como as reuniões obrigatórias, e eventuais extraordinárias, referidas no art.º 26 dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, e do art.º 10 do seu Regimento, é intenção da atual Presidência iniciar e desenvolver durante o próximo ano letivo as seguintes atividades programadas, integradas no Plano de Atividades do Conselho Pedagógico (ver quadro II), e um conjunto de intenções a desenvolver pelo referido órgão (ver Quadro III).

Salientamos que o Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para cada ano letivo, e que carece da aprovação dos membros, apenas integra as atividades programadas para que a validação dos objetivos estabelecidos possa ser devidamente avaliada e justificada no final de cada ano letivo.

Quadro II- Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para o ano letivo 2023/2024

 PLANO DE ATIVIDADES DO CONSELHO PEDAGÓGICO - ANO LETIVO 2023/2024	
PROPOSTA/ ATIVIDADES PROGRAMADAS	DESCRIÇÃO
INQUERITO SATISFAÇÃO A ESTUDANTES	Aprovação do novo layout do Inquérito de Satisfação a Estudantes. Este inquerito, após a sua aprovação (prevista na AG de Novembro de 2023), será colocado em execução nos inquéritos referentes ao 1º semestre de 23/24.
ANÁLISE E REVISÃO DO RGAC	O CP, órgão responsável pela revisão e aprovação do RGAC, irá analisar a necessidade de revisão/alteração do documento. De notar que está em curso o processo de avaliação institucional (novembro 2023) e que até ao termino deste processo não será feita qualquer alteração no documento mas este facto não invalida o inici da sua revisão por este orhção. De acrescentar que já foi ascultado o Magnífico Senhor Reitor sobre esta intenção tendo manifestado a sua concordância. O RGAC revisto pelo CP terá de ser homologado pelo Magnífico Senhor Reitor.
ELABORAÇÃO MANUAL ACOLHIMENTO A NOVOS ALUNOS	A elaboração de um "pequeno" manual (formato físico ou online) que reuna as principais informações para o acolhimento de alunos não obstante não dispensar a consulta das informações disponíveis do site institucional e no NetPa e E.Learning.
RESPOSTA ÀS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DA AUDITORIA INTERNA REALIZADA EM JULHO DE 2023	Uma das recomendações do Auditor Interno dirigidas ao CP foi o maior envolvimento dos estudantes na investigação. As recomendações gerais resultantes da referida Auditoria estão a ser analisadas de forma conjunta, nas matérias que envolvem vários participantes e áreas, para culmatar as falhas e sugestões de melhoria detetadas na Auditoria Interna.
ATIVIDADES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO	Aprovação dos calendários e horários de exames do 1º e 2º semestre do ano lectivo 23/24. Aprovação do Calendário Escolar do ano letivo 2024/2025

Quadro III- Intenções do Conselho Pedagógico para o ano letivo 2023/2024

ATIVIDADE/INTENÇÃO	DATA PREVISTA PARA A CONCLUSÃO	OBSERVAÇÕES
Revisão do Inquérito Pedagógico de Satisfação a Estudantes	Dezembro de 2023	Envolvimento dos Diretores de Departamento, Membros do Conselho pedagógico e em estreita colaboração com o Departamento de Qualidade
Atualização do sitio do Conselho Pedagógico no site da UAL	Maio de 2024	Identificaram-se oportunidades de melhoria face à atualização e exposição dos conteúdos do Conselho Pedagógico na sua página no site da UAL
Revisão e alteração do Regimento do Conselho Pedagógico	Junho de 2024	A Comissão de Trabalho criada continuará a analisar o Regimento sendo que a sua aprovação depende da proposta, apresentada por este órgão, para a alteração dos Estatutos da UAL
Resposta às recomendações da Auditoria Interna efetuada nos dias 5 e 6 de 2023	Julho de 2024	Este ponto levará ao trabalho conjunto entre a Reitoria, o Conselho Científico e sempre que justificar a Administração Escolar e Direções de Departamentos
Análise e Revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos	Julho de 2024	Envolvimento dos Diretores de Departamento e Membros do Conselho pedagógico para a revisão do RGAC nomeadamente no que respeita à uniformização dos procedimentos de avaliação (respeitando a autonomia pedagógica dos docentes) e períodos de avaliação.
Contributo para a revisão do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos	Ano 2024	Coadjuvar o Conselho Científico na revisão do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos.
Criação de um Inquérito Pedagógico de Satisfação a Estudantes destinado a doutorandos	Ano 2024	Estrutura de inquerito a apresentar aos Membros levando em consideração as especificidades deste ciclo de estudos e integrando questões dirigidas ao ensino a distância
Conceção de um Código ético de conduta académica	Ano 2024	A desenvolver com a colaboração dos vários órgãos e departamentos da Universidade com especial ênfase no Departamento da Qualidade
Análise e Revisão do Regulamento Geral do Ensino a Distância	Ano 2024	Analisar o documento face à sua adaptação a eventuais cursos a serem ministrados a distância
Conceção do Projeto Pedagógico da UAL	Ano 2024	A desenvolver em articulação com os diversos departamentos e demais órgãos de governo da UAL

Em suma, no ano letivo 2022/2023, no referente à atividade do Conselho Pedagógico, decorreu dentro do que lhe é exigido comprometendo-nos a dar o nosso melhor para fazer mais e melhor, de forma a gratificar a confiança em nós depositada.

Lisboa, 28 de novembro de 2023

Professora Doutora Ana Quaresma

(Presidente do Conselho Pedagógico e Presidente da 1ª Secção do Conselho Pedagógico)

Professora Doutora Maria Luísa Jacquet

(Presidente da 2ª Secção do Conselho Pedagógico)

Anexo 7 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau em 2022/2023

Situação dos Cursos Conferentes de Grau junto da A3ES

Durante o próximo ano 2024/2025 decorrerão os processos de renovação e acreditação dos seguintes cursos:

Departamento de Direito – Licenciatura em Direito e Mestrado em Direito

Departamento de Arquitetura - Mestrado Integrado em Arquitetura

Departamento de Ciências da Comunicação – Licenciatura em Ciências da Comunicação, Mestrado em Comunicação Aplicada e Doutoramento em Media e Sociedade no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Departamento de Engenharias e Ciências da Computação – Licenciatura em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações, Licenciatura em Engenharia Informática, Licenciatura em Informática de Gestão e Mestrado em Engenharia informática de Telecomunicações

Departamento de Ciências Económicas e Empresariais - Licenciatura em Gestão, Gestão do Deporto, Economia, e Mestrado em Gestão de Empresas

Departamento de História – Licenciatura em História, Mestrado em História e Patrimónios e Doutoramento em História

Departamento de Psicologia – Licenciatura em Psicologia e Mestrados em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

Departamento em Relações Internacionais – Licenciatura em Relações Internacionais, Mestrado em Relações Internacionais e Doutoramento em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia

Quadro I - Processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento – Situação atual em 7 de Dez. 2023

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Direito	1º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Acreditar por 3 anos a partir de 31 de Julho de 2019		Entrega de Relatório de Follow-Up (em Fevereiro 2023) Acreditação por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Direito	2º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Acreditar por 1 ano a partir de 31 de Julho de 2019	Entrega de Relatório de Follow-Up (em janeiro 2021)	Entrega de Relatório de Follow-Up (em janeiro 2023) Acreditação por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Direito	3º Ciclo	26 e 27 de Junho de 2019	Entregue em 18 de Novembro de 2019	Apresentada pronúncia em 5 de Dezembro de 2019	Não Acreditar	-----	-----	

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Informática de Gestão	1º Ciclo	3 e 4 de Outubro de 2019	Entregue em 21 de Fevereiro 2020	Apresentada pronúncia em 12 de Março de 2020	Acreditar por 1 ano a partir de 31 de Julho de 2019	Entrega de Relatório de Follow-Up (em junho 2021)	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019	
Engenharia Informática	1º Ciclo	3 e 4 de Outubro de 2019	Entregue em 21 de Fevereiro 2020	Apresentada pronúncia em 12 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Psicologia	1º Ciclo	13 e 14 Novembro	Entregue em 19 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 30 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2º Ciclo	13 e 14 Novembro	Entregue em 19 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 30 de Março de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
História	1º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 8 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
História, Arqueologia e Património	2º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Apresentada pronúncia em 8 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho 2019			
História	3º Ciclo	26 e 27 Novembro	Entregue em 24 de Março 2020	Não apresentou pronúncia	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Ciências da Comunicação	1º Ciclo	9 e 10 de Dezembro	Entregue em 6 de Abril 2020	Apresentada pronúncia em 20 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Comunicação Aplicada	2º Ciclo	9 e 10 de Dezembro	Entregue em 6 de Abril 2020	Apresentada pronúncia em 22 de Abril de 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Relações Internacionais	1º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de Novembro de 2020	Não foi apresentada pronúncia. Comunicação à A3ES em 20 de Novembro 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Relações Internacionais	2º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de Novembro de 2020	Apresentada pronuncia em 20 de Novembro 2020	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	2º Ciclo	10 e 11 de Dezembro	Entregue em 4 de novembro de 2020	Apresentada pronuncia em 25 de Novembro 2020	Não Acreditar			
Gestão	1º Ciclo	4,5 e 7 Dez 2022. Visitas realizadas por Zoom.	A CAE solicitou informação adicional que foi remetida em 24 de Janeiro	-----	Acreditar por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2019			

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Gestão de Empresas	2º Ciclo	4,5 e 7 Dez 2022 Visitas realizadas por Zoom	A CAE solicitou informação adicional que foi remetida em 24 de Janeiro	-----	Acreditar com condições por 3 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Arquitetura	Mestrado Integrado	22 de Fevereiro	CAE solicitou informação adicional antes da visita, envi. em 18 e 22/Fev e após reuniões 7/3/2022	Apresentada pronuncia em 14 de junho 2022	Acreditar com condições por 3 anos a partir de 31 de Julho de 2019			
Economia	1º ciclo	14 e 15 de Março 2022 Visitas realizadas por Zoom	A CAE solicitou informação adicional antes da visita – remetida em 2 de março 2022	Apresentada pronuncia em 14 de maio 2022	Acreditar com condições por 3 anos a partir de 31 de Julho de 2020			

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Engenharia Eletrónica e Telecomunicações	1º ciclo	Processo PERA 4 de março de 2021	A CAE solicitou informação adicional em 3 Fevereiro 2022	-----	Acreditar por 4 anos a partir de 31 de Julho de 2021			
Gestão do Desporto	1º ciclo	Processo PERA 22 de Dez 2021	Pedido correção guião (14 de julho 22)	-----	Acreditar por 3 anos a partir de 31 de Julho 2022			
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	3º ciclo	Processo PERA 4 de Março 2021	-----	-----	Acreditar por 4 anos a partir de 31 de Julho de 2020			
Engenharia Informática e Telecomunicações	2º ciclo	Processo PERA 15 de Dez 2022	Em apreciação liminar	Apresentação de correção ao pedido em 13 de abril de 2023	Acreditar por um período de 2 anos a partir de 31 de Julho de 2023	-----		

Cursos	Ciclos de Estudos	Visitas das CAE	Relatórios preliminares	Pronúncias	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Media e Sociedade no contexto da CPLP	3º ciclo	Curso submetido 15/10/18	-----	-----	-----	-----	-----	

Quadro II – Submissão de Cursos Novos - 2021 e 2022

Cursos	Ciclos de Estudos	Data da Submissão dos Processos	Estado		Decisão Conselho de Administração A3ES
Economia Empresarial	3º Ciclo	15 de Outubro 2021	6 de Dez 2021 decisão de “rejeitar liminarmente o pedido”	Apresentação de pronúncia em 21 de Dez 2021	Não aceitar pronúncia do RIES em 22 de Abril de 2022
Património, Tecnologia e Território (EaD)	3º Ciclo	23 de Novembro 2021	31 de março 2021 decisão de “rejeitar liminarmente o pedido”	Apresentação de pronúncia em 11 de abril de 2022	Decisão do CA à pronúncia em 22 de abril de 2022. Apresentação do guião corrigido em 5 de maio de 2022 Decisão CA acreditar 1 Ano com condições em 31 de Julho de 2022. Enviado Relatório Follow-up em 27 de Junho de 2022. Renovação de Acreditação por 6 anos a partir de 31 de Julho de 2022
Direito	3º Ciclo	16 de novembro de 2022	Em apreciação liminar	Decisão de Recusa liminar – Conselho de Administração em 24/02/2022. Apresentada pronúncia em 14/04/2022. Pronúncia à recusa liminar em 1/06/2022	Rejeitado liminarmente em 27 de Junho de 2023 após envio de Recurso para o Conselho de Revisão de Recurso.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2023

Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2022/2023

Gabinete da Qualidade

Relatório de Atividade - Ano Letivo 2022-2023

1. Introdução

As atividades do Gabinete da Qualidade, no ano letivo de 2022/23, estruturam-se em diversos eixos:

- Continuar o desenvolvimento documental do Sistema da Qualidade, em estreita colaboração com todas as áreas abrangidas pela documentação;
- Definir e aplicar indicadores operacionais, semestrais, para medir a realização da atividade "Preparação, aprovação e publicação das FUC", pelos Docentes;
- Alargar a capacidade de análise e atuação do CAQ – Conselho de Avaliação da Qualidade;
- Submeter a sistema documental da UAL a uma auditoria interna, realizada por um auditor externo, muito experiente no sector do Ensino Superior em Portugal;
- Aproximar as equipas da qualidade da UAL e da ESEFSM, tendo, nomeadamente, a participação de equipas observadores, nas auditorias da ESEFSM (interna e externa), e da UAL (auditoria interna);
- Melhorar a divulgação das atividades do Gabinete, nomeadamente através:
 - da Newsletter da Qualidade;
 - da página internet do Gabinete da Qualidade.
- De um modo geral, continuar a manter e a aprofundar o relacionamento do Gabinete da Qualidade com o CA-CEU, os órgãos de Governo da UAL, os Departamentos, e os diversos serviços centrais, a Associação Académica, e todos os Colaboradores.

2. Detalhe das atividades realizadas durante 2022/23

Neste relatório são apresentadas as diversas atividades do Gabinete da Qualidade, alinhadas com o Ciclo de Deming, ou ciclo PDCA: Plan, Do, Check, Act.

O detalhe das atividades realizadas foi o seguinte:

2.1. Plan

Setembro de 2022:	Implementação do Indicador de Qualidade "Preparação, aprovação e publicação das FUC" (de carácter semestral).
Setembro de 2022 a Junho de 2023:	Revisão de todo o sistema documental do SIGQ-UAL.
Novembro de 2022:	Apresentação e envio ao Conselho Pedagógico da proposta de revisão do Inquérito Pedagógico aos Estudantes;
Dezembro de 2022:	Realização do CAQ – Conselho de Avaliação da Qualidade n.º 08. De realça este CAQ teve participação alargada, com a presença de: <ul style="list-style-type: none"> - Assessoria Académica; - Coordenador Geral dos Serviços da CEU. Neste CAQ n.º 08 foi apresentado, debatido e aprovado o Planeamento da Qualidade para 2022/23. Ver uma análise mais detalhada desta atividade no ANEXO 5.1 deste Relat

2.2. Do

Setembro de 2022:	Participação do Gab. Qual. Como observador externo: - Na auditoria interna ao Sistema de Gestão da Qualidade da ESEFSM; - Na auditoria externa ao Sistema de Gestão da Qualidade da ESEFSM.
Setembro a Novembro 2022:	Apoio ao encerramento do processo de Avaliação de Desempenho de Docentes e Investigadores da UAL, bem como ao processo de homologação de resultados. Para a avaliação do Desempenho dos Docentes, foi usada a ferramenta @Doc Digitalis. Esta avaliação está baseada no Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes da Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões», publicado como Regulamento n.º 657/2021, no Diário da República, 2ª série, Parte E, de Julho de 2021.
Setembro de 2022 a Agosto de 2023:	Gestão do processo, apoio ao preenchimento e monitorização dos resultados. Relatórios de Unidade Curricular (RUC).
Setembro de 2022 a Agosto de 2023:	Participação do Gab. Qual. Nos trabalhos: - do CS11 – Comissão Sectorial n.º 11 – Educação e Formação, do IPQ; - e no seu GT3 – Grupo de Trabalho n.º 3 – Ensino Superior.
Janeiro de 2023:	Dinamização da página do Gab. Qual., na Intranet da UAL;
Fevereiro de 2023:	- Formação sobre a gestão das FUC ministrada pelo Gab. Qual. A elementos da equipa do NAD; - AINST 22: preparação da documentação solicitada no âmbito do Relatório de Autoavaliação e preparação dos registos académicos necessários.
Fevereiro e Junho de 2023:	Lançamentos das Newsletter da Qualidade N.º 05 e 06, que incluíram a divulgação dos resultados numéricos globais dos Inquéritos Pedagógicos à Comunidade Académica. As suas datas de lançamento, e os redatores dos seus editoriais, foram: - N.º 05 – Fev 2023: Editorial da Doutora Ana Quaresma, presidente do Conselho Pedagógico; - N.º 06 – Jun 2023: Editorial de Diogo Maltez Oliveira, Presidente da Associação Académica da UAL (AAUAL);
Março de 2023:	Criação do Relatório de Análise ao Inquérito aos Estudantes (de carácter semestral).
Maior de 2023:	Lançamento da página online do Gabinete da Qualidade da UAL.
Junho de 2023:	Participação do Gab. Qual. Na “Ação de Formação: Sensibilização de Seguros Contra Incêndios”.

2.3. Check

Janeiro de 2023:	Apoio à operacionalização do Inquérito aos Diplomados 2017-2022.
Janeiro e Fevereiro 2023:	Lançamento, análise e distribuição dos resultados do Inquérito de Satisfação Docentes e Investigadores 2022/23 – 1º Semestre.
Janeiro a Março 2023:	Lançamento, análise e distribuição dos resultados do Inquérito Pedagógico Estudantes 2022/23 – 1º Semestre.
Junho de 2023:	- Auditoria Interna ao SIGQ-UAL. - Sistematização, e apoio à operacionalização das Ações de Melhoria resultantes das recomendações indicadas no relatório da auditoria.
Junho e Julho 2023:	- Lançamento, análise e distribuição dos resultados do Inquérito Pedagógico Estudantes 2022/23 – 2º Semestre. - Lançamento, análise e distribuição dos resultados do Inquérito de Satisfação Docentes e Investigadores 2022/23 – 2º Semestre.

2.4. Act

Janeiro de 2023:	Realização de reuniões com os Diretores e Responsáveis da Qualidade de todos os Departamentos Académicos, para revisão e apoio à elaboração de Ações de Melhoria, decorrentes dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes.
Julho de 2023:	Início da elaboração do Plano de Ações Corretivas, decorrentes da Auditoria Interna à UAL, de Junho de 2023
Julho de 2023:	- Realização do CAQ 09. - Sistematização e apoio à operacionalização das deliberações resultantes do CAQ 09.

3. Auditoria Interna / PAC – Plano de Ação Corretiva

Foi realizada uma auditoria interna ao SIGQ-UAL, nos dias 05 e 06 de Junho de 2023. Durante dois dias, foram auditados todos os processos do SIGQ – Sistema Interno de Gestão da Qualidade da UAL. Embora tenha sido uma auditoria interna, foi realizada por um auditor externo, com larga experiência no Ensino Superior. Foram indicadas diversas oportunidades de melhoria, e recomendações úteis para a melhoria do Sistema da Qualidade da UAL. O resumo das ações corretivas, e o responsável pelo seu seguimento, estão indicados no ANEXO 5.2.

4. CAQ – Conselho de Avaliação da Qualidade, e suas deliberações.

Apresentamos uma análise dos dois CAQ realizados durante o ano letivo de 2022/23. Devido à extensão dos documentos relativos a cada CAQ, não os reproduzimos aqui. Estão, contudo, disponíveis as suas atas, que incluem toda a informação relativa a cada CAQ, incluindo documentos preparatórios e as apresentações realizadas.

4.1. CAQ 08

O CAQ nº 08 teve lugar no dia 2022-12-06, e foi um CAQ particularmente importante, dado ter sido feito antes do novo ciclo de avaliação Institucional da A3ES. Este novo ciclo baseou-se num Guião de Autoavaliação Institucional, significativamente diferente dos anteriores, e que requeria a realização de novas tarefas. Por este motivo, este CAQ teve uma composição mais alargado do que o habitual. Este facto foi muito positivo, pelas importantes opiniões e decisões que tiveram lugar.

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1. Ponto de situação do Sistema da Qualidade:
 - Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade;
 - Os desafios do novo ciclo de A3ES: Manual de Avaliação Institucional (Set. 2022) e Guião de Autoavaliação Institucional;

- Tarefas Críticas;
 - Análise dos Indicadores FUC e RUC.
2. Planeamento da Qualidade para 22/23.

No sentido de preparar o trabalho do CAQ, e de habilitar todos os participantes com o conhecimento dos factos necessários para os debates, o Gabinete da Qualidade enviou previamente, a todos os convocados um conjunto de documentos:

- Resumo das atividades do Gabinete da Qualidade, 2021-22, de 2022-11-28;
- Ata CAQ 07 V00b 220706 Final;
- Resumo dos Inquéritos 2021-22;
- Planeamento da Qualidade 2022 - proposta de 2022-12-05.

4.2 CAQ 09

Este CAQ foi convocado após a realização da Auditoria Interna à UAL, e destinou-se a analisar as principais constatações da Auditoria, bem como o seu PAC – Plano de Ações Corretivas.

Analisou ainda os Indicadores relativos às FUC e RUC, bem como alguns resultados dos Inquéritos de Estudantes e Docentes.

A sua ordem de trabalhos foi a seguinte:

1. Auditoria Interna e Análise das Constatações;
2. Ponto de situação do PAC - Plano de Ações Corretivas;
3. Indicador FUC e RUC:
 - Apresentação dos resultados de 2022-23;
 - Análise de causas;
 - Definição de ações de melhoria;
4. Inquérito aos Docentes - processo de tratamento dos resultados;
5. Inquéritos aos Estudantes: Taxa de participação e sua melhoria;
6. Implementação do RAC, melhoramento do Comquest, lançamento do CMENet e do NetQA.

Teve também uma participação alargada. Anteriormente à reunião, foram enviados para todos os participantes os documentos preparatórios, para que pudessem realizar a sua análise atempada.

5. Anexos

5.1. Lista de Deliberações CAQ 09:

Da análise e discussão dos vários pontos da Ordem de Trabalhos, resultaram as seguintes deliberações.

Nota: DRUC - Docente Responsável de UC;

CCE - Coordenador de Ciclo de Estudos.

	Ação
01	<p><i>Sumários On-Line e Moodle:</i> <i>Criar uma cultura de preenchimento dos conteúdos das plataformas on-line de apoio ao nomeadamente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>sumários, (dado que os Estudantes também têm acesso aos sumários feitos, e é uma ferramenta útil eles completarem a compreensão da aula e da matéria);</i> - <i>e-learning; FUC e RUC</i>
02	<p><i>FUC e RUC:</i> <i>Promover um encontro (reunião) com todos os CCE para definir os critérios de preenchimento de FUC correspondentes a UC de Dissertação, Relatório Final, Estágio ou Tese, acautelando as limitações do sistema informático que possam existir.</i></p>
03	<p><i>FUC e RUC:</i> <i>Definir linhas de orientação para o seu preenchimento:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Planos descontinuados – definir linhas de actuação;</i> - <i>Plano de equivalências + processos de creditação.</i> - <i>UC´s sem distribuição de Serviço Docente.</i> <p><i>Difundir estas orientações pela Comunidade Docente e serviços de apoio.</i></p>
04	<p><i>FUC e RUC:</i> <i>Clarificação das funções e competências do Director de Departamento, do CCE e do DRUC, nomeadamente no que respeita ao preenchimento das FUC e dos RUC (e futuramente, do RAC).</i></p>
05	<p><i>FUC e RUC:</i> <i>Definir funções de controlo de tarefas e prazos, dentro da estrutura do Departamento Académico, acompanhamento dos processos FUC e RUC (e futuramente, do RAC).</i></p>
06	<p><i>Inquérito aos Docentes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>(Re) Definir o modo de:</i> - <i>tratamento dos inquéritos;</i> - <i>distribuição dos resultados tratados, e tratamento dos resultados;</i> - <i>Relativamente às acções de Melhorias decorrente dos Inquéritos aos Docentes, assegurar evidência sua elaboração, implementação e monitorização.</i>
07	<p><i>Inquéritos aos Estudantes:</i> <i>Desenvolver estratégias de comunicação e sensibilização dos Estudantes sobre o seu papel no motivando-os a participar de forma mais activa nos processos da qualidade e nos inquéritos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Possibilidade de facilitar o preenchimento (Em sala? Outras?);</i> - <i>“É importante convencer os Estudantes que é útil responder aos inquéritos”;</i> - <i>“Evidenciar que melhoramos, e divulgar as melhorias”.</i> - <i>Possibilidade de realização de sessões informativas de curta duração, junto das turmas;</i> - <i>Eventual criação de uma rede de contactos com os delegados de Turma;</i> - <i>Outras iniciativas.</i>
08	<p><i>Inquéritos aos Estudantes:</i> <i>Rever a lista de destinatários dos resultados;</i> <i>Definir o grau de divulgação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>dos “sumários de informação” dos inquéritos (incluindo informação para os Estudantes).</i> - <i>das Acções de Melhoria, evidenciando as acções de melhoria criadas na sequência dos Inquéritos, dada a maioria dos estudantes não tem esse conhecimento.</i>
09	<p><i>FUC no Ano Lectivo 2023/24:</i> <i>Implementar um novo fluxo de criação e preenchimento da FUC no 1º Sem.:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>RH pedem aos Departamentos só as diferenças de nomeação do DRUC, relativamente ao seu anterior;</i>

	Ação
	<ul style="list-style-type: none"> - RH lançam os DRUC no sistema informático, independentemente da DSD, de modo a permitir aos iniciar a actualização das FUC no início de Setembro. - Incluir uma etapa de informação os Docentes; - Definir as datas limite para as diversas fases, e informar Docentes / Departamentos.
10	<p>RUC: No âmbito do desenvolvimento do RAC, avaliar a necessidade de se alterarem os conteúdos do RUC.</p>
11	<p>FUC e RUC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Finalizar a transferência para o NAD, do processo FUC; - Preparar a transferência para o NAD, do processo RUC.
12	<p>Módulos informáticos RAC, CMENet e NetQA: Apresentar uma proposta de equipa multidisciplinar para acompanhamento da implementação dos m informáticos RAC, CMENet e NetQA.</p>

5.2 Auditoria Interna: PAC – Plano de Acções Correctivas e proposta de responsáveis pelo seu tratamento.

#	Constatações - Descrição	Proposta de atribuição
1	<p>1.a. - Divulgar junto da comunidade académica as linhas de orientação estratégica 2023 – 2026. [da UAL].</p>	<p>Resp: Sr. Presidente Sr. Vice-Presidente</p>
	<p>1.b. - Assegurar o desdobramento destas linhas de orientação em: - planos anuais de actividades, - com objectivos e metas, - as quais seriam posteriormente também desdobrados em plano de actividades específicos para cada unidade orgânica.</p>	<p>Resp.: Reitor – Área Académica; Adm. Escolar – Área Administrativa</p> <p>Colab.: Dir. Departamentos; Dir. C. Investigação</p>
	<p>1.c. – Sugere-se ainda que, para além dos planos: - exista uma prática generalizada de emissão de relatórios de avaliação de desempenho, - promover uma monitorização dinâmica do cumprimento das linhas de orientações estratégicas. - estabelecer um modelo tipo, para aplicação pelas unidades orgânicas, para suporte ao plano e relatório de actividades, em conformidades com as linhas de orientação estratégica definidas.</p>	<p>Resp.: Reitor – Área Académica; Adm. Escolar – Área Administrativa</p> <p>Colab.: Dir. Departamentos; Dir. Centros de Investigação</p>
2	<p>Implementar mecanismo interno de registo de acções correctivas e de melhoria, tendo por base não conformidades, reclamações e resultados obtidos que não correspondam aos objectivos. Assegurar: - a identificação de causas; - o envolvimento das equipas, e - o estabelecimento de iniciativas eficazes para a sua resolução. (ex.:</p>	<p>Resp.: Adm. Fernando Martins</p> <p>Colab.: Gab. Qual.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - reduzida taxa de sucesso na submissão de pedidos de criação de ciclos de estudo com acreditação; - taxas nulas de cumprimento na emissão dos RUC's pelo Departamento de Arquitectura). 	
#	Constatações - Descrição	Proposta de atribuição
3	<p>Estabelecer um quadro de gestão (dashboard), para os Departamentos, que permita:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a monitorização de indicadores chave de desempenho relevantes para a monitorização pedagógica, ; - mas que também proporcionem uma dimensão de controlo de gestão. (ex. sucesso académico, abandono, monitorização pedagógica, rentabilidade financeira, empregabilidade, mobilidade, sucesso nos pedidos de submissão de novos ciclos de estudos, emissão de FUC's, emissão de RUC's, etc.). <p>A análise destes resultados serviria de base para a melhoria de cada um dos Departamentos e poderia permitir dinâmicas de benchmarking interno.</p>	<p>Resp.: Adm. Escolar</p> <p>Colab.:</p>
4	<p>Dinamizar os mecanismos de intervenção estabelecidos para o Conselho Pedagógico.</p> <p>(Ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - realização de auditorias [às práticas] pedagógicas, em função dos resultados obtidos na monitorização pedagógica; - promoção de seminários para divulgação e benchmarking relativos à inovação pedagógica). 	<p>Resp.: Reitor</p> <p>Colab.: C. Pedag.</p>
5	<p>Promover a elaboração de Relatórios Anuais de Curso, pelo respectivo Director, de modo a identificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aspectos de melhoria referidos nos RUC's; - assegurar o necessário debate interno conducente à introdução das melhorias associadas e, - monitorizando os seus efeitos em termos das actividades de monitorização pedagógica subsequentes. <p>Estes relatórios serviriam assim como elementos estruturantes à implementação de melhoria dos ciclos de estudos, na sequência dos inquéritos aos estudantes e às restantes ferramentas de monitorização pedagógica (ex. RUC's).</p>	<p>Resp.: Reitor Adm. Escolar</p> <p>Colab.: C. Pedag.</p>
6	<p>Assegurar um reforço da divulgação da função do Provedor do Estudante, junto da comunidade académica, explicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a relevância do seu funcionamento na instituição; - e o seu potencial de contributo ao nível da melhoria pedagógica. 	<p>Resp.: Adm. Fernando Martins</p> <p>Colab.:</p>
7	<p>Dinamizar planos de comunicação interna, dirigida para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a comunidade académica; - e, especialmente, o pessoal docente e não docente, orientados para: <ul style="list-style-type: none"> - a missão, visão e valores da instituição, - as respectivas linhas de orientação estratégica - e o necessário reforço de competências, <p>as quais e de modo conjunto com os comportamentos e atitudes individuais, são relevantes na perspectiva do sucesso sustentado.</p>	<p>Resp.: Sr. Vice-Presidente</p> <p>Colab.: DCM</p>

	<p><i>Estas iniciativas de comunicação poderiam desenvolver o assimilar, pela comunidade académica, de uma cultura efectiva de gestão da qualidade e respectiva melhoria contínua.</i></p>	
--	--	--

#	Constatações - Descrição	Proposta de atribuição
8	<p>Assegurar a divulgação pública, através do site institucional da Universidade, da informação prevista no referencial 12 - ASIGQ_PT_V1.2_Out2016 (ESG:2015), nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - perspectivas de empregabilidade dos cursos; - vínculo dos docentes à instituição; - resultados académicos; - empregabilidade; - e grau de satisfação das partes interessadas (ex. estudantes); - relatórios de avaliação da instituição (ex. pela A3ES). 	<p>Resp.: Sr. Vice-Presidente</p> <p>Colab.: DCM</p>
9	<p>Promover iniciativas internas conducentes ao aumento da participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do pessoal docente, e - [do pessoal] não docente - e dos estudantes, <p>em programas de mobilidade no contexto europeu do ensino sup..</p>	<p>Resp.: Adm. Escolar</p> <p>Colab.: Gab. ERASMUS</p>
10	<p>Intensificar as iniciativas de contacto das estudantes do 1.º ciclo, com as actividades de Investigação (ex.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - incluindo essa participação ao nível do conteúdo das unidades curriculares; - promovendo um seminário anual sobre investigação de frequência obrigatória). 	<p>Resp.: Reitor C. Pedag.</p> <p>Colab.: Dir. Departamentos</p>
11	<p>Considerar o desenvolvimento de um Laboratório de competências para a gestão da formação do pessoal docente, que identificasse necessidades formativas em áreas chave, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a inovação pedagógica, - gestão académica, - e investigação, <p>e que também promovesse iniciativas ou identificasse entidades parceiras, que pudessem dar resposta a estas necessidades, com conteúdos formativos adequados (ex. webinars).</p>	<p>Resp.: Adm. Fernando Martins</p> <p>Colab.: Assessoria Académica</p>
12	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar mecanismos de monitorização da satisfação interna dos trabalhadores da instituição; - Dinamizar mecanismos de consulta aos trabalhadores para efeitos da segurança e saúde do trabalho, em conformidade com a legislação em vigor (ex. Lei 3/2014). 	<p>Resp.: Sr. Presidente</p> <p>Colab.: RH</p>
13	<p>Estabelecer uma avaliação de conformidade legal generalizada às actividades da UAL, directamente relacionadas com as infra-estruturas e o modo como se dá cumprimento a aspectos chave, que impactam com a comunidade académica utilizadora dos espaços e, por isso, impactam também com a qualidade (ex.: - segurança contra incêndios;</p> <ul style="list-style-type: none"> - periodicidade anual da realização de simulacros – Portaria 135/2020; - Legionella – plano de prevenção e controlo – Portaria 25/2021). 	<p>Resp.: Adm. Ponte Lourenço</p> <p>Colab.: Infra-estruturas</p>
14	<p>Rever o modelo de sinalética interna, uniformizar placas de identificação dos serviços e de indicação dos respectivos horários de funcionamento (ex.: Núcleo de Mobilidade Académica, sem horário de atendimento afixado).</p>	<p>Resp.: Adm. Ponte Lourenço</p> <p>Colab.: Infra-estruturas</p>

#	<i>Constatações - Descrição</i>	<i>Proposta de atribuição</i>
15	<i>Assegurar a disponibilidade de fichas de dados de segurança, actualizadas em conformidade com o Regulamento EU 878/2020, para:</i> <i>- todos os produtos químicos que eventualmente possam ser utilizados nas instalações da Universidade;</i> <i>- e com os quais os estudantes e os trabalhadores possam contactar, incrementando assim a respectiva capacidade de actuação em situações de emergências.</i>	<i>Resp.:</i> <i>Adm. Ponte Lourenço</i> <i>Colab.:</i> <i>Infra-estruturas</i>

16-01-2024

Anexo 9 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais

Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais

Relatório de Atividades 2022/2023

O ano letivo 2022-23 decorreu com normalidade e revelou-se bastante positivo. A candidatura às verbas para mobilidades para o ano 2022-23 foi aprovada (93 175 euros) e é bastante superior à atribuída no ano anterior (59 000 euros). A candidatura feita em 2023 relativa ao período 1/06/23-31-05-2025 foi igualmente aprovada (99, 275 euros). O número de mobilidades de estudantes foi de 84 incoming e 46 outgoing e toda a verba para 2022-23 foi executada. O Gabinete contou apenas com uma pessoa com contrato de 4 dias por semana, entre setembro de 2022 e 31 de agosto de 2023. A 1 de setembro de 2023, o João Sarmiento ingressou no gabinete. Em junho de 2023 o projeto relativo a 2020 (01/06/2020-31/05/2022) foi sujeito a Controlo Documental por parte da Agência Nacional. Todas as atividades reportadas foram validadas. A taxa de execução financeira foi de 100% e a física foi de 118,92%.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Atualização constante da informação sobre o Gabinete e respetivas atividades no *website* da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, informação diversa destinada a alunos *incoming* tanto das universidades europeias como das brasileiras (mobilidade extraeuropeia) (aulas de português, alojamento, sistema de *buddies* etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de artigos científicos de membros dos vários centros de investigação.

Atualização constante à medida que é necessário de documentação sobre a UAL no portal ORS ([Organisation registration for actions managed by National Agencies \(europa.eu\)](https://ors.europa.eu/)), que é essencial para as candidaturas à Carta Erasmus e a financiamento:

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+.

Em maio 2022 submeteu-se o relatório final relativo ao projeto de 2022-23 (alargado até 31 de maio de 2023), que foi provado pela Agência Nacional. A execução financeira foi o total (100%) da verba contratualizada, e de 120% dos fluxos de mobilidade. O número de alunos da UAL em mobilidade foi 40 (39 no ano anterior). A distribuição das mobilidades *outgoing* encontra-se em anexo, este ano liderada por estudantes de gestão, seguido de arquitetura e relações internacionais.

As sessões de esclarecimento sobre o programa Erasmus+ com o objetivo de incentivar a mobilidade e consequente internacionalização da UAL foram realizadas presencialmente. A mobilidade extraeuropeia voltou a realizar-se e recebemos 13 estudantes de universidades

brasileiras. O gabinete promoveu também a candidatura dos alunos outgoing às bolsas de mobilidade Erasmus do Santander, e as oito atribuídas à UAL foram concedidas.

Realizaram-se cinco mobilidades de professores da UAL (Uskudar University, Istambul, Ciências e Tecnologias, Hamburgo (Direito), Salerno (Direito), Valencia (Direito), e Gdansk (Psicologia). Não foi possível promover a mobilidade de funcionários pois a verba foi toda canalizada para os estudantes. Recebemos 35 visitantes provenientes de universidades parceiras na Polónia (Poznan, Szczecin, Lublin), Roménia (SNSPA, Ovidius), Turquia (METU, Uskudar, Karadeniz), de Espanha (Girona, Coruña, Murcia, Salamanca, Granada, Valencia, Jaén) e da Bulgária (University of National and World Economy). Destes, 15 realizaram missão de ensino.

A universidade aderiu com sucesso à plataforma online Erasmus Without Paper (EWP) obrigatório nesta nova carta Erasmus. Significa que os acordos entre universidades são feitos online e assinados eletronicamente sem necessidade de assinatura física e carimbos. Nem todas as universidades conseguiram ainda implementar o sistema, mas de momento temos 54 acordos online, tanto novos como renovados.

Os Learning Agreements (Plano de Estudos) dos alunos também começam a ser feitos online na plataforma (Online Learning Agreements), mas poucas universidades implementaram ainda este sistema, pois ainda se encontram muito agarradas ao papel, assinaturas físicas e carimbos.

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras.

O gabinete não esteve envolvido nesta atividade.

4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL.

O Gabinete respondeu aos pedidos de tradução, entre outros, solicitados pela Administração, Centros de Investigação, Departamentos e Secretaria da UAL. O Gabinete desempenhou um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais.

Carolina Peralta

Responsável pelo Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais
19 de outubro de 2023

Estudantes Erasmus+ incoming 2022-2023

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Granada	2	M	6	Arquitetura	Estudos
Espanha	Valladolid	1	M	9	Arquitetura	Estudos
Espanha	ETSAM	2	F	9	Arquitetura	Estudos
Espanha	País Basco	1	F	9	Ciências da Comunicação	Estudos
Espanha	Autónoma Madrid	1	M	9	Economia	Estudos
Espanha	Alcalá	2	1 M, 1 F	6	Enfermagem (P)	Estudos
Espanha	Castilla-La Mancha	1	M	9	Gestão	Estudos
Espanha	Comillas	3	F	6/9	Psicologia + Direito, Ciências da Comunicação + Relações Internacionais	Estudos
Espanha	Rey Juan Carlos	2	1 F, 1 M	6	Psicologia Gestão do Desporto	Estudos
Itália	POLIMI	3	2 F, 1 M	6	Arquitetura	Estudos
Itália	IUAV	2	1 F, 1 M	6	Arquitetura	Estudos
Itália	La Sapienza	6	3 F, 3 M	6/9	Direito, Economia + Gestão M, Relações Internacionais	Estudos
Itália	UNITO	4	2 F, 2 M	6	Psicologia Enfermagem (P)	Estudos
Itália	Campania	4	F	6	Relações Internacionais	
Noruega	NTNU	9	6 F, 3 M	9	Arquitetura	Estudos
Alemanha	Kunste	4	3 F, 1 M	6	Arquitetura, Ciências da Comunicação	Estudos
Roménia	SNSPA	4	F	6	Ciências da Comunicação	Estudos
Roménia	ASE	4	F	6	Gestão	Estudos
Roménia	Ovidius	1	F	6	Psicologia	Estudos
Polónia	WSB - Gdansk	3	2 M, 1 F	6	Gestão, Relações Internacionais	Estudos
Chéquia	Pardubice	1	F	6	Gestão	Estudos
Turquia	Zonguldak Bülent Ecevit	1	M	6	Gestão	Estudos
Turquia	Karadeniz	2	F	6	Relações Internacionais	Estudos
Turquia	METU	4	3 F, 1 M	6	Relações Internacionais	Estudos

Total: 71 alunos

Alunos incoming em mobilidade extraeuropeia 2022-23

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Brasil	PUCRS	7	3 M 4 F	6	Arquitetura Direito Psicologia	Estudos
Brasil	USP	4	3 F 1 M	6	História	Estudos
Brasil	Feevale	2	M	6	Gestão	Estudos

Total: 13

Total de alunos incoming (Erasmus+ e Brasil): 84 alunos

Legenda:

ETSA Madrid (Escuela Superior de Tecnologias de Arquitectura)

POLIMI (Politécnico de Milão)

IUAV (University of Venice)

UNITO (University of Turin)

NTNU (Norwegian University of Science and Technology)

SNSPA (National School of Political and Administrative Studies)

ASE (Bucharest Academy of Economic Studies)

METU (Middle East Technical University)

PUCRS (PUC Rio Grande do Sul)

USP (Universidade de São Paulo)

Número de alunos por curso e por país de origem

Curso	Nº de alunos	Principal País de Origem	
Arquitetura	25	Espanha	5
		Noruega	9
		Alemanha	3
		Itália	5
		Brasil	3
C. Comunicação	6	Roménia	4
		Espanha	1
		Itália	1
Direito	5	Itália	1
		Brasil	3
		Polónia	1
Economia	2	Itália	1
		Espanha	1
Enfermagem (P)	4	Espanha	2
		Itália	2
Gestão	13	Roménia	4
		Itália	2
		Espanha	3
		Chéquia	1
		Egipto	1
		Brasil	2
História	4	Brasil	4
Psicologia	9	Espanha	2
		Itália	2
		Brasil	4
		Roménia	1
Relações Internacionais	18	Itália	8
		Espanha	2
		Turquia	6
		Polónia	2

Estudantes da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2022-23

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Itália	POLIMI	4	2 M, 2 F	6	Arquitetura	Estudos
Itália	La Sapienza	4	F	6	Gestão, Relações Internacionais,	Estudos
Itália	Campania	2	F, M	6	Relações Internacionais	Estudos
Itália	Torino	2	F	6	Psicologia	Estudos
Alemanha	Kunste	2	F	6	Arquitetura	Estudos
Alemanha	Hamburg	2	M	6	Direito	Estudos
Espanha	Camilo J. Cela	2	F	6	Ciências de Comunicação	Estudos
Espanha	Salamanca	2	1 M, 1 F	6	História	Estudos
Espanha	Comillas	2	M	6	Direito	Estudos
Espanha	Jaen	2	F	6	Economia	Estudos
Espanha	Autónoma Madrid	2	F	6	Gestão	Estudos
Espanha	RJC Madrid	2	M	6	Gestão do Desporto	Estudos
Polónia	Szczecin	4	M	6	Gestão, Relações Internacionais	Estudos
Polónia	Jagiellonian	2	F	6	Ciências da Comunicação	Estudos
Polónia	WSB - Gdansk	5	M	6	Gestão	Estudos
Bulgária	UNWE	3	M	6	Gestão do Desporto	Estudos
Turquia	Karadeniz	1	M	6	Relações Internacionais	Estudos
Chéquia	Pardubice	5	M	6	Gestão	Estudos

Total: 46 Alunos

Estudantes da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2022-23

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Brasil	São Paulo	1	M	6	História	Estudos

Total: 1 aluno**Total de Estudantes da UAL (Erasmus+ e Brasil): 47 alunos****Legenda:****POLIMI** (Politécnico de Milão)**RJC Madrid** (Rey Juan Carlos University)**PJAIT** (Polish-Japanese Academy of Information Technology)**UNWE** (University of National and World Economy)**Professores da UAL em mobilidade Erasmus 2022-2023: 5****Funcionários da UAL em mobilidade Erasmus 2022-23: 0****Visitantes Erasmus+ no ano letivo de 2022-2023: 35**

Carolina Peralta

Responsável pelo Gabinete de Mobilidades Internacionais, 18 de outubro de 2023

Anexo 10 – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias - 2022/2023

Protocolos celebrados com entidades nacionais

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
21/03/2022	Relações Internacionais	OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos	Adenda ao Protocolo já existente. Cooperação nas áreas de investigação científica e docência, formação e estágios curriculares	2 anos, renovável
21/03/2022	Ciências da Comunicação	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Parceria no âmbito da pós-graduação sobre Jornalismo Político e Parlamentar criada pelo DCC	1 ano, renovável
24/03/2022	Psicologia	Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
07/09/2022	Autónoma Academy	APTRAD-Associação de Profissionais de Tradução e de Interpretação	Aproveitamento recíproco das potencialidades e sinergias, em particular nos campos científico, técnico e humano.	tempo indeterminado
30/09/2022	Psicologia	Colégio Helen Keller	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
30/09/2022	Psicologia	Cáritas Diocesana de Setúbal, IPSS	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
20/10/2022	Centro de Transferência de Conhecimentos	Câmara Municipal do Cartaxo	Cooperação científica, técnica e operacional para o desenvolvimento conjunto de projetos de transferência de conhecimento, nomeadamente nas áreas da Ec. Social, Inovação, Empreendedorismo, Transf. Digital, Formação Graduada e não Graduada	tempo indeterminado
22/10/2022	Centro de Arbitragem	Junta de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra	Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos	2 anos, renovável
28/10/2022	Direito	Universidade do Minho	Cooperação académica, científica e cultural em todos os campos de comum interesse	3 anos, renovável
29/10/2022	Centro de Arbitragem	Junta de Freguesia de Pêro Pinheiro, Almagem do Bispo e Montelavar	Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos	3 anos, renovável
11/11/2022	Psicologia	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
11/11/2022	Psicologia	Câmara Municipal de Almada	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
17/11/2022	CEACT (ARQ)	Junta de Freguesia de Benfica	Criação de parceria visando a sensibilização para a criação de uma consciência ambiental, sustentável e de poupança da água junto da população	1 ano, renovável
29/11/2022	Ciências Económicas E Empresariais	O Informador Fiscal (OIF)	Disponibilização do portal "O Informador Fiscal", "Revista Portuguesa de Contabilidade" e "Lexit"	1 ano, renovável

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
14/12/2022	Centro Transferência Conhecimentos	Centro de Estudos de Economia Pública e Social	Cooperação científica e técnica para o desenvolvimento conjunto na área da informação, formação e investigação no âmbito da economia social	tempo indeterminado
12/01/2023	Relações Internacionais	ACL - Clube de Lisboa, Associação Para a Promoção de Conferências, Debates e Estudos	Parcerias e projetos de cooperação de interesse mútuo em todos os domínios relevantes para os signatários	tempo indeterminado
17/01/2023	Ciências da Comunicação	Assembleia da República	Parceria no âmbito da pós-graduação em Jornalismo Político e Parlamentar	1 ano, renovável
19/01/2023	Centro de Arbitragem	Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins	Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos	2 anos, renovável
08/02/2023	Autónoma Academy	Guarda Nacional Republicana	Cooperação no âmbito da pós-graduação em Gestão e Direção de Segurança	1 ano, renovável
14/02/2023	Direito	Instituto de Apoio à Criança	Colaboração no âmbito da Campanha "Nem mais uma palmada" que visa combater a violência contra as crianças	1 ano, renovável
27/02/2023	Ciências da Comunicação	Freguesia de Santo António	Colaboração na realização e desenvolvimento de projetos de investigação científica e de âmbito académico, nomeadamente estágios curriculares	até ao termo do mandato dos atuais órgãos
31/03/2023	Centro de Transferência de Conhecimentos	Agrupamento de Escolas José Afonso, Loures	Colaboração no âmbito do Centro Tecnológico Especializado de Informática	duração do projeto
14/04/2023	Ciências Económicas E Empresariais	Ordem dos Contabilistas Certificados	Parceria para redução de propinas e promoção dos cursos da UAL junto dos membros da Ordem	1 ano, renovável
16/05/2023	Centro de Transferência de Conhecimentos	Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo	Colaboração no âmbito do Centro Tecnológico Especializado de Informática	duração do projeto
17/05/2023	GIP-Gabinete de Inserção Profissional	Ferreira da Cunha Saúde	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
29/05/2023	Editora	Livros Horizonte	Parceria para edição de livros, bem como a sua comercialização e distribuição	3 anos, renovável
31/05/2023	Centro de Arbitragem	ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias	Cooperação institucional no que respeita às atividades desenvolvidas em matéria de meios alternativos de resolução de conflitos	2 anos, renovável
14/06/2023	Centro de Transferência de Conhecimentos	Município de Arruda dos Vinhos	Cooperação científica, técnica e operacional para o desenvolvimento conjunto de projetos de transferência de conhecimento, nomeadamente nas áreas da Ec. Social, Inovação, Empreendedorismo, Transf. Digital, Formação Graduada e não Graduada	tempo indeterminado

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
23/06/2023	UAL	Secretaria-Geral de Educação e Ciência, FCT e Parque Escolar	Termos de acesso e utilização do Portal PE/RGPD	1 ano, renovável
26/06/2023	Autónoma Academy	COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural	Cooperação para o desenvolvimento de projetos conjuntos, em particular no domínio das saídas profissionais	3 anos, renovável
29/06/2023	Centro de Transferência de Conhecimentos	Escola Superior de Educação João de Deus	Colaboração científica e pedagógica	tempo indeterminado
29/06/2023	CEU	Cascais Próxima - Gestão da Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias	Redução de propinas aos colaboradores	tempo indeterminado
03/07/2023	História, Artes e Humanidades	Universidade de Évora (CIDEHUS)	Colaboração académica no domínio da História e das Ciências Sociais e Humanas	1 ano, renovável
23/08/2023	GIP-Gabinete de Inserção Profissional	Miligrama - Comunicação em Saúde	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável

Protocolos celebrados com entidades estrangeiras

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
25/01/2023	Relações Internacionais	Universidad Europea del Atlántico, Espanha	Colaboração e cooperação académica, científica e cultural, bem como o intercâmbio de professores, investigadores e estudantes, publicações, programas académicos e projetos de investigação	5 anos, renovável
04/07/2023	Autónoma Academy/ESESFM	Instituto Brasileiro de Saúde, Ensino, Pesquisa e Extensão para o Desenvolvimento Humano	Promover o investimento humano e material e a troca de informação científica e técnica nas áreas de interesse comum. Promover formação graduada e pós-graduada não conferente de grau nas áreas da Saúde	indeterminado

Anexo 11 – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2022/2023

Data	Evento	Local
14/09/2022	O Arquiteto: Cerimónia apresentação Observatório da Profissão	Ordem dos Arquitetos
27/09/2022	Lançamento da Livro "O Teatro em Diálogo com a Lisboa Seiscentista", de Raquel Cabeças	Museu da Cidade
06/10/2022	Sessão Solene de Abertura do Ano Académico	Universidade de Lisboa - Aula Magna
13/10/2022	Apresentação de "Internacionalização Ibérica - Espanha e Portugal no Mundo" - Fórum Luso-Espanhol	UAL
13/10/2022	Almoço com Secretária de Estado do Comércio de Espanha (D ^a Xiana Méndez)	Hotel Iberostar
14/10/2022	Sessão Solene de Abertura do Congresso Missionário Fraternidade sem Fronteiras	Universidade Católica Portuguesa
18/10/2022	Intervenção na Sessão de Abertura do IV Seminar of the Atlantic Centre "Forecasting Atlantic security and governance" Atlantic-Pacific: security and governance links	UAL
24/10/2022	Assinatura de contrato, almoço e visita às instalações com o SIT - School for International Training, no âmbito da Autónoma Academy	UAL
28/10/2022	Lição Inaugural do Doutoramento em Relações Internacionais	UAL
03/11/2022	Intervenção na Sessão de Abertura do Colóquio Internacional Portugal-Brasil - História, Presente e Futuro no âmbito das comemorações dos 200 anos da independência do Brasil	UAL
03/11/2022	Sessão Solene Abertura Ano Académico do Instituto de Defesa Nacional	Instituto de Defesa Nacional
07/11/2022	Sessão Solene Abertura Ano Letivo do ISPA	ISPA
16/11/2022	Intervenção no Painel "A Regulação dos Mercados Digitais" da Conferência da APDSI "Regulação Digital"	ISCSP
21/11/2022	Mesa Redonda "Implicações geopolíticas para Europa e América Latina na guerra da Ucrânia", organizado pela OEI - Organização de Estados Ibero-americanos	UAL
22/11/2022	Intervenção na Abertura do II Seminário Internacional Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional – SIECO II	UAL
09/01/2023	Cerimónia de Tomada de Posse da Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, do Senhor Presidente do Conselho Superior, do Senhor Presidente do Conselho Fiscal, bem como dos membros do Conselho Superior, Conselho Geral e Conselho Fiscal, eleitos para o Triénio 2023-2025	Ordem dos Advogados
31/01/2023	Tomada de posse dos novos órgãos sociais da Associação Académica da UAL (AAUAL)	UAL
09/02/2023	Intervenção no Colóquio da APESP: O ensino superior no espaço ibero-americano: desafios e oportunidades	Grémio Literário
27/02/2023	Receção por ocasião do 179º Dia da Independência Nacional da República Dominicana	Hotel Epic Sana
16/03/2023	Lançamento do livro Prof. José Subtil "Arqueologia do Poder"	UAL

Data	Evento	Local
18/04/2023	Abertura Solene do novo Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	on line
20/04/2023	Lançamento do livro institucional "Palácio dos Condes de Redondo"	UAL
27/04/2023	Lançamento do livro "Se um dia...", um projeto da autoria de Maria Inês Almeida, com o apoio da OI E- Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	Livraria Bertrand do Chiado
31/05/2023	Apresentação dos projetos de tese do 1º Doutoramento de Arquitetura	UAL
15/06/2023	Assinatura de Protocolo com o CIDEHUS / Universidade de Évora	UAL
15/06/2023	Colóquio da APESP "Modelos inovadores de organização do ensino superior"	Escola 42, Lisboa
07/07/2023	Intervenção na Cerimónia de encerramento da 17ª Conferência Anual Sport & EU	UAL
10/07/2023	Apresentação do livro "Em torno do Pensamento de Luís Moita: Humanismo e Relações Internacionais"	UAL
18/07/2023	Intervenção no Debate: "Do equilíbrio entre a regulação do ensino superior e a autonomia universitária: Que enquadramento jurídico para a próxima década?", do Colóquio "Do equilíbrio entre a regulação do ensino superior e a autonomia universitária Que enquadramento jurídico para a próxima década?" da APESP	Universidade Lusíada
19/07/2023	Cerimónia de Entrega do Prémio Gulbenkian para Humanidade	Fundação Calouste Gulbenkian

Anexo 12 – Doutoramentos na UAL (2022/2023)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2022/2023

Data	Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
10/jan/23	Direito		A evolução da relação pais e filhos. As novas famílias séc. XXI: o fenómeno do idadismo	14
21/mar/23	Direito		Os impactos da "Reforma trabalhista" no sistema de cotas de emprego: análise comparativa entre o Brasil e Portugal à luz da Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência	18
4/mai/23	História		Museu D. José, em Sobral/Ceará, Brasil: História de uma instituição museológica de referência, 1951-2015	18
11/mai/23	Direito		Tráfico de seres humanos: a tutela político-criminal	18
1/jun/23	História		Paradigmas da arqueologia do século XXI: a arqueologia de acompanhamento como um fim de um princípio	16
5/jun/23	Direito		A organização criminosa empresarial sob a perspetiva político-jurídico-criminal	18

Reuniões dos Júris de Doutoramento 2022/2023

Data da Reunião	Resultado	Candidato	Doutoramento	Data Provas
11/10/22	marcação de provas		Direito	10/01/23
05/01/23	<i>proposta desistência</i>		Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
19/01/23	marcação de provas		Direito	21/03/22
01/03/23	marcação de provas		História	04/05/23
02/03/23	marcação de provas		História	01/06/23
08/03/23	marcação de provas		Direito	05/06/23
09/03/23	marcação de provas		Direito	11/05/23
18/05/23	proposta reformulação		Direito	
18/05/23	marcação de provas		Direito	14/09/23
30/05/23	marcação de provas		Direito	18/09/23
22/06/23	marcação de provas		Direito	11/01/24
22/06/23	marcação de provas		Direito	26/09/23